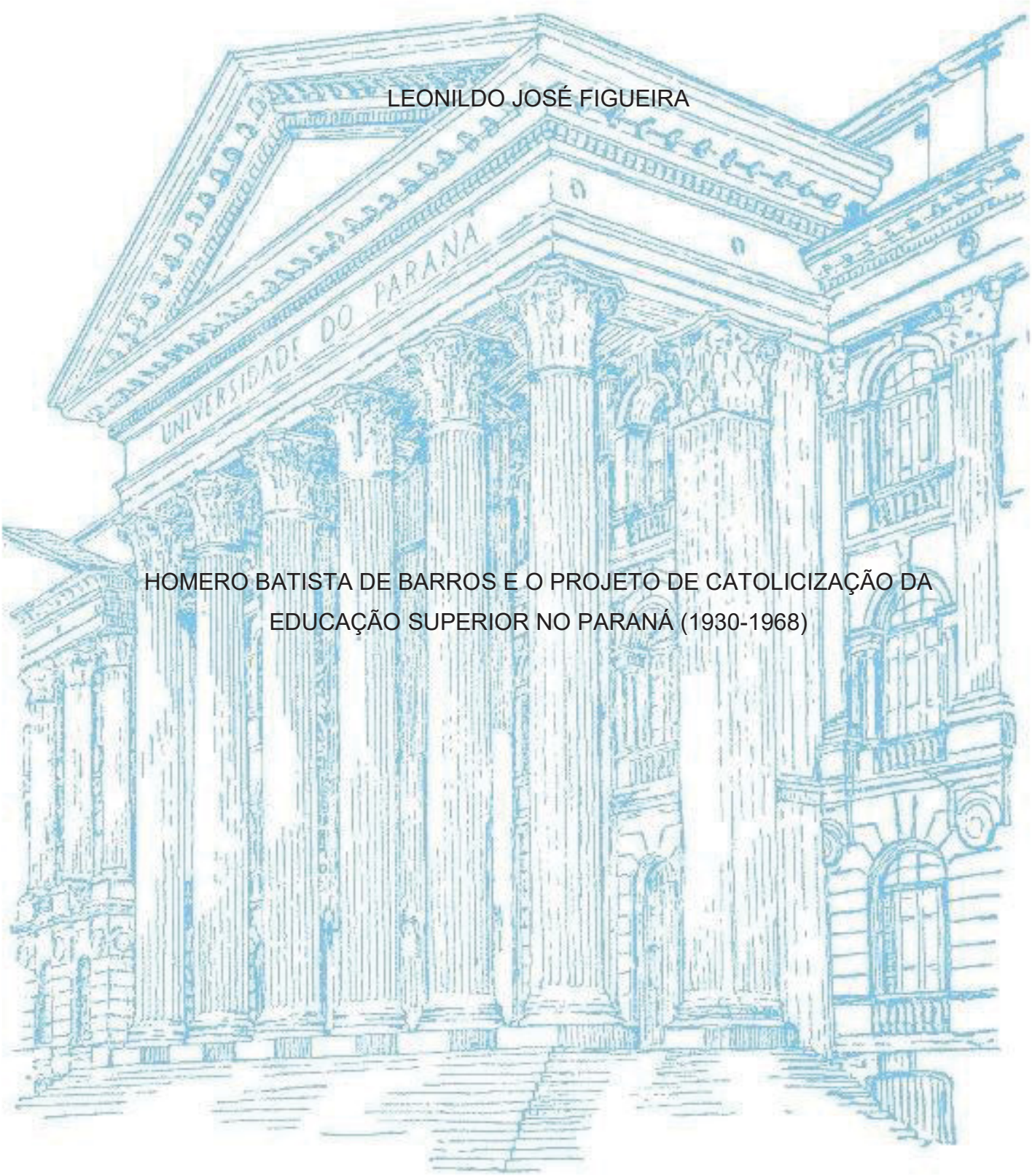
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LEONILDO JOSÉ FIGUEIRA



HOMERO BATISTA DE BARROS E O PROJETO DE CATOLICIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PARANÁ (1930-1968)

CURITIBA

2025

LEONILDO JOSÉ FIGUEIRA

HOMERO BATISTA DE BARROS E O PROJETO DE CATOLICIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PARANÁ (1930-1968)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Rossano Silva

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Figueira, Leonildo José.
Homero Batista de Barros e o projeto de catolicização da educação superior no Paraná (1930-1968) / Leonildo José Figueira – Curitiba, 2025.
1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Rossano Silva

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Educação – História – Paraná. 3. Ensino superior. 4. Catolicismo – Paraná. 5. Barros, Homero Batista de, 1908-1970. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **LEONILDO JOSÉ FIGUEIRA**, intitulada: **HOMERO BATISTA DE BARROS E O PROJETO DE CATOLICIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PARANÁ (1930 E 1968)**, sob orientação do Prof. Dr. ROSSANO SILVA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 19 de Maio de 2025.

Assinatura Eletrônica
02/06/2025 15:32:49.0
ROSSANO SILVA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
31/05/2025 08:01:45.0
NÉVIO DE CAMPOS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

Assinatura Eletrônica
31/05/2025 12:58:06.0
DIOGO DA SILVA ROIZ
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL)

Assinatura Eletrônica
31/05/2025 10:02:47.0
CARLOS EDUARDO VIEIRA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 456129
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 456129

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Rua Rockfeller, 57, Ed. Teixeira Soares, II piso - Bairro Rebouças, Curitiba/PR, CEP 80230-130
Telefone: - https://ufpr.br/

DECLARAÇÃO

Processo nº 23075.000349/2025-30

Declaro, para os devidos fins, que **LEONILDO JOSÉ FIGUEIRA** concluiu o Curso de Doutorado na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação tendo apresentado dia 19 de Maio de 2025, às 14h30, defesa oral da Tese intitulada "**HOMERO BATISTA DE BARROS E O PROJETO DE CATOLICIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PARANÁ (1930 E 1968)**". Declaro, ainda, que, de acordo com o contido na Ata e Termo de Aprovação, a Comissão Julgadora deliberou aprová-lo por unanimidade de votos, opinando pela concessão do Título de Doutor em Educação - Área de concentração: Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná.

Documento assinado eletronicamente por **CINTHIA DO ROCIO UPITIS MARLOCH**, **ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 30/05/2025, às 16:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida aqui informando o código verificador **7827024** e o código CRC **D81E6667**.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta tese, sinto-me imensamente grato a todos que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade.

Certamente, não conseguirei mencionar todas as pessoas que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, cada uma contribuindo à sua maneira, seja com orientações diretas, sugestões valiosas, indicações de leituras, reflexões instigantes ou até mesmo um simples comentário que despertou um novo *insight*. Ao longo de uma pesquisa, estabelecemos diversas relações interpessoais e, muitas vezes, nem percebemos o quanto cada uma delas foi essencial nesse percurso.

Agradeço à Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e à Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação, por proporcionarem o espaço e as condições necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao meu orientador, Professor Dr. Rossano Silva, pela paciência, pela generosidade e pelos valiosos ensinamentos, fundamentais para a construção deste trabalho. Aos membros da banca de qualificação, o Professor Dr. Carlos Eduardo Vieira, Professor Dr. Névio de Campos e Professor Dr. Diogo Roiz, pelas contribuições enriquecedoras que ajudaram a aprimorar esta pesquisa.

Aos colegas e professores do PPGE/UFPR, que compartilharam desafios, inspirações, reflexões e aprendizados, tornando essa jornada acadêmica mais leve e estimulante.

À minha esposa, Kezia Tessarolo, sou profundamente grato pelo amor, apoio e compreensão ao longo dos anos de estudo, pesquisa e escrita. Aos meus familiares, pelo incentivo constante e por compreenderem minhas ausências em tantos momentos.

De modo especial, agradeço à minha mãe, Edine dos Santos Figueira, e ao Sebastião de Jesus Cordeiro, que, com sua retidão, dignidade e seriedade, foram exemplos fundamentais em minha caminhada. Lembro com carinho e saudade do meu pai, Leopoldino Figueira Neto, que, mesmo não estando mais presente fisicamente, deixou um legado valioso de ensinamentos e princípios que me acompanham até hoje.

Muitas vezes, o trabalho do pesquisador parece solitário, entre arquivos, transcrições, leituras e escritas; no silêncio de um escritório, onde o passar dos dias, semanas, meses e anos molda gradualmente a pesquisa. Contudo, nós, que nos dedicamos às Ciências Humanas, lidamos com pessoas e memórias. Damos voz a quem parecia silenciado, resgatamos aqueles que estavam esquecidos, e tornamos protagonistas aqueles que sequer imaginavam que fariam parte da História. Assim, esta tese é mais do que um trabalho acadêmico, é a concretização de um sonho, resultado de anos de esforço e dedicação.

Por fim, agradeço a Deus, pela sabedoria, saúde e pela vida. Peço que Ele abençoe todos aqueles que, de alguma forma, fizeram parte desta trajetória, seja por meio de uma palavra de incentivo, um pensamento positivo ou qualquer contribuição, direta ou indireta, que tenha tornado este trabalho possível.

A todos, deixo minha mais sincera gratidão.

Leonildo José Figueira

[...] o historiador busca compreender as ações práticas dos homens, os móveis que os animam, os fins que os norteiam, o seu universo simbólico e as significações que para esses homens tinham seus comportamentos e ações. Inevitavelmente [...] opera diante de ações realizadas, cuja significação procura apreender. Tarefa complexa, pois a História encontra-se permeada não apenas por significações atribuídas pelos homens às suas ações e expressas em suas intenções, mas, também, por uma dimensão objetiva. Delineia-se, portanto um duplo plano, que é preciso surpreender no tecido da História: o das práticas dos sujeitos e suas significações e o da realidade objetiva (J.J. ARRUDA. J. M. TENGARRINHA, 1999, p. 12).

RESUMO

A presente pesquisa está inserida nos estudos sobre intelectuais paranaenses vinculados aos interesses católicos que, por sua vez, encontram-se envolvidos em questões educacionais na metade do século XX. Especificamente, nosso objetivo é analisar a trajetória de Homero Batista de Barros no cenário político, educacional e cultural do Paraná, focando especialmente no seu papel como educador, intelectual e ideólogo conservador, atuante na conversação pública, especificamente na capital paranaense. Analisaremos sua trajetória entre os anos de 1930 e 1968, período que compreende desde a chegada de Barros ao Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB) até seu último ano como diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (FFCL/UFPR). Barros se consolidou como intelectual, educador e articulador político, desempenhando papel fundamental na interseção entre educação, política e religião no Paraná. Foi significativo para o conceito de *intelectualidade católica*, no *campo* educacional e acadêmico paranaense, especialmente em um período marcado por profundas transformações políticas e sociais no Brasil. Barros foi representante de um projeto educacional alinhado aos princípios da Igreja Católica atuando, na Capital paranaense, num contexto de disputas ideológicas em que conviviam conservadores e progressistas na busca por espaço dentro da educação superior, no espaço público e na imprensa. Fatores relacionados à sua atuação, no CEB; no magistério e na administração da Faculdade de Filosofia; na inserção aos debates educacionais; na ocupação de espaços de poder; na construção/participação de redes de sociabilidades; na circulação em lugares da intelectualidade católica, permitem situar o intelectual em meio ao projeto educacional católico no Paraná, bem como as disputas educacionais e ideológicas do período. A trajetória de Barros revela os objetivos e os caminhos traçados pela igreja Católica num contexto em que conclamava leigos intelectuais para a “catolicização do ensino”, e a implantação do que se chamou de “humanismo integral”, na sociedade. A partir de sua trajetória, também é possível conhecer as estratégias que permitiram a ocupação, manutenção e criação de espaços de poder por intelectuais católicos; a articulação de *capitais* dentro dos *campos*, educacional, político, cultural e acadêmico. A investigação abre caminhos para entender a formulação de estratégias para o desenvolvimento do projeto educacional católico paranaense no século XX; é possível conhecer os esforços e as mobilizações da Igreja em propor uma Educação em que a ciência devia ser conduzida com fé, cujos efeitos puderam ser notados na instrução superior do Paraná, assim como, em aspectos da vida social. Outrossim, a análise da trajetória de Barros vem preencher lacunas deixadas pelo amplo debate em torno da constituição do *campo* educacional e disputas ideológicas entre católicos, liberais e seus desdobramentos, na capital do Paraná. Barros atuou em diversas frentes, como um defensor dos princípios conservadores, dedicando sua vida ao projeto educacional da Igreja Católica, como intelectual, leigo, advogado, professor, gestor e político. O presente trabalho, ao mesmo tempo em que abarca discussões mais amplas em torno do debate educacional do século XX, apresenta as peculiaridades dos esforços de Barros como defensor e difusor da cosmovisão católica, principalmente no *campo* educacional; os interstícios das atividades ritualísticas, escondidos pelo debate educacional mais amplo, mas que são orientados pela égide da moral cristã católica.

PALAVRAS-CHAVE: Homero de Barros; Intelectuais; Igreja Católica; Educação; História da Educação

ABSTRACT

This research is part of a broader study on intellectuals from Paraná who were connected to Catholic interests and involved in educational matters during the mid-20th century. The main objective is to explore the life and work of Homero Batista de Barros, focusing on his role in the political, educational, and cultural landscape of Paraná—especially in Curitiba, the state capital. We aim to understand his influence as an educator, intellectual, and supporter of conservative Catholic ideas. This study will examine his trajectory between 1930 and 1968, a period encompassing Barros's arrival at the Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB) and concluding with his final year as Director of the Faculty of Philosophy, Sciences, and Letters at the Federal University of Paraná (FFCL/UFPR). Throughout this time, Barros established himself as an important figure connecting education, politics, and religion in Paraná. He was a key player in shaping Catholic intellectual thought within academic and educational settings, especially during a time of significant political and social change in Brazil. Barros supported an educational model aligned with Catholic Church principles. He was active during a period of ideological conflict, where conservatives and progressives competed for influence in universities, public debates, and the media. His involvement in the CEB, his work as a teacher and administrator at FFCL, his participation in public education discussions, and his connections with Catholic intellectual networks all place him within the Catholic educational movement in Paraná. His life shows how the Church relied on lay intellectuals to promote the “Catholicization of education” and the idea of “integral humanism” in society. Barros’s actions also reveal how Catholic thinkers managed to gain and keep influence in educational, political, and cultural spaces. This research contributes to our understanding of how Catholic educational strategies developed in Paraná and how these efforts shaped higher education and aspects of everyday life. Finally, by studying Barros’s career, we gain insight into the larger ideological struggles between Catholics, liberals, and other groups in Curitiba. Barros played many roles—intellectual, lay leader, lawyer, professor, administrator, and politician—all in service of promoting Catholic education. This study not only adds to the broader conversation about 20th-century education in Brazil but also highlights Barros’s personal efforts to spread and defend a Catholic worldview, especially through education. It also considers the more symbolic and moral dimensions of his work, often hidden within the larger educational debates of the time.

KEYWORDS: Homero de Barros; Intellectuals; Catholic Church; Education; History of Education

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diretoria e sócios do Círculo de Estudos Bandeirantes, em foto de 1929. 163

Figura 2 - Políticos e Professores da Universidade Federal do Paraná, reunidos no espaço da FFCL/UFPR, em maio de 1958.....201

Figura 3 - Homero de Barros presente em Homenagem ao Professor ao arqueólogo espanhol Pedro Bosch Gimpera.....322

Figura 4 - Lançamento da Pedra Fundamental da sede própria do CEB por ocasião do 250 º aniversário da Fundação da Vila de Curitiba, em 29 de março 1943.....349

Figura 5 - Primeira reunião realizada na sede própria do CEB Sessão do Conselho do Círculo de Estudos Bandeirantes, em 1º de julho de 1945. 350

Figura 6 - Barros na inauguração da Biblioteca do CEB em 12 de setembro de 1945. 351

Figura 7 - Homero de Barros em homenagem ao Pe. Luiz Gonzaga Miele, em 1945 352

Figura 8 - Foto de Homero Batista de Barros.....353

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percurso de Barros enquanto integrante da primeira geração de professores da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná – FDUP.....62

Tabela 2 - Clubes, agremiações e cargos de Barros 63

Tabela 3 - Obras e Homero de Barros.....68

Tabela 4 - Textos de Barros sobre Legislação do Trabalho e Direito Industrial.....69

Tabela 5 - Textos sobre direito no jornal Paraná Judiciário, de Curitiba.....69

Tabela 6 - Textos sobre Direito Constitucional 70

Tabela 7 - Textos sobre o Ensino 71

Tabela 8 - Textos sobre trabalhos Filológicos.....71

Tabela 9 - Textos referentes às críticas e apreciações literárias 72

Tabela 10 - Textos sobre História.....73

Tabela 11 - Conferências e discursos.....74

Tabela 12 - Cronologia da formação / titulação acadêmica de Barros.....75

Tabela 13 - Lista de Diretores no Jubileu de Prata do CEB quando completava 25 anos de existência.....169

Tabela 14 - 6ª Diretoria do CEB.....170

Tabela 15 - 12ª Diretoria do CEB.....170

Tabela 16 - 16ª Diretoria do CEB de 1942 A 1944.....172

Tabela 17 - 19ª Diretoria do CEB, em 1949.....172

Tabela 18 - 20ª Diretoria do CEB de 1950 A 1952.....173

Tabela 19 - Cronologia de marcos importantes da História da Educação Superior, no Paraná.....246

Tabela 20 - Corpo Docente da FFCL/PR no ano de 1941 250

Tabela 21 - Professores Catedráticos da FFCL/UFPR, em 1958 253

Tabela 22 - Conteúdo da disciplina de História da Antiguidade e Idade Média, ministrada por Barros de 1942 a 1948 259

Tabela 23 - Acréscimo de temas em 1943, na disciplina de História da Antiguidade e Idade Média, ministrada por Barros 260

Tabela 24 - Acréscimo de temas em 1943, na disciplina de História da Antiguidade e Idade Média, ministrada por Barros 260

Tabela 25 - Acréscimo de temas em 1944, na disciplina de História da Antiguidade e Idade Média, ministrada por Barros 260

Tabela 26 - Conteúdo da disciplina de História da Antiguidade e Idade Média, ministrada por José Pires Braga, em 1946, quando da substituição temporária de Barros.....261

Tabela 27 - Professores que participaram sucessivamente da Diretoria da FFCL até o ano de 1958, segundo a Revista Letras. 264

Tabela 28 - Sessões semanais ordinárias do CEB, entre 1933 e 1959 346

Tabela 29 - Sessões extraordinárias do CEB, de 1930 a 1952 348

LISTA DE SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

BPP – Biblioteca Pública do Paraná

CEB – Círculo de Estudos Bandeirantes

CEP – Colégio Estadual do Paraná

CEPA – Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas

CLP – Centro de Letras do Paraná

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CTA – Conselho Técnico Administrativo

ESS – Escola de Serviço Social

FCFC – Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba

FDP – Faculdade de Direito do Paraná

FFCL/PR – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Paraná

FFCL/UFPR – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná

FFCL/UP – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade do Paraná

IAPR – Instituto dos Advogados do Paraná

IHGPR – Instituto Histórico e Geográfico do Paraná

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

MP – Museu Paranaense

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PUC/PR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

PUC/RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

UBEE – União Brasileira de Educação e Ensino

UCP – Universidade Católica do Paraná

UEB – União dos Escritores Brasileiros

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UMCC – União dos Moços Católicos de Curitiba

UP – Universidade do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

CAPÍTULO 1 - HOMERO BATISTA DE BARROS: TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO DO INTELECTUAL CATÓLICO 40

1.1 FORMAÇÃO INICIAL E *HABITUS* FAMILIAR 40

1.2 ASPECTOS DA ATUAÇÃO INTELECTUAL DE BARROS: PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE IDEIAS NO DEBATE PÚBLICO 50

1.3 DEBATES SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL PÓS PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA 77

CAPÍTULO 2 - *REDES DE SOCIABILIDADE* E OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DE PODER 103

2.1 EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E IDEAIS EDUCATIVOS NO PARANÁ 103

2.2 A INSERÇÃO DE BARROS NA INTELECTUALIDADE CATÓLICA PARANAENSE 122

2.3 O CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES: HISTÓRIA, ESTRUTURA E IDEÁRIO CATÓLICO 147

2.4 BARROS, UM “DISTINTO CONSÓCIO” NO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES 162

CAPÍTULO 3 – AÇÃO ACADÊMICA COMO EXPRESSÃO DO HUMANISMO INTEGRAL: HOMERO DE BARROS E A AFIRMAÇÃO DE UM CAMPO CATÓLICO DE PODER 176

3.1 PELA CATOLICIZAÇÃO DA SOCIEDADE: INTERSEÇÕES ENTRE RELIGIÃO, EDUCAÇÃO E POLÍTICA 176

3.2 BARROS E A COSMOVISÃO RELIGIOSA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: POR UMA CIÊNCIA CONDUZIDA COM FÉ 204

3.3 LÓCUS DE PODER ECLESIÁSTICO: BARROS E A RESISTÊNCIA CATÓLICA NA FFCL 242

3.4 O SENTIDO DA UNIVERSIDADE, EM DISPUTA: O CASO *ANHEMBI* E O DUELO INTELECTUAL ENTRE DUARTE E BARROS 268

3.5 ENTRE CONFLITOS E CAPITAIS: A DOMINAÇÃO SIMBÓLICA DE BARROS NO CAMPO EDUCACIONAL 302

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 324

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **333**
FONTES CONSULTADAS **342**
JORNAIS **342**
REVISTAS **343**
ATAS E ARQUIVOS 344
OBRAS, DISCURSOS E PRELEÇÕES 345

APÊNDICE A – PARTICIPAÇÃO DE BARROS EM SESSÕES ORDINÁRIAS ENTRE 1933 E 1959 ..... **346**
APÊNDICE B – PARTICIPAÇÃO DE BARROS EM SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS ENTRE 1930 E 1952 ..... **348**
ANEXO A – PRESENÇA DE HOMERO DE BARROS NO LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DA SEDE PRÓPRIA DO CEB **349**
ANEXO B - HOMERO DE BARROS NA PRIMEIRA REUNIÃO REALIZADA DA SEDE PRÓPRIA DO CEB **350**
ANEXO C – INAUGURAÇÃO DA BIBLIOTECA DO CEB EM 1945 ..... **351**
ANEXO D - HOMERO DE BARROS EM HOMENAGEM AO PE. LUIZ GONZAGA MIELE, EM 194 ..... **352**
ANEXO E – HOMERO BATISTA DE BARROS **353**

INTRODUÇÃO

A abordagem de um aspecto da trajetória de Homero Batista de Barros (1908-1970), insere-se em um debate mais amplo que articula os contextos educacional, político e religioso, evidenciando os interesses subjacentes à criação do Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB), da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná (FFCL/PR) e de outras instituições em que o ideário católico exerceu significativa influência.

O recorte temporal da pesquisa compreende o período entre 1930, ano em que Barros ingressa no CEB (um ano depois da criação daquela agremiação) e 1968, último ano de Barros à frente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (FFCL/UFPR). A investigação fundamenta-se na análise de fontes documentais diversas, atas, periódicos, discursos, orações, opúsculos, por meio das quais se delineia a posição social de Barros, suas *redes de sociabilidade* e seu *habitus*, permitindo a elucidação das disputas no interior dos campos de poder. Examina-se, assim, sua atuação institucional, as hierarquias ocupadas, suas articulações e deslocamentos, os processos de acumulação de capital simbólico e seu engajamento no projeto educacional católico.

Sua trajetória revela uma dedicação contínua à vinculação entre educação e religião cristã católica, compreendida aqui como um processo dinâmico e não como uma estrutura rígida e imutável. Sua influência oscilou ao longo do tempo, ora ocupando posições periféricas nos debates e na tomada de decisões, ora assumindo papel central nas definições estratégicas das instituições em que atuou.

Por meio da análise das práticas e dos modos de ação no interior das instituições culturais e educacionais, busca-se compreender o papel desse intelectual em organizações que lhe conferiram capital político e simbólico. A abordagem de sua trajetória propõe uma leitura dialógica entre indivíduo e estrutura, uma "via de mão dupla", na qual as instituições de poder são examinadas tanto como contexto de sua atuação quanto como reflexo de sua cosmovisão e de suas estratégias em prol da afirmação do ideário católico na capital paranaense.

Em distintas conjunturas, Barros adotou uma postura combativa em relação ao liberalismo, que se configurava, à época, como uma alternativa no campo do pensamento educacional. Para além da documentação institucional, a análise das fontes possibilita apreender não apenas os efeitos de suas decisões, mas também as motivações e intencionalidades subjacentes à sua prática, tanto nos interstícios de sua atuação cotidiana quanto em iniciativas de maior alcance e impacto.

O exame de sua trajetória, possibilita uma "aproximação entre acontecimento e estrutura, que permite confrontar a questão do individual perante o social, evitando as posições dicotômicas que encaram de um lado a total liberdade do sujeito e de outro, sua imobilidade perante as estruturas sociais" (SILVA, 2014, p. 18).

Barros não está entre os principais historiadores de seu tempo, inclusive cabe até o questionamento de se de fato ele era um historiador de ofício. Não está entre aqueles que escreveram vastas e significativas obras literárias relativas à Educação, ou mesmo a religião. Ainda assim, ficou marcado pelo longo período em que ocupou o cargo de Diretor da FFCL/UFPR. Pela circulação e participação em espaços institucionais característicos (para não dizer exclusivos) da intelectualidade paranaense; não apenas como membro, mas com atuações típicas de quem estava munido de *capital.*

Analisar sua trajetória, permite-nos investigar suas ideias e práticas educacionais na sua relação com a Igreja Católica e com o ensino voltado a valores conservadores no Paraná. Os aspectos de sua atuação política revelam seu papel de defensor da ordem social e da moral cristã, juntamente com os embates travados para esse fim. Concomitantemente, examinaremos sua contribuição para as instituições culturais, históricas e educacionais do Paraná, especialmente relacionado ao que convencionalmente temos chamado de intelectualidade paranaense.

Ainda que o nosso trabalho tematize a trajetória de Homero de Barros, não temos a pretensão de produzir um trabalho biográfico. Temos apontado para investigações relativas às questões educacionais e o projeto de ensino superior que se tinha para o Paraná, (a começar no início do século XX, e que se

estendeu pelas décadas seguintes), juntamente com os empreendimentos mobilizados para a concretização de tal desígnio.

Faz-se necessário considerar que, no contexto no começo do século XX, em Curitiba, um grupo de leigos, convencionalmente chamado de Laicato Católico, foi responsável por elaborar concepções educacionais, propagar ideais da cristandade católica e formar uma elite intelectual capaz de representar os interesses da Igreja Católica, atrelando educação, religião e política. A materialização do "projeto formativo da Igreja Católica", resultou em livros, jornais, revistas, etc., que impactaram nas discussões em torno das concepções de Universidade. Em termos institucionais, os esforços dos intelectuais católicos resultaram na criação da FFCL/PR, na criação do CEB; posteriormente na Federalização da Universidade do Paraná; na criação da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba (FCFC) entre outros espaços institucionais criados ou ocupados pelos representantes da Igreja, religiosos ou leigos.

A trajetória desse intelectual permite ao leitor, reconstituir as tensões, os debates educacionais; identificar os interesses (filosóficos, sociais, políticos, religiosos); elucidar os condicionantes que permitiram, quando não impuseram decisões e tomadas de posições por ele. Em diversos momentos Barros esteve munido do "poder da caneta", por ter alcançado certa posição hierárquica, que lhe permitiu deliberar, influenciar, propor ou mesmo impor determinadas decisões.

Tal como já temos explicitado, nosso recorte temporal, circunscrito entre 1930 (vinculação de Barros no CEB) e 1968 (último ano de Barros na Direção da FFCL/UPPR), leva em conta e existência de um grupo já estabelecido de intelectuais católicos aparelhados em torno do esforço de conciliar a religião e a ciência para a formação dos sujeitos (especialmente no que diz respeito ao Ensino Superior no Paraná). Quando decidimos por iniciar nossa pesquisa com filiação de Barros ao CEB, em 1930, não desprezaremos os antecedentes que motivaram a fundação daquela congregação, em 1929, tampouco a formação escolar/acadêmica de Barros, iniciada no início do século XX. A escolha desse ponto de partida se deu justamente por adentrarmos em um debate com um "projeto" em andamento, em que Barros se inseriu por já ser de família católica e seu pai ter sido um profissional do Direito conhecido na capital paranaense.

O ano de 1968 foi adotado como marco temporal para o encerramento desta investigação, pois corresponde ao último ano de Barros na Direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (FFCL/UFPR). Esse período permite identificar a consolidação de um projeto conduzido por intelectuais católicos na capital paranaense, cuja trajetória foi permeada por intensos debates, tanto entre correntes ideológicas antagônicas quanto no interior do próprio grupo, onde as ideias nem sempre se apresentaram de forma homogênea. O término de sua gestão à frente da FFCL/UFPR marca, assim, o encerramento de um ciclo de sua vida profissional, em que ele articulou um conjunto de *capitais* que lhe garantiram não apenas o acesso, mas também a permanência em cargos de destaque, conferindo-lhe evidência social, prestígio político e credibilidade intelectual.

A atuação desse intelectual, no *campo* educacional e político no Paraná, foi determinante para a conformação de uma educação dita conservadora, especialmente no ensino superior, cujas repercussões se fizeram sentir no pensamento político e educacional da época, com efeitos que se consolidaram e, quiçá, reverberam até os dias atuais. Sua presença nas instituições culturais, históricas, educacionais e políticas não se limitou à preservação da memória, mas serviu como um instrumento de fortalecimento da narrativa conservadora na capital paranaense e no estado como um todo.

Dessa forma, buscamos compreender os desafios inerentes à materialização do ideário católico no ambiente acadêmico da FFCL/UFPR, bem como analisar a importância do acúmulo de capital cultural, intelectual e simbólico em sua trajetória. Esse acúmulo foi determinante para sua inserção e consolidação em instituições de poder, tornando-se um elemento central na articulação dos interesses da Igreja Católica. Fiel à concepção de que a educação superior deveria estar intrinsecamente vinculada à religião, Barros dedicou grande parte de sua vida à defesa desse princípio. Seus discursos e a difusão de suas ideias ocorreram, em grande medida, no interior de agremiações que lhe conferiram prestígio e influência na conversação pública.

Barros integrou uma elite intelectual cujas práticas culturais, *redes de sociabilidade* e posições de poder lhe garantiram visibilidade e privilégio na capital paranaense. Dentre as instituições das quais participou ativamente,

destacam-se o Centro de Letras do Paraná, o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, o Instituto dos Advogados do Paraná (IAP) e o Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB), além de sua contribuição regular em jornais e revistas da época. Como parte do movimento dos “intelectuais católicos”, composto majoritariamente por membros da elite política e econômica do período, Barros engajou-se no enfrentamento à disseminação do pensamento laico, buscando reafirmar a necessidade de “uma ciência conduzida com fé” nos espaços institucionais e nas *redes de sociabilidade* curitibanas.

Carlos Eduardo Vieira (2015) nos permite refletir que, essa elite intelectual, a qual temos mencionado, possui capacidade de oratória, poder de persuasão e convencimento, além da familiaridade com as artes, com a Filosofia e com as ciências. Tais fatores colocam seus partícipes numa posição de privilégio e de poder; todavia, não necessariamente os “intelectuais” foram chamados e reconhecidos por essa nomenclatura, embora seja possível notar costumeiramente, tal atribuição. Vieira (2015) nos apresenta outra possibilidade, advinda de outro contexto.

> Outros termos, semanticamente correlatos, são encontrados para designar esses protagonistas, tais como: *intelligentsia*, que nomeou os jovens literatos em luta contra o czarismo na Rússia; *Philosophers*, que designou os principais protagonistas do iluminismo francês; ou *profissionais da educação*, tal como os intelectuais associados ao Movimento pela Escola Nova buscaram se auto representar no Brasil dos anos de 1930 (VIEIRA, 2015, p. 07)

Identificamos a necessidade de desenvolver uma pesquisa voltada à trajetória Barros (1908-1970), um intelectual paranaense cuja atuação foi significativa, embora ainda pouco explorada nos trabalhos acadêmicos. Inserido em um contexto educacional e político pautado pelo ideário católico, Barros permite uma análise aprofundada das interseções entre práticas e discursos, da tentativa de conciliação entre religião, educação e política, das disputas entre católicos e liberais, bem como das escolhas curriculares e dos propósitos do ensino no Paraná.

O estudo de sua trajetória contribui para a historiografia paranaense ao preencher lacunas sobre o cenário político e educacional da época e possibilita uma compreensão mais ampla da formação das elites políticas e intelectuais que influenciaram os debates educacionais no estado durante a primeira metade do século XX. Dessa forma, sua atuação se revela essencial para compreender os

mecanismos de consolidação do projeto educacional católico e suas implicações na organização do ensino superior no Paraná. Este estudo também contribui para uma análise estrutural da História da Educação no Brasil, ao posicionar Barros como uma figura central no debate acerca da consolidação de uma educação de matriz católica. Nesse sentido, ele pode ser compreendido como um agente ativo na tentativa de imprimir uma moral conservadora ao sistema educacional, especialmente no ensino superior. A partir dessa perspectiva, buscamos oferecer subsídios para que o leitor aprofunde a compreensão das implicações do desenvolvimento da educação e do ensino superior no país.

Parte-se da hipótese de que a trajetória de Barros, marcada por sua atuação intelectual, política e educacional, representa a expressão de um projeto de formação universitária que, conduzido por intelectuais, visava moldar a cultura acadêmica paranaense a partir de valores filosófico-religiosos alinhados à doutrina social da Igreja. A tese que se defende, portanto, é que Barros atuou como um agente estratégico na tentativa de consolidar uma universidade confessional e moralmente orientada, ao mesmo tempo em que se posicionava contra projetos laicos e pluralistas. Seu percurso evidencia como diferentes concepções de sociedade e educação disputaram espaços institucionais e simbólicos no campo do ensino superior durante o século XX.

A partir dessa tese, a investigação orienta-se pela análise das práticas e discursos de Barros, bem como das estruturas e redes nas quais ele se inseriu, buscando compreender os meios pelos quais tentou consolidar um projeto educacional católico no âmbito do ensino superior. Tal perspectiva permite não apenas examinar os embates ideológicos de seu tempo, mas também situar sua trajetória no interior de disputas mais amplas sobre os sentidos da universidade.

O exame de aspectos fundamentais de sua atuação intelectual, constitui um procedimento investigativo de caráter racional e sistemático, cujo propósito é oferecer respostas a questões de amplo espectro. Como já destacado, Barros esteve inserido em debates que ultrapassaram os limites regionais, reverberando no cenário nacional. Nesse sentido, nosso estudo se desenvolve por meio de um processo estruturado em diversas etapas, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados, conforme assinala Carlos Antônio Gil (2002).

Dentro dessa mesma perspectiva, cabe ressaltar que uma pesquisa só tem início quando há uma questão ou incerteza a ser esclarecida. Assim, pesquisar significa investigar ou procurar uma resposta para determinado problema (GIL, 2022).

De modo ainda mais sintético constatamos a necessidade de propor algumas questões para que pudéssemos elaborar hipóteses, ir às fontes e engendrar esforços para respondê-las:

a) Qual era o projeto educacional em curso pela Igreja Católica no Paraná e qual o papel social de Homero Batista de Barros dentro do laicato católico na capital paranaense? De que maneira ele contribuiu para a concretização do ideário educacional católico?

b) Como Barros acumulou e mobilizou diferentes formas de *capital* (cultural, social, político, educacional e simbólico) para consolidar sua influência nos espaços de poder? Quais estratégias ele empregou para legitimar sua posição e ampliar sua rede de influência?

c) Em quais instituições Barros desempenhou um papel ativo? Quais cargos ocupou e quais embates travou ao longo de sua trajetória? De que forma esses embates refletem dinâmicas estruturais mais amplas da História da Educação no Brasil? Ele obteve êxito em suas investidas ou enfrentou resistências que frustraram seus objetivos?

d) Quais foram as principais iniciativas de Barros no contexto do movimento dos intelectuais católicos do Paraná? De que maneira sua trajetória permite compreender a atuação dos intelectuais católicos e os debates que travaram com outras correntes filosóficas e ideológicas?

e) O que a trajetória de Barros revela sobre a História da Educação Superior na Universidade do Paraná? Como sua atuação ilustra a intersecção entre Educação, Religião e Política no contexto do ensino superior do estado?

Depois de verificadas a existência e acesso às fontes, fizemos um mapeamento de trabalhos existentes, em torno da discussão entre católicos e liberais; da Intelectualidade Católica no Paraná; de personagens que se notabilizaram no debate pela Educação superior no Paraná; entre outras discussões que se aproximavam de nosso objeto de estudo.

Assim, começamos a reunir, separar, digitalizar, transcrever, ler e mexer de modo prático, com o material arquivístico e documental. Primeiramente, acessamos a documentação disponível na própria Universidade Federal do Paraná, tais como Anuários da FFCL; atas, materiais de ministração de aulas; livros de chamadas; anotações dos cursos ministrados por Barros; discursos de solenidades, orações, entre outros. Vimos, também, arquivos do CEB, do qual obtivemos centenas de documentos digitalizados; Jornais e Revistas que circularam na capital paranaense ao longo do século XX. Buscamos acervos familiares de Barros, certidões em cartórios, e conseguimos encontrar certos materiais disponíveis na internet, tais como, exposições de aulas inaugurais, palestras, entre outros.

Estudar a trajetória desse intelectual significa analisar um sujeito inserido em instituições sociais que evidenciam pertencimentos, posicionamentos e pressupostos, além de suas filiações teórico-filosóficas e metodológicas. Sua defesa dos ideais católicos manifestou-se tanto em seus discursos quanto em suas práticas, refletindo o papel central do cristianismo católico em sua vida. Esses elementos não apenas o caracterizam individualmente, mas também permitem compreender o contexto social, cultural, religioso e político da primeira metade do século XX no Paraná.

Nesta tese, Barros é abordado sob duas perspectivas complementares: em determinados momentos, sua trajetória foi condicionada por um campo que lhe era externo, que impunha definições e limites à sua atuação; em outros, ele próprio assumiu um papel ativo como agente definidor, empenhando-se na consolidação do catolicismo no espaço educacional. Nesse sentido, destacou-se como um dos articuladores do projeto educacional católico, sendo uma voz influente na defesa da manutenção dos princípios religiosos no ensino superior, especialmente no interior da FFCL/UFPR.

Embora os *campos* acadêmico e educacional constituam o foco central de nosso recorte temporal, é fundamental destacar a presença significativa do campo político na análise aqui empreendida. Não raro, o espaço educacional se confunde com o político, uma vez que as decisões estruturantes da educação superior são, em larga medida, determinadas no âmbito das instâncias políticas. Já o campo acadêmico, longe de ser um espaço homogêneo e coeso,

caracterizou-se por embates, divergências e disputas, refletindo interesses muitas vezes antagônicos. Nesse contexto, buscamos identificar a participação de Barros diante dessas dinâmicas, seja como instigador de debates, provocador de conflitos ou articulador de estratégias que revelam não apenas suas aspirações, mas também o poder que detinha.

Como diretor da FFCL/UFPR, atuou como gestor proeminente, assumindo para si a missão de preservar a égide cristã naquele espaço e travar os embates necessários para garanti-la. Um dos episódios mais emblemáticos dessa disputa foi o intenso debate entre Barros e Paulo Duarte, diretor da *Revista Anhembi*, cujas controvérsias ganharam ampla repercussão na imprensa na década de 1950, revelando os projetos concorrentes que disputavam a orientação ideológica e acadêmica.

Sua trajetória evidencia tanto os interesses subjacentes à sua atuação quanto a dimensão do poder pretendido e conquistado pelos intelectuais católicos no interior da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná. Convicto defensor da hegemonia do pensamento católico, não apenas mobilizou seus pares, mas lançou mão de todos os recursos ao seu alcance para assegurar o domínio do discurso religioso naquele espaço acadêmico. Nossa análise contribui, assim, para que o leitor e o pesquisador elucidem as particularidades que marcaram o ensino superior no Paraná: as tensões e contradições no campo acadêmico, as convergências e divergências entre os interesses educacionais, religiosos e políticos, bem como as estratégias de aquisição e mobilização dos diferentes capitais (sejam eles religioso, educacional, intelectual ou político) que conferiram a Barros uma posição de influência e prestígio.

A partir da trajetória de Barros, o presente trabalho traz à tona aclaramentos em relação à atuação dos intelectuais católicos no espaço acadêmico paranaense, evidenciando os interesses da Igreja, as estratégias mobilizadas para a consolidação de seu projeto educacional e o papel desempenhado na configuração da intelectualidade no Paraná. Nossa pesquisa transpassa uma rede de significações que discute a História de intelectuais paranaenses, e colabora para debates em torno das relações entre discursos e políticas educacionais de modo abrangente.

> [...] A adequada compreensão de determinado autor impõe um duplo trabalho de elucidação: de suas ideias e do universo intelectual em que mental do autor – isto é, as categorias e postulados que o sustentam ou sua maneira de pensar – e requer, também, que consigamos alguma informação acerca do espaço acadêmico em que seus escritos estão inseridos (WACQUANT, 1993, p. 235).

A trajetória de Barros não se limita a uma biografia, mas se torna uma investigação sobre os mecanismos culturais e ideológicos que moldaram o debate político, o pensamento religioso e educacional no Paraná, entre 1930 e 1968. Nesse sentido, conceito de *campo* e *habitus,* presentes na teoria de Pierre Bourdieu, permite-nos refletir sobre as ações, a circulação, as opiniões e os discursos produzidos por ele, bem como os lugares e as condições que possibilitaram as enunciações.

A análise do *habitus* nos permite entender por que ele agiu da maneira que agiu. Seus valores, suas práticas e suas escolhas não eram apenas individuais, mas estavam enraizados em um conjunto de disposições adquiridas ao longo de sua vida. Isso também explica como ele se adaptou às transformações históricas, utilizando suas redes de convívio social e posições de privilégio e poder para preservar a influência católica na educação, mesmo em um contexto de crescente secularização e disputas ideológicas.

O *habitus* nos ajuda a compreender Barros não como um indivíduo isolado, mas como um produto de uma formação, de redes e de estruturas sociais que, consequentemente, o moldaram, cujo resultado requer a análise de uma complexidade de relações.

Juntamente com o habitus, Bourdieu (2002), nos traz à tona as noções de *campo*, e também *capital*, especialmente porque em sua trajetória, estabeleceu vínculos em espaços institucionais, educacionais, não foi isolada, mas fruto de relações interpessoais e institucionais dentro espaços que conferiam poder aos agentes. Seu papel como católico leigo, professor, gestor e político precisa ser visto dentro desse cenário, com disputas por legitimidade e influência. Os intelectuais católicos adentraram no debate acadêmico, onde se desenvolveram debates, proposições de cunho ideológico, circulação de textos e ideias, produção de enunciações.

De modo mais sintético e enfático, o *habitus,* portanto, está relacionado a um “conhecimento adquirido e também um haver, um capital, que indica a

disposição incorporada, quase postural [...] de um agente em ação". (BOURDIEU, 2002. p. 61)

> Sistema de disposições adquiridas pela **aprendizagem implícita ou explícita** que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim. A teoria do *habitus* visa a fundamentar a possibilidade de uma ciência das práticas que escape à alternativa do finalismo ou do mecanicismo (BOURDIEU, P. 1983, p. 89, grifo nosso).

A partir do *habitus* fundamentamos a condição em que Barros se encontra, entendendo a estrutura que gera e orienta suas práticas, considerando ainda as suas assimilações implícitas. Quando pensamos na idiossincrasia de Barros, seu senso prático, suas convicções diante de determinada situação que, com base num passado constituidor de saberes, fornece referências para planejar ações futuras. As tomadas de decisões podem ser vistas como disposições duráveis e transferíveis por meio de influências, que integrando todas as experiências vividas no passado, "funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas" (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Tomando a trajetória a partir de demandas estruturais e conjunturais, pode-se conceber que as suas práticas podem se atualizar constantemente, abrindo novas possibilidades, desenhando novas expectativas ao sabor de novas experiências, num movimento dinâmico e carregado de nuances. Sendo assim, o modo de agir, pode ser visto como orientado quando não condicionado por uma cultura familiar, um contexto social, político, religioso; pode estar relacionado à sua formação, às suas simpatias teóricas e metodológicas adquiridas, entre outros fatores que o definiram em diversos momentos.

> A noção de *habitus* permitia-me romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência, a da economia clássica e do seu *homo economicus* que regressa hoje com o nome de individualismo metodológico. Retomando a velha noção aristotélica de *hexis*, convertida pela escolástica em *habitus*, eu desejava reagir contra o estruturalismo e a sua estranha filosofia da ação que, implícita a noção lévi-straussiana de inconsciente, se exprimia com toda clareza entre os *althusserianos*, com o seu agente reduzido ao papel de suporte [...] da estrutura [...] eu desejava pôr em evidência as capacidades "criadoras", ativas, inventivas, do *habitus* e do agente [...] o *habitus*, como a palavra indica, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental, na idealista), o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural. O poder gerado no *habitus* não é o de um espírito universal, mas sim o de um agente em ação (BOURDIEU, 1985, p. 11).

O conceito de *trajetória*, tomado na perspectiva de Bourdieu (1985), nos remete a uma análise dos elementos individuais de Barros, embora considerando-o detentor de traços característicos de uma coletividade. Mesmo sendo inserido em agremiações que remetem a um conjunto de indivíduos, nos interessa partir da individualidade para verificar consonâncias e deslocamentos nas posições, enunciações e práticas.

> Por oposição ao efeito da trajetória individual que, por ser um desvio em relação à trajetória coletiva – cujo sentido pode ser nulo -, é imediatamente visível, o efeito da trajetória coletiva corre o risco de passar despercebido como tal: quando o efeito de trajetória se exerce sobre o conjunto de uma classe ou de uma fração de classe, ou seja, sobre um conjunto de indivíduos cujos traços comuns consistem em ocupar uma posição idêntica e estarem envolvidos na mesma trajetória coletiva, aquela que define a classe em ascensão ou em declínio, corre-se o risco de imputar às propriedades, associadas sincronicamente à classe, determinados efeitos – por exemplo, opiniões políticas ou religiosas – que, na realidade, são o produto das transformações coletivas. A análise torna-se complicada pelo fato de que determinados membros de uma fração de classe podem ter empreendido uma trajetória individual de sentido oposto à da fração em seu todo: apesar disso, suas práticas não deixam de estar marcadas pelo destino coletivo [...] (BOURDIEU, 2017, p.106).

Compreender as aspirações, os discursos, os interesses, os conflitos em que se inseriu ou foi inserido em sua trajetória, possibilita-nos recuperar os debates travados, especialmente na primeira metade do século XX, que envolveram ciência e religião; sobre as pretensões para formação acadêmica no entroncamento com o ideário católico; debates e participação de Barros nas agremiações de cunho intelectual, nas discussões políticas, educacionais e religiosas.

Ao longo do tempo, os membros do grupo intelectual católico do Paraná, divergiram em determinados aspectos, adotaram estratégias próprias e, em alguns casos, assumiram funções e cargos que os afastaram (ainda que por um momento) dos objetivos iniciais que os uniram. Esses fatores evidenciam que nem sempre houve uma plena convergência entre seus integrantes, desfazendo a noção equivocada de uma homogeneidade absoluta ao se analisar apenas a coletividade. Dessa forma, a trajetória de Barros deve ser compreendida como o percurso de um agente inserido em distintos campos sociais (acadêmico, político e religioso), levando em conta os capitais que acumulou e as condições que influenciaram suas escolhas.

Pierre Bourdieu (2011) alerta para o risco da *ilusão biográfica*, ou seja, a tendência de interpretar a trajetória de um indivíduo como uma sequência linear e coerente de eventos, dotada de uma lógica predeterminada. Tal perspectiva ignora as múltiplas influências e contingências que moldam a experiência de um agente ao longo do tempo. No caso de Barros, essa abordagem crítica se faz essencial, pois sua atuação não pode ser reduzida a uma narrativa teleológica ou a uma progressão inevitável de êxitos e desafios. Ao contrário, sua inserção nos campos acadêmico, político e religioso deve ser analisada a partir das estruturas sociais em que esteve imerso, dos *capitais* que acumulou e das disputas simbólicas em que se envolveu. Assim, compreender sua trajetória exige ir além de uma simples reconstrução cronológica, para desvendar os mecanismos sociais e históricos que possibilitaram e condicionaram suas escolhas e atuações.

Em outras palavras, o presente trabalho contraria a crença de que, tudo o que aconteceu, da forma como aconteceu, tenha sido para leva-lo àquele papel na História e/ou tenha conduzido a vida àquele final.

De acordo com Bourdieu (2011):

> Tentar compreender uma vida como uma série única e por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um sujeito cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede (BOURDIEU, 2011, p. 81).

Nos imbuímos em verificar um conjunto de acontecimentos, relacionados direta e/ou indiretamente ao agente, de modo a compreender Barros como inserido numa estrutura que lhe ofereceu sentido às ações. As redes de relacionamentos, por serem dinâmicas, por vezes descontinuadas e carregadas de nuances, fazem necessário pensar o intelectual nos modos macro e micro, entendendo que ambas as abordagens se completam mutuamente.

Por ser integrante de um grupo, percebe-se que os posicionamentos estavam consonantes com um projeto coletivo. Nosso trabalho aborda o referido intelectual dentro desse movimento dinâmico: nos aproximamos para observar as particularidades presentes nos interstícios; nos afastamos para observar as ações de modo mais amplo, verificando as demandas com maior inteligibilidade. É dessa maneira que vamos construindo as nossas interpretações e

identificando as experiências, os discursos, peculiaridades e a produção de sentidos.

O conceito de *campo* foi pensado para albergar os propósitos das atividades, dos discursos e de Barros em espaços institucionais que lhes ofereceram determinados *capitais*. Em Bourdieu (1989),

> [...] a noção de *campo* é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar - **ou orientar** - todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades. Por meio dela, torna-se presente o primeiro preceito do método, que impõe que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista [...]: é preciso pensar relacionalmente (BOURDIEU,1989, p.27).

Os *campos* são espaços sociais (restritos ou não) onde as ações coletivas e individuais são forjadas e normatizadas, criadas, transformadas e ressignificadas ao sabor de determinadas demandas e circunstâncias. Em outras palavras, “esses espaços ou estruturas trazem em seu bojo uma dinâmica determinada e determinante, na mesma medida em que sofrem influência e, portanto, modificações de seus autores” (MORAES 2006-2007. p. 82). Ainda em Bourdieu (2003), o *campo*, no seu conjunto, pode ser definido como um “sistema de desvio de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos actos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido, senão relacionalmente por meio do jogo das oposições” (BOURDIEU, 2003. p. 179) e/ou das distinções.

Um ponto crucial de nossa articulação às ferramentas teóricas analíticas, é pensar sobre a definição do “que é”, ou “quem são os intelectuais”. Ainda que consideremos a possibilidade de recorrer a diversas definições de *intelectual*, Jean-François Sirinelli (1986), nos permitirá um melhor entendimento do engajamento, do compromisso assumido direta ou indiretamente de Barros, bem como a sua relação com a sociedade.

Sirinelli (1986) propõe um conceito de *intelectual* que vai além e se torna uma maneira mais completa para analisar Barros dentro das *redes de sociabilidade* e dos contextos históricos em que estão inseridos. Para o autor, os intelectuais são atores sociais que exercem influência sobre a sociedade por

meio de sua atuação cultural, suas conexões e suas intervenções em debates públicos.

> Dirigir as funções de ator, ao lado de outros agentes do jogo político, testemunho ou, que refrata e esclarece, por decantação ou por amplificação – as tensões e os desafios de seu tempo. Indiretamente, como a consciência do seu tempo: neste caso, não é apenas um tempo dos microclimas intelectuais ou o barômetro de ar dos tempos políticos; ou torna-se, em um papel que também pode ser passivo, um agente das massas de ar cultural, o que determina instalação de grandes zonas de época ideológica. (SIRINELLI, 1986, p. 99).

Ainda que tomado dentro das possibilidades polissêmicas, pretendemos hierarquizar o uso e as apropriações do que entendemos como *intelectual.* Não há a pretensão de buscarmos a gênese do conceito, mas apontar para o uso que nos parece pertinente.

O estudo dos *intelectuais* em Sirinelli (1986) possibilita-nos a reflexão sobre o papel dos "homens de letras" para a sociedade. Ressaltando ainda a necessidade da definição de objetivos e métodos para a pesquisa, o autor aponta para a noção de *itinerários*, *trajetórias*, *redes de sociabilidades* e *geração*. A ideia de *itinerários* poderá nos ajudar na interpretação das ações do grupo intelectual, em que Barros estava inserido, juntamente com o mapeamento dos territórios onde o grupo exerceu influência direta ou indireta; a produção de sentidos das enunciações de Barros ou de ecos do grupo por ele representado; suas ações, seus engajamentos, suas filiações, suas rupturas, suas posições num dado presente.

Podemos dizer que os *intelectuais*, ou ainda *homens de letras*, que não alcançaram notável visibilidade mundial ou nacional passam a serem olhados com maior sensibilidade a partir da reconstrução dos *itinerários*. Tal metodologia pode partir tanto da biografia do sujeito, como de grupos que tiveram percursos inicialmente homogêneos. Nesse sentido, o estudo da trajetória de Barros, revela e identifica as influências, os pertencimentos, as filiações teórico-filosóficas, os cruzamentos de interesses, as rupturas, as continuidades, os embates, entre outros fatores de significativa importância para o debate educacional.

Para Sirinelli (1986), um intelectual não atua dentro de *redes de sociabilidade* que lhe conferem influência e legitimidade. Essas redes incluem: instituições acadêmicas (universidades, academias, grupos de pesquisa); publicações (jornais, revistas, livros, manifestos); grupos políticos e religiosos

(partidos, associações, igrejas); intelectuais e políticos aliados, com os quais compartilha ideias ou projetos. Barros se encaixa nesse modelo porque sua atuação se estendeu por diversas redes, nas quais exerceu influência e consolidou sua posição. Ele transitou entre o meio universitário, os círculos políticos e as instituições católicas, construindo uma carreira intelectual baseada nessas conexões.

Ao fazer o manuseio de escritos como, jornais, revistas, atas, anuários, diários de classes, documentos pessoais, dialogamos diretamente com a ideia de ampliação do conceito de fonte e de formas de escrever a História. Documentos que antes eram rejeitados, aos poucos acabaram ganhando espaço na interpretação histórica, assim como surgem outros sujeitos, abandonando-se a história dos grandes homens e dos grandes feitos, os historiadores enveredam pelo território da cultura, do imaginário, das mentalidades. Desse modo, o presente trabalho vem de encontro às mudanças que a historiografia vem passando desde a década de 1970, em que os intelectuais passam a ganhar espaço como objeto de estudo, fugindo daquilo que Sirinelli (1986) chamou de “ângulo morto”. A história intelectual como nova abordagem apresenta-se como um dos resultados das mudanças na historiografia. Novos debates, novas ampliações de fontes vêm sendo discutidas no interior do mundo acadêmico e, isso tem sido influenciado “pelo surgimento de novos territórios a serem explorados pela pesquisa histórica, pelos novos objetos visando temáticas originais e pela abundância das novas abordagens” (SANTOS, 2009, p. 01).

Nossa pesquisa, leva em conta as possibilidades teóricas apresentadas pelo que se convencionou chamar de Nova História, estabelecendo diálogo com outras áreas para a construção de um conhecimento sólido, consistente e que objetiva colaborar para a História da Educação com o rigor acadêmico inerente à pesquisa. Não pretendemos propor uma verdade pronta e acabada, mas trazemos um exame da trajetória de Barros munida de fontes.

Para articular a seleção e fontes, bem como a pertinência de umas em relação às outras, constatamos a necessidade de pensar cronologicamente na sequência de acontecimentos que estão relacionados direta ou indiretamente com o contexto vivido por Barros. Entre os acontecimentos que merecem

destaque, o ano de 1912 marca a fundação da universidade do Paraná; 1929, a fundação do CEB; 1938, a criação da FFCL/PR; 1946, a restauração da Universidade do Paraná; 1950, a Federalização; em 1951, a fundação da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba (FCFC). Tais eventos encontram-se atrelados à trajetória de Barros.

Entre as fontes analisadas, reunimos materiais de imprensa para mapearmos a circulação de Barros, suas movimentações, seus discursos, seu ingresso e articulação nos espaços de poder; diga-se religioso, educacional e político. Nem todos os materiais jornalísticos analisados, traziam notícias diretamente ligadas ao intelectual, mas, de algum modo nos ofereceram informações relevantes sobre o contexto paranaense da primeira metade do século XX. Entre os materiais de imprensa que tivemos acesso, estão: 155 volumes do jornal *O Dia*, entre 1923 a 1961; 144 edições do jornal *Diário do Paraná*: *Órgãos dos Diários Associados*, entre 1955 e 1983; 68 edições do jornal *Diário do Paraná*, de 1945 a 1947; 96 edições do jornal *Diário da Tarde*; 39 edições do jornal *O Estado*, de 1936 a 1938; 47 volumes do jornal *Correio do Paraná: órgão do Partido Liberal Paranaense*, entre 1932 e 1965; 20 edições do jornal *A República*: órgão do Partido Republicano, de 1988 a 1930; 17 edições do jornal *Última Hora*, entre 1959 e 1964; 13 edições do jornal *A Tarde*, entre 1930 e 1960; 13 edições de *Correio de Notícias*, de 1980 a 1989; 3 edições de *O Estado do Paraná*, de 1925 a 1926; 2 edições do jornal *Paraná Esportivo*, de 1952 a 1963; 60 edições do jornal *Gazeta do Povo*, entre 1946 e 1971; 3 volumes do jornal *Gazeta Paranaense*.

Consultamos outros jornais e revistas que circularam na Capital do Paraná, mereceram nossa atenção para compreendermos os debates educacionais, como *Esphynge*; O *Jasmim*; *A Bomba*; *Myrto e Acácia*; *A Escola*; *A Estrela*; *Ramo de Acácia*; *O Pelicano*; *O Porvir*; *A Semana*; *O Pharol*; *A Ordem*; *O Alvor*; *A Doutrina*; *O Progresso*, etc. Tais materiais mereceram a nossa atenção por tratarem, em algum momento, de questões relativas aos debates educacionais que, consequentemente, ecoaram na época de Barros.

No jornal *O Dia*, que está entre os materiais mais volumosos, entre nossas fontes, notamos que foram diversas as notícias em que se mencionava a presença de Barros, nas solenidades da semana santa, nas festividades;

citado entre festeiros e noveneiros de Nossa Senhora do Rocio. Redações publicadas sobre os ritos da Semana Santa, sobre sexta-feira maior, entre outros episódios que evidenciam a rotina de um cristão praticante e ativo. Encontramos assuntos relacionados à Educação, bem como instituições de ensino em que atuou; participação em partidos políticos, convenções, conselhos, gestão e mesmo candidatura a cargo eletivo no legislativo.

Tanto o jornal *O Dia*, como o jornal *Diário do Paraná* noticiaram homenagens a Barros em datas de aniversário; nas ocasiões de pleito eleitoral; discursos e monções em lugares de circulação da elite intelectual, como Clube Curitibano, Talia, Círculo militar do Paraná. Os materiais impressos também trazem homenagens acadêmicas; sobre a atuação de Barros na Direção da FFCL/UFPR; mencionam aspectos da fundação da FCFC; entre outras notícias.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por discursos que versavam sobre renovação nacional, reconstrução social que vinham na contramão de ideais cristalizados pela Igreja Católica. Tal clima de insegurança pode ser atribuído a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB)[1] e mesmo a Semana de Arte Moderna de 1922[2]. Ambos os movimentos, de amplitude nacional, soavam como subversivos, por ressignificar a Estética, a Cultura e a

---

[1] Em 1919, no Rio de Janeiro, a Aliança Anarquista fundou o Partido Comunista do Brasil, incentivando a formação de núcleos em outros estados. De tendência libertária, o partido reunia anarquistas, socialistas e comunistas sociais, influenciado pela Revolução Russa e pelas lutas operárias. Desde a insurreição de 1918, já havia a percepção de que era necessária a criação de um partido, e o contato com militantes presos pode ter influenciado sua formação. O partido defendia a reforma agrária, a divisão da produção, a regulamentação do trabalho, a liberdade de pensamento e o acesso à educação, além de um programa organizacional baseado em oito pontos. Em outubro de 1919, militantes paulistas planejaram uma insurreição com o objetivo de instaurar uma república de influência soviética, mobilizando também outros estados. No entanto, uma greve precipitada levou a uma repressão violenta, especialmente em São Paulo. Até o final de 1919, a repressão em todo o país desarticulou diversas mobilizações, aprofundando divergências internas e enfraquecendo o partido ao longo de 1920. A historiografia frequentemente desconsidera esse PCB, tratando-o como um esboço do partido de 1922. No entanto, Frederico Bartz (1999) reavalia a trajetória desse movimento a partir da memória de militantes, documentos e uma historiografia limitada. Ele propõe uma análise que não o compara com o PCB de 1922, considerando-o, em vez disso, um reflexo legítimo do contexto e das expectativas de seus fundadores.

[2] A Semana de Arte Moderna de 1922 tornou-se referência na renovação das artes e do pensamento brasileiro, consolidando São Paulo como símbolo desse movimento, liderado por Mário e Oswald de Andrade, entre outros artistas. No entanto, pouco se discute sobre o modernismo em outras regiões do país. Este artigo analisa as fronteiras territoriais do movimento, destacando críticas, especialmente de autores cariocas, à hegemonia da Semana de 22. O evento rompeu com tradições e buscou inserir o Brasil na modernidade, promovendo uma nova identidade cultural. Seus participantes queriam revelar o Brasil profundo e distanciar-se da herança portuguesa, alinhando o país à Nova Ordem Mundial.

Arte. Como resposta, a Igreja passou a reforçar seu ideário na voz de intelectuais que passaram a propagar a ética católica; a revista *A Ordem* foi um primeiro exemplo.

Com sede no Rio de Janeiro, a revista *A Ordem*, fundada em 1921 e veiculada até 1937, congregava intelectuais cujo pensamento pedagógico caminhava lado a lado com pressupostos católicos, seja pela expansão da fé, aumento de fiéis ou o combate ao liberalismo que nascia nas primeiras décadas do século XX. Com amplo espaço para discussões educacionais, a revista representava um lugar de enunciação do ideário Católico. Desse modo, "a revista *A Ordem*, como núcleo de irradiação das ideias do grupo católico, oferece ao pesquisador valiosa fonte de análise, que permite recuperar, em parte, a especificidade de um momento histórico, produtor desta ideologia" (VELLOSO, 1978, p. 117).

Como parte significativa das fontes para essa pesquisa, recorremos à documentação disponível (anuários, atas, diários, aulas inaugurais, contratação de docentes, orações de paraninfos, descritivos orçamentários, etc.) principalmente no Arquivo Permanente do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná (UFPR), também acessamos a documentação dos cursos misturados por Barros, encontradas no Arquivo Geral da UFPR; Atas e documentos do CEB, do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense, juntamente com os materiais de imprensa, tais como os Jornais *O Dia*, *Diário do Paraná*, *A República*, *Correio de Notícias*, *Paraná Esportivo*, *Gazeta do Povo*, *A Tarde*, *Última Hora*, *Diário da Tarde*; as Revistas *O Luzeiro*, *A Cruzada*, *Anhembi*, *Letras, Vozes*, entre outras fontes documentais. Parte desses materiais encontram-se disponíveis na UFPR (seja no Arquivo, na Biblioteca, ou em ambiente digital), no Museu Paranaense (MP), na Biblioteca Pública do Paraná (BPP) e no Arquivo Digital da Biblioteca Nacional, entre outros. Ao longo da pesquisa fomos entrando em contato com pesquisas em andamento, outras concluídas e pudemos acessar outras fontes e bibliografias que contribuíram para os caminhos pretendidos pela presente tese.

Dentro de nosso recorte temporal, circunscrito entre 1930 (chegada de Barros ao CEB) e 1968 (último ano de Barros na Direção da FFCL/UFPR), mapeamos cuidadosamente, a coleção de Anuários da Faculdade. De 1940 a

1945, o departamento da FFCL/PR produziu cinco anuários. Entre os anos de 1946 e 1964 foram produzidos quatorze anuários, (a partir de 1950, já como FFCL/UFPR). Entre 1965 e 1968 foram produzidos outros três anuários. Estabelecemos contato com familiares de Barros, que nos ofereceram acesso (ainda que de modo muito modesto) algumas informações relevantes.

Além da articulação das fontes primárias e secundárias, estabelecemos interlocução com autores inseridos na História Intelectual, com a literatura existente e disponível acerca da construção do ensino superior no Paraná, sobre intelectuais paranaenses, sobre as instituições às quais Barros esteve vinculado.

Fizemos consultas a trabalhos acadêmicos, referentes à Educação no Paraná; às Ideias educativas; ao Ensino primário e secundário; aos debates entre católicos e anticlericais; entre católicos e liberais; concepções, interesses e possibilidades para o ensino superior no Paraná, entre outros assuntos correlatos. Algumas obras nos serviram para consultas mais específicas, outras já mereceram um mergulho mais exaustivo, de acordo com a nossa necessidade. Longe da pretensão em construir uma cronologia, tampouco separá-las em ordem de importância ou enquadramento teórico, trazemos algumas das diversas produções literárias e/ou fontes as quais temos recorrido ao longo de nossa pesquisa. São elas: a obra, *Meio século de educação na UFPR: uma crônica desde a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Instituto de Educação anexo ao setor de educação (1988*), de Zuleika Niroá; *Universidade do mate: história da UFPR*, de 1983, por Rui Wachowicz; *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – 50 anos*, de 1988, por Cecília Westphalen; e *Universidade Federal do Paraná* (1988), da mesma autora; *Laicato católico: o papel dos intelectuais no processo de organização do projeto formativo da igreja católica no Paraná: 1926-1938*, dissertação de Mestrado em Educação de Névio de Campos; *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade* (1892-1950), de 2008, Tese de Doutorado em Educação, do mesmo autor; a Tese de doutoramento em Sociologia de Valéria Floriano Machado, *Diatribes viperinas e digressões quixotescas: debates intelectuais e projetos educacionais na década de 1950*; a obra de Diogo Roiz, *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de história na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São*

Paulo (1934-1968); Tese de Doutorado em História, de Tatiana Dantas Marchette (2013): *A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia do Paraná no território acadêmico; 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico*. Tese de Doutorado em Ciências da Religião de Teodoro Hanicz (2006), intitulada *Modernidade, Religião e Cultura: o Círculo de Estudos Bandeirantes e a restauração do Catolicismo em Curitiba (1929-1959).* Tese de Doutorado em Educação de Rossano Silva, de 2014, com o título: *Educação, Arte e Política: a trajetória intelectual* de Erasmo Pilotto. Tese de Doutorado em Educação, de Eliezer Felix de Souza, de 2016, com o título: *Flávio Suplicy de Lacerda: relações de poder no campo acadêmico/político paranaense e o processo de federalização e modernização da Universidade do Paraná (1930-1971).* Esses foram alguns dos trabalhos e produções literárias acadêmicas que nos serviram de consulta e referência, para podermos tecer comparações, identificar possibilidades analíticas e pontos de vista.

Ao inserir-se no campo da História da Educação, este trabalho promove, simultaneamente, o resgate de ideias educacionais que disputavam espaço nas primeiras décadas do século XX, bem como dos espaços institucionais construídos para sua veiculação, com destaque para a capital paranaense. Esse estudo visa compreender as estratégias mobilizadas para fomentar a conversação pública e os efeitos decorrentes da circulação de ideias e projetos educacionais. Evidencia, ainda, os desdobramentos de um projeto intelectual católico que, embora gestado coletivamente, foi sustentado por estratégias discursivas que, em diversos momentos, assumiram contornos individuais.

Embora a análise se situe em um campo que o acompanhou Barros ao longo de sua trajetória, são identificadas ações e reações que lhe são próprias, gestos e escolhas que talvez não tivessem o mesmo efeito se não tivessem sido protagonizados por esse intelectual, com as especificidades do tempo, espaço e sob determinadas condições. O exame de seus materiais de trabalho, diários, artigos publicados em jornais, atas, ofícios, textos, respostas, dissensos, debates, decisões, termos, retóricas, discursos e elucubrações, permite apreender a atuação de um “indivíduo”, ainda que socialmente condicionado pelas instituições às quais esteve vinculado.

Sem desvinculá-lo de seu campo de atuação, esta análise busca evidenciar suas competências, seus domínios teóricos e posições ideológicas; suas relações de amizade e envolvimentos afetivos; suas habilidades, redes de articulação e propósitos. Esses elementos contribuíram para a conformação de concepções educacionais específicas, bem como para a caracterização das instituições nas quais atuou. Barros construiu e circulou por uma rede de contatos e sociabilidades intelectuais, a qual pode ser interpretada como um grupo relativamente coeso, cujos integrantes compartilhavam orientações filosóficas e metodológicas convergentes. Contudo, em determinados contextos e momentos históricos, emergiram diferenças, motivados por distintos pressupostos teóricos e abordagens metodológicas, revelando a complexidade dos debates e das tratativas internas nesse campo intelectual.

Ao longo de sua trajetória, proferiu discursos, redigiu orações, enunciações e diversos textos nos quais se posicionava como “guardião dos ideais da Igreja" nos campos educacional, social e cultural. Ainda que representasse interesses coletivos, sua atuação diante das questões cotidianas assumia contornos singulares, marcados por decisões cujos efeitos e implicações estavam estritamente relacionados à sua agência individual. Envolveu-se em disputas, assumiu posturas e realizou escolhas que expressavam dimensões profundamente enraizadas em particularidades subjetivas, cujos condicionantes nem sempre se limitavam ao campo institucional em que se inseria.

Metodologicamente dividiremos o presente trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo delineamos aspectos de sua trajetória pessoal, profissional e intelectual, abordando desde sua origem, formação inicial, *habitus* familiar e os aspectos que possibilitaram a construção do intelectual. Ao mesmo tempo, vamos relacionar seu percurso individual com processos históricos mais amplos, com o contexto Educacional, Político, Cultural, do Paraná de sua época. A análise de sua formação intelectual e atuação inicial, permite entender de que maneira ele consolidou sua posição dentro do Laicato Católico e quais foram as bases de sua influência no meio acadêmico e nos lugares onde esteve. De modo mais específico, o localizaremos em seu *habitus* traçando a sua vida familiar,

escolar e acadêmica, verificando, assim, as filiações teórico-filosóficas e metodológicas implícitas ou explícitas em sua trajetória.

Barros se posicionava como porta-voz do projeto educacional católico, desempenhando um papel crucial nos bastidores, incumbido das orações, pronunciamentos e da comunicação. Embora não fosse o autor exclusivo de tal projeto, sua influência foi determinante para o sucesso deste, sendo seu êxito, em grande medida, resultado das ações individuais, estratégias específicas e práticas deste intelectual. Não é nossa intenção atribuir a Barros a totalidade do êxito do movimento católico, mas sim reconhecer sua relevância na materialização dos ideais católicos no campo da educação superior. Ao compreender a importância desse intelectual dentro do contexto católico e para o projeto educacional defendido pela Igreja, podemos contextualizá-lo em um debate mais amplo sobre os rumos da educação, tanto na capital paranaense quanto no Brasil.

A Educação foi tema de intensas discussões, depois da Proclamação da República; foi o campo, que contou com a mobilização de católicos, anticlericais (especialmente em final do século XX e início do século XX), depois os liberais, reformadores, entraram em cena, propondo um ensino laico; num intenso debate que fez uso da imprensa para a divulgação de materiais, ideologias, narrativas e cosmovisões. A imprensa desempenhou um papel fundamental na circulação de ideias e no fortalecimento do pensamento católico, funcionando como um veículo de difusão das concepções educacionais, defendidas por Barros e seus pares. Além disso, analisamos as diferentes perspectivas educacionais que disputavam hegemonia no estado, evidenciando o embate entre a visão católica da educação e as correntes laicas e progressistas.

Entre outros debates de caráter político-educacionais no Paraná, católicos e liberais travaram debates que tiveram contornos peculiares em diferentes espaços, especialmente pelo envolvimento de uma elite intelectual que arregaçou as mangas para lutar pelos interesses da igreja e por uma educação que seguisse princípios católicos. Nesse contexto destacamos a postura de Barros, que fez questão de atrelar a Educação Católica a todas as esferas da vida, em seus discursos, em suas palestras, em suas ocupações, em suas aulas. Ao compreender a construção do “intelectual Barros”, verificamos,

concomitantemente, as condições que favoreceram a emergência desse "intelectual", levando em conta a operação com a qual trabalhamos teoricamente o termo.

Objetivamente, exploraremos seu papel na construção e disseminação de um pensamento católico no espaço público, evidenciando suas publicações, discursos e debates nos quais esteve envolvido. Seu engajamento intelectual foi marcado pela defesa da integração entre religião, educação e ciência, sendo um dos protagonistas na formulação de um modelo educacional alinhado à doutrina cristã. Além disso, analisamos os veículos e redes por meio dos quais suas ideias foram difundidas, como jornais, revistas, periódicos, juntamente com as instituições legitimadoras; para melhor entender a inserção de Barros no debate educacional e sua posição diante das transformações no ensino superior brasileiro.

O segundo capítulo tem como objetivo analisar as estratégias de inserção em espaços de sociabilidade, enfatizando sua atuação, em agremiações intelectuais, nos debates sobre educação, sua atuação junto à imprensa, bem como o capital político, cultural, educacional, simbólico acumulado. A participação nesses circuitos, e a inserção em instituições como o CEB, revela o modo como Barros consolidou sua influência e, como isso refletiu o fortalecimento do catolicismo no meio acadêmico.

Depois de ter inserido Barros como um integrante do que se convencionou chamar de intelectualidade Católica no Paraná, identificamos as condições que possibilitaram atuar como um "homem de ciência", encarregado da missão de difundir a fé católica no meio educacional. Verificaremos, aqui, as *redes de sociabilidade* e a sua inserção/identificação a um *campo*, vinculação a projetos, elaboração de discursos, filiação aos ideais que se materializaram na forma de instituições, agremiações, ocupações de espaços de poder. Verificaremos aqui, os condicionantes que o levaram a participar do CEB e, de que modo ele foi conquistando espaço dentro desse grupo; como se deu a dinâmica de atuação local em favor do Catolicismo. Também analisaremos as suas contribuições no interior do grupo que criou a FFCL/PR, sendo essa uma ação exitosa do grupo Católico. Tais instituições, embora forjadas em âmbito local, encontram-se atreladas a um projeto de âmbito nacional.

O terceiro capítulo apresenta o momento da trajetória em que é possível evidenciarmos a intersecção entre religião, ciência e política, refletindo um esforço sistemático para moldar a universidade dentro dos princípios cristãos. A análise se debruça sobre as estratégias utilizadas para a "catolicização" da educação superior, na Faculdade de Filosofia, onde Barros foi Professor e Diretor, bem como as disputas que emergiram nesse processo, seja com outras instituições ou outros intelectuais.

A ideia de "catolicização" da educação superior se refere ao processo de inserção de valores cristãos na estrutura universitária, não apenas no campo da formação moral dos estudantes, mas também na formatação curricular, na escolha de professores e na formulação de diretrizes institucionais.

Mais precisamente, abordaremos o contexto da FFCL, já com o curso de Geografia e História em andamento e as posições ideológicas assumidas e defendidas por Barros enquanto membro influente daquela repartição institucional. Caberá uma análise sobre as alocações e deslocamentos de pressupostos entre os campos Religioso, Educacional e Político, bem como as dinâmicas que caracterizaram as suas movimentações. Nesse contexto, o incidente entre a *Revista Anhembi* e a Universidade do Paraná, trouxe à tona um debate de maior proporção; especificamente, referimo-nos às contendas entre Barros e Paulo Duarte, fundador da *Revista Anhembi*. Tais divergências entre esses dois sujeitos, foram confundidas com debates católicos e liberais, talvez pela posição hierárquica que ambos ocupavam no interior de suas respectivas instituições e pela representatividade das mesmas. Tomamos, aqui, o cuidado para não reduzir o complexo debate entre "Católicos e Anticlericais" ou "Católicos e Liberais", ao episódio envolvendo os debates e acusações mútuas entre a FFCL/UFPR e a *Revista Anhembi*, na década de 1950.

A Faculdade de Filosofia funcionava como um *lócus* privilegiado para a formação de professores e intelectuais comprometidos com a doutrina cristã, permitindo a perpetuação de um pensamento alinhado aos valores da Igreja. Naquele espaço, Barros fez uso de sua autoridade para moldar o funcionamento administrativo e acadêmico da FFCL/UFPR, escolhendo professores alinhados ao pensamento cristão e vetando conteúdos considerados incompatíveis à visão católica. Dessa forma, aquele departamento se tornou uma extensão das

disputas entre católicos e laicistas, refletindo um embate mais amplo sobre os rumos da educação paranaense, quiçá brasileira no século XX.

A maneira como articulou a relação entre ciência e fé na FFCL/UFPR ficou evidente em seus discursos, palestras e pronunciamentos, que reiteraram a promoção de uma educação universitária alicerçada em princípios cristãos. A expressão "ciência conduzida com fé" sintetiza o modelo educacional defendido pelos intelectuais católicos da época, e que Barros adotou ao longo de sua trajetória. Desde sua participação no CEB até as palestras, discursos e preleções proferidas nas décadas de 1930, 1940 e 1950, na instrução superior, passando por sua atuação política, cultural, docente e administrativa, foi possível perceber um esforço pela catolicização da formação acadêmica e social, no Paraná.

CAPÍTULO 1 - HOMERO BATISTA DE BARROS: TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO DO INTELECTUAL CATÓLICO

> Tudo tem origem no Criador de todas as coisas, fonte imperecível e fecunda do amor, da verdade, da beleza, harmonia. Louvemos todos a Deus Onipotente pela felicidade que vos sorri ao dealbar da vida pública. (BARROS, 1957, p. 104)

1.1 FORMAÇÃO INICIAL E *HABITUS* FAMILIAR

Natural da cidade de Curitiba, Paraná, Homero Batista de Barros, nasceu em 12 de setembro de 1908. É filho de Hugo Antônio de Barros e Conceição Baptista de Barros. Seu avô, João Antônio de Barros Júnior, foi desembargador, jornalista, poeta, abolicionista e propagandista da república. Nas informações acessadas em arquivos pessoais encontramos como tios-avós de Homero de Barros, (pelo lado materno) o Barão de Guaraúna e o Barão de Monte Carmelo; seu avô era Firmino Teixeira Batista, que era conhecido como Coronel Vivida. A saber, em homenagem a este, foi nomeado o município de Coronel Vivida, no Sudoeste do Paraná.

Barros pertencia a uma família de religiosidade católica, que circulava em meio a elite curitibana de sua época; as formações de seus avós e pai eram na área do Direito, o que justifica, em alguma medida, a existência de um capital cultural, simbólico e econômico ao qual Barros estava munido em sua criação.

Para ater-nos à sua trajetória, começaremos por elencar seus familiares, seus afazeres, seu *habitus* que, no sentido bourdieusiano se refere a uma espécie de estrutura prévia, que é capaz de interiorizar no sujeito, ainda que de maneira inconsciente, um sistema de princípios e valores que asseguram a adequação das ações do sujeito perante a sociedade em seu tempo e espaço. Desse modo, levamos em conta o conjunto de disposições adquiridas desde a sua formação inicial, considerando que a condição de pertencente à tradição católica como aspecto significativo em sua vida.

Nas investigações sobre a formação escolar de Barros, vimos que ele ingressou com cinco anos de idade no Jardim de Infância, que na época era dirigido pelas Professoras Maria Assunção e Gelvira Pacheco, na rua do Aquibaú, onde atualmente é a Rua Emiliano Perneta, no Centro da Cidade de

Curitiba-PR. O início de sua vida escolar também foi marcada pelo ingresso na Escola Americana[3] de Curitiba, onde iniciou o curso primário. Segundo informações oferecidas por familiares, ele teria aprendido a ler e escrever com a Professora Maria Augusta Jouve. A conclusão do curso primário foi no Colégio Teodorico Guimarães. Sua instrução secundária foi realizada no Ginásio Paranaense entre 1921 e 1925, onde atualmente é o Colégio Estadual do Paraná, que na época era dirigido pelo Professor Lysímaco Ferreira da Costa.

Segundo Ivanilson Bezerra Silva (2019) a Escola Americana de Curitiba fazia parte da rede de escolas organizadas por Horace Lane; foi regularizada em Curitiba pelas missionárias norte-americanas Miss Mary Parker Dascomb e Elmira Kuhl, em 1892, mais precisamente em 26 de janeiro daquele ano. No documento encaminhado ao diretor geral da instrução pública do Estado do Paraná, se lê o seguinte:

> Comunicamos que sob o título de Escola Americana abrimos hoje um estabelecimento de educação e ensino, onde serão ensinados no Curso Primário: leitura, caligrafia, noções da língua e gramática, geografia, história, lições de coisas, desenho, as quatro operações de matemática. No Curso Intermediário: as mesmas matérias do Curso Primário com mais desenvolvimento começando o estudo sistemático da gramática e assim também noções das ciências naturais e prática da língua inglesa e francesa, e no Curso Secundário todos os preparatórios exigidos nas academias e ensinados pelos métodos progressivos indicados pela experiência com método e mais praticáveis. No internato para menina ensina-se música, trabalho e noções de economia doméstica. (ARQUIVO DO ESTADO DO PARANÁ, 26 de maio de 1892).

O ingresso na referida instituição oferece-nos um panorama inicial sobre a formação escolar de Barros. É interessante observar como as estruturas dos *habitus* familiar e escolar, acabam por orientar quando não determinar ações

[3] A partir de informações obtidas no Arquivo do Estado do Paraná, de 26 de janeiro de 1892, vimos que a Escola Americana de Curitiba fazia parte da rede de escolas organizadas por Horace Lane. A Escola teria sido regularizada em Curitiba pelas missionárias norte-americanas Mary Parker Dascomb e Elmira Kuhl, no ano de 1892, mais especificamente em 26 de janeiro daquele ano. De acordo com o documento encaminhado ao diretor geral da instrução pública do Estado do Paraná, lê-se: Comunicamos que sob o título de Escola Americana abrimos hoje um estabelecimento de educação e ensino, onde serão ensinados no Curso Primário: leitura, caligrafia, noções da língua e gramática, geografia, história, lições de coisas, desenho, as quatro operações de matemática. No Curso Intermediário: as mesmas matérias do Curso Primário com mais desenvolvimento começando o estudo sistemático da gramática e assim também noções das ciências naturais e prática da língua inglesa e francesa, e no Curso Secundário todos os preparatórios exigidos nas academias e ensinados pelos métodos progressivos indicados pela experiência com método e mais praticáveis. No internato para menina ensina-se música, trabalho e noções de economia doméstica.

posteriores que, passam a ser de suma importância para pensar a atuação social do sujeito. Em outras palavras o *habitus* que é adquirido na família, encontra-se no princípio da estruturação das experiências vividas na instituição escolar; desse modo, “o *habitus* transformado pela escola, ele mesmo diversificado, estando por sua vez no princípio da estruturação de todas as experiências ulteriores" (BOURDIEU, 1983, p. 18)

Podemos pensar na interiorização da exterioridade como um elemento importante para analisar as escolhas e as iniciativas de Barros. Vindo de família católica e de tradição profissional na área do Direito, ele deu sequência às expectativas familiares em relação ao encaminhamento profissional. Assim como seu pai, foi advogado, atuando na Cidade de Curitiba, Paraná; Professor na instrução secundária e nível superior, na Universidade do Paraná; entre outras atuações em posições hierarquizadas, em instituições de cunho educacional, intelectual e político.

De certa maneira, sua trajetória foi marcada por nuances, ressignificações, apropriações, experiências, tendo em vista que a vida de Barros, assim como a vida humana em geral, está em constante movimento, sendo que novas experiências vão sendo forjadas com o tempo.

> O princípio das diferenças entre os *habitus* individuais reside na singularidade das trajetórias sociais, às quais correspondem séries de determinações cronologicamente determinadas e irredutíveis umas às outras: o *habitus* que, a todo momento, estrutura em função das estruturas produzidas pelas experiências anteriores às experiências novas que afetam essas estruturas nos limites definidos pelo seu poder de seleção, realiza uma integração única, dominada pelas primeiras experiências, das experiências estatisticamente comuns aos membros de uma mesma classe (BOURDIEU, 2003, p. 100).

Consideramos que ele viveu em meio a profundas e decisivas questões educacionais em seu tempo, as quais orientaram, quando não determinaram os debates, os posicionamentos, os interesses e as estratégias discursivas. Sua movimentação no campo educacional lhe permitiu ocupar posições de poder dinamizadas ao sabor do tempo e, condicionadas por pressupostos que lhe eram exteriores. Cristina C. Medeiros (2007), ao refletir a teoria sociológica de Pierre Bourdieu na produção discente dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, nos traz à tona uma interessante menção:

> Como é produto de uma posição e de uma trajetória social dos indivíduos, o *habitus* é produzido a partir das aquisições referentes a

> determinado pertencimento social é constituído de disposições compostas de forma primária e adquiridas no seio familiar ao longo da infância. Essas disposições mais precoces, duráveis e decisivas, servirão de base e referência para disposições que forem posteriormente assimiladas, pois condicionam a aquisição ulterior de novas disposições. [...] A noção da constituição do *habitus* primário auxilia pensar em como esse é aprendido, não sendo de forma mecânica, mas o produto de uma aplicação sistemática de princípios coerentes que passa da prática para a prática não necessitando de explicitação e conscientização. [...] Além de ser responsável pela geração de práticas, é importante ressaltar que o *habitus* é responsável também pela classificação de práticas (MEDEIROS, 2007, p. 25).

Nesse sentido, é na relação entre as capacidades de classificar, diferenciar, apreciar, que o *habitus* se define. Esse potencial permite identificar as preferências, os gostos e estilos, as especificidades existentes no espaço social.

Barros graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Paraná (FDP) entre 1926 e 1930, passando, a partir de então, a atuar na advocacia em Curitiba. Sua atuação no meio jurídico recebeu destaque nos periódicos locais, que frequentemente mencionavam suas defesas nos tribunais, as causas que patrocinava e a condução de seus casos, além de referências a sua clientela. Sua presença nos espaços institucionais e midiáticos evidencia o papel de destaque que exerceu ao longo de sua trajetória. Na mesma instituição, Barros concluiu seu doutoramento em Direito. Paralelamente à advocacia, ocupou, por dois anos, o cargo de Promotor Público na Comarca de Colombo-PR, consolidando sua inserção no meio jurídico paranaense.

A atuação na instrução secundária se deu como docente, teve início no Colégio Novo Ateneu, sob a Direção do Professor Elísio de Oliveira Viana; em seguida, no Ginásio Paranaense. Em ambas as instituições, a disciplina ministrada foi Português. A edição do jornal "*O Dia*" de 19 de outubro de 1938, destacou-o como um dos inscritos para o concurso docente no Ginásio Paranaense. A notícia do jornal apresentou o seguinte título: "O novo lente[4] de

[4] Os chamados de Lentes ou Lentes Catedráticos era um termo recebido pelos professores após terem sido aprovados por meio de Concurso Público e, consequentemente, por conhecerem a fundo a teoria e a prática da disciplina que iria ministrar. De acordo com o Decreto. 542. Art. 67 de 1915, o candidato deveria apresentar alguns requisitos antes de pleitear a vaga para Lente Catedrático: ter 21 anos completos e, a idade deveria ser comprovada por documento autenticado ou por jurisdição; capacidade físico-moral que, consistia na inexistência de moléstia infecto-contagiosa ou repulsiva; isenção de defeito físico ou mental que incompatibiliza se com o exercício do magistério; deveria ser comprovado mediante atestado médico com firma reconhecida.

História de civilização do Ginásio Paranaense". Na sequência da notícia, lê-se texto:

> [...] inicia-se hoje no Ginásio Paranaense, o tradicional estabelecimento de ensino secundário do Paraná, as provas do concurso para o provimento efetivo da cadeira de História de Civilização, daquela modelar casa de ensino. Acham-se inscritos para essa Prova, os drs. Rosala Garzuze e Homero de Barros (O DIA,1938, p. 08).

Vale destacar que o Dr. Rosala Garzuze era discípulo de Darío Vellozo[5], um anticlerical conhecido por suas atuações na Capital paranaense que, naquele contexto, disputava uma vaga com o católico Homero de Barros. No ano seguinte, 1939, já membro do Corpo docente, o mesmo jornal já noticiava o seu nome como parte da banca examinadora das provas dos novos inscritos para o concurso naquela Instituição de ensino secundário.

As escolas públicas, especialmente o Ginásio Paranaense e a Escola Normal foram espaços de disputas entre os grupos anticlerical e católicos. Nesse contexto, Dario Vellozo era um dos professores que se opunham ao ideário católico, às instituições católicas e às ações de seus dirigentes. Conforme

---

[5] Achamos oportuno propor algumas linhas gerais da trajetória de Dario Persiano de Castro Vellozo, que tem a sua trajetória marcada pelo anticlericalismo no Paraná. Vellozo nasceu no dia 26 de novembro de 1869, em Retiro Saudoso, bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Filho de Ciro Persiano de Almeida Vellozo e Zulmira Mariana de Castro Vellozo. Iniciou seus estudos secundários no Liceu de São Cristóvão, entre os anos de 1880 e 1883. Em agosto de 1885, Vellozo chegou ao Paraná com seu pai e seu irmão, Tito Vellozo. Passou a trabalhar como compositor tipográfico no jornal *Dezenove de Dezembro*, o primeiro jornal instalado na nova província do Paraná. Entre os anos de 1886 e 1889, Vellozo estudou no Parthenon Paranaense e no Ginásio Paranaense, onde conheceu vários dos jovens que fizeram parte do cenário intelectual curitibano do início do século XX, como Silveira Netto, Nestor Victor, Júlio Pernetta, Ermelino de Leão, entre outros. Esses nomes aparecem como redatores e escritores em diversos jornais da Capital paranaense do começo do século XX. No ano de 1895 Vellozo participou da fundação da revista *O Cenáculo*, veículo esse que teve um grande impacto na imprensa paranaense. Foi nessa revista que Vellozo começou a escrever suas primeiras linhas anticlericais. Nessa época, ele estava se adentrando mais profundamente em seus estudos ocultistas, além de começar a ter mais contato com as ideias maçons. Vellozo foi fundador e/ou co-fundador de algumas revistas voltadas aos ideais maçônicos e ocultistas, como por exemplo: *A Idéia* (1889), *Galáxia* (1897), *Myrto e Acácia* (1916 – 1920), *Pythagoras* (1920), *Luz de Krotona* (1921 – 1927), *Jerusalém* (1898 – 1902), *A Esphynge* (1899 – 1906), *Ramo de Acácia* (1908 – 1912). Em 1889, Vellozo foi efetivado como professor do Ginásio Paranaense e da Escola Normal. Foi ocupando esses espaços que o autor conseguiu divulgar suas ideias, ser reconhecido como um importante professor e pensador, agregando mais valor à sua imagem no período. Em 1902, publicou o livro "Lições de História" e em 1904 a obra "*No sólio do Amanhã*", com forte teor anticlerical. Em 1905, Vellozo escreveu o texto "*Voltaire*", no qual teceu várias críticas à Igreja Católica, e o utilizou para confirmar e reforçar suas acusações. Em 1906, começou a ser publicada a revista *A Escola*, fundada pelo Grêmio dos professores do Ginásio Paranaense e da Escola Normal. Nessa revista, Vellozo expôs seus projetos pedagógicos, sendo o principal meio de divulgação de suas ideias relacionadas à educação. Em 1907, publicou o livro "*Compêndio de Pedagogia*".

salientou Névio de Campos (2002), um vasto número de escolas confessionais é composto por instituições católicas, em expansão, especialmente após a chegada das congregações religiosas educacionais, a partir de 1895. Sobre a criação de escolas, observamos que existiam escolas particulares leigas e escolas particulares confessionais, somado a um processo de expansão de escolas públicas. Na esfera pública observamos com mais notoriedade as disputas entre católicos e defensores do ensino laico; com debates que faziam referência à formação intelectual e moral dos jovens. Pelo fato das instituições de ensino, Ginásio Paranaense e a Escola Normal, terem sido palco de intensas disputas de interesses na Capital paranaense, constatamos que Barros, em seus primeiros anos do magistério, já produzia seus posicionamentos, escolhas e embates.

Figura marcante no cenário acadêmico e intelectual do Paraná ao longo do século XX, Barros foi Advogado, Professor e intelectual que se destacou por sua atuação na educação secundária e superior e sua contribuição para o desenvolvimento do pensamento filosófico-cristão. Desde cedo, demonstrou interesse pelas humanidades, ingressando nos estudos na área do Direito. Entre outros espaços institucionais, sua trajetória foi profundamente ligada à Universidade do Paraná, onde teve papel fundamental na estruturação e consolidação da FFCL. Participou do funcionamento inicial do CEB, uma instituição voltada à difusão do conhecimento e à promoção do debate intelectual no Paraná. Seu envolvimento com essa entidade demonstrava sua preocupação com a formação cultural e científica da sociedade paranaense. Em 1968, concluiu seu último ano na direção da FFCL/UFPR, encerrando um ciclo de notável contribuição para a história das Ciências Humanas da Universidade. Sua atuação como educador e gestor contribuiu para a modernização e fortalecimento e caracterização do ensino, no Paraná.

Numa vida dedicada intensamente à academia, Barros não se casou nem teve filhos, canalizando sua energia para o desenvolvimento intelectual e educacional. Sua contribuição transcende as salas de aula, palestras, colunas de jornal, influenciando gerações de estudantes e acadêmicos.

O jornal *Diário do Paraná*, na edição de 24 de novembro de 1970 trouxe a publicação da uma breve biografia como uma forma de homenagem pelo seu

falecimento. A notícia trouxe o seguinte título: “Filosofia parou em homenagem a Homero de Barros”, ressaltando algumas posições sociais de destaque as quais ele ocupou durante a sua trajetória:

> A Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná fechou as portas ontem para reverenciar a figura de um de seus fundadores e ex-diretor, professor Homero de Barros, que ocupava o cargo de diretor do Conselho de Pesquisa da UFPR, e que faleceu no último domingo. O professor Homero de Barros dedicou 31 dos seus 62 anos de vida à carreira do magistério, tendo exercido importantes funções na Universidade Federal do Paraná, afastando-se apenas por um ano em 1946, para assumir a Secretaria da Educação do Estado. Em abril de 1939, o professor Homero de Barros ingressou na recém-criada Faculdade de Filosofia do Paraná, como um dos responsáveis pela sua fundação, onde iniciou seu magistério como titular da cadeira de História Contemporânea. Em 1947 passou a compor o corpo docente da Faculdade de Direito da UFP, assumindo em 1950 a cátedra de Direito Industrial e Legislação do Trabalho. Assumindo a direção da Faculdade de Filosofia em 1951, então incorporada à Universidade Federal do Paraná, o professor Homero de Barros foi reconduzido no posto por quatro vezes sucessivas, onde permaneceu até 1968, exercendo, portanto, a direção daquela faculdade por 17 anos. Ultimamente ocupava a função de diretor do Conselho de Pesquisas da UPP, bem como era membro do Conselho Universitário da Comissão de Legislação e Recursos do mesmo conselho. Ainda no magistério, o professor Homero de Barros foi um dos fundadores das faculdades de Filosofia e de Direito, e ainda Escola de Serviço Social, todas da Universidade Católica do Paraná. Fora do magistério, o mestre paranaense marcou seu nome com destaque como colaborador do Diário do Paraná, além de outros Jornais da Capital, escrevendo sobre temas de natureza Jurídica e social. Também cronista, profundo conhecedor da Língua Portuguesa e admirador dos grandes escritores de nosso Idioma, o professor Homero de Barros mereceu o convite para integrar o Centro de Letras do Paraná, do qual foi membro. Integrou ainda diversas instituições paranaenses, entre outras, o Círculo de Estudos Bandeirantes, Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e Instituto dos Advogados do Paraná (DIÁRIO DO PARANÁ, 1970, p. 09).

A matéria publicada pelo *Diário do Paraná*, evidencia a relevância e o prestígio que o intelectual conquistou ao longo de sua trajetória acadêmica e pública. Seu falecimento foi marcado por um gesto simbólico da FFCL/UFPR, que suspendeu suas atividades em sinal de reverência, demonstrando o impacto que sua atuação teve sobre o ensino superior e sobre a comunidade acadêmica. Essa homenagem reflete o reconhecimento de sua contribuição para a educação no Paraná e para o fortalecimento do meio intelectual, educacional e de outros campos.

Barros dedicou metade da sua existência ao magistério; 31 dos seus 62 anos de vida, foram dedicados ao exercício de funções centrais na estrutura educacional e universitária paranaense. Seu ingresso no Ginásio Paranaense,

na Faculdade de Filosofia em 1939, como um dos responsáveis por sua fundação, e sua atuação como titular da cadeira de História Contemporânea, marcaram o início de um percurso acadêmico que se consolidou nas décadas seguintes. O fato de ter sido Diretor da FFCL/UFPR por 17 anos consecutivos (1951-1968) demonstrou capacidade de liderança e influência na gestão universitária, tornando-se uma das figuras mais longevas na administração da instituição. Exerceu suas atividades como intelectual, num período essencial para a consolidação da faculdade dentro da estrutura da Universidade do Paraná.

A atuação tanto da Faculdade de Filosofia como na Faculdade de Direito, publicada na matéria jornalística, já torna público uma trajetória marcada pela versatilidade intelectual. A atuação na Direção do Conselho de Pesquisas da UFPR, e como membro do Conselho Universitário evidencia seu papel na formulação de políticas acadêmicas, além da atividade docente ou no ramo advocatício.

Barros também esteve envolvido na fundação de instituições de ensino superior de matriz confessional, tendo sido um dos fundadores da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba, da Faculdade de Direito e da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Paraná. Esse aspecto de sua trajetória confirma seu entrelaçamento com o projeto educacional católico, que via na universidade um espaço estratégico para a difusão da cosmovisão cristã e para a formação de uma elite intelectual que orientasse a sociedade segundo esses princípios.

Fora do ambiente acadêmico, sua participação em veículos de imprensa e instituições culturais demonstra sua presença ativa na vida intelectual da capital paranaense. Como colaborador do *Diário do Paraná* e de outros jornais da capital, abriu espaço para debates sobre questões jurídicas, culturais, educacionais, sociais, religiosas, ampliando sua influência para além da instituição escolar e do espaço acadêmico. O reconhecimento de sua erudição e de sua habilidade com escrita e com a língua portuguesa, fez com que fosse convidado para integrar o Centro de Letras do Paraná (CLP), instituição voltada à promoção e valorização da literatura e da língua portuguesa, o que reflete seu dinamismo em temas correlatos à cultura e à identidade nacional.

Sua atuação no CLP consolidou ainda mais sua presença no meio intelectual da capital. Esse reconhecimento se materializou de forma marcante em uma sessão magna realizada em 21 de novembro de 1944, na qual foi recepcionado com honrarias e proferiu um discurso carregado de simbolismo e grandiloquência.

Sua fala evidencia sua inserção em um espaço intelectual prestigiado ao mesmo tempo que que mostra a sua habilidade retórica ao articular elementos de exaltação cultural, compromisso com a tradição e, de maneira sutil, um viés religioso que permeia sua cosmovisão.

> Sentimo-nos jubilosos por entre a fina flor de vossa intelectualidade, aqui reunida para nos recepcionar numa instituição que perpetua as tradições da Cultura, da inteligência e dos valores paranaenses. E mais do que jubilosos, estamos desvanecidos pelos primores da fidalguia com que nos tratou a eloquência encantadora de vosso orador, tão pródigo de gentilezas e generosidades, dilatando, com o fulgor do seu talento verbal, as pompas desta cerimônia. Aos preconceitos pessimistas dos que duvidam de alguma coisa eu possa livrar do pesado materialismo utilitarista da época, esta admirável manifestação de vitalidade do Centro de Letras do Paraná, é advertência oportuna, ao mesmo tempo em que vem reafirmá-lo fiel ao seu destino delineado em perspectivas proféticas pelos sonhadores que o criaram [...] nos acarreta a obrigação de conservá-lo e transmiti-lo aos pósteros como relicário das expressões culturais de quatro décadas, onde palpita, em obras imorredoiras, a alma da terra mater, celebrada na plenitude de sua beleza [...] onde o Criador permitiu que mais de perto lhe contemplasse a majestade exuberante da criação [...] (BARROS, DISCURSO DE RECEPÇÃO NO CLP, 21 de nov.,1944).

Ao referir-se ao CLP como uma "instituição que perpetua as tradições da Cultura, da inteligência e dos valores paranaenses", demonstra consciência do prestígio acumulado por essa agremiação. Sua menção à "fina flor de vossa intelectualidade" não é apenas um gesto de deferência, mas também uma estratégia discursiva para reafirmar a legitimidade do espaço como um polo irradiador de saberes e de influência social. Dessa forma, ele se insere na tradição da elite intelectual paranaense, reforçando sua posição enquanto agente cultural e político.

Seu discurso ainda revela a mobilização de diferentes formas de capital (cultural, social e simbólico), essenciais para a consolidação de sua trajetória nos espaços de poder. Sua referência à "fidalguia" e à "eloquência encantadora" do orador que o recepcionou remete ao universo simbólico da erudição e da sofisticação, valores que definiam a distinção intelectual da época. Ao fazer isso,

ele reconhece a tradição do CLP e, também, reafirma seu pertencimento a essa elite letrada.

O trecho em que menciona a "manifestação de vitalidade do Centro de Letras do Paraná" como um contraponto ao "pesado materialismo utilitarista da época" sugere uma crítica implícita aos modelos de pensamento que destoava de sua visão humanística e espiritualizada da educação e da cultura. Essa passagem mostra a defesa de um saber ancorado na tradição e na transcendência, em oposição a uma racionalidade excessivamente pragmática.

Além disso, a evocação do caráter profético do CLP e a menção ao "Criador" reforçam o tom religioso que subjaz ao seu discurso. Ao afirmar que "onde o Criador permitiu que mais de perto lhe contemplasse a majestade exuberante da criação", Barros não apenas enaltece a terra paranaense, mas também a associa a uma ordem divina, conferindo um caráter sagrado ao papel da cultura e da intelectualidade. Essa interseção entre fé e saber era coerente com sua posição enquanto intelectual católico, que via na educação um instrumento de fortalecimento dos valores religiosos e morais.

A vinculação de Barros a instituições de prestígio intelectual, como o CEB, o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR) e o Instituto dos Advogados do Paraná (IAPR), reafirma seu papel como intelectual, atuante em diversos espaços de produção do conhecimento e de formulação de políticas culturais e acadêmicas. Sua presença nessas instituições indica uma trajetória intelectual marcada pela construção de redes de sociabilidade, conceito trabalhado por historiadores como Jean-François Sirinelli, em que se compreende que a atuação dos intelectuais não se dá de maneira isolada, mas está inserida em dinâmicas de cooperação e conflito dentro do campo cultural e político.

O fato de a FFCL/UFPR ter fechado suas portas em sua homenagem a Barros, foi mais que um gesto simbólico, foi a reafirmação de que sua trajetória foi significativa para a consolidação da universidade e para o fortalecimento do ensino superior no estado. Barros construiu um legado que não se restringiu à sua atuação institucional, mas que influenciou na constituição do campo intelectual católico do Paraná.

O impacto de Barros na sociedade paranaense, portanto, transcende sua atuação docente e administrativa. Sua figura representou um modelo de intelectual católico, cuja influência abrangeu a universidade, a imprensa, as instituições culturais e o campo jurídico. Sua morte não foi apenas o desaparecimento de um professor ou gestor, mas de um articulador de ideias e defensor de um projeto educacional e cultural em favor da Igreja, que deixou marcas na história da educação paranaense.

1.2 ASPECTOS DA ATUAÇÃO INTELECTUAL DE BARROS: PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE IDEIAS NO DEBATE PÚBLICO

No ano de 1937, Barros escreveu a tese para a cadeira de *História da Civilização* no Ginásio Paranaense, com o título: *Influência do Cristianismo na Evolução do Direito Romano*. Com 59 páginas, o trabalho analisa como os princípios cristãos influenciaram e transformaram o sistema jurídico romano ao longo do tempo. A finalidade da obra era demonstrar a interseção entre religião e direito, evidenciando o impacto do cristianismo na evolução das leis e práticas jurídicas romanas.

A temática problematizada e escrita, na tese para ingresso no Ginásio Paranaense, aponta para a tendência literária a que o autor nutria simpatia e demonstrava domínio. Logo nas primeiras páginas da obra de Barros lê-se:

> É trabalho moldado na concepção hodierna da história, em que, pelo tema escolhido e pela orientação seguida, se deixa antever que a ciência história tem por objetivo, não a enumeração de nomes, fatos e datas, ou a sequência de governos e de guerras, porém papel mais elevado em que difícil se torna marcar-lhe os limites com a sociologia, papel que consiste na investigação das leis que presidem à devoção da humanidade, sob todos os aspectos. Trata-se, neste trabalho, do ponto essencialmente histórico, enquadrado no Capítulo “direito romano”, do programa do curso fundamental, e no ponto VIII do programa expedido pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, a 17 de março de 1936 (Diário-Oficial de 19 de março de 1936). É uma tese profundamente cristã e profundamente verdadeira. Isso equivale dizer que, se caso não logramos o objetivo a que supomos êste estudo faz jús, compensado ainda assim estaremos no esforço despendido, por que, em época de materialismo avassalante, nos coube a ventura de defender os princípios do Cristianismo (BARROS, 1937, p. 13).

O texto explicita uma característica que define os propósitos do autor, naquele contexto, em que os princípios cristãos careciam de mensageiros engajados com a ética católica para a concepção educacional. Na passagem,

Barros esclarece inclusive o papel da História enquanto campo de investigação e estudo. Nota-se, também, um esforço de Barros em ensejar um debate de maior amplitude que estava em vigência no plano nacional.

O jornal *O Estado,* de 09 de dezembro de 1937 publicou notícia referente a obra de Barros para ingresso ao Ginásio Paranaense.

> Influência do Christianismo na Evolução do Direito Romano – These de concurso a cadeira de História da Civilização do Gymnasio Paranaense, pelo dr, Homero de Barros - Encaminho com carinhosa dedicatória temos em mãos este opúsculo em que seu autor confirma plenamente duas das qualidades que o armam cavalheiro para a mentoria nas lutas do pensamento: A de sua cultura e a de saber escrever sua língua. Aquela se manifesta na exuberância de elementos com que sustenta seus pontos de vista, recorrendo a copiosa fonte bibliográfica. Examina profundamente o assunto e atinge ao fim, com conclusões solidamente escoradas. **These erudita e profunda, honra o nosso país e coloca em bela situação o seu jovem e infatigável autor.** Quanto à linguagem, é ela quem a maneja com segurança, pois notório ser ele, um dos nossos mais estudiosos professores dos degredos e dificuldades do vernáculo. Por tudo isso, se recomenda o folheto com que o nosso contemporâneo comparece a concurso para disputa de sedutora e bela cadeira gymnasial (O ESTADO, 9 dez. de 1937, grifo nosso).

Desde as primeiras páginas de sua obra, nota-se a influência de uma abordagem historiográfica que busca transcender a mera catalogação de eventos, datas e personagens. Mais do que uma reflexão metodológica sobre a história, a passagem ressalta o compromisso ideológico e religioso do autor. Ao qualificar sua tese como "profundamente cristã e profundamente verdadeira" (BARROS, 1977, p. 5). Barros enfatiza a relação indissociável que estabelecia entre ciência e fé, reforçando sua oposição ao "materialismo avassalante" e sua defesa dos princípios do Cristianismo. Tal posicionamento ilustra sua filiação ao pensamento católico e antecipa a postura que assumiria ao longo de sua trajetória intelectual, na qual mobilizou diferentes formas de capital para sustentar sua atuação nos campos educacional, político e acadêmico.

O jornal *Diário da Tarde*, publicado em 3 de março de 1938, destacou o título da obra e mencionou que “a interessante tese desenvolve e ilustra exaustivamente assunto tão complexo abrange um proêmio três partes e a conclusão, sendo ‘profundamente cristã’” (DIÁRIO DA TARDE, 3 mar. de 1938). Reforça o “estilo fluente, conciso e aprimorado”, cuja texto “enaltece o espírito de religiosidade que alimentou as primeiras manifestações do Direito Romano”; noutra passagem o texto jornalístico enfatiza: “o primoroso trabalho de Homero

de Barros nos torna convencidos de que o Cristianismo exerceu influências diretas sobre a evolução do Direito Romano" (DIÁRIO DA TARDE, 3 mar. de 1938).

O referido trabalho qualifica-o como um intelectual, especialmente por refletir sua capacidade de sistematizar conhecimentos históricos, jurídicos e religiosos, articulando-os em um discurso de caráter acadêmico. A produção desse trabalho também revela sua inserção no campo intelectual paranaense e a defesa do ideário católico na vida social.

Sirinelli (1986) define o *intelectual* como um agente que não apenas produz e difunde conhecimento, mas que também intervém no debate público, influenciando sua sociedade. De acordo com o autor, o intelectual está inserido em *redes de sociabilidade*, nas quais constrói *capital simbólico* e exerce sua influência em diferentes esferas, como política, cultura e educação. O início da atuação intelectual de Barros deve ser compreendido dentro de seu contexto histórico e social, analisando suas conexões, suas inserções e sua participação em disputas de poder.

Em sua análise das *redes de sociabilidade* intelectual, Sirinelli (1986) enfatiza que o *capital simbólico* construído por esses agentes se manifesta em diferentes âmbitos, incluindo o campo político, cultural e educacional, influenciando decisivamente a formação de discursos hegemônicos. A partir dessa perspectiva, a trajetória de Barros pode ser compreendida dentro de um contexto mais amplo de atuação intelectual inserida nas tensões ideológicas do período, em particular na disputa entre projetos educacionais laicos e religiosos.

Como intelectual católico, a atuação de Barros combinava influência acadêmica, articulação política e estratégias de inserção em espaços institucionais. Sua trajetória se caracteriza por uma pluralidade de atuações interligadas, permitindo-lhe consolidar uma posição de destaque no debate sobre os rumos da educação superior. Como professor e gestor universitário, exerceu influência na Universidade do Paraná, disseminando uma visão cristã da história e do conhecimento, alinhada às premissas da Doutrina Social da Igreja. Seu protagonismo na defesa da presença da Igreja na universidade demonstra sua atuação em prol de um projeto educacional católico, em um

momento em que a tensão entre laicização do ensino e permanência da influência religiosa estava em disputa no Brasil.

Sua inserção nas redes de sociabilidade intelectual católica mostra um esforço deliberado de acumulação de capital e de fortalecimento de uma hegemonia discursiva. Nesse sentido, sua proximidade com Dom Manuel da Silveira D'Elboux, arcebispo de Curitiba, e sua participação na fundação de faculdades confessionais são indicativos de uma articulação estratégica voltada para consolidar um projeto educacional. Ademais, sua presença em espaços institucionais já mencionados, revela a amplitude de sua rede de influência.

Outro elemento essencial de sua trajetória foi sua utilização da imprensa como espaço de debate e difusão de suas ideias. Barros publicou artigos em jornais e expôs ideias no debate sobre os rumos da educação e da cultura. Sua oposição ao comunismo e ao pensamento iluminista reforça sua adesão a um projeto político-ideológico mais conservador, especialmente em um contexto de polarização ideológica intensificada pela Guerra Fria. Dessa forma, sua atuação deve ser compreendida como parte de uma estratégia coletiva de defesa da influência católica na esfera pública brasileira.

Assim, a trajetória de Barros ilustra a dinâmica intelectual descrita por Sirinelli (1986), evidenciando como a inserção em *redes de sociabilidade* e a mobilização de diferentes formas de *capital* permitiram-lhe exercer influência em múltiplos campos, uma vez que sua atuação não se restringiu à esfera educacional e acadêmica, mostrando-se agente ativo na disputa pelos rumos da sociedade.

Ainda na perspectiva de Sirinelli, a relação com o arcebispo Dom Manuel da Silveira D'Elboux, o apoio de Flávio Suplicy de Lacerda na reitoria da UFPR e sua atuação no CEB, demonstram como Barros mobiliza redes intelectuais para sustentar sua cosmovisão e influenciar as estruturas acadêmicas e culturais.

No dia 15 de março de 1938, Barros proferiu a Preleção inaugural do ano letivo no Ginásio Paranaense, onde foi Professor de Português. Nota-se que a habilidade com a Língua Portuguesa pode ser justificada pela cadeira docente ocupada já no início de sua atividade como Professor na instrução secundária. A preleção naquela instituição deu origem a uma obra, publicada em 1938, como

o título *Conceito Sobre Idade Média*. Ainda que pouco volumosa, a obra revela as disposições e simpatias teóricas as quais Barros encontrava-se aparelhado.

O fato de ter sido escolhido em meio a outros docentes, para falar aos estudantes, já nos permite identificar um aspecto característico de sua trajetória, que é a habilidade do discurso e da oratória. Naquela ocasião, iniciou acentuando: “tê-los-ia por certo qualquer dos professores desta casa, de tradição, para dirigir-vos a palavra doutrinadora, na aula inaugural do ano letivo de 1938” (BARROS, 1938, p. 07). Com um estilo mais modesto e aparentemente despretensioso, colocou-se no lugar de quem estava adentrando a um espaço novo: “Não sei quais as razões ou as circunstâncias que estão dando agora a honra desta tribuna a quem, por todos os títulos, é o menos autorizado para ocupá-la” (BARROS, 1938, p. 07).

A partir da obra, resultante daquela preleção no Ginásio Paranaense, notamos que Barros se mostrou comprometido com o sentido daquelas enunciações, “não pude menos que me valer da oportunidade de restabelecer a verdade histórica sobre uma era insigne” (BARROS, 1938, p. 07).

Na oportunidade de discursar naquela instituição de ensino, revelou sua posição de agente na difusão da cosmovisão cristã católica, no meio educacional. Abordou de maneira incisiva a interpretação da Idade Média na “historiografia” racionalista.

> Muitas, porém, há um contraste tremendo entre a realidade do que foi e o seu reflexo nos anais da história, deturpado pelo fanatismo, desnaturado pelas conveniências, transformado pelos excessos da imaginação ou pelas fantasias românticas. É exatamente o que ocorre com a Idade-Média. A seu modo, e como quiseram, os escritores da Enciclopédia em França, Diderot e D'Alembert, para não falar em Rousseau, Voltaire, Montesquieu e tantos rebeldia iconoclasta de seu pensamento, dirigido pelo individualismo e **pelo niilismo, estigmatizam todas as grandiosas criações e conquistas do espírito humano** realizadas no período que do século V se dilata ao século XV. E desde então, foi malsinada a Idade Média (BARROS, 1938, p. 08, grifo nosso).

Em sua exposição, criticou os pensadores iluministas, como Diderot, D'Alembert, Rousseau, Voltaire e Montesquieu, por terem projetado sobre a Idade Média uma visão deturpada e carregada de preconceitos ideológicos. Sua fala reflete uma tentativa de reabilitação da era medieval, apresentando-a como um período de conquistas e criações grandiosas do espírito humano, em contraposição às críticas racionalistas que a estigmatizam.

A análise de suas declarações permite compreender seu posicionamento dentro de uma vertente historiográfica que busca desafiar a leitura predominante do período medieval como uma era de trevas. Ao argumentar que a Idade Média foi "malsinada" pelos iluministas, reforça a ideia de que a interpretação histórica pode ser influenciada por interesses e preconceitos de épocas posteriores. Sua crítica ao "fanatismo, conveniências e fantasias românticas" na historiografia sugere uma preocupação com a objetividade na análise histórica e uma tentativa de resgatar a dignidade intelectual e cultural da Idade Média. O tom religioso, foi enfático do começo ao fim de sua exposição:

> [...] Cristo é a figura mais impressionante, mais revolucionária e mais luminosa de todos os tempos. Sua doutrina, nos lineamentos da história, é o divisor de dois ciclos que caracterizam civilizações diametralmente opostas. E o historiador surpreende-se ante a sua grandeza; compreende os seus princípios eternos e as suas origens divinas; bendiz o seu espírito pacificador e a função profundamente civilizadora de seus grandes preceitos; exalta o misticismo de suas normas e admira o messianismo comovedor de seus apóstolos. Mas não fixa nessa culminância o marco de uma idade histórica. Vem fazê-lo mais aquém: na queda do Império Romano do Ocidente; ou na invasão dos bárbaros com a ocupação das Gálias; ou no descobrimento do Novo Mundo. Aí tem início a civilização secularmente caluniada a sociedade medieval (BARROS, 1938, p. 08-09).

O sentido de sua explanação pode ser interpretado como um resgate da visão tradicionalista e conservadora sobre o período medieval, valorizando a contribuição da Igreja e das instituições religiosas para a construção da civilização ocidental. Barros enxerga na doutrina cristã o "divisor de dois ciclos que caracterizam civilizações diametralmente opostas". Essa afirmação demonstra uma visão na qual o cristianismo não apenas marca uma transição histórica, mas também se coloca como o elemento estruturante da identidade cultural europeia. Assim, nota-se uma postura rigorosamente alinhada à cosmovisão católica que, ao entender a história como uma manifestação do plano divino, enxerga na Idade Média um período de florescimento espiritual e intelectual.

Por meio de sua inserção, argumentação e produção ao debate público, exerceu influência conceitual e metodológica, ao questionar a narrativa dominante e propor uma revisão da percepção historiográfica da Idade Média. Ao se posicionar contra a tradição iluminista e reforçar uma visão católica e

conservadora de um aspecto da história, ele age como um intelectual engajado na construção de uma “interpretação alternativa”, alinhada a “valores tradicionais”.

A preleção inaugural de 1938, revela um intelectual que, além de educador, se apresentou como uma alternativa dinâmica ao projeto educacional católico; além de Professor, Advogado, se mostrou um intelectual preocupado com a revisão das interpretações históricas correntes. Apontou para o compromisso que o escritor de ver e mesmo o Professor, em sua atividade docente, admitido que “o escritor é o grande mentor das gerações: dirige consciências; informa a posteridade; aponta-lhes os rumos, como pastor ao seu rebanho” (BARROS, 1938, p. 07). Seu discurso buscou resgatar a Idade Média de sua marginalização historiográfica e reafirmar sua importância como período de construção da civilização ocidental cristã.

Defendeu que o Feudalismo, “não deve ser encarado como uma organização político-social-econômica destinada a separar os homens pelo espírito de classe, foi a grande força mantenedora do equilíbrio social” (BARROS, 1938, p. 09). Tal premissa, reforça sua visão de que a Idade Média não foi um período de estagnação, mas de estruturação da ordem social e política. Ele recorre às ideias de Tristão de Ataíde, na preleção, para sustentar que o feudalismo não era um sistema opressor de classes, mas sim um mecanismo de estabilidade e organização diante do colapso do Império Romano. Ao afirmar que o feudalismo "integrou o seu princípio hierárquico, sem o qual o mundo teria naquele tempo [...] o mesmo destino desgraçadamente anárquico que a Rússia contemporânea lhe quer impôr" (BARROS, 1938, p. 09), estabelece uma crítica às “transformações sociais modernas”, contrastando o Socialismo soviético à tradição capitalista. Esses pressupostos expressam o encetamento de uma cruzada anticomunista de Barros, na capital paranaense.

A relação entre direito e sociedade também é um ponto central na sua defesa à Idade Média. Ele cita, novamente, Tristão de Ataíde para destacar que a organização medieval era baseada em preceitos legais e tradições jurídicas; e que esse fator garantia a estabilidade social. Essa perspectiva alinha-se à concepção católica de que a ordem social deve estar subordinada a normas superiores e divinas. O Feudalismo e a sociedade medieval são apresentados

como um período de ordem e espiritualidade; como modelos de organização que conciliavam hierarquia, estabilidade política, econômica e espiritual, refletindo a sua visão sobre a interseção entre Igreja e sociedade.

Ao afirmar que o feudalismo "não foi um sintoma de decadência, mas veio prevenir a ordem social, a ordem política, a ordem econômica, e até mesmo a ordem espiritual" (BARROS, 1938, p. 10), reforça uma visão da Idade Média como um período estruturado e harmônico. Ele recorre, como já mencionado acima, a Tristão de Ataíde para validar essa perspectiva, apresentando o feudalismo como um sistema que “evitou a anarquia e permitiu a consolidação de um modelo hierárquico necessário à manutenção da sociedade”. Numa tentativa de relacionar a Idade Média ao Direito, salientou que a sociedade medieval “levantou a sua estrutura sobre o fundamento jurídico”. Afirmou, também, que a vida política, social, literária, e econômica, se caracterizavam como sendo “da mais estrita subordinação aos preceitos legais, a tradições, costumes [...] o direito, a organização jurídica da sociedade, penetrava-lhe todos os recantos" (BARROS, 1938, p. 11)

A consonância com os interesses da Igreja Católica, mostra-se ao conceber Feudalismo um mecanismo eficaz para a difusão da fé cristã e para a organização do mundo medieval em torno de princípios religiosos e morais.

> Na ordem artística, a catedral foi a maior glória da idade média. Tudo que lhe dá significação, às formas que lhes determinam o aspecto, a irresistível a ascensão de suas linhas, a estética de suas arcadas e das suas abóbadas que se distinguem como pontos mais altos das cidades, tudo é dominado pelo mesmo desejo de luz, e essa é a aspiração dos seus arquitetos como haveria de ser a todos os seus fiéis. O estilo gótico imprime a suntuosidade dessas imponentes construções, a graça das janelas hoje vai e dos pórticos ornamentados, a variedade dos vitrais coloridos eu adornei das figuras e dos botarel, dos colunelos e das decorações. A catedral de Notre Dame, construída em 1163, tem perfeito o cunho do estilo gótico medieval. Foi antes dos seus altares, numa solenidade célebre, que Joana D'arc colocou a coroa de rei em Carlos VII. E não me seria possível tão logo colher as velas e esta preleção se fosse dissertar com a devida amplitude sobre as catedrais como [...] de Milão, a de Burgos ou a de Moscóvia, a de Canterbury ou a de Peterbourgh, cujas Torres majestosas parece "querer elevar-se em oração para o céu." Não foram só as catedrais, em cuja nave se reuniam às multidões para escutar a prédica da misericórdia e da justiça, que deram à idade média o soberbo caráter de que a despojaram. Também os palácios, os mosteiros e as comunas que abrigavam bibliotecas riquíssimas, sábios, artistas, e filósofos nobilíssimos; tudo esplende, e ilumina, e enaltece a sociedade medieval, clamando, de um pretérito cada vez mais longínquo, pelo historiador que lhe falta (BARROS, 1938, p. 14-15).

A menção às catedrais e universidades como expressões máximas do esplendor medieval reforça a tese de que a Idade Média foi um período de intensa produção intelectual e artística. Com isso, exalta o papel da Igreja na fundação de universidades e na promoção do conhecimento, citando a Universidade de Bolonha e a de Paris como exemplos da influência e do incentivo clerical à educação. Essa argumentação se alinha com o esforço da Igreja Católica de combater a noção iluminista de que a Idade Média representou um atraso civilizatório. Pelo contrário, Barros sugere que a Idade Média foi fundamental para a construção dos pilares do Renascimento, sendo um período de preparação e amadurecimento cultural e filosófico.

Rejeitando a visão iluminista de liberdade, criticava a influência do materialismo e do utilitarismo na sociedade contemporânea, argumentando que a verdadeira regressão ocorria na medida em que os valores espirituais que sustentavam a Idade Média eram abandonados. Para ele, a ética cristã medieval desempenhou um papel fundamental na construção cultural do Ocidente, sendo equivocada sua caracterização como um período obscuro. Como ele próprio afirmava, a ética cristã “desempenhou grandioso papel cultural nos séculos a que os racionalistas chamam de obscuros” (BARROS, 1938, p. 13). Essa visão revela seu posicionamento em um campo ideológico que privilegiava a primazia da fé e da hierarquia sobre os ideais iluministas de liberdade e racionalismo.

Ao analisarmos sua trajetória intelectual, é pertinente considerar as distinções apontadas por Heloisa Pontes (1998) entre as abordagens internalista e externalista da história intelectual. Segundo a autora,

> [...] se o objeto da História intelectual não se encontra determinado a priori, podemos, no entanto, a título de sistematização precária, afirmar que duas são as posturas que recortam essa área: ‘internalista’ e ‘externalista’. A primeira, via principalmente uma análise interna das obras e dos produtos culturais, os quais têm a sua inteligibilidade assegurada no sistema interno de sua produção. Para a sua postura externalista, o contrário, a produção cultural e intelectual, configurada no plano das ideias e das obras, explica-se não só por razões internas, mas sobretudo externas. Seu foco analítico é deliberadamente posto nas condições sociais de produção das obras e não na forma e nos seus conteúdos substantivos (PONTES, 1988, p. 80).

Nesse sentido, a compreensão da atuação de Barros exige uma leitura de suas obras e discursos, somada à análise dos contextos institucionais e das *redes de sociabilidade* que o circundavam. Seu protagonismo no cenário

acadêmico e cultural paranaense não se limitava ao espaço da sala de aula ou à produção escrita, mas se manifestava em sua atuação nos círculos intelectuais e em sua participação na institucionalização dos propósitos das Ciências Humanas no estado.

O reconhecimento de sua influência é perceptível em registros da imprensa da época. Em notícia publicada pelo jornal *Diário do Paraná*, na edição de 24 de novembro de 1970, destacava-se que “ainda no magistério, o professor Homero de Barros foi um dos fundadores das Faculdades de Filosofia e de Direito e ainda da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Paraná” (DIÁRIO DO PARANÁ, 1970, p. 02). A mesma edição ressalta sua inserção em diversos espaços da intelectualidade curitibana, evidenciando seu prestígio e a amplitude de sua atuação.

A saber, a criação da Escola de Serviço Social em Curitiba esteve inserida no movimento mais amplo de institucionalização do Serviço Social no Brasil, fortemente influenciado pela Igreja Católica. Esse movimento teve início em 1937, quando a Irmã Germaine Marsaud fundou a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, vinculada ao Instituto Social do Rio de Janeiro, sob a orientação do cardeal Dom Sebastião Leme e do intelectual católico Alceu Amoroso Lima. A iniciativa se alinhava ao projeto da Igreja de formar assistentes sociais com base na Doutrina Social Católica, em resposta às transformações sociais e à ascensão das ideologias materialistas no período.

Em 1940, Marsaud esteve em Curitiba acompanhada por Stella de Faro, incentivando Irene Teixeira de Freitas, então presidente da Juventude Católica Feminina do Estado do Paraná Independente, a organizar a formação de futuras assistentes sociais na cidade. O contexto era favorável, dado o fortalecimento das instituições católicas no Paraná e a presença de intelectuais alinhados a essa perspectiva. Nesse cenário, a atuação de Barros como intelectual católico, sua influência nas *redes de sociabilidade* acadêmica e eclesiástica e sua defesa da presença da Igreja na educação contribuíram para a fundação da Escola de Serviço Social de Curitiba em 1945.

Sua atuação no contexto da criação da Escola de Serviço Social de Curitiba não pode ser dissociada de sua trajetória acadêmica, que se consolidava de maneira notável em outras instituições. Sua influência nas redes

acadêmicas e eclesiásticas, que foram fundamentais para a fundação da escola, também se refletia em seu crescente papel na academia. Em 1938, Barros ingressou na recém-criada FFCL/PR, um marco significativo na institucionalização das Ciências Humanas no estado. Nesse mesmo ano, ele também iniciou sua carreira docente na FDP, ocupando a Cadeira de Direito Judiciário Civil. Sua atuação simultânea nas duas faculdades reforçou seu impacto na formação acadêmica de Curitiba e no Paraná. Sua presença na FFCL foi crucial para a consolidação do curso de Geografia e História, que passou a contar com sua cátedra de História da Antiguidade e Idade Média. Dessa forma, sua trajetória acadêmica contribuiu não apenas para a formação de profissionais nas áreas de Humanidades, mas também para a criação de uma base sólida de conhecimentos que influenciariam decisivamente as futuras gerações de intelectuais e assistentes sociais no estado.

No final de 1937 e início de 1938, Barros escreveu a tese que lhe permitiu o ingresso à docência livre na cadeira de Direito Judiciário Civil da Faculdade de Direito do Paraná (FDP), intitulada *Classificação Jurídica da Rescisória*. Logo no início do trabalho, nota-se a erudição que lhe era característica em seus escritos:

> Expressão culminante da erudição jurídica do Paraná, a Faculdade de Direito, em cujo seio se forjam as energias civis com que, "nas grandes provanças da vida social, como disse Dupin, se torna o homem capaz dos mais árduos sacrifícios, por obedecer à sua consciência e às suas convicções", — é irrecusavelmente uma aspiração bem nobre dos que, embora com humildade, procuram cooperar na formação, entre os moços, do direito civil a consciência imbuída do sentimento de justiça, da paixão do direito, do fervor da verdade. Nem outros motivos nos abalançam a apresentar-lhe o presente trabalho, tese com que concorremos à livre docência da cadeira de Direito Judiciário Civil. Patenteia-se, cada vez mais frisante, na lide forense, a profunda importância do assunto escolhido, dado o seu caráter liberal de tutelar direitos ofendidos por sentenças nulas ou ilegais. Em face da vastidão e complexidade da rescisória, certo escaparia à finalidade de uma tese o seu estudo sob todos os aspectos, motivo por que dirigimos as nossas cogitações para a sua classificação no direito judiciário. Embora sem alto engenho e brilho desejados, fizemo-lo com fé e boa vontade (BARROS, 1937, p. 13).

De natureza jurídica, o trabalho aprofunda a temática da ação rescisória no âmbito do direito processual, propondo a classificação e a sistematização dos critérios que legitimam a anulação de decisões judiciais. Trata-se de um instrumento jurídico de caráter excepcional, destinado à reavaliação de sentenças com trânsito em julgado, quando presentes vícios ou situações de

manifesta injustiça. Ao examinar os distintos enquadramentos jurídicos da ação rescisória, o estudo evidencia não apenas o domínio técnico do autor no campo do direito, mas também sua preocupação com a preservação da segurança jurídica e com a promoção da justiça no processo decisório.

Por ser um trabalho de caráter acadêmico e intelectual, reforça a posição de Barros como jurista e acadêmico, consolidando sua atuação nos *campos*. A publicação desse estudo contribuiu para seu *capital* e demonstrou habilidade em sistematizar conhecimentos dentro do direito processual. O trabalho se apresenta como parte do aprofundamento de sua trajetória acadêmica e intelectual. Evidencia sua capacidade analítica, sua inserção nas discussões processuais e sua atuação ativa na produção de conhecimento jurídico. Se conecta à formação do pensamento jurídico no Paraná e no Brasil e apresenta expertise técnica de Barros, com possíveis influências morais e sociais derivadas de sua formação católica.

Nessa época, Barros estava com 29 anos, e já fazia parte de importantes agremiações e encontros de intelectuais que planejavam difundir amplamente o catolicismo. Desde o período de graduação em Direito, aparece nos jornais e periódicos da época, comentando obras literárias, escrevendo em colunas de jornais; frequentando o CEB; envolvendo-se nos esforços para institucionalização das Ciências humanas na Universidade do Paraná, que consistia na fundação da FFCL/PR, a qual se transformaria em um novo *locus* de poder e domínio do ideário Cristão.

Priscila Soares Crocetti (2011), ao reconstruir as trajetórias pessoais dos integrantes da primeira geração de docentes da FDP, apresentou um panorama detalhado sobre os professores catedráticos da instituição. Seu estudo investiga a formação e o desenvolvimento do ensino jurídico na FDP entre os anos de 1912 e 1945, com especial atenção à disciplina de Direito Civil. A pesquisa analisa a trajetória dos primeiros professores da faculdade, explorando suas formações acadêmicas, produções intelectuais e vínculos com as elites sociais e intelectuais da época. Além disso, examina a estruturação do ensino de Direito Civil nos primeiros anos da instituição, considerando as influências culturais, políticas e sociais que moldaram as práticas pedagógicas no contexto jurídico paranaense.

Ao explorar as perspectivas teóricas, os grupos dominantes e os aspectos da legislação, Crocetti (2011) oferece uma compreensão aprofundada sobre os fatores que influenciaram a formação do pensamento jurídico paranaense nas primeiras décadas do século XX. É nesse bojo que enquadramos Barros e parte significativa de sua atuação intelectual no âmbito universitário no Paraná.

Embora o trabalho de Crocetti (2011) tenha sido de grande utilidade ao oferecer valiosas informações e referências a fontes históricas, identificamos divergências em relação às datas apresentadas, quando comparadas aos materiais de imprensa por nós consultados. Diante disso, recorremos às fontes primárias e constatamos que a data de posse de Barros na cadeira de Legislação do Trabalho e Direito Industrial difere entre o jornal *O Dia* e o estudo de Crocetti (2011). Além disso, a referida autora apresenta duas datas distintas para a dissertação defendida por Barros na Faculdade de Direito no concurso à Livre Docência na mesma área. A partir da análise de documentos originais, como anuários e relatórios institucionais, chegamos à data de 1946 como a mais precisa para esse episódio.

As informações da Tabela 1 delineiam a trajetória acadêmica de Barros, evidenciando uma formação sólida e uma progressiva consolidação no campo do ensino jurídico. Após concluir os estudos no Ginásio Paranaense (1921-1925) e graduar-se em Direito pela FDP entre 1926 e 1930, iniciou uma carreira docente marcada por concursos públicos e ascensão meritocrática.

Sua aprovação como Livre Docente em 1938 e, posteriormente, a conquista da cátedra de Legislação do Trabalho e Direito Industrial em 1947, demonstram seu reconhecimento institucional e sua especialização em temas vinculados ao mundo do trabalho. A regência da cadeira de Direito Penal em 1958 atesta sua versatilidade e prestígio dentro da estrutura universitária, reforçando sua posição como intelectual de destaque na formação jurídica paranaense.

Tabela 1 - Percurso de Barros enquanto integrante da primeira geração de professores da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná – FDUP

Instrução Secundária de Barros	Ensino Superior na área do Direito	Atividades docentes na FDUP

Ginásio Paranaense (1921 – 1925)	Bacharel em Direito pela FDUP (1926-1930)	1937 - Apresentação de tese de concurso à Docência livre da Cadeira de Direito Judiciário Civil. 1938 - Livre Docente da Cadeira de Direito Judiciário Civil 1946 - Dissertação apresentada para concurso à Docência Livre da Cadeira de Legislação do Trabalho e Direito Industrial 1947 - Assumiu a Cátedra de Legislação do Trabalho e Direito Industrial 1958 - Regeu a cadeira vaga de Direito Penal

Fonte: Anuário da Universidade do Paraná, 1949, Relatório do 1º Semestre da Faculdade de Direito, da Universidade do Paraná, 1949.

As informações reunidas na Tabela 2 evidenciam a extensa e multifacetada de sua trajetória institucional, cuja atuação se estendeu por diversas frentes da vida pública, acadêmica, literária e educacional. Sua participação na fundação e direção de instituições civis e educacionais (como a Academia dos Esquecidos, o jornal *A Tribuna*, o Centro Ação de Direito, além de escolas normais particulares) revela um compromisso constante com a formação intelectual e cultural da sociedade paranaense.

No campo jurídico e político, ocupou cargos relevantes, como promotor público, presidente de junta de conciliação e consultor jurídico, o que demonstra seu trânsito em esferas decisórias do Estado. Sua longevidade como consultor da Caixa de Aposentadoria e Pensões também indica reconhecimento e estabilidade em funções técnicas de grande responsabilidade.

Destaca-se ainda sua sólida atuação acadêmica, tanto no magistério quanto na produção intelectual. Lecionou em diversas instituições e contribuiu com a imprensa periódica, consolidando-se como figura de referência na área jurídica e educacional. A aprovação como Livre Docente e sua presença nos anuários da universidade atestam o prestígio conquistado no ambiente acadêmico. Ao integrar e fundar associações civis e científicas, Barros fortaleceu redes intelectuais que ampliaram sua influência nos campos da educação, do direito e da cultura.

Tabela 2 - Clubes, agremiações e cargos de Barros

Clubes, associações civis a que pertenceu ou fundou, (cargo e período)
Fundou a Academia dos Esquecidos, uma instituição literária, no Ginásio Paranaense em 1920; criou o jornal *A Tribuna* em 1927; foi um dos fundadores da Academia Rui Barbosa, que posteriormente se transformou no "Centro Ação de Direito"; atuou como Diretor da Faculdade de Filosofia da UP. Foi membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, do Círculo de Estudos Bandeirantes (1929), do Centro de Letras do Paraná e da Sociedade Colombiana Panamericana. Também foi Diretor do Conselho de Pesquisas da Reitoria da UP. Além disso, fundou Escolas Normais particulares, como o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, o Sagrado Coração de Jesus, em Curitiba, e em São José dos Pinhais.
Cargos Públicos e/ou Políticos
Exerceu a função de Promotor Público em Colombo, Paraná, de 1928 a 1930; foi membro do Conselho Penitenciário do Paraná em 1936; presidiu a Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba em 1935; e atuou como Consultor Jurídico da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Empregados e Trabalhadores em Serviços Públicos do Paraná e Santa Catarina, cargo que ocupou por 34 anos.
Outras atividades
Exerceu a advocacia em Curitiba a partir de 1930 e, em 1938, foi nomeado para lecionar História Moderna e Contemporânea na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Também atuou como professor de História da Antiguidade e da Idade Média na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná. Entre 1932 e 1938, ensinou português no Colégio Novo Ateneu e no Ginásio Paranaense, além de ministrar Direito Social na Escola de Serviço Social da Universidade Católica. Foi um dos fundadores da Faculdade de Direito do Trabalho e contribuiu com artigos para os jornais acadêmicos Sciencia et Labor e Gazeta Acadêmica. Sua colaboração se estendeu a importantes jornais como Gazeta do Povo, Diário da Manhã, Cruzeiro, O Dia e Diário da Tarde, além das revistas Paraná Judiciário e Forense. Obteve aprovação no concurso para Livre Docente da cadeira de Direito Industrial e Legislação do Trabalho. No Relatório da Diretoria do 2º Semestre de 1947 da FDUP, aparece como professor contratado, e no Anuário da Universidade do Paraná de 1948, figura como Livre Docente em Direito Industrial e Legislação do Trabalho.

Fonte: Anuário da Universidade do Paraná, 1946-1947.

No ano de 1948, Barros apresentou a dissertação para concurso à docência livre da Cadeira de Legislação do Trabalho e Direito Industrial, na FDP. No trabalho, intitulado *A rescindibilidade dos julgados trabalhistas*, apresentou algumas informações sobre os cargos que ocupava concomitantemente, inclusive a atividade docente na FDP e na FFCL/UP. Entre outras informações, estavam os seguintes cargos: ex-presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba; Professor Catedrático da FFCL/UP e Secretário de seu Conselho Geral; Catedrático do Colégio Estadual do Paraná; Membro do Conselho Penitenciário do Paraná; membro do Centro de Letras do Paraná;

membro do CEB; Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR); membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Paraná.

A obra produzida como requisito para a obtenção da cátedra de Legislação do Trabalho e Direito Industrial, pode ser analisada sob três perspectivas: seu tema jurídico, sua importância na trajetória intelectual do autor e sua relação com a Igreja Católica. A tese trata da possibilidade de revisão e anulação das decisões proferidas na Justiça do Trabalho, analisando os fundamentos e critérios para a rescisão de julgados nesse campo do direito. Isso sugere que o trabalho buscava debater os limites da coisa julgada trabalhista e as condições jurídicas para impugnar sentenças já transitadas em julgado.

No contexto brasileiro do início da década de 1940, o Direito do Trabalho no Brasil estava em consolidação, especialmente após a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. O estudo de mecanismos para rescindir julgados trabalhistas indicava uma preocupação com a segurança jurídica e com a justiça social nas relações entre empregadores e empregados.

A obra apresenta-se como mais uma expressão da atividade intelectual, uma vez que a elaboração dessa tese de livre-docência é marco significativo na sua trajetória acadêmica; ela evidencia o aprofundamento teórico e a contribuição do pesquisador para a área do Direito. Nesse trabalho, demonstrou domínio do campo jurídico e engajamento nas questões da Justiça do Trabalho. Além disso, a escolha do tema sugere um alinhamento com os debates acadêmicos e políticos da época, reforçando sua inserção no meio intelectual paranaense e nacional. A busca pela cátedra na Faculdade de Direito revela uma estratégia de ascensão no campo universitário, consolidando sua posição como intelectual paranaense.

Embora a tese, junto a FDP, trate de temas eminentemente jurídicos, a aproximação entre o Direito e a doutrina social da Igreja Católica pode ser um ponto de convergência fundamental. A Igreja, especialmente a partir da encíclica *Rerum Novarum (1891)* e, posteriormente, da *Quadragesimo Anno (1931)*, apontava para a regulamentação das relações de trabalho, para a justiça social, o equilíbrio entre capital e trabalho, entre outros fatores.[6]

[6] Ambas as encíclicas são marcos fundamentais no desenvolvimento da doutrina social da Igreja, abordando questões de justiça social, direitos dos trabalhadores e a busca por uma ordem social,

Em sua atuação inicial, enquanto intelectual, adotou uma abordagem inspirada nos princípios cristãos sobre o trabalho e a dignidade humana; sendo assim, nota-se uma tentativa em conciliar a doutrina jurídica com os valores defendidos pela Igreja Católica. Isso reforça sua identidade como um intelectual católico e sua participação nos debates sobre a moralidade das relações trabalhistas no Brasil.

Além da atividade docente em áreas do curso de Direito e no curso de Geografia e História da FFCL/UP, Barros foi gestor, político, foi eleito vice-reitor (junho de 1951, até final de 1952) da Universidade Federal do Paraná, na Gestão de Flávio Suplicy de Lacerda, além de ter tido participação significativa na fundação da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Paraná, onde exerceu atividade docente na disciplina de Direito do Trabalho; esteve envolvido entre o grupo que idealizou a FCFC. Além das atividades práticas e ocupações em espaços institucionais, foram vários os trabalhos monográficos de sua autoria; muitos deles nos serviram de base e fonte para a investigação ora

---

com ideal de ser mais justa e humana, em resposta às novas condições econômicas e sociais provocadas pela modernização e pela industrialização. A Rerum Novarum (1891) é uma encíclica papal publicada pelo Papa Leão XIII em 15 de maio de 1891. O título, em latim, significa "das coisas novas" e refere-se aos novos desafios sociais e econômicos que surgiram no contexto da Revolução Industrial e das transformações que ela provocou na sociedade. A encíclica aborda principalmente a questão da condição dos trabalhadores, a exploração no contexto das novas relações de trabalho, e a crescente desigualdade entre as classes sociais. Foi uma resposta da Igreja Católica aos problemas sociais resultantes da industrialização, como a precariedade das condições de trabalho, a exploração dos operários, as longas jornadas de trabalho, os baixos salários e a falta de direitos trabalhistas. Ela defende o direito dos trabalhadores a uma remuneração justa, melhores condições de trabalho e a proteção de sua dignidade, ao mesmo tempo que reconhece o direito dos empregadores à propriedade e ao lucro. Além disso, a encíclica sustenta a ideia de que a Igreja deve ter um papel ativo na promoção da justiça social. Em termos de doutrina social, estabeleceu os alicerces para o que mais tarde seria chamado de "doutrina social da Igreja", que é um conjunto de ensinamentos da Igreja Católica sobre a justiça social, a economia e a política. A *Quadragesimo Anno* (1931) é uma encíclica papal publicada pelo Papa Pio XI em 15 de maio de 1931, exatamente 40 anos após a publicação da Rerum Novarum. O título, que também vem do latim, significa "no quadragésimo ano" e marca o aniversário desta importante encíclica anterior. Esta encíclica aprofunda e expande os temas abordados anteriormente, mas com um enfoque mais detalhado na organização social e econômica do mundo moderno. Critica tanto o capitalismo liberal quanto o socialismo, considerando ambos como sistemas que falham em atender às necessidades dos trabalhadores e promover uma sociedade justa. Pio XI propõe a ideia de um sistema econômico e social mais justo, que não apenas proteja os direitos dos trabalhadores, mas que também respeite a propriedade privada e a liberdade individual. A encíclica também introduz o conceito de subsidiariedade, que é a ideia de que a sociedade deve ajudar os indivíduos e as comunidades a resolver seus próprios problemas, e que as instituições superiores (como o Estado) só devem intervir quando as instituições mais locais ou menores não conseguem resolver as questões por conta própria. Além disso, defende a ideia de uma "ordem social justa" baseada no princípio da solidariedade, que implica uma responsabilidade mútua entre as classes sociais e uma busca pelo bem comum.

pretendida. Atuou como colunista de jornal e esteve presente em diversas instituições e grupos em que circulavam ideias, educativas, religiosas, políticas e culturais.[7]

Em sua tese para livre-docência em Direito Industrial e Legislação do Trabalho, defendida em 1948, Barros apresentou uma lista de obras literárias, temas de colunas de jornais nas quais foi colaborador, periódicos e outros escritos.

A Tabela 3 apresenta um panorama da produção intelectual de Barros, revelando a diversidade temática e o compromisso com o pensamento jurídico, histórico e literário. Suas obras transitam entre a literatura, como Críticas e Crônicas e o discurso sobre Machado de Assis, e a reflexão acadêmica e técnica, como demonstram os trabalhos voltados à filologia (Grafia Científica de "Curitiba") e ao Direito (Classificação Jurídica da Rescisória, Culpa *in eligendo e in non vigilando*).

---

[7] Barros teve uma trajetória intelectual e profissional marcada por uma ampla atuação nas esferas educacional, jurídica e acadêmica do Paraná. No campo literário, fundou, em 1920, a Academia dos Esquecidos no Ginásio Paranaense, uma instituição voltada para a produção e difusão cultural. Em 1927, foi responsável pela fundação do jornal *A Tribuna*, consolidando sua presença na imprensa local. Também esteve à frente da criação da Academia Rui Barbosa, posteriormente convertida no Centro Ação de Direito. Na área jurídica, foi membro ativo da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná e desempenhou importantes funções institucionais. Atuou como Promotor Público em Colombo (1928-1930), integrou o Conselho Penitenciário do Paraná (1936) e exerceu a presidência da Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba (1935). Durante 34 anos, prestou serviços como Consultor Jurídico da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Empregados e Trabalhadores em Serviços Públicos do Paraná e Santa Catarina. Na educação, sua atuação foi igualmente expressiva. Foi professor no Colégio Novo Ateneu (1932) e desempenhou um papel central na criação e administração de diversas instituições de ensino. Fundou Escolas Normais particulares em renomados colégios de Curitiba e São José dos Pinhais, como o Colégio Nossa Senhora de Lourdes e o Sagrado Coração de Jesus. Em 1938, com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCL/PR), assumiu a cátedra de História Moderna e Contemporânea, além de lecionar História da Antiguidade e da Idade Média. No ensino superior, também foi Professor de Direito Social na Escola de Serviço Social da Universidade Católica, instituição da qual foi fundador, e um dos idealizadores da Faculdade de Direito do Trabalho. Além de seu papel como educador, Barros esteve profundamente envolvido em organizações culturais e acadêmicas. Foi membro do Círculo de Estudos Bandeirantes (1929), do Centro de Letras do Paraná e da Sociedade Colombiana Panamericana. Na administração universitária, exerceu o cargo de Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná (UP) e posteriormente foi nomeado Diretor do Conselho de Pesquisas da Reitoria da UP. Sua produção intelectual também se refletiu na colaboração com diversos periódicos e revistas acadêmicas. Contribuiu com jornais acadêmicos como "*Sciencia et Labor*" e "Gazeta Acadêmica", além de periódicos de grande circulação, como "Gazeta do Povo", "Diário da Manhã", "O Cruzeiro", "O Dia" e "Diário da Tarde". Publicou artigos em revistas especializadas, como "Paraná Judiciário" (PR) e "Forense" (RJ). No campo do direito, consolidou sua carreira ao ser aprovado no concurso para livre-docente da cadeira de Direito Industrial e Legislação do Trabalho, reforçando sua posição como um dos principais intelectuais do Paraná na interseção entre direito, educação e pensamento católico.

Destaca-se também sua preocupação com fundamentos históricos do Direito, como na tese Influência do Cristianismo na Evolução do Direito Romano e na preleção Conceito sobre a Idade Média, indicando uma visão ampla e humanista da formação jurídica. Já os pareceres publicados sobre indulto, comutação e livramento condicional reforçam sua atuação prática e sua inserção no debate penal e penitenciário.

Sua apreciação crítica à obra de Mirkine Guetzevitch e o artigo sobre a Ação Rescisória no novo CPC mostram seu engajamento com os debates contemporâneos do Direito Constitucional e Processual. Trata-se, portanto, de uma produção que reflete o trânsito entre o universo acadêmico, jurídico e literário.

Tabela 3 - Obras e Homero de Barros

Críticas e Crônicas, coletânea lit. J. Haupt & Cia., Edit;
Grafia Científica de "Curitiba", apreciação filológica, Impres. Par., Edit.;
"Machado de Assis" e outro discurso, conf. lit. e oração de paraninfo, J. Haupt & Cia., Edit.
Conceito sobre a Idade-Média, preleção inaug. do ano letivo de 1938, no ex-Ginásio Paranaense, Emp. Gráf. Par., Edit.
Influência do Cristianismo na Evolução do Direito Romano, tese de conc. à cad. de prof, cated. de hist, geral, no Ginásio Estadual do Paraná.
Classificação Jurídica da Rescisória, tese de Direito Judiciário Civil. Curitiba. Irmãos Guimarães, Edit.
Culpa in eligen e in non vigilando, separata da apel. eivei n.° 2630. Emp. Gráf. Paranaense, Edit.
Pareceres de Indulto e Comutação (1941-42), Ofic. Gráf. da Penitenciária do Est. do Paraná, Edit., 1943.
Pareceres de Livramento Condicional (1941-42), idem.
À margem de Mirkine Guetzevitch, apreciação ao livro Novas tendências do Direito Constitucional, Curitiba, 1936.
A Ação Rescisória no novo Código de Processo Civil, Revista Forense, vol. 82, Rio.

Fonte: BARROS, H. B. *A Rescindibilidade dos Julgados Trabalhistas*, 1492

A Tabela 4 evidencia o engajamento com questões sociais, econômicas e trabalhistas por meio de uma intensa produção jornalística e conferências públicas. Seus textos abordam temas cruciais do contexto brasileiro nas décadas de 1930 e 1940, como a regulamentação do trabalho, os direitos dos trabalhadores rurais e urbanos, o trabalho infantil, os sindicatos, a previdência e

a crise econômica. As publicações em jornais de grande circulação, como *O Dia*, *Diário da Manhã* e *Gazeta do Povo*, demonstram sua preocupação em dialogar com o público leigo e participar dos debates públicos, além de revelar seu alinhamento com a doutrina social da Igreja e com os princípios corporativistas que marcaram o Estado Novo. Essas intervenções apresentam a imagem de um intelectual engajado com a justiça social e com a construção de um modelo de sociedade mais equitativo.

Tabela 4 - Textos de Barros sobre Legislação do Trabalho e Direito Industrial

A Justiça do Trabalho (in Paraná-Judie., XXX/III, p. 87).
O Problema dos Salários (ed. de 3-XII-44), em *O Dia*, de Curitiba
A Carta do Trabalho, de Filadélfia (ed. de 12-XI-44).
Ação Social (dezembro de 1944).
Trabalhadores Rurais (*Diário da Manhã*, 21-6-36).
O Trabalho no Brasil (17-2-35, id.).
O Proletariado Infantil (17-12-35).
Instituição de Classe do Professorado (28-3-36)
A Crise Financeira (29-1-35).
A Cláusula Ouro (26-10-34 e 29-10-34).
O Auxílio-enfermidade para Empregados, comentário ao decreto lei n.° 6.904, in *Gazeta do Povo*.
Sindicatos e corporações de ofício (conf. realizada no Círculo de Estudos Bandeirantes).

Fonte: BARROS, H. B. *A Rescindibilidade dos Julgados Trabalhistas*, 1492

Os textos publicados na revista *Paraná Judiciário* evidenciam sua sólida formação jurídica e seu interesse por temas centrais do Direito Civil e Processual. Conforme se vê na Tabela 5, as contribuições versam sobre questões técnicas e relevantes, como contratos com reserva de domínio, ações possessórias, cláusulas de penhor, culpa comum e concorrência de culpas, demonstrando sua preocupação em interpretar e esclarecer aspectos complexos da legislação brasileira. Além disso, sua presença constante nessa publicação, evidencia-se sua atuação ativa no meio jurídico paranaense e seu compromisso com a difusão do conhecimento jurídico, especialmente em um contexto de consolidação e amadurecimento das instituições judiciais e acadêmicas do estado.

Tabela 5 - Textos sobre direito no jornal Paraná Judiciário, de Curitiba

Contrato de compra e venda com reserva de domínio, (XXÏX/II).
Ação Possessória (XVII/III).
A Lei contra a Usura (XVII/III).
A Cláusula Constituti no Penhor Mercantil (XV/IV).
Culpa Comum. (XXI/I).
Reparação de Dano (XXII/II).
Omissão ou Erro de Nome da Ação (XXIV/I e II).
A indenização em Casos de Concorrência de Culpa (XXVII/I)

Fonte: BARROS, H. B. *A Rescindibilidade dos Julgados Trabalhistas*, 1492

A Tabela 6 reúne uma série de textos que evidenciam seu engajamento com os debates constitucionais e políticos do Brasil nas décadas de 1930 e 1935, período de intensa transformação institucional no país. Ao abordar temas como o voto feminino, a anistia, a representação classista, as crises democráticas e o separatismo, Barros demonstra uma visão crítica e ativa frente às mudanças sociais e jurídicas da época. Seus artigos, publicados em jornais de grande circulação como *O Dia*, *Gazeta do Povo* e *Correio do Paraná*, revelam não apenas um compromisso com os ideais democráticos e constitucionais, mas também uma preocupação com a construção de uma identidade nacional sólida e com a ampliação dos direitos civis, reforçando sua atuação como jurista atento às demandas políticas e sociais do seu tempo.

Tabela 6 - Textos sobre Direito Constitucional

Pelo Regime Constitucional (*O Dia*, 29-8-31).
Pontos da Constituinte (Id., 15-12-31).
Em Prol da Nacionalidade (*Gazeta do Povo*, 23-2-34).
Anistia (*Correio do Paraná*, 11-10-33).
O Voto Feminino (Id., 25-1-33).
Justiça (Id., 14-1-33).
Lição de Liberdade (Id., 4-1-33).
Rui e a Constituição (Id„ 23-2-33).
Representação Classista (Diário-da-Manhã, 18-10-35).
Crises Democráticas (Id., 27-10-35).
Separatismo (Diário-da-Tarde, 3-7-35).
O Espetáculo Contemporâneo (Id., 4-7-35).

Fonte: BARROS, H. B. *A Rescindibilidade dos Julgados Trabalhistas*, 1492

A Tabela 7 apresenta as produções voltadas à temática do ensino, demonstrando sua preocupação constante com a educação brasileira, especialmente durante a década de 1930, que corresponde à sua inserção em meio a intelectualidade curitibana; também, um período marcado por reformas educacionais significativas. Em artigos como *A Margem do Ensino*, *O Governo e o Professorado* e *Mais uma Reforma*, Barros analisa criticamente as políticas educacionais, o papel do professor e os rumos da educação secundária, propondo reflexões sobre a necessidade de aprimoramento do sistema de ensino. Sua atuação como educador e intelectual comprometido com a formação humanística transparece nesses escritos, nos quais defende uma "educação de qualidade", um ensino "crítico e coerente com os desafios sociais e culturais do país".

Tabela 7 - Textos sobre o Ensino

A Margem do Ensino (*Diário da Noite*, 10-4-37).
Em Torno do Ensino (Idem, 17-4-37 e 21-4-37).
O Governo e o Professorado (*Diário da Tarde*, 21-5-35).
Mais uma Reforma (Id., 24-7-35).
Ainda o Ensino Secundário (*Diário da Manhã*, n.º 70, 23-12-35).
O Curso Complementar (*Diário da Noite*, 31-3-37).

Fonte: BARROS, H. B. *A Rescindibilidade dos Julgados Trabalhistas*, 1492

A Tabela 8 reúne textos voltados à filologia e ao estudo da língua portuguesa, revelando seu interesse pelas questões linguísticas enquanto expressão cultural e elemento de identidade nacional. Em artigos como *A Língua do Nordeste* e *A Língua como Fator de Unidade Nacional*, Barros analisa variantes regionais e defende a valorização do idioma como instrumento de coesão do povo brasileiro. Suas reflexões combinam rigor técnico com sensibilidade histórica, como se vê na conferência realizada no CEB e nos comentários críticos a obras gramaticais. Desse modo, a linguagem torna-se objeto de estudo e, também, um campo estratégico na formação do pensamento e da cidadania.

Tabela 8 - Textos sobre trabalhos Filológicos

Nótulas a um Monumento. (Brasiliana, rev. pub. no Rio sob a direção do Gal. Liberato Bittencourt, n.° 13, p. 64).

Idioma Nacional (*Diário da Tarde*, de Curitiba).
Manual de Gramática Portuguesa (*Correio do Paraná*, 20-3-33).
A Língua do Nordeste (*Gazeta do Povo*, 22-3-34).
A Língua do Nordeste (II), (*Correio do Paraná*, 9-3-34).
João Ribeiro (*Gazeta do Povo*, 15-4-34),
Dois Livros de Português (*O Dia*, 14-3-44).
A Língua como Fator de Unidade Nacional (Conferência no CEB).
A Língua Nacional e a Ingenuidade de um Censor (*Cruzeiro*, 13- 1-35).

Fonte: BARROS, H. B. *A Rescindibilidade dos Julgados Trabalhistas*, 1492

A Tabela 9 evidencia a atuação de Barros como crítico literário atento e atuante nos jornais paranaenses, demonstrando sua versatilidade intelectual ao transitar com desenvoltura entre o Direito, a Educação, a Filologia e a Literatura. Seus textos, como *Ideia e Forma* e *Crítica e Progresso*, revelam uma preocupação com a estética, o conteúdo e o papel social da produção literária. Ao comentar lançamentos, antologias e iniciativas pedagógicas como a *Cartilha da Probidade*, promove o diálogo entre literatura e o que considerava serem valores éticos.

Tabela 9 - Textos referentes às críticas e apreciações literárias

Ideia e Forma (*Diário da Manhã*, 14-10-35).
Gramática e Antologia (*Diário da Tarde*, 23-4-35).
As Primeiras Decisões, de Ernani Cartaxo (*Diário da Tarde* 15-10-34).
Notas Literárias (*Correio do Paraná*, 18-5-34).
Notas Literárias (*Correio do Paraná*, 10-6-34).
Humilde — um Livro Paranaense (*Gazeta do Povo*, 13-9-35).
Os Versos de Raul Machado (*Gazeta do Povo*, 13-2-34).
Notas Literárias (*Gazeta do Povo*, 25-6-32).
Cartilha da Probidade (*Correio do Paraná*, 7-10-32).
Notas Literárias (*Gazeta do Povo*, 8-6-32; 17-0-32; 7-3-1).
Livros Novos (*O Dia*, 20-13-2; 22-11-31; etc.).
Um Crítico Original (*O Dia*, 10r6-31).
Crítica e Progresso (*Diário da Tarde*, n.º 10.242).

Fonte: BARROS, H. B. *A Rescindibilidade dos Julgados Trabalhistas*, 1492

Na Tabela 10 se vê o interesse por personagens históricos e intelectuais que marcaram a História do Brasil e do Paraná, bem como por episódios significativos da trajetória nacional. Com perfis como *O Perfil de Zacarias*, *Afonso*

Celso e Rocha Pombo, Barros se dedica à valorização de figuras públicas que atuaram no campo político, jurídico e cultural do Paraná. A conferência sobre o *Centenário de José Bonifácio* e o artigo *Setembro de 1822* mostram sua atenção aos marcos simbólicos da Independência e da construção do Estado nacional. Textos como *A Lição do Uruguai* e *A Metrópole* sugerem uma leitura crítica da política regional e internacional, enquanto *O Príncipe de Nassan* e *Generoso Marques* apontam para uma valorização de personagens menos conhecidos, mas com relevância histórica. Em conjunto, esses escritos reforçam o papel de Barros como intelectual atento à história e à memória, empenhado em interpretar o passado para pensar o presente.

Tabela 10 - Textos sobre História

O Perfil de Zacarias (*Diário da Tarde*, 19-12-34).
Centenário de José Bonifácio (Conferência, *Diário da Tarde*, 8- 4-38).
Afonso Celso (*Diário da Tarde*, 13-7-38).
Rocha Pombo (*Diário da Tarde*, 11-7-35).
Dario Veloso,(*Diário da Manhã*), 3-10-37).
Setembro de 1822 (*Diário da Manhã*), 6-9-36).
O Príncipe de Nassan (*Diário da Manhã*, 16-6-36).
A Metrópole (*Diário da Manhã*, 29-3-36).
A Lição do Uruguai (*Diário da Manhã*, 31-12-35).
Generoso Marques (*Gazeta do Povo*, 10-10-41)

Fonte: BARROS, H. B. *A Rescindibilidade dos Julgados Trabalhistas*, 1492

A diversidade temática dos textos e discursos reunidos na Tabela 11, revela a amplitude do engajamento intelectual e cívico, sobretudo enquanto orador e formador de opinião. As conferências e saudações proferidas em espaços como o CEB, instituições de ensino e solenidades públicas evidenciam não apenas sua versatilidade retórica, mas também seu compromisso com a valorização da cultura letrada, da história paranaense, nacional e das tradições humanistas.

Ao abordar temas como o papel do bacharel na civilização brasileira, o humanismo americano ou o pan-americanismo, Barros se insere em um discurso que conecta o Brasil a matrizes civilizatórias ocidentais, projetando sua atuação para além das fronteiras locais. As homenagens póstumas, saudações a

intelectuais e intervenções em eventos cívicos demonstram sua capacidade de mobilizar o discurso público como instrumento de enaltecimento moral e histórico. Destaca-se ainda a sua atuação no rádio, com o Curso de História Medieval, que amplia sua influência para além do meio acadêmico, reafirmando seu papel como mediador cultural e educador comprometido com a formação intelectual da sociedade.

Tabela 11 - Conferências e discursos

O Bacharel — Elemento Civilizador do Brasil, conferência pronunciada no CEB, no aniversário da *Carta Régia* de 11 de agosto de 1827.
Saudação a Silveira Neto, pronunciada no CEB por ocasião da visita do intelectual paranaense.
Humanismo Americano, pronunciada no CEB.
Em Comemoração do Dia-Pan-Americano, ao microfone da P.R.B.-2.
Aula inaugural, a convite das Irmãs Diretoras do Ginásio da Divina Providência.
O Perfil de J. F. Mansur Guérios, na homenagem póstuma do CEB.
Pan-Americanismo. Discurso no Dia Pan-Americano, em 1940, no Ginásio Paranaense.
Oração Fúnebre em homenagem a Lisímaco Ferreira da Costa, na ocasião do seu sepultamento.
Saudação Vicentina, na Assembleia Geral Vicentina realizada em Ponta-Grossa. — Em torno dos Oradores Sacros, palestra no CEB
O Clássico Português João de Barros, palestra no CEB
No Cinquentenário da República, discurso pronunciado no Ginásio Paranaense.
Saudação à Bandeira Nacional, discurso pronunciado no Ginásio Paranaense.
A Lei Penal Brasileira, conf. publicada no Correio-do-Paraná de 17-10-33 e proferida no CEB
Saudação a Curt Lange e a Flávio Guimarães.
Saudação ao Desem. Lacerda Pinto, publicada no *Diário da Tarde*, de 20-5-35).
Discurso na recepção do Centro de Letras do Paraná (*O Dia*, 23-11-44).
Discurso na homenagem a Breno Arruda (*O Dia*, 8-10-44).
Curso de História Medieval, 15 preleções no programa "Ondas Universitárias", da emissora P.R.B.-2, em 1944.

Fonte: BARROS, H. B. *A Rescindibilidade dos Julgados Trabalhistas*, 1492

Na lista de teses de cátedra e livre docência (de 1916 a 1950), Barros aparece com a dissertação intitulada *Classificação jurídica da rescisória*, para a área de Direito Judiciário Civil, junto a FDP (CROCETTI, 2011). Ele também aparece como contratado, no Relatório do 2º Semestre de 1947; no Relatório da

Diretoria de 1947, aparece como livre-docente em Direito Industrial e Legislação do Trabalho (ANUÁRIOS DA UP,1947,1948).

Em perspectiva cronológica, a Tabela 12 apresenta a formação e a trajetória acadêmica e profissional de Barros, revelando um percurso marcado por precocidade, versatilidade e crescente projeção institucional. A formação inicial no tradicional Ginásio Paranaense (1921-1925), seguida do bacharelado em Direito pela Universidade do Paraná (1926-1930), já indica um itinerário clássico das elites intelectuais e jurídicas do período, ao qual se soma, desde os anos 1930, uma atuação no campo do ensino médio e superior.

A partir de 1932, inicia sua carreira docente como professor de Português, transitando, em seguida, por diversas áreas do saber: Direito, Geografia e História, Língua Portuguesa e Legislação Trabalhista. Essa multidisciplinaridade, que reflete tanto sua formação humanista quanto sua capacidade de adaptação aos debates contemporâneos, foi alicerçada em sucessivos concursos e titulações, como os de livre-docência em Direito Civil (1938) e, posteriormente, em Direito Industrial e Legislação do Trabalho (1947).

A ascensão ao cargo de Diretor Geral da Educação (1946) e, sobretudo, a direção da FFCL/UFPR (1951-1968) consolidam sua inserção nos espaços decisórios da política educacional e universitária no Paraná. Sua atuação como catedrático de Legislação do Trabalho e, eventualmente, regente da cadeira de Direito Penal, reafirma seu domínio no campo jurídico, ao passo que sua permanência por mais de três décadas em atividades docentes e administrativas revela um intelectual comprometido com a formação de quadros e a consolidação das instituições educacionais do Paraná.

Assim, a cronologia apresentada documenta os marcos objetivos da carreira, ao mesmo tempo em que evidencia um perfil intelectual diversificado, inserido numa rede de sociabilidades, em diferentes níveis e áreas do conhecimento.

Tabela 12 - Cronologia da formação / titulação acadêmica de Barros

Ano	Formação / Titulação / Ocupação
1921 - 1925	Instrução secundária no Ginásio Paranaense

1926 - 1930	Bacharelado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná
1932 - 1934	Professor de Português no Colégio Novo Ateneu de Curitiba
1937 -	Professor no Ginásio paranaense
1938 -	Docente no Curso de Geografia e História da FFCL/PR
1938 -	Ingresso como Livre Docente de Direito Civil, na FD/UP
1938 -	Início da atividade docente no Ginásio Paranaense
1946 -	Diretor Geral da Educação junto ao Governo do Estado do Paraná
1947 -	Livre Docente em Direito Industrial e Legislação do Trabalho, FD/UP
1950 -	Catedrático de Legislação do Trabalho e Direito Industrial, FD/UFPR
1951 - 1968	Direção da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras - FFCL/UFPR
1958 -	Regeu a Cadeira vaga de Direito Penal, na FD/UFPR

Fonte: BARROS, H. B. *A Rescindibilidade dos Julgados Trabalhistas*, 1492

Percebemos as movimentações de um intelectual que transitou em diferentes campos. No interior de um campo, os agentes medem força, travam disputas, mobilizam influências, se notabilizam pelas ações que denotam seu lugar em dada hierarquia. Ao inserir ou identificar Barros em meio aos campos, educacional, político e religioso notamos o nascimento ou a sequência de embates entre diferentes forças, em que os diferentes agentes encontram-se munidos de seus *capitais*.

É no interior das instituições universitárias que “travam-se relações particulares que permitem e promovem práticas indispensáveis ou impossíveis para outros agrupamentos intelectuais” (BONTEMPI JR., 2015, p. 44). Bontempi Jr. (2015), salientou que, mesmo com todas as limitações que uma instituição de ensino possa ter, ela apresenta uma vantagem fundamental, “permite que alguma coisa se faça ou deixe de ser feita, [...] o que se faz lá não se faz em nenhum outro lugar; [...] há certas pesquisas que, ou se faz dentro da universidade, ou elas não se realizam” (BONTEMPI JR., 2015, p. 44). Desse modo, a defesa do projeto católico, ao se materializar no interior do campo acadêmico, ganha não apenas visibilidade, mas por ser no lugar de produção de saberes, com ecos diretos na vida social.

A partir desse pressuposto, vimos que Barros encontrava-se num lugar ou em lugares institucionais, com cargos e posições que lhe conferiam determinadas possibilidades que só foram possíveis por estar ali, com

autonomia, autoridade, poder, capital, como elementos que tornou possível debater, realizar, planejar, executar, etc. Foi no espaço acadêmico que, certas condições construídas, os capitais foram alicerçados e as experiências foram forjadas.

Sua atuação em meio aos espaços institucionais, ensino secundário, no ensino superior, na gestão, nas agremiações intelectuais, na política partidária, etc., lhe conferiu as possibilidades e os meios necessários para propagação de ideais. Em espaços de poder, os discursos se reverberam com mais força e a tomada de decisão, nesses espaços, impactam em maior proporção, maior número de pessoas e, portanto, ecoam a lugares mais longínquos.

1.3 DEBATES SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL PÓS PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

O debate sobre a educação no Brasil no período pós-Proclamação da República foi marcado por tensões entre diferentes projetos educacionais, refletindo disputas políticas, ideológicas e sociais. A transição do Império para a República trouxe consigo a necessidade de reformular o sistema educacional para atender às novas exigências do Estado laico e republicano. Nesse contexto, dois grandes grupos disputavam o controle sobre a educação: os defensores da laicização e da centralização do ensino pelo Estado e aqueles que defendiam a manutenção da influência da Igreja Católica na formação educacional.

Com a separação entre Igreja e Estado, a Constituição de 1891 consolidou o ensino leigo, extinguindo a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. Isso foi um marco importante na tentativa de construir um sistema educacional mais alinhado aos ideais republicanos. A retirada da religião do currículo, por sua vez, foi criticada pela Igreja e pelos setores conservadores da sociedade, que viam na educação religiosa um pilar fundamental para a formação moral dos indivíduos. Fato reconhecido por ambas as correntes, era que o ensino secundário e superior ainda era voltado para as elites, com pouca democratização do acesso.

O debate educacional esteve intimamente ligado à atuação dos intelectuais, que viam na educação um instrumento de transformação social. Muitos se envolveram na formulação de propostas para a modernização do ensino e na consolidação de um projeto nacional de educação.

A atuação dos intelectuais se manifestou, em grande medida, por meio da imprensa, em revistas e jornais, nos quais defendiam suas ideias sobre o papel da educação na formação do país. Ao longo da Primeira República, a Igreja Católica tentou recuperar sua influência sobre a educação, criticando as políticas laicas e defendendo um ensino baseado nos valores cristãos. Nos anos 1920 e 1930, o movimento educacional ganhou novos contornos com o embate entre intelectuais liberais, como os da Escola Nova (Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira), e setores ligados à educação católica, que defendiam um modelo mais tradicional e moralizante.

O debate educacional, após a Proclamação da República, refletiu a disputa entre diferentes visões sobre o papel do Estado, da Igreja e dos intelectuais na formação da sociedade brasileira. A educação foi um espaço de embates ideológicos, nos quais os intelectuais desempenharam um papel crucial, seja propondo reformas, seja atuando como mediadores entre os interesses políticos, religiosos e sociais. Esses debates influenciaram profundamente o desenvolvimento da educação brasileira ao longo do século XX, moldando as políticas e os conflitos que perduraram nas décadas seguintes.

Os debates e as defesas de projetos educacionais são fundamentais para a compreensão da configuração do campo intelectual da época. As análises dos debates intelectuais permitem conhecer as experiências compartilhadas, seja pelos indivíduos que estavam diretamente envolvidos ou que gravitavam em torno dos grupos que lideraram os debates. A condição do intelectual no Brasil naquele período refletia a tensão entre orientações ideológicas opostas, que alimentavam discussões acaloradas. As diferentes tomadas de posição se manifestaram nos embates públicos entre aqueles que defendiam reformas educacionais e os que resistiam a mudanças. As controvérsias que marcaram o cenário intelectual no período em que circunscrevemos nosso recorte temporal de pesquisa, eram, na verdade, desdobramentos de disputas que já se estendiam desde o início do século XX. De um lado, os grupos favoráveis à

modernização das estruturas políticas, econômicas e sociais; do outro, aqueles que buscavam preservar a ordem estabelecida.

Fazendo valer-se de seu *Capital Econômico e Simbólico*, a Igreja precisou mobilizar estratégias para manter o seu poder, já que a República, proclamada em 1889 no Brasil, preconizava a ruptura entre Igreja e Estado. Isso fez com que a igreja Católica largasse na frente de outras religiões na projeção e materialização de ações como a construção de Escolas, Hospitais, Seminários, Conventos, Mosteiros, agremiações, revistas, e a criação de Dioceses por diversas cidades brasileiras. Nesse bojo, a criação da Diocese de Curitiba, em 27 de abril de 1892, mostra-se como consequência desse planejamento que, utilizou-se da liberdade religiosa garantida constitucionalmente para se movimentar no sentido de buscar alternativas para estender a cosmovisão cristã Católica pelo país, no caso, na Capital paranaense.

> O projeto da Igreja Católica foi denominado pelos anticlericais de ultramontanismo. De acordo com a pesquisadora citada acima, "o ultramontanismo foi uma orientação política desenvolvida pela Igreja após a Revolução Francesa, marcada pelo centralismo institucional em Roma, um fechamento sobre si mesma, uma recusa de contato com o mundo moderno, visando à própria sobrevivência" (GAETA, 1991, p. 30-31, apud Campos, 2002, p. 20).

Segundo Campos (2011), a ação do clero consistia em algumas ações como, "criação de centros culturais para aglutinar a elite intelectual e política do país" (CAMPOS, 2011, p. 57). Também, "revistas e espaços de estudos e de formação moral, filosófica e teológica dos grupos com potencialidade a ocuparem cargos políticos de destaque nos cenários regionais e no nacional" (CAMPOS, 2011, p. 57).

Em Carta Pastoral, escrita pelo Bispo de Curitiba, Dom José de Camargo Barros[8] podemos perceber a forma como a Igreja pretendia se colocar como

[8] O Bispo Dom José de Camargo Barros (1858–1906) nasceu em Indaiatuba-SP. Em 1875, ingressou no Colégio Jesuíta São Luís, em Itu, e dois anos depois foi encaminhado ao Seminário Episcopal, sob a orientação de Dom Lino Deodato de Carvalho. Sua ordenação sacerdotal ocorreu em 13 de março de 1883, na Capela do Seminário. No mesmo ano, assumiu a função de pároco, conciliando essa atividade com seu trabalho como jornalista, literato e escritor. Aos 35 anos, em 16 de janeiro de 1894, foi designado primeiro Bispo de Curitiba pelo Papa Leão XIII. Cinco meses depois, recebeu a ordenação episcopal em Roma, na Capela do Colégio Pio Latino-Americano, e em setembro do mesmo ano realizou sua entrada solene na Catedral de Curitiba. Após nove anos à frente da Diocese de Curitiba, foi nomeado pelo Papa São Pio X como 12º Bispo de São Paulo, sucedendo Dom Antônio Cândido Alvarenga, em 1903. A Diocese de Curitiba foi instituída em 1892, por meio da bula *Ad Universas Orbis Ecclesias*, do Papa Leão XIII, sendo uma das primeiras dioceses criadas no Brasil no período pós-Padroado, juntamente

condutora da espiritualidade humana, ao passo que esta seria uma instituição capaz de governar o espírito, cuja jurisdição era dada aos sacerdotes, como pessoas vocacionadas pelo propósito divino.

> O povo não tem jurisdição espiritual para delegar a quem quer que seja; esta jurisdição é dada a alguns homens, previamente chamados por uma vocação divina, devidamente preparados para tão alto ministério e quem lhes dá esta jurisdição é o próprio Jesus Cristo por intermédio dos bispos. (CARTA PASTORAL de Dom José de Camargo Barros, p. 6, 1899).

Os grupos de intelectuais católicos nas primeiras décadas do século XX, tanto leigos como religiosos, passaram a defender a padronização de costumes e comportamentos tradicionais de viés religioso cristão às novas gerações, as quais deveriam submeter-se aos valores da igreja Católica, especialmente pensando o estilo de vida urbano que surgia no contexto brasileiro.

De modo mais preciso, a década de 1920 no Brasil, foi marcada por transições de ritmos e tendências contraditórias, “de um lado a morosa transformação do Estado e suas instituições públicas e sociais para quem uma década não bastou para enterrar uma estertorante República velha” (RUSSEF, 2001, p. 90) e, de outro lado “a premência da sociedade civil fermentando de ideias e projetos de reconstrução nacional [...] provindos especialmente dos setores urbanos da pequena burguesia e do proletariado” (RUSSEF, 2001, p. 90).

O processo de transição do Brasil de um sistema agrário-comercial para um sistema urbano-industrial, que ocorreu ao longo da Primeira República, levou a mudanças profundas na estrutura social do país. Como destacou Jorge Nagle (1966), "com a passagem do sistema agrário-comercial para o sistema urbano-

---

com as de Manaus, Niterói e Paraíba. Inicialmente, sua jurisdição abrangia os estados do Paraná e Santa Catarina, até a criação da Diocese de Florianópolis, em 1908. A criação da Diocese teve um papel fundamental na consolidação da autonomia eclesiástica do Paraná, acompanhando o processo iniciado em 1853, quando o estado deixou de ser a Quinta Comarca de São Paulo para se tornar uma província autônoma. Além disso, sua localização estratégica foi essencial no plano de diocesanização do catolicismo no sul do Brasil, que até então contava apenas com a Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, criada em 1848, no contexto das Guerras Farroupilhas. Até 1926, a Diocese permaneceu vinculada a outras arquidioceses: de 1892 a 1908, à Arquidiocese do Rio de Janeiro, e de 1908 a 1926, à Arquidiocese de São Paulo. A plena autonomia eclesiástica do Paraná foi alcançada em 10 de maio de 1926, por meio da bula *Quum in Dies Numerus*, do Papa Pio XI, que elevou Curitiba à condição de Arquidiocese, criando a Província Eclesiástica do Paraná, com a fundação das Dioceses de Jacarezinho, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu. A posse de Dom José de Camargo Barros como Bispo de Curitiba ocorreu em 30 de dezembro de 1894 e foi marcada por uma procissão solene, que partiu da Igreja do Rosário em direção à então Igreja Matriz de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.

industrial vai se processando nesse tempo; de outro, rompem-se os alicerces da sociedade estamental e se estruturam as bases de uma sociedade de classes", (NAGLE, 1966, p. 346). A ruptura com os alicerces de uma sociedade estamental deu origem à formação de uma sociedade de classes, refletindo uma nova organização social e econômica. Esse movimento foi marcado por transformações no campo da educação, da política e da economia, com a ascensão das grandes cidades e a gradual urbanização. Nagle (1974) reflete essas mudanças e analisa como o Brasil passou a vivenciar a ascensão da classe trabalhadora urbana, o fortalecimento do Estado e as novas formas de organização social. Para Nagle (1974), a partir dos anos de 1920, observou-se o otimismo pedagógico e a escolarização como elementos centrais para a construção de uma nova sociedade, destacando a ruptura com a sociedade estamental e o surgimento das classes sociais como base estrutural.

Dentro desse contexto de transformação social e educacional, a trajetória de Barros, especialmente em Curitiba, reflete as características dessa transição. Sua vivência na Capital do Estado do Paraná foi marcada pela sua formação acadêmica e pela participação em agremiações intelectuais, onde exerceu funções que estavam alinhadas a um ideário cristão católico. Esse ideário estava subjacente às transformações sociais e educacionais que se processavam no Brasil. A cidade de Curitiba, com seu ambiente urbano, favoreceu a disseminação de ideias e textos, permitindo uma circulação intelectual que envolvia, entre outros, os debates sobre a educação no Brasil. O fato de Barros ter vivido e atuado em um centro urbano foi decisivo para sua inserção nos debates nacionais, especialmente naqueles em torno da educação, que, após a Proclamação da República, começaram a ganhar espaço nas páginas de jornais, revistas e obras literárias. Nesse cenário, surgiam as disputas entre católicos e liberais, refletindo as tensões ideológicas que marcaram o período, nas quais Barros teve papel ativo.

Embora a análise de Jorge Nagle, especialmente em *Educação e Sociedade no Brasil* (1974), tenha sido elaborada em meados do século XX, sua interpretação dos processos de transição estrutural da sociedade brasileira, particularmente entre as décadas de 1930 e 1960, período marcado pela aceleração da industrialização, urbanização e centralização do Estado, ainda

oferece elementos fundamentais para compreender as bases da modernização educacional no país. Ao relacionar as transformações econômicas e sociais às demandas por expansão e reorganização do sistema educacional, Nagle evidencia como o projeto de modernização esteve vinculado à construção do Estado nacional e às exigências de desenvolvimento econômico e integração social Nagle observou que “com a passagem do sistema agrário-comercial para o sistema urbano-industrial [...] rompem-se os alicerces da sociedade estamental e se estruturam as bases de uma sociedade de classes” (NAGLE, 1966, p. 346). Sua abordagem buscou relacionar os fatores econômicos às transformações sociais e educacionais que emergiam ao longo da Primeira República, com destaque para o papel das novas cidades, da classe trabalhadora urbana e das políticas públicas em redefinir a organização social.

No entanto, a historiografia da educação avançou de forma significativa nas últimas décadas, trazendo abordagens mais complexas sobre o mesmo período. Dermeval Saviani (2008), por exemplo, ao desenvolver a pedagogia histórico-crítica, interpreta a educação como instrumento de mediação entre infraestrutura econômica e superestrutura ideológica, destacando o papel da escola como espaço de disputa pela hegemonia. Para o autor, “a educação é parte da prática social e como tal ela é determinada pelas condições materiais concretas, ao mesmo tempo em que contribui para a reprodução ou transformação dessas condições” (SAVIANI, 2008, p. 14). Já Luciano Mendes de Faria Filho (2000) ressalta como as práticas escolares contribuíram para formar sujeitos republicanos e consolidar novas formas de cidadania, conectadas ao trabalho, à ordem e ao progresso.

Também Maria Ciavatta (2002) contribui para essa leitura ao articular o conceito de trabalho como princípio educativo e analisar como as classes subalternas se inserem nas dinâmicas de escolarização no contexto da urbanização brasileira. Segundo a autora, “o trabalho assume a centralidade no processo de formação do sujeito, não apenas como meio de sobrevivência, mas como espaço de produção de saberes e identidades” (CIAVATTA, 2002, p. 79). Essas leituras possibilitam compreender a reconfiguração da sociedade brasileira no início do século XX sob uma ótica crítica, integrando os elementos

sociais, econômicos e educacionais que moldaram a formação das classes sociais e suas estratégias de mobilidade.

Assim, a análise de Nagle pode ser retomada como ponto de partida útil para se compreender os aspectos estruturais da transição entre modelos societários. No entanto, quando articulada às contribuições de autores contemporâneos, essa leitura ganha maior densidade, permitindo uma análise crítica, dialética e contextualizada das relações entre educação, sociedade e projeto de nação.

Nesse contexto de profundas transformações sociais e urbanas, torna-se evidente a tentativa da Igreja Católica de reafirmar seu papel como agente regulador da moralidade e da ordem social. À medida que o Brasil ingressava em uma era marcada por novos arranjos econômicos e estruturais, a Igreja procurava reposicionar-se como uma força legítima de intervenção nos campos educacional, político e cultural. Esse movimento se deu não apenas por meio da atuação de seus representantes em instituições estratégicas, mas também por intermédio da produção intelectual voltada à promoção da Doutrina Social da Igreja. Um exemplo claro dessa ação doutrinária pode ser observado na *Revista A Ordem*, que, ao longo do século XX, consolidou-se como um dos principais veículos de difusão do pensamento católico-social no país.

A revista de orientação católica, *A Ordem* nos indica o sentido da proposição dos costumes e da moral defendida pelos Católicos:

> A atuação direta da Igreja, no campo social, se justifica porque a sociedade deve conceder ao homem condições de vida que lhe permitam realizar, de modo pleno, os seus destinos últimos. E como estes representam o domínio específico da Igreja, nada do que constitui ou prepara para ela, pode ser estranho às funções da Igreja. Esta promove, pois, a organização de instituições e movimentos que tenham pôr fim a elevação do nível social, a prevenção e a cura dos males sociais. De modo que podemos distribuir esta primeira categoria, sob que se manifesta a ação social católica, em instituições: a) de caráter preventivo; b) de caráter curativo; c) de caráter progressivo. As primeiras visam impedir os males sociais, pela defesa da saúde, pela assistência moral, pelo amparo à família, pela aproximação das classes sociais, pela disseminação de auxílios materiais, pela preservação da infância, pelo divertimento moralizado etc. Desde as Ligas da Decência – que visam moralizar o cinema e o teatro, até a revista ou o jornal católico, que reagem contra a má imprensa – há toda uma gama de obras sociais da Igreja que visam prevenir os males sociais. Outra categoria de obras visa curar estes males. E temos já então os hospitais, os asilos, os orfanatos, os institutos para a infância abandonada, os recolhimentos para mendigos, as casas de regeneração moral, e toda uma série de outras obras com o mesmo

> caráter, entre as quais não podemos silenciar essa admirável rede de amparo à pobreza envergonhada, ou de dignificação do pobre, da fraternidade humana, que é a obra prima de Ozanam, as conferências de S. Vicente de Paulo. Temos, enfim, as obras a que chamei de caráter progressivo. Visam estas diretamente promover uma melhoria nas condições econômicas, intelectuais e morais da sociedade. E para isso promovem, em cada um desses terrenos, obras sociais e instituições com esse objetivo. Os sindicatos operários cristãos, o movimento cooperativista ou as caixas de compensação e salário familiar são obras sociais católicas que visam o progresso econômico da sociedade. A Igreja organiza estas instituições, vale por sua eficiência prática e visa com elas contribuir para o reino da justiça social. Longe de julgar que o domínio das relações econômicas não é de suas atribuições, mostra a Igreja, praticamente, que o problema econômico está diretamente ligado ao destino e à vida de cada homem, de cada família, de cada povo, de modo que não lhe é estranho de modo algum. E faz o mesmo no domínio das relações intelectuais e morais, organizando círculos de estudo, escolas, universidades, congregações de leigos, movimentos de toda ordem que visam, diretamente, o progresso social de cada nacionalidade a que se aplica. Promove, pois, a Igreja, diretamente, como demonstração patente de sua ação na sociedade, todo um conjunto de obras sociais, que visam prevenir, remediar ou melhorar as condições deficientes da sociedade. E isso ela o faz, independente dos regimes políticos e à margem deles. Seja qual for o regime político que vigore em um determinado país, procura a Igreja, invariavelmente, agir no terreno social, independente das instituições políticas em vigor. E daí uma tríplice atitude do Estado, em face dela e dessa sua intervenção na sociedade: a) ou a hostilidade; b) ou a indiferença; c) ou a cooperação (A ORDEM, ano XVII, jan-jun de 1937, n XVII, p. 37-39).

A *Revista A Ordem* foi idealizada para ser um veículo de disseminação dos ideais da Igreja Católica no Brasil, durante o século XX. Criada em 1921 e mantida por intelectuais católicos ligados ao Centro Dom Vital, a publicação servia como um espaço de reflexão e debate sobre temas religiosos, filosóficos, sociais e políticos à luz da Doutrina Social da Igreja. Seu objetivo era fortalecer o pensamento católico em um cenário de crescente secularização e disputas ideológicas, especialmente em meio à ascensão do liberalismo e do positivismo no país. No Paraná, a revista representava uma forma de resistência intelectual/religiosa contra as correntes laicas que disputavam espaço na educação, na política e na cultura.

De certa maneira, a *Revista A Ordem* traz à tona a tônica da atuação da Igreja Católica no campo social, vinculando sua missão religiosa à promoção do bem-estar humano e à melhoria das condições sociais. O texto sublinha que a Igreja não apenas se ocupa da esfera espiritual, mas também se vê responsável por intervir na organização e nas condições materiais da sociedade, visando proporcionar ao ser humano as condições necessárias para alcançar seu pleno

destino, que é compreendido como a realização de sua vocação última, orientada pela fé e pelos preceitos cristãos. A Igreja, conforme exposto, justifica sua atuação, considerando que o domínio sobre a vida humana em suas diversas dimensões (espiritual, social, econômica e moral) é uma responsabilidade intrínseca à sua missão, dado que, para a tradição católica, o destino do homem não se limita à sua existência temporal, mas é também espiritual e eterno.

As categorias delineadas na citação (preventivas, curativas e progressivas) refletem uma visão pragmática e multifacetada da ação social católica. A primeira categoria, que visa a prevenção dos males sociais, articula a Igreja como uma instituição que procura moldar e orientar comportamentos, defendendo valores éticos e morais que são fundamentais para a construção de uma sociedade justa e harmoniosa. A promoção de instituições de caráter preventivo, como as Ligas da Decência e os jornais católicos, evidencia um esforço para proteger as estruturas sociais e culturais da degradação, buscando preservar a moralidade e a ordem social. Esse aspecto preventivo da Igreja reflete uma estratégia de intervenção que busca moldar as práticas culturais e sociais de maneira a evitar o surgimento de problemas sociais maiores, como a corrupção moral ou a decadência dos costumes.

A segunda categoria, curativa, está voltada para o atendimento das necessidades imediatas e urgentes da população mais vulnerável. Os hospitais, asilos e orfanatos são exemplos concretos dessa intervenção, voltada para a cura das mazelas sociais, mas também para a humanização do sofrimento e a recuperação da dignidade daqueles que se encontram à margem da sociedade. Ao organizar essas instituições, a Igreja não só responde às carências materiais, mas também transmite uma mensagem de fraternidade e compaixão, reforçando o vínculo entre o ser humano e a comunidade, além de oferecer uma visão cristã de solidariedade.

A categoria progressiva sublinha um olhar da Igreja sobre o futuro e o desenvolvimento social. Através de movimentos como os sindicatos operários cristãos, o cooperativismo e as caixas de compensação, a Igreja se posiciona ativamente na promoção do progresso social e econômico. Essa dimensão de sua ação social não se limita a oferecer soluções paliativas, mas se projeta para

a transformação das estruturas sociais, estimulando a organização e a conscientização das classes populares. A ênfase no progresso econômico e intelectual demonstra o compromisso da Igreja com a justiça social e a igualdade, não apenas no plano espiritual, mas também material e educacional.

Essas ações são realizadas pela Igreja independentemente das conjunturas políticas, o que a coloca em uma posição de autossuficiência em relação aos regimes que se sucedem. Como a própria citação expõe, a Igreja pode se deparar com três atitudes do Estado em relação à sua atuação: hostilidade, indiferença ou cooperação. Essa postura revela a autonomia e a persistência da Igreja em sua missão social, independentemente das mudanças políticas que possam ocorrer no país. A proposta da Igreja é, assim, uma intervenção permanente, não apenas para a solução dos problemas do momento, mas também para a construção de um modelo de sociedade mais justo, solidário e voltado para o bem comum.

Em última instância, a atuação social da Igreja, conforme delineado na *Revista A Ordem*, revela uma visão integral do ser humano, que não se limita à sua existência terrena, mas também visa sua edificação moral, intelectual e espiritual. A Igreja, portanto, assume um papel de grande relevância no processo de transformação social, buscando, por meio de suas instituições e movimentos, não apenas curar, mas também prevenir e promover o progresso das condições de vida de toda a sociedade. Assim, a Igreja não apenas responde a necessidades imediatas, mas também se projeta como uma força de transformação social, cujas ações reverberam além dos limites temporais e políticos, sendo indissociáveis de seu ideário cristão.

A essência do periódico e a ideia de "humanismo integral" defendido por Barros compartilham uma visão comum sobre a dignidade humana e a necessidade de uma ação social que contemple todos os aspectos da existência do indivíduo, tanto espirituais quanto materiais. A revista, ao destacar o papel da Igreja na promoção de uma sociedade mais justa e solidária, reflete uma concepção de humanidade em que a fé e a prática social estão interligadas, com a Igreja agindo como uma força transformadora. De maneira análoga, a defesa de um "humanismo integral", propõe um entendimento de que a formação humana deve ser completa, envolvendo a dimensão espiritual, moral, intelectual

e social do ser humano, e que a educação deve contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Essa perspectiva de intervenção da Igreja, independente dos regimes políticos, reflete um esforço contínuo para melhorar as condições sociais e culturais, focando na elevação moral e na promoção da justiça social. Essa abordagem se articula diretamente com o contexto da década de 1920, em que o Centro Dom Vital e a intelectualidade católica no Brasil se engajaram ativamente para restaurar e fortalecer a ordem social, política e moral, que, aos olhos da Igreja, estava sendo ameaçada por movimentos como o anarquismo e o comunismo. O intelectual católico, engajado nas transformações culturais da época, buscava, através de sua formação e ação, uma resposta ao caos social e político que surgia, alinhando-se com os mesmos propósitos da *Revista A Ordem*. Assim, ela quanto os intelectuais católicos, defendiam a necessidade de uma intervenção ativa no cenário cultural, político e social, de modo a estabelecer uma sociedade mais harmoniosa e moralmente sólida.

Ainda sobre a importância da *Revista A Ordem* na disseminação dos ideais católicos no Paraná pode-se elencar alguns aspectos que sintetizam seu propósito:

a) Formação de uma elite intelectual católica, uma vez que a revista funcionava como um espaço para a construção e fortalecimento de um pensamento católico sistematizado, que buscava influenciar tanto a sociedade quanto a política educacional e acadêmica.

b) Instrumento de combate às vozes dissonantes (liberalismo, comunismo), em que a Igreja Católica via a difusão de ideias liberais e marxistas como uma ameaça à ordem moral e social. Desse modo, a revista cumpria o papel de defender um modelo cristão de sociedade, alinhado aos ensinamentos da Igreja.

c) Articulação com redes católicas nacionais e internacionais, pois a publicação ajudava a consolidar um pensamento católico no Paraná que estivesse em sintonia com o que era discutido em outras partes do Brasil e até mesmo no exterior, com vistas para o fortalecimento do discurso católico na esfera pública.

d) Influência sobre a educação e as instituições de ensino, uma vez que a Igreja Católica tinha forte interesse na formação das elites intelectuais e na manutenção de sua influência sobre o ensino superior. No Paraná, isso se refletiu na criação de faculdades ligadas ao pensamento cristão e na consequente disputa pelo controle da educação.

A Igreja se entendia como detentora dos direitos de conduzir os rumos e os fins da vida humana e, o campo educacional era o principal motor para garantir a salvação da alma e conduzir os indivíduos à "verdade". Com produção mensal, a *A Ordem* foi dirigida, inicialmente, por Jackson Figueiredo (até seu falecimento, em 1928) sendo de responsabilidade do Centro Dom Vital (órgão editorial), sob influência do Cardeal Dom Sebastião Leme, que desejava o agir da igreja, frente às transformações anunciadas nas primeiras décadas do século XX, mais especificamente, contra os liberais, "maçônicos, anticlericais em geral, positivistas, protestantes, espíritas, comunistas, como também contra um clero predador, na sua maioria arredio à disciplina, quedante de seus particularismos materiais".[9]

> A formação do **intelectual católico** ao longo dos anos de 1920 e 1930 redundou na incorporação transfigurada da "ordem" no interior do campo artístico-literário, operação levada adiante pelos autores **cujas trajetórias fazem do movimento católico alavanca na disputa pela autoridade específica em jogo**, pela consagração de que se julgam merecedores [...] a teodicéia católica construída pelo grupo de Jackson logrou mudar-se em sociodicéia, vingando como discurso legitimador das razões para existir de certos setores sociais cujo declínio estava implicado no novo pacto oligárquico e nas circunstâncias gerais das transformações do período. Os literatos e artistas católicos realizam uma transmutação segunda da ordem, ao traduzi-la para os termos das disputas estéticas, fazendo do catolicismo linguagem propriamente literária e, assim, referência de posicionamento e invenção de um lugar próprio, em que o apelo ao místico deve contrabalançar a tendência de investigação dos problemas históricos ligados à formação nacional (FILHO. 2007, p. 46, grifos nosso).

Os Intelectuais e Educadores católicos defendiam uma educação moralizadora aos moldes cristão, ao passo que se uniram na resistência às mudanças preconizadas pelo liberalismo. Tanto liberais como católicos se organizaram em termos institucionais procurando legitimação no debate

---

[9] A partir de 1928, o periódico passou a ser dirigido por Alceu de Amoroso Lima, que carregava o pseudônimo de Tristão de Athayde. Entre os intelectuais ligados ao ideário Católico, a revista também contou com a participação de Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, Leonardo Van Acker, Jonathas Serrano, Gustavo Corsão, tornando-se ponto de referência do pensamento católico e com significativa participação na formação do pensamento de religiosos e leigos.

educacional. Pensando a Educação como uma área estratégica, Ana Palmira Casimiro (2010), afirma que “os católicos esmeraram-se em organizar esse campo criando, a partir de 1928, nas diversas unidades da federação, Associações de Professores Católicos, que vieram a se aglutinar na Confederação Católica Brasileira de Educação (CASIMIRO, p. 86, 2010).

> A plataforma política de Jackson de Figueiredo consiste então em organizar essa **elite espiritual** que deveria por direito teológico **conduzir a vida nacional**. Sua tarefa é expressamente a de criar instituições que formem, a partir do culto da ordem (e da hierarquia e autoridade, seus correlatos), novos quadros capazes de intervir, em nome do catolicismo e em consonância estrita com as diretrizes da Igreja, em **todas as dimensões da realidade brasileira** (FILHO. 2007, p. 46, grifos nosso).

A década de 1930 foi um período de intensa atividade para o catolicismo no Brasil, caracterizado, especialmente nos primeiros cinco anos, por grandes mobilizações populares. Desde as manifestações católicas de 1931, passando pela criação da Liga Eleitoral Católica (LEC) entre 1932 e 1934, até a fundação da Ação Católica em 1935, houve um grande esforço para destacar a força do catolicismo e da fé católica na sociedade, além de reforçar a autoridade e a organização da hierarquia eclesiástica. A Ação Católica, em particular, revitalizou o movimento católico ao incorporar a participação ativa dos leigos, embora sempre sob a supervisão da hierarquia eclesiástica, fortalecendo o papel da Igreja na sociedade brasileira.

Na obra de Carlos Roberto Jamil Cury, *Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e Liberais*[10], publicada pela primeira vez em 1978, o autor colocou os anos 1930-34 como palco do conflito ideológico o antagonismo de católicos *versus* liberais; que pretendiam atuar na (re)construção da Educação brasileira, no contexto de elaboração da Constituição de 1934, época em que o Brasil tinha Getúlio Vargas como presidente. Na liderança entre os intelectuais católicos e juntamente com a hierarquia da Igreja, estavam o Pe. Leonel França e Alceu

[10] Cury objetivou construir uma análise das representações distintas e opostas elaboradas pelos católicos e pelos liberais, bem como os discursos, as enunciações, produzidas pelos intelectuais envolvidos, e as reivindicações que ambos apresentavam para a educação brasileira. As proposições e as discussões educacionais se davam num contexto que, segundo o próprio autor “se instaura em nossa História mudanças de grande porte” (CURY, 1984, p. 01), numa conjuntura não apenas de construção de uma nova Constituição para o país, mas um momento de complexificação das relações sociais, especialmente devido ao processo de industrialização, urbanização e modificação do espaço geopolítico brasileiro.

Amoroso Lima. De outro lado, estavam os profissionais identificados como pioneiros da Escola Nova, liderados por Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo.

Aquilo que Cury chamou de "cosmovisão do grupo católico" se explicita nos escritos de Amoroso Lima que refletiu sobre uma educação moral que discordava com os educadores liberais. O prefácio do livro de Cury é assinado por Alceu Amoroso lima e, logo no início, o prefaciador[11] enfatiza: "analisar a tese do professor Carlos Roberto Jamil Cury, só mesmo uma outra tese, semelhante à sua, pela profundeza da erudição e pela visão global do problema" (CURY, 1978, IX). No que diz respeito à cosmovisão católica, lê-se:

> Para a **cosmovisão católica**, a aceitação e a defesa de Deus pela "luz natural da razão" e a sua Revelação aos homens por meio de Cristo e a sua Igreja são o primeiro passo de qualquer reconstrução social ou individual [...] A filosofia "perene", pela razão humana prova a existência de Deus, como ser superior e criador dos outros seres, bem como a Igreja ensina que Deus é a realidade fundamental de todas as coisas. Ora, para os católicos a negação ou supressão deste ponto fundamental é a negação ou supressão do ponto de apoio firme e seguro para qualquer consideração educacional, moral ou política. E para eles, os reformadores são portadores desta postura, em especial a da exclusão de Deus do seu sistema educacional, menosprezando a teologia, a religião, as realidades absolutas e a vida futura. Para a cosmovisão católica, se a proposta dos reformadores não nega explicitamente a Deus, o faz indiretamente pelo materialismo e positivismo de suas doutrinas. Se por ateísmo entendermos a negação da existência de um Ser Supremo através de proposições, os reformadores aqui não se incluem. Mas, se o entendermos como uma impossibilidade de se dizer algo sobre Ele porque dele não temos experiência ou porque vai além dela, então eles incluem o ateísmo em suas proposições (CURY, 1984, p.134-135, grifo nosso).

O grupo católico propunha que a Educação deveria ocupar um lugar central na vida dos sujeitos, especialmente ao considerar que "o mundo ocidental está em crise [...] que atinge os aspectos materiais, sociais, jurídicos e principalmente morais" (CURY, 1984, p. 27). A solução para tal crise estaria na formação do "homem ideal" e/ou na "edificação do homem", conquistada pela autoridade da tradição da Igreja nas concepções educacionais. Numa das passagens, Cury aponta que segundo esse ideário Católico, "essa edificação do homem e da natureza, sem o concurso de Deus, vai conduzindo o próprio

[11] Ainda no prefácio de Amoroso Lima, notamos certa circunspecção ao se referir àqueles que um dia foram seus opositores ideológicos; chega até fazer menção a um conto em que dois amigos sustentam de modo veemente, teses opostas sobre um tema, e que "no dia seguinte se encontram de novo. E, mesmo de longe, um deles diz ao outro: você sabe que ontem me convenceu? E, o outro responde sem hesitar: não senhor, foi você quem me convenceu, E retomam a discussão, em posições antagônicas às da véspera. " (CURY, 1978, XI)

homem e a sociedade a um suicídio moral, cujo ápice seria o Comunismo". (CURY, 1984, p. 29).

O documento/obra *A Reconstrução Educacional do Brasil – Ao povo e ao governo: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova,* de 1932, escrita principalmente por Fernando de Azevedo, considerada porta voz das ideias liberais educacionais, levantou proposições subentendidas aos ideais defendidos pelos católicos. Nos termos abaixo nota-se as finalidades da educação como promotora da ciência e distante da tradicionalidade preconizada pela moral religiosa.

> Toda a educação varia sempre em razão de uma "concepção da vida", refletindo, em cada época, a filosofia predominante que é determinada, a seu turno, pela estrutura da sociedade. [...] Ora, se a educação está intimamente vinculada à filosofia de cada época, que lhe define o caráter, rasgando sempre novas perspectivas ao pensamento pedagógico, a educação nova não pode deixar de ser uma reação categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada para uma concepção vencida. [...] A diversidade de conceitos da vida provém, em parte, das diferenças de classes e, em parte, da variedade de conteúdo na noção de "qualidade socialmente útil", conforme o ângulo visual de cada uma das classes ou grupos sociais. A educação nova que, certamente pragmática, se propõe ao fim de servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social, tem o seu ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação. A escola tradicional, instalada para uma concepção burguesa, vinha mantendo o indivíduo na sua autonomia isolada e estéril, resultante da doutrina do individualismo libertário, que teve aliás o seu papel na formação das democracias e sem cujo assalto não se teriam quebrado os quadros rígidos da vida social. A escola socializada, reconstituída sobre a base da atividade e da produção, em que se considera o trabalho como a melhor maneira de estudar a realidade em geral (aquisição ativa da cultura) e a melhor maneira de estudar o trabalho em si mesmo, como fundamento da sociedade humana, se organizou para remontar a corrente e restabelecer, entre os homens, o de disciplina, solidariedade e cooperação, por uma profunda obra social que ultrapassa largamente o quadro estreito dos interesses de classes (AZEVEDO, 1932, p. 4-5).

O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* propôs uma reconfiguração do ensino com base em princípios científicos, pragmáticos e laicos. Entre outros elementos, o documento critica a concepção tradicional da educação, associada aos modelos humanistas e moral-religiosos, defendendo um ensino distante da influência da Igreja Católica, fundamentado na vinculação da escola com as exigências da sociedade moderna.

Segundo a proposta dos pioneiros, a educação reflete a concepção de mundo predominante em cada época. Segundo o manifesto, a "educação nova"

deveria ser uma reação contra a estrutura educacional ultrapassada, que se baseava em um ensino verbalista, conteudista e desvinculado das necessidades sociais. Essa crítica se dirigia, em grande medida, ao modelo tradicional de ensino vinculado à Igreja Católica, que valorizava uma formação centrada na moral religiosa, no ensino doutrinário e na transmissão de conteúdos clássicos, sem uma preocupação com a aplicabilidade prática do conhecimento.

Ao afirmar que a educação nova deveria “servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo”, o manifesto rejeitava a ideia de que a escola deveria perpetuar valores fixos e universais, como os pregados pela doutrina católica, e enfatizava um ensino que se ajustasse às transformações sociais e econômicas. Outro ponto de divergência entre o Manifesto dos Pioneiros e os ideais educacionais católicos diz respeito à finalidade da escola. Enquanto os defensores da educação cristã, como Barros e outros intelectuais católicos, argumentam que a escola deveria atuar na formação moral e religiosa do indivíduo, o manifesto propunha uma “escola socializada”, que se organizasse sobre a base da atividade e da produção, e onde o trabalho fosse o fundamento da sociedade humana

A ênfase na laicização do ensino também é evidente na crítica à educação tradicional como um instrumento da burguesia. O documento sugere que a escola tradicional manteve os indivíduos em uma “autonomia isolada e estéril”, resultante da doutrina do individualismo libertário, enquanto a nova concepção educacional deveria reforçar os laços de cooperação e solidariedade social. Essa perspectiva se choca com a educação católica, que via na escola um instrumento de preservação da ordem moral e religiosa, resistindo a modelos educacionais que enfatizam a adaptação da escola às mudanças sociais em detrimento da transmissão de valores perenes.

Segundo a ideia de Escola Nova, a laicidade aparece como um imperativo, em todos os níveis da Educação, juntamente com outros pressupostos:

> A **laicidade**, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação são outros tantos princípios em que assenta a escola unificada e que decorrem tanto da subordinação à finalidade biológica da educação de todos os fins particulares e parciais (de classes, grupos ou crenças), como do reconhecimento do direito biológico que cada ser humano tem à educação. A laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário,

> subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas (AZEVEDO, 1932, p. 7-8, grifo nosso).

Mesmo com ideias distintas entre os projetos educacionais dos liberais e dos católicos, podemos encontrar pontos de convergência, uma vez que, ambos enfatizavam o “atraso” e a “crise” vivida no Brasil do início do século XX; no caso dos liberais, a crise não era observada em termos morais, mas em relação ao espírito científico. Trata-se de “uma crise de uma civilização em mudança devido às grandes transformações geradas e geradoras de um avanço científico-tecnológico imenso” (CURY, 1978, p. 65). De modo geral, os *Pioneiros* defendiam uma educação que fosse consonante com as mudanças da sociedade, entendendo tais mudanças como a ascensão da ciência e suas possibilidades. Nesse sentido, “em vez de materialista, nossa civilização é uma civilização limitada pela matéria, a qual o homem ainda não dominou totalmente” (CURY, 1978, p. 67). Nesse sentido, a Educação teria o papel de integrar as novas gerações de pessoas, às novidades, às transformações, de modo a atender às exigências das constantes mudanças.

> A educação superior, que tem estado no Brasil, exclusivamente a serviço das profissões "liberais" (engenharia, medicina e direito), **não pode evidentemente erigir-se à altura de uma educação universitária, sem alargar para horizontes científicos e culturais a sua finalidade estritamente profissional** e sem abrir os seus quadros rígidos à formação de todas as profissões que exijam conhecimentos científicos, elevando-as a todas a nível superior e tornando-se, pela flexibilidade de sua organização, acessível a todos. Ao lado das faculdades profissionais existentes, reorganizadas em novas bases, impõe-se a criação simultânea ou sucessiva, em cada quadro universitário, de faculdades de ciências sociais e econômicas; de ciências matemáticas, físicas e naturais, e de filosofia e letras que, atendendo à variedade de tipos mentais e das necessidades sociais, deverão abrir às universidades que se criarem ou se reorganizar em um campo cada vez mais vasto de investigações científicas. A educação superior ou universitária, a partir dos 18 anos, inteiramente gratuita como as demais, deve atender, de fato, não somente à formação profissional e técnica, no seu máximo desenvolvimento, como à formação de pesquisadores, em todos os ramos de conhecimentos humanos. Ela deve ser organizada de maneira que possa desempenhar a tríplice função que lhe cabe de elaboradora ou criadora de ciência (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e de vulgarização ou popularização, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes (AZEVEDO, 1932, p. 14, grifos nosso).

Embora o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932) tenha representado uma ruptura com a educação tradicional vinculada à Igreja

Católica, alguns princípios defendidos pelos liberais não eram completamente incompatíveis com as preocupações dos intelectuais católicos.

A Educação como instrumento de formação do Indivíduo e da Sociedade; a valorização da “Escola” como espaço de formação da cidadania; o papel dos “Educadores” na promoção do conhecimento; a Educação como um “Direito” e a necessidade de “expansão do Ensino”. Outra convergência estava na crítica ao ensino tradicional excessivamente conteudista e mecânico. Para ambos, o professor deveria ter um papel ativo na formação do caráter e da consciência do aluno, e a escola deveria estimular a reflexão e o pensamento crítico (embora os católicos defendam um pensamento crítico dentro da perspectiva cristã).

No Brasil das décadas de 1930 e 1940, o analfabetismo era um grande problema, e ambos os grupos defendiam a expansão da escola para além das elites tradicionais. Para os liberais, isso significava universalizar o ensino público e gratuito, enquanto para os católicos era importante garantir a presença da Igreja na educação, ampliando a rede de escolas confessionais. Apesar das divergências, ambos os grupos compartilhavam a preocupação com a formação ética dos alunos.

O contexto histórico brasileiro (do ponto de vista educacional, mas que em certa medida não se separa dos campos social e político) vivia esse “confronto ideológico” que estimulavam mobilizações institucionais desejosos por manter ou conquistar *capital intelectual* ao discursar, defender, criticar, escrever e/ou propor os rumos da Educação no Brasil. Em artigo anônimo, Amoroso Lima escreveu, em 1932, o que seria o “dever” da Igreja Católica em preocupar-se com os acontecimentos educacionais do país. Esse contexto social, cultural e político era o que Barros encontra-se inserido, já que na capital do Paraná, também havia intensas discussões e debates educacionais em que os interesses se cruzavam e as influências eram construídas.

Tal como já temos afirmado, Barros compartilhava do ideário defendido pelos católicos e mostrou-se alinhado com a defesa de uma educação católica; com a intervenção no debate sobre o papel da religião na sociedade e combate ao laicismo. No período em que iniciou sua atividade intelectual de maneira mais fervorosa, com a ocupação de espaços de poder, já não havia uma disputa tão

notável e tão ferrenha entre católicos e anticlericais. Tomamos aqui, o cuidado de não tratar como sinônimos os termos anticlericais e liberais. O anticlericalismo foi um movimento que, no Paraná ocorreu na virada do século XIX para o Século XX, em que seus representantes se posicionavam contrários às práticas e à doutrina católica na vida social. Na época (especialmente nos anos 30, 40 e 50) havia um debate e até mesmo um contraste com a Igreja Católica advindo de ideias liberais, que defendiam uma instituição de ensino laica, desprendida do viés religioso. Havia, portanto, a defesa de uma secularização, pelos liberais, não um anticlericalismo.

A preocupação da Igreja em reunir esforços para atrelar educação e catolicismo fica evidenciada na fala do próprio Alceu Amoroso Lima num artigo de 1932. Num primeiro momento, o texto foi publicado de modo anônimo; mais tarde, em 1962, foi republicado na *Revista A Ordem*, com o título: “Reivindicações Católicas”. De acordo com Amoroso Lima, o texto foi publicado com o intuito de defender o “dever” da Igreja de influir nos acontecimentos do país. Para se preparar intelectualmente, era preciso demonstrar certeza, preparo, convicção e um projeto bem definido para combater os antagonistas. O texto foi republicado em 1962, com o título: “Reivindicações Católicas”:

> [...] o primeiro problema era justificar a manifestação da Igreja Católica em face da reconstituição da estrutura jurídica do novo regime, surgido com a Revolução de 30. Tratava-se de mostrar a Igreja como força social e como expressão da realidade brasileira. Não da Igreja apenas como depositária da verdade. Ou como Corpo Místico de Cristo. Não se tratava de voltar à união da Igreja com o Estado, como houvera no Império, com tão discutíveis resultados, mas como expressão moral e social capaz de restabelecer os laços partidos entre o governo e o povo, que havia sido um dos fenômenos típicos e explicativos, até certo ponto, da Revolução de 30 (A ORDEM, vol. 67, n. º 1, jan. 1962, p. 8).

Os princípios ditos conservadores[12] podem ser notados a partir de alguns termos como, harmonia, estabilidade, ordem, boa moral, entre outros. Tais acontecimentos nos ajudam a compreender de onde nascem as inspirações

[12] O termo "conservadores" é recorrente tanto nos escritos da Revista *A Ordem*, como nos materiais de imprensa, quando se faz referência às posturas e às ações dos intelectuais católicos. Embora não tenhamos encontrado evidências de que os próprios intelectuais, e particularmente Barros, se autodenominem "conservadores", o termo parece ser atribuído de maneira imprecisa e sem o devido rigor analítico. Em muitos casos, é utilizado de forma quase intercambiável com a defesa dos princípios católicos, sendo por vezes assimilado ao conceito de "tradicionalismo". Essa categorização, portanto, parece refletir mais a percepção daqueles que descrevem a postura dos intelectuais, do que uma definição elaborada a partir das próprias concepções e posicionamentos de Barros.

de Barros, bem como as suas filiações filosóficas, ou mesmo sua postura enquanto intelectual católico. Nos seus discursos notamos diversos termos que se aproximam ou fazem referência ao discurso conservador, especialmente quando verbaliza sobre a educação religiosa, a moral cristã, os princípios, a tradição, a religião, entre outros.

Cury (1984) refletiu a existência de um contexto “crise” do ponto de vista do Estado, especialmente em 1933 quando da elaboração de um anteprojeto de Constituição, pela, então instalada, Assembleia Nacional Constituinte. A dita “crise”, segundo Cury, pode ser atribuída a dois fatores. O primeiro, em relação à “situação de movimento e mudanças que o caracterizam em todos os setores da vida social e individual” (CURY, 1984, p. 99). O segundo, referente a “incapacidade de certos governos que assumem o Estado, em visualizar a crise sob uma ótica inteligente” (CURY, 1984, p, 99). Cury (1984) coloca o Estado como mediador das discussões entre Católicos e Liberais e, tal equilíbrio do estado teria sido fundamental para os resultados, ou mesmo para os rumos da educação no Brasil.

O Estado teve papel fundamental na interposição do conflito ideológico que discutiu a Educação no Brasil, no início do século XX. A instituição estatal soube conciliar as reivindicações que se apresentavam como antagônicas e as incorporou à nova Constituição. Sendo assim, para os católicos, “trata-se de uma vitória, cujo sentido deve ser buscado continuamente a fim de que a luta continue no plano de ação” (CURY, 1984, p. 121). Vale salientar que esse grupo era composto por importantes segmentos da classe dominante. No caso dos “reformadores”, a vitória foi vista em termos de “número de propostas suas incorporadas à Constituição; [sendo a vitória] pressuposta, já que a maior parte dos reformadores pertencia à burocracia estatal” (CURY, 1984, p. 122). Apesar de os embates entre católicos e liberais se estenderem pelas décadas seguintes, pode-se dizer que ambos os grupos ficaram satisfeitos. O estado, enquanto mediador, concedeu “permissão” para a existência; em certa medida “estimulou” os debates e, por último, “arbitrou” na medida em que as proposições foram atendidas e incorporadas à Constituição Federal de 1934.

Segundo Cury, as disputas entre as ideias divergentes pela Educação, “trata-se de uma luta do bem contra o mal, cujo pertencer a um ou outro é ditado

pela atitude que se tem em face dos grandes princípios explicativos da realidade" (CURY, 1984, p. 131). Para os católicos, o ser humano é um "animal racional composto de corpo material e alma espiritual" (CURY, 1984, p. 136); talvez aqui um dos pontos de maior divergência em relação aos pioneiros. Para este segundo grupo, a ciência era o pressuposto básico para todas as respostas que precisavam; e "as necessidades da vida social, enquanto variam de época para época, exigem dos processos educacionais uma ativa correspondência adaptativa" (CURY, 1984, p. 167). Nesse mesmo âmbito, "o aparelho educacional não poderia ficar então inalterado e baseado em concepções velhas da vida, enquanto a industrialização provocou alterações no trabalho, na cidade, na sociedade, nas ideias e nos valores" (CURY, 1984, p. 167).

Se fosse possível reduzir a duas palavras, poderíamos dizer que enquanto os católicos pretendiam "recristianizar", os reformadores pretendiam "democratizar" o país; ambos os projetos, via escola. A via da instituição Educacional era um ponto em comum entre católicos e reformadores, no horizonte ideológico; outro consenso que identificamos é a manutenção do Capitalismo.

Aquilo que parecia uma definitiva separação entre Igreja e Estado, não foi bem assim na prática; ao longo do tempo, o que parecia uma separação efetiva entre Estado e Igreja Católica se configurou numa reordenação de interesses, tal como explanado por Sérgio Miceli:

> A separação não significou uma ruptura com os grupos dirigentes locais nem suscitou um redirecionamento das políticas e dos investimentos da igreja com vistas a ampliar seu público fora das classes dirigentes ou a estabelecer alguma forma de atendimento às demandas dos setores sociais subalternos. As figuras chaves na condução da política eclesiástica destinada ao público interno (a saber os grupos dirigentes) passaram a ser aqueles bispos "empresários" que se mostraram bem-sucedidos na montagem de alianças com o poder local oligárquico (MICELI, 1985, p. 45).

O Estado não só exerceu o papel de mediador, como também ofereceu liberdade para que os grupos se mobilizassem em torno de seus interesses. A formação de uma Elite intelectual na Capital paranaense (tal como em diversas cidades do Brasil) apresenta-se como a materialização de uma autonomia e uma autodeterminação concedida pelo poder estatal.

Com finalidades em comum, católicos e liberais expuseram seus modelos explicativos de mundo medindo forças, influências e capitais, num processo que pode ser analisado do macro ao micro e, é justamente essa a metodologia que temos executado para podermos conhecer os ideais de maior amplitude e os efeitos regionais ou mesmo no interior de instituições de ensino. Ao abordarmos a trajetória de Barros, não perdemos de vista esses dois polos que disputaram o “controle” da Educação no País, no início do século XX, pois é nesse debate que emergiu o intelectual que tematiza a presente pesquisa. Uma vez compreendidos os ideais que animaram os católicos e os liberais, conseguimos verificar os projetos, instituições e debates e aspectos da trajetória de Barros.

Em sua trajetória, Barros se destacou como um crítico fervoroso do comunismo, especialmente durante o período pós-Segunda Guerra Mundial, quando o clima político e ideológico no Brasil estava em ebulição, com a ascensão de movimentos sociais e políticos de orientação socialista e comunista. No Paraná, a presença desses movimentos e a crescente simpatia de suas ideias especialmente entre setores da classe trabalhadora, geraram preocupações entre a elite intelectual católica. Barros manifestava sua oposição ao comunismo de diversas maneiras, em suas orações, discursos, jornais, conversações públicas e as suas práticas enquanto católico praticante e envolvido no dia a dia do catolicismo curitibano. Como educador e intelectual, ele via ideologias, ditas de esquerda, como uma ameaça à ordem social e aos valores tradicionais, princípios da democracia liberal. Considerava o comunismo uma força subversiva capaz de corromper as instituições tradicionais e ameaçar a estrutura social estabelecida. Barros, fazia valer sua habilidade com as palavras, com a língua portuguesa, com a sofisticação de suas enunciações, fato este, que o colocava em destaque frente seus pares.

Ainda que não tenha se posicionado contrário ao otimismo salvífico da ciência, Barros foi um importante interlocutor do pensamento cristão voltado para a Educação; tendo abraçado fortemente a missão de levar adiante os pressupostos inerentes ao messianismo católico em todas as atividades que executou, especialmente dentro do campo educacional, que, consequentemente acendeu debates nos campos político, acadêmico, entre outros.

Em 1947, Clemente Mariani assumiu o cargo de Ministro da Educação e, como esperado, suas políticas impactaram diretamente a descentralização da administração educacional. As propostas elaboradas pelo ministério geraram intensos debates quando foram transformadas em anteprojeto e encaminhadas ao Congresso pelo então presidente da República. Uma das principais vozes contrárias foi a do deputado federal Gustavo Capanema, que desempenhou um papel central na resistência à iniciativa, resultando na estagnação das discussões por anos. Capanema, que havia sido Ministro da Educação entre 1934 e 1945, defendia um modelo de ensino mais centralizado, como demonstravam as Leis Orgânicas do Ensino de 1942 e 1946. Ele argumentava que a descentralização da educação ameaçaria a unidade nacional ao permitir a diversificação curricular e a autonomia dos estados. Além disso, setores ligados ao Estado Novo, que viam a descentralização do ensino com desconfiança, e grupos vinculados à Igreja Católica também se opuseram à proposta. Para os católicos, o anteprojeto contrariava os princípios estabelecidos na encíclica *Divini Illius Magistri*[13], que orientava a educação sob a ótica da doutrina cristã. Como resultado, o anteprojeto ficou paralisado por anos e só voltou a ser debatido durante o governo de Juscelino Kubitschek, quando Anísio Teixeira, à frente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), passou a defendê-lo ativamente.

Com a retomada das discussões, a questão educacional passou a envolver também um embate entre diferentes projetos políticos e econômicos para o país. De um lado, educadores ligados à Associação Brasileira de

[13] *Divini Illius Magistri* é uma encíclica do Papa Pio XI, publicada em 31 de dezembro de 1929, que trata sobre a educação cristã da juventude. O documento reforça a visão da Igreja Católica sobre o papel da educação e sua relação com a família, o Estado e a própria Igreja. Entre os principais pontos da encíclica estão: a Igreja como Mestra Suprema da Educação; Pio XI reafirma que a Igreja tem o direito e o dever de guiar a educação, pois foi instituída por Cristo para transmitir a verdade e formar moralmente os indivíduos; primazia da Educação Cristã; defende que a educação deve ser baseada nos princípios cristãos e que a formação dos jovens deve estar alinhada com a doutrina católica; o papel da Família na Educação, sendo os pais, os primeiros responsáveis pela educação dos filhos e têm o direito de garantir que eles recebam uma formação compatível com sua fé. O documento também propaga a crítica à Educação Laica e Estatal; a defesa das Escolas Católicas; o equilíbrio entre Igreja, Estado e Família na Educação. Como impacto da encíclica no contexto brasileiro, pode-se afirmar que a *Divini Illius Magistri* foi usada como argumento pelos setores católicos que se opunham à laicização da educação e defendiam a manutenção de valores religiosos no ensino. O documento, portanto, influenciou debates sobre políticas educacionais, especialmente nas disputas entre intelectuais católicos e liberais durante o século XX.

Educação (ABE) apoiavam a proposta de Anísio Teixeira, enfatizando a importância da escola pública; de outro, a Associação de Educação Católica (AEC) liderava a oposição, defendendo o princípio da liberdade de ensino. Esse período foi marcado por uma ampla mobilização nacional em defesa da escola pública, com manifestos, moções e declarações de apoio ou rejeição à proposta. No entanto, mais do que apenas um embate ideológico, a polêmica evidenciava o desafio maior da construção de políticas públicas voltadas à educação.

Numa análise de maior amplitude, a década de 1940 foi marcada pela Segunda Guerra Mundial, e como resultado, o discurso da Igreja Católica esteve fortemente influenciado pelo patriotismo. Esse período foi significativo para o desenvolvimento do pensamento e da cultura católica no Brasil. Em 1941, foi estabelecida a primeira Universidade Católica do país, no Rio de Janeiro, e em 1946, a Universidade Católica de São Paulo. Embora a cultura católica tenha experimentado avanços, na década de 1940, a Igreja perdeu uma figura de liderança crucial com a morte de Dom Leme em 1942. Esse falecimento gerou um vácuo de liderança, que só começaria a ser preenchido na década seguinte.

A década de 1950 foi um marco para a Igreja Católica no Brasil. Desde o fim da década anterior, já se observava, tanto dentro da Igreja quanto no contexto político e social do país, um movimento crescente em direção à abertura e à orientação para questões sociais e políticas, impulsionado pela ideologia desenvolvimentista. Este foi um fator crucial que determinou a trajetória da Igreja nas décadas subsequentes. Em 1950, a Ação Católica passou por uma reestruturação significativa, que definiu sua atuação para os próximos anos. Segundo Teodoro Hanicz (2006) “o modelo tradicional italiano foi substituído pelo modelo belga-francês, o que significou redimensionar a ação e o significado da própria Ação Católica, abrindo enorme avenida para a inserção social e política” (HANICZ, 2006, p. 177)[14]

[14] Em consulta ao trabalho de Teodoro Hanicz (2006), encontramos aspectos referentes ao modelo tradicional italiano e o modelo belga-francês. Para o autor, o modelo adotado pela Ação Católica Brasileira em 1935 foi o italiano, centralizado e dividido em quatro grupos de acordo com a idade e o sexo: Homens de Ação Católica (HAC), Liga Feminina de Ação Católica (LFAC), Juventude Católica Brasileira (JCB-masculina), Juventude Feminina Católica (JFC). Em 1950, adotou-se o modelo belga-francês, conhecido como Ação Católica Especializada, organizado segundo os diferentes meios sociais: rural - Juventude Agrária Católica; estudantil secundarista - Juventude Estudantil Católica; universitário - Juventude Universitária Católica; independente -

Algumas figuras se destacaram ao longo das décadas de 1940 e 1950, assumindo papéis importantes na representação e liderança da Igreja, especialmente por atuarem com postura firme em relação às questões sociais e políticas, tendo uma importante atuação na consolidação da presença da Igreja no Brasil.

Na capital do estado do Paraná, se destacou Dom Manuel da Silveira D'Elboux, Arcebispo da Arquidiocese de Curitiba-PR entre 1950 e 1970, por se posicionar na mesma linha do fortalecimento da Igreja Católica e pelo incentivo à organização de movimentos católicos no Estado. Segundo Hanicz (2006) D'Elboux "iniciou um trabalho de renovação e modernização da Província Eclesiástica paranaense".

> Nesse período, foram criadas mais quatro dioceses: Londrina e Maringá, em 1956, Toledo e Campo Mourão, em 1959. Por conta de seus esforços e do momento político favorável, em 1954 foi regulamentado o ensino religioso nas escolas oficiais do Estado pelo decreto de 24 de maio, de Bento Munhoz da Rocha Netto, então governador, um católico do Círculo de Estudos Bandeirantes. De modo geral, o catolicismo procura se rearranjar às novas transformações, inclusive econômicas, que o Paraná atravessava (HANICZ, 2006, p. 182).

Em 1952, um dos marcos mais importantes para a Igreja no Brasil foi a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), um evento decisivo para traçar os rumos futuros da Igreja e do catolicismo no país. Durante essa década, a Igreja também foi profundamente impactada pelo neoliberalismo e, especialmente, pelo socialismo, que, do ponto de vista da Igreja, representava uma grande ameaça para toda a América Latina.

Na primeira metade do século XX, a Igreja Católica fortaleceu sua atuação no campo educacional, cultural e político, buscando consolidar sua influência sobre a sociedade paranaense. O apoio de líderes como Dom Manuel da Silveira D'Elboux, aliado aos intelectuais católicos, permitiu que a presença da Igreja fosse além do âmbito religioso, abrangendo a esfera pública, especialmente a educação. A regulamentação do ensino religioso nas escolas estaduais, promovida pelo então governador Bento Munhoz da Rocha Netto,

---

Juventude Independente Católica; operário - Juventude Independente Católica. Disso originou-se a JAC, JEC, JIC, JOC e JUC

evidencia a continuidade da disputa entre setores católicos e liberais pelo controle do ensino.

No contexto mais amplo da década de 1950, o catolicismo procurava se reconfigurar diante das transformações econômicas e políticas que o Brasil e o Paraná atravessavam. O crescimento urbano e industrial do estado, com a interiorização do desenvolvimento, a criação de novas dioceses e a necessidade de reorganização da estrutura eclesiástica forçaram a Igreja a modernizar suas estratégias de atuação. A fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, consolidou essa reestruturação em nível nacional, permitindo à Igreja centralizar sua posição e fortalecer sua participação nos debates políticos e educacionais.

Diante da ascensão do socialismo a Igreja reforçou seu discurso contra ideologias que considerava ameaçadoras da ordem cristã. A preocupação com a secularização do ensino e com a perda da influência católica nas universidades intensificou os embates entre intelectuais católicos e setores progressistas, resultando em manifestações públicas, disputas dentro da universidade e reações na imprensa. Na Universidade, Homero de Barros, Flávio Suplicy de Lacerda e outros intelectuais católicos desempenharam um papel central nesse contexto, buscando consolidar um modelo educacional que preservasse os valores cristãos como base para a formação acadêmica.

Todavia, os debates educacionais no Paraná não podem ser compreendidos isoladamente, mas sim dentro de um cenário maior de embates entre modelos distintos de educação, visões opostas de progresso e diferentes concepções sobre o papel do ensino na sociedade. O catolicismo, longe de ser um ator passivo, adaptou-se às mudanças do período, reorganizando suas redes de influência e garantindo sua presença tanto no sistema educacional quanto no campo político e intelectual.

CAPÍTULO 2 - *REDES DE SOCIABILIDADE* E OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DE PODER

> Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. (SIRINELLI, 1996, p. 248).

> O impasse se dá nas versões ideológicas a que os grupos em conflito se apegam a fim de obter o consenso nacional e impor-se à nação, sem alterar as bases fundamentais do sistema existente. O horizonte ideológico, em última instância, era comum. [...] De qualquer forma há um nacionalismo autoritário em ambas as versões. Uns de fundo mais "sacral", outros, mais "profano". (CURY, 1945, p. 130)

2.1 EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E IDEAIS EDUCATIVOS NO PARANÁ

No Paraná, ao longo do século XX, a educação e a imprensa se consolidaram como espaços estratégicos de disputa ideológica, servindo como arenas para a formulação e difusão de projetos intelectuais concorrentes. No contexto das transformações políticas e sociais que marcaram o período, grupos ligados ao catolicismo e ao liberalismo educacional buscaram ampliar sua influência sobre o ensino, utilizando a imprensa como instrumento de debate e construção de hegemonia. A interseção entre esses dois campos (educação e comunicação) foi fundamental para a consolidação de *redes de sociabilidade* que permitiram a ocupação de espaços de poder por intelectuais comprometidos com diferentes visões de mundo. Assim, compreender como esses agentes articularam suas estratégias discursivas e institucionais é essencial para analisar os embates que moldaram as políticas educacionais do Paraná e a formação de sua elite intelectual.

Durante muito tempo, houve receio entre historiadores, de utilizar materiais jornalísticos como fonte histórica, seja por não confiar nos materiais de imprensa e periódicos, ou mesmo por não terem amadurecido a amplitude de fontes possíveis para uma pesquisa historiográfica. Considerando o que a atividade historiadora caracterizava-se como um empenho em busca da verdade, Maria Helena Rolim Capelato (1988) salienta que,

> [...] até a primeira metade deste século [século XX], os historiadores brasileiros assumiram duas posturas distintas em relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade. Neste último

> caso, a notícia era concebida como relato fidedigno da verdade (CAPELATO, 1988, p. 21).

A reconfiguração iniciada pelos *Annales*, no conceito de fonte, as novas definições das operações historiadoras, trouxeram novos significados para a escrita da história e novas abordagens analíticas para o historiador. Em meio às redefinições e estabelecimentos de novos paradigmas, mudaram, também, as relações entre a pesquisa histórica e os jornais, revistas e materiais de imprensa.

A imprensa paranaense da primeira metade do século XX, tomada de modo amplo, foi palco de disputas entre ideias católicas e liberais. Tal como já mencionamos, mesmo com o esforço de um grupo de intelectuais em disseminar o ideário católico, circulavam críticas contendo ideias contrárias, especialmente negando a invasão da Igreja Católica na Educação:

> Opomo-nos francamente ao ensino religioso e nisto vimos com as ideias avançadas de nosso século. Queremos o que querem todos os homens livres de nosso tempo; o que não é compatível com a nossa civilização; queremos que haja na República cidadãos aptos para o trabalho, qualquer que ele seja, sem teias da monstruosa aranha clerical no espírito, que saibam caminhar para a luz e para o progresso, e não esses seres bisonhos, rezadores hipócritas que só concorrem para o atrofiamento moral e intelectual da humanidade. [...] Que bela coisa é não ter o espírito povoado de sombras e de visões aterradoras, tê-lo livre de preconceitos, aberto a todas as ideias generosas, esclarecido pela verdade, fortificado pelas convicções e adverso à protérvia, à hipocrisia (SILVA, 1999, P. 58-59).

Entre os anos de 1926 e 1939, a elite intelectual católica e leiga, esteve à frente de periódicos e revistas, mostrando-se efetiva e engajada nos esforços de propagar a fé cristã. *A Ordem*, *O Luzeiro*, *O Cruzeiro*, *Alvor*, *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, foram exemplos desses empreendimentos. Apesar da ampla circulação das revistas católicas, eles tiveram seus enfrentamentos, advindos de movimentos e grupos contrários às suas ideias.

Segundo Carlos Balhana (1980) “no auge da luta entre a nova Diocese e os livre-pensadores e anti-clericais, [o jornal] *A República* inseriu matérias de crítica ao que chamava ‘invasão ultramontana’ e ‘espírito do jesuitismo’". (BALHANA. 1980, p. 14).

No Paraná, o jornal *A República,* órgão do Clube Republicano, com o lema “Pátria e Democracia”, “circulou a partir de 15 de março de 1886, com a finalidade principal de batalhar pela difusão dos ideais republicanos e pela instauração da República no País” (BALHANA. 1980, p. 14). O jornal *O Pelicano*,

de posicionamento anticlerical, foi criado em 1897 e publicou apenas três volumes. O jornal *A Estrela surgiu* em 1898 como um veículo católico vinculado à Diocese de Curitiba. Ao fazer menção ao jornal *O Pelicano*, destacava que em todas as suas linhas, "era uma diatribe violenta contra os ministros da religião" (*A ESTRELA*, n. 91, 3 de abril de 1898).

Logo em sua primeira publicação *A Estrela*, apresenta quais seriam seus objetivos:

> [...] iluminar as inteligências com as luzes verdadeiramente brilhantes que a fé cristã esparge em todos os ramos do conhecimento humano...; demonstrar os benefícios impulsos dos princípios católicos no desenvolvimento e progresso das nações; vingar, quando for preciso, a Igreja dos ataques dos seus inimigos com as armas da história, da apologética e da Filosofia (A ESTRELA, n 9 1, em 3 de abril de 1898).

Segundo Balhana (1980) "no período de agosto de 1905 a fevereiro de 1906, a *Revista A Estrela* esteve com a sua publicação suspensa em virtude do seu custo ser demasiadamente oneroso à Câmara Eclesiástica" (BALHANA, 1980, p. 18).

O *Club Curitybano*[15] foi uma revista que circulou a partir de 16 de janeiro de 1890, em Curitiba. Ela nasceu a partir dos mesmos idealizadores da associação recreativa, também chamada *Revista do Club Curitybano*. O detalhe é que essa revista se mostrava mais heterogênea em sua composição de membros, sem pretensões muito definidas e declaradas, embora seja possível defender uma tendência liberal se considerada as simpatias filosóficas de seus participantes e redatores.

O órgão (*Club Curitybano*) pertencente à Loja Maçônica de Curitiba, o periódico chamado de *Jerusalém*, circulou em Curitiba a partir de setembro de 1988. Sua postura mostrava-se anticlerical, tendo como escritores figuras como Júlio Pernetta, Ismael Martins, Silveira Netto, e o Padre Guilherme Dias. Este

[15] De acordo com Balhana (1980), a Revista Club Curitybano teve sua publicação interrompida em janeiro de 1893, sendo retomada em março do ano seguinte. Nesse período, Dario Vellozo assumiu a redação literária, enquanto Padre Alberto José Gonçalves, João Ferreira Leite e Silveira Netto integravam a equipe de redatores. No entanto, Padre Alberto José Gonçalves se afastou do grupo à medida que suas posições evoluíram. A partir do nono ano de circulação, com Dario Vellozo ainda à frente da direção literária, passaram a compor a equipe de redatores Emiliano Pernetta, Júlio Pernetta e Reinaldo Machado. O periódico priorizava a literatura francesa, mas também foi responsável por introduzir os primeiros artigos sobre ocultismo no Paraná. Além disso, foi um dos primeiros veículos a registrar as tensões do conflito religioso que posteriormente envolveria Dario Vellozo.

último era maçom, apesar de carregar em sua denominação sua participação no Clero. Uma vez de postura anticlerical, o referido jornal se posicionou contrário ao Ensino Religioso da Escola, contrários a uma educação confessional e contra o Clero em geral.

O jornal *Diário da Tarde*, surgido em 18 de março de 1899, por Estácio Correia [16], pretendia ser, na Capital Paranaense, um órgão ponderador que tivesse apenas um caráter noticioso, sem adentrar nas valorações promovidas pelos embates ideológicos que caracterizaram os jornais da época. Conforme destacou logo em sua primeira edição, em março de 1889, "o ímpeto abrasado que anima aos seres perdidos da atmosfera enganadora em que se movem as agremiações políticas" (*DIÁRIO DA TARDE*, n.º 1, 18 de março de 1899). Buscando uma postura mais neutra, o referido jornal nasceu se colocando como buscador da verdade, sem declarar tomada de partido em questões políticas e de ideologias religiosas. Entretanto, de acordo com Balhana (1980), o *Diário da Tarde* flertou com o anticlericalismo em alguns momentos.

> Em diversos momentos, porém, o Diário da Tarde posicionou-se ao lado dos anticlericais, divulgando sobretudo notícias relativas ao Grande Oriente, além de publicar matérias diretamente contrária à religião e à Igreja. Foi justamente no Diário da Tarde que Veríssimo de Souza publicou os seus ardentes comentários acerca do clero (BALHANA, 1980, p. 19).

O periódico *Esphinge*, publicado mensalmente, pertencia ao Centro Maçônico Luz Invisível de Curitiba, sob a Direção de Dario Velloso. Logo em sua primeira publicação declarou: “saberemos terçar as armas dos hoplitas da Luz e repelir para longe os agressores, com a coragem serena dos que se batem pelas boas causas” (*ESPHYNGE*, n 1, julho de 1899). Ainda em sua primeira Publicação, lê-se:

> A mocidade estudiosa volve os olhos para o Egito e tenta reconstruir-lhe o passado magnífico e os mistérios tão sábios, - na aliança perfeita da Ciência, da Arte e do Mistério; interroga a Esfinge, e a Esfinge fita o iniciado, nos olhos velados de nostalgia intensa, a revelação tácita de toda uma Sinarquia imortal (ESPHYNGE julho de 1899).

---

[16] Estácio Correia nasceu em Morretes, Paraná, em 23 de fevereiro de 1868. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, no ano de 1891. Ao longo de sua trajetória profissional, atuou como procurador fiscal do Tesouro do Estado do Paraná e também exerceu a função de Secretário da Diretoria de Instrução Pública do Paraná. Além de sua atuação no campo jurídico e administrativo, destacou-se como jornalista e intelectual, sendo um dos fundadores do jornal *Diário da Tarde*, periódico no qual também desempenhou o papel de diretor.

O jornal da *Liga Anti-clerical Paranaense*, *Electra*, circulou em Curitiba, em agosto de 1901; o jornal declarou que não era necessária a apresentação de um programa, considerando a obviedade de seu posicionamento, a partir do órgão que a fundou. Nas palavras publicadas pelo próprio jornal: “[o programa] estava bem patente, desde que é órgão de uma liga anti-clerical" (ELECTRA, agosto de 1901). Em posicionamentos abertos, mostravam-se

> [...] contra os reacionários, ultramontanos, jesuitismo dissolvente, clericalismo rasteiro, contra enfim, todos os inimigos da Razão, da Ciência, do Progresso, da Justiça, da Caridade, da Liberdade, da Família, da Pátria, e da Humanidade (ELECTRA, agosto de 1901).

O jornal *Electra*, que também contou com a colaboração de Dario Velloso, foi uma marca significativa do anticlericalismo em Curitiba. Velloso, também atuou no *Ramo de Acacia*, pertencente à Maçonaria no Paraná; com publicação mensal, o periódico teve início em 1908. Entre seus redatores estavam Emiliano Pernetta, Niépce da Silva e Sebastião Paraná. Segundo Balhana (1980), a proposta desse periódico era: “seguir a linha do radicalismo praticante, combatendo em nome do Ideal da Mocidade Republicana e do que se referiam como a parte sadia da sociedade, não mistificada pelo regime constitucional” (BALHANA, 1980, p. 22). Na edição de novembro de 1908, o *Ramo de Acácia*, enfatizou a necessidade de negar as “conivências do imperialismo e da clerezia avassaladora" (RAMO DE ACÁCIA, nov. de 1908).

A análise dos periódicos anticlericais da virada do século XIX para o XX, como *Esphinge*, *Electra* e *Ramo de Acácia*, revela a intensidade da disputa ideológica que permeava a sociedade paranaense, refletindo uma polarização entre os defensores do progresso secular e os católicos que buscavam a manutenção da ordem social sob a égide da Igreja. Este ambiente de tensões culturais e políticas formava o contexto em que Barros, ainda jovem, começou a se inserir como intelectual e membro ativo do movimento católico.

Quando da fundação do CEB, em 1929, Barros, que ainda cursava a Faculdade de Direito, já se mostrava comprometido com o projeto intelectual e cultural da Igreja. Sua atuação e envolvimento com o CEB se inscrevem na discussão mais ampla sobre a construção de concepções educacionais no Paraná, tema que foi analisado por Névio de Campos em sua tese de doutorado, *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)*.

Campos (2007) traçou um panorama das agremiações e dos debates educacionais promovidos pelos intelectuais paranaense, destacando, entre outras questões, a relação entre esses grupos e o Estado, bem como suas intervenções no campo cultural e educacional. Embora não seja o foco deste trabalho retomar a discussão já proposta por Campos (2007), sua pesquisa fornece um importante subsídio para entender o papel de Barros na construção de um projeto educacional que se opusesse ao modelo secular e republicano predominante, ao mesmo tempo em que oferecia alternativas para o fortalecimento da fé católica e da formação moral da juventude paranaense. Esse contexto revela a importância das *redes de sociabilidade* nas quais Barros estava inserido, redes essas que, por sua vez, ajudaram a consolidar sua trajetória como intelectual católico e defensor de um projeto educativo alinhado com os princípios da Igreja.

De acordo com Campos (2007), vimos que:

> A estratégia de criação do **laicato católico** consistia em uma ação direcionada a uma pequena parcela da população brasileira, ou seja, aglutinar e formar um grupo de intelectuais e políticos comprometidos com o ideário católico. Além dessa estratégia, **a Igreja Católica criou projetos que visavam intervir entre os diferentes grupos sociais**, como, por exemplo, os círculos operários católicos, a congregação mariana, as missões, etc. Essas intervenções consubstanciam um caráter mais moral e eucarístico à ação católica. Por outro lado, a ação "pelo alto" visava **formar a juventude com base nos fundamentos filosóficos e teológicos da Igreja Católica**, cuja missão foi atribuída aos centros superiores de cultura, os quais formaram os principais responsáveis pela criação das faculdades e universidades católicas na capital da República e na capital do Paraná (CAMPOS, 2011, p. 57. Grifos nosso).

No que diz respeito ao engajamento dos intelectuais na "cristianização da vida social", seja por meio de discursos, debates ou produções escritas, alguns periódicos se destacaram como espaços de confronto ideológico, refletindo as disputas entre setores clericais e grupos anticlericais.

Entre as iniciativas e agremiações de intelectuais responsáveis por divulgar e ampliar os valores católicos em diversas instâncias educacionais, o CEB[17] foi a instituição de maior destaque, sendo fundamental para a elaboração e concretização de projetos de caráter político, educacional e ideário religioso.

---

[17] Instituição criada no contexto de restauração do Catolicismo em Curitiba, que funcionou de modo articulado e sincronizado aos pressupostos e às diretrizes da Igreja, no âmbito nacional e mesmo universal. Todavia, entendendo que cada região, cada contexto apresenta a sua

Dando sequência a este estudo, dedicaremos uma seção específica para analisar o CEB e o papel de Barros dentro dessa instituição. Sua inserção nesse grupo de intelectuais, oriundos de diferentes formações, mas unidos por um interesse comum, é um aspecto central para compreender o que aqui denominamos engajamento e disposições incorporadas às práticas, ideias e estratégias dessa agremiação.

Nas Atas das sessões do CEB, especialmente dos primeiros anos, depois da sua fundação, alguns termos são recorrentes na caracterização de Barros, destacando sua imagem e prestígio entre seus pares. Expressões como “estudioso”, “de boas palavras”, “cultor do Direito”, “exímio escritor”, “culto”, “católico fervoroso”, “de inigualável oratória”, “causídico” e “habilidoso” aparecem com frequência, evidenciando a forma como era tratado no meio intelectual.

Desde a fundação do CEB, Barros ocupou uma posição de destaque, o que possibilitou a ampliação de sua influência e a legitimação de seu discurso. Seu prestígio dentro da agremiação foi determinante para a reverberação de suas ideias e para sua ascensão a cargos e funções estratégicas ao longo de sua trajetória. Essa inserção intelectual não apenas fortaleceu seu papel como figura pública, mas também contribuiu para a consolidação da presença católica na educação e na cultura paranaense.

Em 1933, em sessão ordinária realizada no CEB, proferiu palestra referente aos seus estudos de Direito. Ainda que não tenha mencionado projetos educacionais, Barros dava o tom do fervor Católico que animava aquela agremiação. Na tribuna, o “estudioso bandeirante e assíduo cultor do Direito [fez a leitura] de belas páginas de sua lavra que podemos batizar com o título de ‘Nova orientação sobre a Penalogia brasileira’” (CEB, Ata, n 179, 1933, grifo no original).

> [...] depois de analisar que dentre os piores de nossos males, um dos mais graves e entretanto dos de menores aparências é o descaso, o desleixo, o indiferentismo pela justiça e, na justiça, pelo que diz respeito a orientação da penalogia, mostramos quão obsoleto está nosso código penal, em flagrante contraste com os outros povos cultos, que já atingiram a menores imperfeições no direito penal objetivo [...] a reforma que se vai operar, ditada pelos novos rumos, da criminologia, representa um trabalho relevante de Política Criminal: [...] as leis sofrem consideravelmente a ação do tempo, e o direito objetivo

---

particularidade, a referida organização, ainda que rezasse os princípios tidos como universais, travou seus próprios embates e precisa ser entendida dentro de determinadas peculiaridades.

> evoluciona a par da evolução do povo, que se destina, e as leis penais, mais que as outras, reclamou a revisão periódica [ilegível] mesma fase de extraordinárias transformações do engenho humano, como a dêstes trinta anos do século vinte [...] o que hoje ocorre com o Direito Penal Brasileiro é exatamente o que, há mais de um século, sucedia com a legislação criminal consubstanciada no Livro V das Ordenações Filipinas, que aquele tampo, Melo Freire notava “estacionária, absoluta, arbitrária e obsoleta [...] outro **fator considerável da elevação moral do brasileiro**, é o **espírito de religiosidade**, cada vez mais intenso, em todos os recantos da terra do Cruzeiro do Sul. E, a evolução da lei penal no Brasil [...] é um reflexo vivo do sentimentalismo nacional refinado no discurso dos tempos, pela força lenta, mas eficiente da civilização (BARROS, 1933, ATA DO CEB, n 217, 4 de abril de 1935, Grifos nosso).

Barros reflete uma análise crítica e profunda do sistema penal brasileiro, destacando tanto sua obsolescência quanto a necessidade urgente de reforma. Ele aborda um dos "piores males" da sociedade, que é o “desleixo” e “indiferença” em relação à justiça, especialmente no campo do direito penal, um sistema que visa garantir a ordem e a equidade social. Aponta que, enquanto outras nações já haviam superado limitações em suas legislações penais, o Brasil ainda enfrentava um código penal antiquado, que não acompanhava as transformações sociais, culturais e políticas, no contexto da década de 1930. Ao enfatizar que as leis penais devem passar por revisões periódicas, faz referência à evolução do direito penal como um reflexo das mudanças da sociedade, destacando que a evolução do povo deve ser acompanhada por uma atualização da legislação. A crítica à obsolescência do código penal é comparada à situação de mais de um século antes, quando a legislação criminal, como no caso do Livro V das *Ordenações Filipinas*, era considerada "estacionária, absoluta, arbitrária e obsoleta". Isso demonstra a preocupação de Barros, no início de sua trajetória intelectual, com a lentidão do sistema legislativo brasileiro em se adaptar às novas realidades sociais e políticas.

Além disso, propõe que a evolução do direito penal está também conectada ao desenvolvimento moral e espiritual da sociedade brasileira. Ele sugere que o espírito de religiosidade no Brasil, “que se intensificava à medida que a nação passava por mudanças culturais e políticas”, influenciava positivamente a evolução da legislação penal. A religiosidade, segundo Barros, representava um fator de "elevação moral", essencial para o aprimoramento das leis, especialmente aquelas voltadas para o comportamento social e a criminalidade. Ao associar a evolução das leis penais ao "sentimentalismo

nacional", estaria sugerindo que a mudança nas leis deve estar em sintonia com os valores e sentimentos da sociedade, que se refinam ao longo do tempo. Essa perspectiva revela uma visão organicista e idealista do direito penal, em que as leis não são vistas apenas como normas jurídicas, mas como manifestações de uma evolução moral e cultural da sociedade. Ele vê a religiosidade e a moral como forças que podem contribuir para o progresso da legislação penal, ou seja, a moralidade individual e coletiva, influenciada pela fé religiosa, ajudaria a formar um arcabouço legal mais justo e mais adequado aos tempos modernos.

Notamos que ainda com 25 anos de idade Barros já se mostrava propagador de ideais religiosos para a vida social; nessa época, não gozava de todo prestígio que a sua carreira alcançou dentro do campo educacional curitibano. Já no início de sua atividade intelectual, discursava estabelecendo estreitas relações entre o Direito (sua primeira formação) e a religiosidade. As recorrentes ênfases dadas ao que chamou de “espírito de religiosidade”, o credenciou como “difusor da moralidade cristã”, tal como apregoou Dom José de Camargo Barros, quando da fundação da Diocese de Curitiba, em 1894. Ainda que já houvesse um conjunto de consensos e um ideal de catolicização bem definido, quando Barros conquistou a sua formação, ele colaborou com todas as possibilidades que lhe coube, para o plano de diocesanização do catolicismo no sul do Brasil, mais notadamente na capital do Paraná.

Em seus discursos e nas oportunidades que lhe davam a palavra em cerimônias e eventos, reflexões bíblicas, citações de cunho religioso e pensamentos que reforçavam o ideário religioso católico em meio aos assuntos jurídicos e sociais. Na ata do CEB, de abril de 1935, pode-se observar a característica de seu prestígio junto àquela agremiação. Ao mesmo tempo em que a Ata documenta uma conferência específica, revela o reconhecimento do papel de Barros como um dos expoentes do pensamento jurídico e intelectual de seu tempo.

> Estava designado para falar nesta sessão, o sr. Dr. Homero Batista de Barros, a quem o Sr. Presidente concedeu a palavra. **O ilustre bandeirante** teve, então, a oportunidade de apresentar ao distinto auditório do Círculo, um trabalho científico dos melhores: estudou o testemunho na prova judiciária, fazendo revelações as mais interessantes, todas atinentes às falhas que apresenta tal gênero de prova, o qual sofre as mais variadas variações, desde o sexo, atravessando fatores de ordem biológica, psicológica e outros, até a etnia. **O erudito conferencista trouxe em abono de suas asserções,**

> **páginas bíblicas** do testemunho, autores estrangeiros [...] escritores indígenas como o Desembargador do nosso Tribunal Superior, sr. Dr. Hugo Simas e, finalmente, observações pessoais valiosíssimas do próprio autor da conferência, o Dr. Barros (Livro de Atas do CEB, n. 17, 4 de abril de 1935. grifo nosso).

Essa passagem da ata do CEB destaca não apenas a presença de Barros como conferencista, mas também o prestígio que ele desfrutava dentro daquela instituição. O fato de ele ser referido como "ilustre bandeirante" sugere uma associação direta com os ideais do CEB, que buscava valorizar figuras intelectuais comprometidas com a construção do pensamento católico para vida social.

O conteúdo da conferência demonstra sua erudição e amplo domínio sobre o tema do testemunho na prova judiciária. A análise que ele realiza, abordando desde fatores biológicos e psicológicos até questões de gênero e etnia, revela uma preocupação com os limites e as fragilidades desse tipo de prova, algo bastante avançado para sua época. A menção à diversidade de fontes utilizadas por ele, desde textos bíblicos até referências de juristas brasileiros e estrangeiros, reforça sua capacidade de diálogo com diferentes tradições intelectuais, evidenciando sua formação abrangente e sua habilidade argumentativa.

Além disso, a citação a Hugo Simas[18], uma figura de grande importância no meio jurídico paranaense, fortalece a rede de relações e influências na qual Barros estava inserido. O fato de suas próprias observações serem valorizadas como "valiosíssimas" indica que ele sintetizava o conhecimento existente e, também, contribuía ativamente para o debate, o que o consolidava como uma autoridade intelectual reconhecida dentro do CEB.

Embora não tratasse diretamente de temas educacionais, percebe-se a inserção de elementos religiosos, refletindo a necessidade de difundir os ideais e a ética cristã católica. Fica evidente o esforço em estabelecer uma inter-relação entre intelectualidade, religião e Estado.

---

[18] Hugo Simas (1875-1941) foi um jurista, historiador e intelectual paranaense de grande influência no cenário acadêmico e político do estado. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi professor e depois diretor da Faculdade de Direito do Paraná. Além de sua atuação no campo jurídico, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR) exerceu cargos na administração pública do Paraná.

A inter-relação, pretendida, entre Estado, educação e religião, pode ser notada desde o período Colonial, quando do interesse da Igreja em atuar no projeto educacional do Brasil, passando pelo Império e ganhando novos contornos com a República. Os católicos estabeleceram nítidas relações com o poder civil, ao passo que jamais dispensaram uma aproximação com o Estado, na constituição de seus projetos.

Como parte da intelectualidade católica paranaense, Barros participou ativamente dos espaços culturais, intelectuais e institucionais. Tal como já mencionamos, o CEB (1929); a FFCL/PR (1938); a FCFC que, de maneira mais notável, representam a materialização de discursos educacionais e esforços em exercer influência e domínios nesse setor da Educação.

Barros foi um disseminador do Projeto Católico, no Paraná, seja pelas atuações em favor do pensamento e divulgação das ideias religiosas, seja pela postura do referido intelectual, participação em agremiações, assinatura de textos publicados em jornais e a circulação em espaços institucionais que lhe conferiram gradativa autoridade de fala.

O seu engajamento também pode ser observado pelas tensões e embates travados ao longo de sua trajetória, em nome da Igreja e de uma educação com religiosidade. Construindo discursos, produziu sentidos com enunciações que orientavam práticas sociais; especialmente relacionadas aos princípios católicos, com vistas para uma identidade confessional. Em aula inaugural de 1946, Barros expôs que a FFCL/UP “bem merece as preferências com que a distingue a juventude universitária porque desempenha função social e cristã de inatingível relevância nos destinos nacionais” (ANUÁRIO, FFCL/UP, 1946, p.40). Percebe-se uma relação direta com o que era pretendido pela Igreja, cujo teor evidencia o compromisso em declarar a importância do que ele próprio chama de função social do cristianismo.

Suas convicções encontram-se alinhadas com as premissas defendidas por Alceu Amoroso Lima (1935), o qual afirmou que os pressupostos da Escola Nova eram incompatíveis com a moralidade cristã:

> [...] as ideologias destruidoras que a cada momento nos assaltam, como ainda há anos tivemos ocasião de ver no infeliz "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", que reuniu um grupo de élite dos nossos educadores, em torno de um programa monstruoso de materialismo pedagógico e de monopólio educativo do Estado, que é a negação de

> todos os direitos naturais de Deus, da Igreja e da Família na educação da mocidade. Só mesmo uma ação pertinaz e corajosa, que reúna a competência técnica indispensável a uma base filosófica sadia, pode livrar o Brasil do descalabro que será o ensino puramente "técnico", sem nenhuma base moral e religiosa. Só a espiritualização do ensino, pela união dos novos métodos pedagógicos dos ideais morais do cristianismo, pode impedir que o prurido de reformas, que ultimamente tem distinguido dos nossos pedagogos não venha a degenerar num verdadeiro desastre para a nacionalidade brasileira e para a felicidade das novas gerações (LIMA, 1935, p. 119-120).

A crítica de Lima (1935) ao *Manifesto dos Pioneiros* reflete uma oposição contundente à concepção laica e progressista da educação defendida por intelectuais como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Para Lima, o manifesto representava um ataque aos princípios católicos e à influência da Igreja na formação da juventude, ao defender um ensino baseado na ciência e na pedagogia moderna, livre da tutela religiosa.

Como intelectual católico profundamente inserido nas redes acadêmicas e políticas do Paraná, Barros compartilhava dessa preocupação com a "espiritualização do ensino". Sua atuação, tanto no CEB quanto na FFCL, demonstrava um compromisso com a integração entre fé e saber, opondo-se ao que Lima chamou de “materialismo pedagógico”. Dessa forma, Barros pode ser visto como um agente da resistência católica às reformas educacionais laicas que ganhavam força no Brasil.

A função social pretextada por Barros, fomenta ações com vistas para a instauração do catolicismo como modelo regulador de condutas humanas e mesmo de políticas educacionais, visando reforçar os princípios religiosos e o ideário católico no Paraná. Ainda nas leituras dos Anuários da Universidade do Paraná vimos a forma enfática com a qual ele atrelou a Educação aos princípios norteadores cristãos: “todo o desenvolvimento, que vai da educação inicial até à cultura superior, seja dirigido pelo mesmo princípio de formação humanística conveniente para formar o verdadeiro cristão” (ANUÁRIO, FFCL/UP, 1946, p.40). Em sua perspectiva, a formação em todos os níveis, deve estar ligada aos ideais cristãos, uma vez que “a formação humanística não se concilia com o ensino leigo, [...] nem com o ensino religioso facultativo, que é fórmula desfavorável ao exercício do apostolado intelectual, tão urgente na escola quanto nos colégios e nas universidades” (ANUÁRIO, FFCL/UP, 1946, p. 46).

Os jornais locais como espaços de atuação dos intelectuais, seja pela proposição de ideias ou recepção das mesmas, se assumem como importantes veículos de divulgação e ideias proclamadas e defendidas pelos intelectuais católicos; isso sinaliza a força desse grupo intelectual em circular por espaços institucionais de alcance popular e que lhe confere credibilidade na enunciação de ideias.

Os materiais de imprensa, tais como os jornais, *O Dia*, *Diário do Paraná*, *Correio de Notícias*, *A República*, entre outros, traz à tona diversas informações sobre a atuação de Barros na esfera pública e privada, seus propósitos, suas práticas e os modos como ele se empenhou em estreitar religião e vida social e, principalmente religião e Educação. Podemos considerar aqui, que a discussão sobre educação, ainda que entremeada com religião, acaba sendo uma discussão política. Dito com outras palavras, consideramos que a Educação não está separada de um debate que é político; desse modo evidenciamos a andança de Barros (em alguns momentos de sua trajetória) pelo campo político.

No que se refere à utilização de materiais de imprensa para mapear os itinerários percorridos por Barros, percebemos que tais materiais possibilitam inserções nos interstícios das ações cotidianas, nas experiências corriqueiras e nas atividades que por mais simples que sejam, mostram-se capazes de evidenciar determinações advindas daquilo que temos chamado de *habitus.* Ainda que o material de imprensa nem sempre trate de “atividade intelectual”; não necessariamente ofereça agudeza aos feitos, acabam por indicar caminhos analíticos para localizarmos os intuitos, os propósitos, as vontades, os projetos (ainda que não trouxesse essa pauta).

Barros era um agente da circulação entre pessoas e grupos, e que promovia a mediação do ideário católico para uma comunidade, seja de leitores, alunos, simpatizantes, ouvintes de suas enunciações. Segundo Ory e Sirinelli (1992) a ação intelectual de um sujeito do cultural, implica em criar, mediar,

> [...] colocado em situação de homem do político, promotor ou consumidor de ideologia. Nem uma simples categoria sócio profissional, nem um mero personagem, irredutível. Se tratará de um estatuto, como na definição sociológica, mas transcendido por uma vontade individual, como na definição ética, e voltado para um uso coletivo (ORY. SIRINELLI, 1998, p. 10).

A definição posta anteriormente traz à tona consigo certa vantagem que está em “não misturar os campos e a natureza das estratégias, por não reduzir a cultura à esfera do político e por não igualar políticos e intelectuais” (BONTEMPI JR, 2015, p. 37). Normalmente, ambos se encontram imbuídos em perspectivas distintas, que lhes conferem um *habitus* diferentes, cujos campos exigem estratégias de naturezas distintas. Em sua trajetória, ora se envolveu em situações da esfera política, em diversas reuniões de partidos políticos, formação de diretórios, cargos de função executiva em tais agremiações e mesmo como candidato político. Para os casos em que há a identificação da mesma pessoa à esfera intelectual e política, Norberto Bobbio (1997) nos apresenta uma distinção:

> A tarefa do intelectual é a de agitar ideias, levantar problemas, elaborar programas ou apenas teorias gerais; a tarefa do político é de tomar decisões. A tarefa do criador (e manipulador) de ideias é a de persuadir ou dissuadir, de encorajar ou desencorajar, de exprimir juízos, de fazer propostas, de induzir as pessoas às quais se dirige e adquirirem uma opinião sobre as coisas. O político tem a tarefa de extrair desse universo estímulos diversos, às vezes opostos e contraditórios, uma linha de ação. (BOBBIO, 1997, p. 82)

A época em que Barros viveu, especialmente a época em que construiu a sua formação acadêmica e consequentemente passou a integrar o Laicato Católico, corresponde a um momento significativo para a Igreja Católica. As três primeiras décadas do século XX são de importantes movimentações no interior da Igreja, especialmente com a posse do Papa Pio X, que esteve à frente da Igreja de 1903 a 1914. Ele foi o sucessor do Papa Leão XIII, cujo papado chegou ao fim em 20 de julho de 1903. O pontificado de Pio X ficaria marcado por um lema: *instaurare omnia in Christo* (restaurar tudo em Cristo). Tal filosofia religiosa e espiritual teria sido uma resposta aos problemas da modernidade, já que a sociedade moderna tinha se afastado dos valores cristãos e, consequentemente, se afastado de Deus. A perversidade do pensamento que acometia a sociedade, fazia-se necessário uma cruzada em favor do pensamento tradicional e da ética religiosa católica.

O Papa Pio X (1903-1914) criticou o modernismo, aproximou-se da filosofia tomista e reforçou a mentalidade conservadora e tradicional que mais prezava pela autoridade da igreja, pelo reforço aos costumes, do que a liberdade pretendida pelos ideais de modernidade:

> [...] os modernistas (tal é o nome com que vulgarmente e com razão são chamados) com astuciosíssimo engano costumam apresentar suas doutrinas não coordenadas e juntas como um todo, mas dispersas e separadas umas das outras. [...] Se, pois, de uma só vista de olhos atentarmos para todo o sistema, a ninguém causará pasmo ouvir-nos defini-lo, afirmando ser ele a síntese de todas as heresias. [...] No que se refere aos estudos, queremos em primeiro lugar e mandamos terminantemente, que a filosofia escolástica seja tomada por base dos estudos sacros. [...] O que importa saber, antes de tudo, é que a filosofia escolástica, que mandamos adotar, é principalmente a de Santo Tomás de Aquino. [...] Fundamentada assim a filosofia, sobre ela se erga com a maior diligência o edifício teológico (IGREJA CATÓLICA, 1952, p. 70).

O trecho refere-se à encíclica *Pascendi Dominici Gregis* (1907), documento em que o pontífice condena o Modernismo como a "síntese de todas as heresias", atribuindo-lhe um caráter fragmentado e insidioso, que dificultaria sua refutação sistemática.

O Modernismo católico, como movimento teológico e intelectual, buscava conciliar a fé cristã com os avanços científicos e filosóficos contemporâneos, incluindo o historicismo, o relativismo e a crítica textual da Bíblia. Para seus opositores, no entanto, ele representava um perigo à ortodoxia, pois enfraquecia a concepção tradicional da Revelação e da autoridade eclesiástica. A resposta da Igreja foi a reafirmação da filosofia escolástica, especialmente a de São Tomás de Aquino, como base para os estudos teológicos e filosóficos. Esse direcionamento foi consolidado no Código de Direito Canônico de 1917 e reafirmado em diversos outros documentos.

A referência à Escolástica, com ênfase no pensamento tomista, demonstra o esforço da Igreja em estabelecer um arcabouço filosófico estável, visto como antídoto contra os perigos da modernidade. A Escolástica, especialmente na formulação tomista, baseia-se na síntese entre fé e razão, na metafísica aristotélica e no conceito de verdade objetiva, contrastando com a relativização do conhecimento proposta por algumas correntes modernistas.

Dessa forma, o documento não apenas reflete um embate doutrinário, mas também evidencia uma disputa mais ampla entre tradição e modernidade, em que a Igreja buscava reafirmar sua autoridade diante dos desafios intelectuais do século XX. Essa tensão se manteve ao longo do tempo e ressurge em diversos momentos da história da Igreja, inclusive no Concílio Vaticano II

(1962-1965), quando se buscou um novo equilíbrio entre a tradição e as exigências de adaptação ao mundo contemporâneo.

A reafirmação do tomismo como fundamento filosófico e teológico deve ser compreendida no contexto de um esforço estratégico para manter a unidade doutrinária e reforçar o papel da Igreja no cenário público.

Segundo Sérgio Miceli (1979), desde o início da década de 1920, a Igreja Católica tem se empenhado em expandir sua influência política por meio da formação de uma rede de organizações administradas por leigos e funcionando de maneira complementar à estrutura eclesiástica. Nesse sentido, a tarefa assumida pelos leigos era, além de porta-vozes da Igreja, se tornarem protagonistas nos debates e nas ações de cunho religioso, social e político, sempre em favor do ideário católico.

Essa estratégia rapidamente produziu efeitos significativos. Como observa Euclides Marchi (1989), essa atuação permitiu à Igreja alcançar importantes conquistas, especialmente na área educacional, onde consolidou sua presença por meio da fundação de escolas e da ampla disseminação de publicações católicas, como jornais e revistas

Pensando o Catolicismo num cenário nacional, concordamos com a assertiva de Teodoro Hanicz (2006), ao afirmar que “a proclamação da República deixou a Igreja de cara com o mundo, sem o amparo e o apoio do Estado, mas com plena liberdade de ação” (HANICZ, 2006, p. 172-173). A nova realidade estabelecida pelo decreto nº 119A, de 7 de janeiro de 1890, determinou a separação entre Igreja e Estado, levando a Igreja a reformular suas estratégias para atuar de forma independente e consolidar sua presença na vida social, educacional e política do país.[19]

---

[19] Os decretos promulgados pelo Governo Provisório após a Proclamação da República tiveram um impacto significativo sobre a Igreja no Brasil. O Decreto nº 119A, de 7 de janeiro de 1890, vedava a interferência das autoridades federais e estaduais em assuntos religiosos, garantindo plena liberdade de culto e extinguindo o padroado. O Decreto nº 155 B, de 14 de janeiro de 1890, estabelecia os dias de festa nacional. O Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890, regulamentou o casamento civil. Já o Decreto nº 521, de 26 de junho de 1890, proibia a realização de cerimônias religiosas matrimoniais antes da celebração do casamento civil e previa sanções penais para os infratores. Por fim, o Decreto nº 789, de 27 de setembro de 1890, determinava a secularização dos cemitérios. Essas medidas refletem a separação entre Igreja e Estado promovida pelo novo regime republicano. (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil acompanhada das leis orgânicas publicadas desde 15 de novembro de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.)

A criação da Diocese de Curitiba encontra-se inserida no processo de organização e expansão da igreja católica no Brasil, como resposta à separação do Estado no contexto da proclamação da República. O poder eclesiástico passou por um processo de “estadualização”[20], para usar uma expressão de Miceli (1988), sendo repartido em arquidioceses, estando sujeitas à lógica política e dinâmica organizacional de cada estado. De acordo com Carlos Alberto de Freitas Balhana (1980), destacou que,

> [...] houve o encontro da Igreja em expansão pela catolização do Paraná, com a organização da Diocese, a introdução de novas Ordens e Congregações, o estabelecimento do Seminário e de colégios confessionais, com o anticlericalismo, de um lado de inspiração europeia contrária ao ultra-montanismo, carregado porém de conteúdo esotérico, além de, no Paraná, constituir até certo ponto, uma via nacionalista contra a vinda de tantos religiosos estrangeiros, não só pela organização da Diocese, como exigidos pela grande imigração. [...] é preciso considerar no conjunto das variáveis em choque, certos condicionamentos específicos, como a presença em Curitiba de um grupo de intelectuais com capacidade de ousar e que, re-meditando, chegam não apenas ao Simbolismo literário, como a construção filosófica, ideológica e doutrinária de uma nova Igreja - a dos nêo-pitagóricos (BALHANA, 1980, p. 05).

Balhana (1980) destaca a expansão da Igreja Católica no Paraná como um processo estruturado em múltiplas frentes, incluindo a organização da Diocese, a introdução de novas Ordens e Congregações, a criação de um Seminário e a fundação de colégios confessionais. Esse movimento visava não apenas consolidar a presença institucional da Igreja, mas também ampliar sua influência na educação e na formação da sociedade paranaense. Contudo, tal avanço não se deu sem resistência. O autor ressalta a presença de um anticlericalismo que, embora mais expressivo no final do século XIX, ainda se fazia notar, de forma mais atenuada, no início do século XX. Além de se constituir como uma oposição ideológica ao catolicismo, esse anticlericalismo também se articulava como uma vertente de nacionalismo, que via com desconfiança a

[20] A obra *A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)*, de Sérgio Miceli (1988), oferece uma base fundamental para compreender o processo de "estadualização da Igreja" no Brasil. O autor apresenta dados que indicam a criação de 56 dioceses, 18 prelazias e 3 prefeituras apostólicas entre 1890 e 1930, período em que foram nomeados aproximadamente 100 bispos. Em outro trecho, destaca-se que a organização eclesiástica foi completamente estadualizada, visto que, até 1890, as doze dioceses existentes estavam distribuídas em dez províncias e nove capitais. No intervalo entre 1890 e 1930, as demais 11 capitais estaduais também passaram a sediar dioceses. Além do conceito de "estadualização", a obra também aborda o fenômeno da "interiorização" das dioceses, processo que promoveu a expansão da estrutura eclesiástica para o interior do país.

crescente presença de religiosos estrangeiros, enviados tanto para a estruturação da Diocese quanto para o atendimento às comunidades de imigrantes europeus. Esse embate refletia influências da tradição europeia de contestação ao ultramontanismo, ou seja, à centralização do poder papal e à subordinação da Igreja local às diretrizes de Roma.

Outro aspecto importante levantado por Balhana (1980), foi a atuação de um grupo de intelectuais contrário à Igreja Católica, na capital do Paraná, os quais possuíam uma postura inovadora e ousada dentro do cenário cultural e religioso. Esse grupo não apenas aderiu ao “Simbolismo literário”, um movimento artístico e filosófico que enfatizava a espiritualidade e o subjetivismo, mas também buscou elaborar uma nova construção filosófica, ideológica e doutrinária. Essa nova corrente religiosa, segundo se materializou na Igreja dos Neopitagóricos, um movimento que, possivelmente, reinterpretar conceitos religiosos tradicionais à luz de influências esotéricas e filosóficas distintas do catolicismo oficial. Esse contexto evidencia que o processo de institucionalização do catolicismo na capital paranaense não foi linear, mas sim permeado por embates entre forças conservadoras e renovadoras, que disputavam a legitimidade e o controle dos discursos religiosos e culturais.

No Paraná, o grupo católico se empenhou na realização de projetos educacionais com vistas para a religiosidade Católica, os quais se realizaram na elaboração de instituições e agremiações. Num contexto marcado por disputas entre projetos sociais, religiosos, educativos e políticos, os católicos paranaenses se afirmavam como *confidentes do criador, ministros do progresso e sacerdotes da verdade*, para usar uma expressão de José Loureiro Fernandes.[21]

---

[21] José Loureiro Fernandes nasceu em Lisboa, Portugal, em 12 de maio de 1903, e faleceu em Curitiba, Paraná, em 16 de fevereiro de 1977. Formou-se em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, mas sua trajetória foi marcada por uma atuação expressiva no cenário educacional e intelectual do Paraná. Assim como Homero de Barros, desempenhou um papel fundamental na criação e no fortalecimento de diversas instituições de ensino superior no estado. Entre suas contribuições mais notáveis, destaca-se sua participação na fundação do Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB), instituição que exerceu grande influência na formação de uma elite intelectual católica no Paraná. Além disso, esteve diretamente envolvido na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCL/PR) em 1938, um dos principais centros de formação acadêmica e de difusão dos ideais humanistas e cristãos na educação superior. Nos anos seguintes, Loureiro Fernandes continuou ampliando seu legado educacional. Em 1950, participou da fundação da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba (FCFC) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR), ambas instituições que consolidaram a expansão da educação

Atuando e se articulando em vários níveis da esfera educacional, política, social e com a missão de ampliar os domínios da Igreja Católica, os intelectuais católicos lograram êxito nos embates que travaram e nos projetos que desenharam. Segundo Campos (2002), a fundação da União dos Moços Católicos de Curitiba[22] e a criação da *Revista A Cruzada*, em 1926 foram episódios que marcaram o processo de constituição da intelectualidade católica na cidade de Curitiba (CAMPOS, 2002, p. 09). Na própria revista lê-se: "A Ação Católica tem necessidade da imprensa católica, como meio de formação, como defesa da ideia cristã, como auxílio indispensável na difusão e atuação dos princípios cristãos, em todas as esferas, e estados sociais" (*A CRUZADA*, fev. de 1931).

A atuação da Ação Católica no Paraná começou a se delinear mais claramente a partir da década de 1920, quando o clero, em parceria com intelectuais ligados à Igreja Católica, estruturou diversas instituições voltadas para a disseminação e o estudo da doutrina católica. Até esse período, a Igreja concentrou seus esforços na formação de um clero combativo e militante, em consonância com as diretrizes do ultramontanismo, que, como já mencionamos, enfatizava a centralização da autoridade eclesiástica no papado e a defesa da ortodoxia católica.

A criação da União dos Moços Católicos de Curitiba e o fortalecimento da imprensa católica, conduzida por leigos, garantiu maior coesão ao Projeto da Igreja, a partir de 1926. No entanto, o auge desse movimento se deu no final da mesma década, com a fundação do CEB. Nesse ambiente de reflexão cultural, moral e intelectual, foram concebidos e formalizados os planos de ação dos católicos no Paraná.

A intelectualidade católica se estruturou em torno dessas instituições, assumindo funções distintas, mas interligadas. De um lado, tanto a imprensa

---

superior no estado. Mais tarde, em 1959, esteve entre os fundadores da Universidade Católica do Paraná.

[22] Passagem da revista *A Cruzada* que trata da UMC: "A União local foi fundada em 6 de agosto de 1926, por um grupo de moços e por iniciativa do Snr. Arcebispo. Entretanto, a sua vida começou a se agitar só depois de um ano de fundação. E de facto os movimentos efetuados pela União datam do começo de setembro, quando a 7 do mesmo mês a União comemorou de modo condigno a data da nossa emancipação política. Logo após assumiu a presidência o dedicado moço sr. Elias Karam que imprimiu à União um surto de engrandecimento" (A CRUZADA, abr./ maio 1928, p. 85).

quanto a União dos Moços Católicos de Curitiba se dedicavam a uma retórica militante, com o objetivo de expandir a influência da Igreja sem necessariamente aprofundar os debates doutrinários. Os intelectuais católicos leigos enfatizavam a necessidade de um exame mais aprofundado das questões sociais, políticas, filosóficas e religiosas sob a ótica da doutrina católica. Essa distinção evidencia a estratégia da Igreja Católica de atuar em múltiplos espaços, consolidando sua presença tanto na esfera pública quanto na formação intelectual da elite paranaense.

2.2 A INSERÇÃO DE BARROS NA INTELECTUALIDADE CATÓLICA PARANAENSE

De um ponto de vista mais amplo, a trajetória de Barros, nos permite compreender questões mais amplas relacionadas ao papel do intelectual no contexto político e educacional; elucida a complexidade das relações entre religião, poder e educação; ilustra o impacto das instituições educacionais de influência religiosa, na formação de cidadãos; evidencia o papel dos educadores na construção de uma identidade cultural e social; revela as tensões políticas que marcaram o Brasil no século XX. Pode-se dizer, ainda, que o estudo de Barros representa a importância de se compreender a História através de múltiplos pontos de vista, contribuindo para uma visão mais rica e plural do passado; seja pelos embates travados com outras filosofias e ideários educacionais ou mesmo, por premissas dissonantes dentro do próprio grupo, aparentemente homogêneo.

De um ponto de vista mais restrito, falamos de um intelectual católico do Paraná, que esteve envolvido numa coletividade marcada pela ocupação em espaços estratégicos, com discursos afinados a um projeto educacional em favor da igreja. Era composto por escritores, políticos, juristas, professores, pessoas com funções clericais, e outros agentes que desempenham papel fundamental na defesa dos interesses da Igreja Católica na esfera pública. Barros se destacou nesse meio, pela sua habilidade com a Língua Portuguesa, com a sua oralidade, com sua aptidão discursiva.

Na história dos intelectuais, no contexto curitibano do começo do século XX, nota-se a inserção dos agentes em grupos que, por sua vez, representavam ideais comuns e encontravam-se unidos por semelhanças, sejam do ponto de vista social, religioso, econômico, entre outros. Todavia, ainda que Barros estivesse inserido num grupo que parecia coeso e com ideias bem definidas, nós queremos evitar as generalizações e os apriorismos, como se as individualidades desaparecessem em meio aos pressupostos da coletividade.

Os termos “intelectuais”, “Igreja”, “católicos”, “leigos”, “liberais”, “elite”, entre outros, por vezes, ocultam as atividades de indivíduos, os quais nem sempre apresentaram obras literárias, nem sempre ocuparam cargos majoritários, mas que contribuíram de modo significativo para a consolidação de um projeto. O mergulho nas Atas, Discursos, jornais, e revistas, nos permitiu identificar o protagonismo de Barros, cujas tomadas de decisões e liderança, asseguraram, a realização, a manutenção do Projeto intelectual Católico que estava em andamento.

Sendo um importante representante da intelectualidade católica no Paraná, a atuação de Barros foi marcada por um compromisso com a defesa dos valores cristãos na educação e na formação das elites intelectuais do estado. Participou ativamente de instituições católicas e foi uma das figuras-chave na articulação entre o pensamento católico e o campo acadêmico. Desse modo, a aura desse intelectual de pode ser analisada a partir de três aspectos principais:

a) Atuação no CEB: Barros teve, nessa agremiação, uma participação de destaque nos esforços em resgatar a influência da Igreja na cultura e na educação, participando e promovendo encontros, debates e publicações que reforçaram os princípios cristãos. Dentro desse espaço, Barros alcançou o patamar de influência que o permitiu alcançar outras ocupações, da gestão da Educação, como docente, político, sendo reconhecido como um "distinto consócio", uma característica que, denota prestígio e liderança dentro do grupo.

b) Defesa do Ensino Católico e Criação de Instituições de Ensino: Foi um defensor ativo do ensino católico e da presença da Igreja na formação educacional, principalmente em nível superior. Esteve envolvido na criação da FCFC e na Escola de Serviço Social, ambas ligadas à Igreja e fundamentais para a formação de professores e assistentes sociais sob uma perspectiva cristã.

Além disso, durante sua gestão na FFCL/UFPR, Barros procurou consolidar a cosmovisão católica, em um contexto que foi marcado por embates entre católicos e liberais pelo controle do campo acadêmico.

c) Produção Intelectual e Publicações em Defesa dos Ideais Cristãos: Embora sua trajetória não esteja caracterizada pela publicação de obras literárias históricas e educacionais, Barros atuou como autor e publicista, escrevendo textos que reafirmam os valores cristãos dentro do pensamento jurídico, educacional, social e cultural. Barros foi uma figura marcante no laicato católico paranaense, atuando tanto no campo intelectual quanto na estruturação do ensino superior cristão no estado. Sua presença no CEB, sua defesa da educação católica, sua produção articulista em prol da cosmovisão cristã e seu engajamento na criação de instituições ligadas à Igreja fazem dele um exemplo do intelectual católico que utilizava seu capital (ou, seus capitais), dentro do campo (educacional, acadêmico, político) para influenciar a sociedade segundo os princípios da fé cristã.

De modo geral, pode-se dizer que os católicos do CEB não se opunham à modernidade, mas se mostravam contrários aos seus efeitos, suas consequências e seu impacto sobre o comportamento das pessoas, sobre a sobre a moral católica. Enquanto parte significativa dos intelectuais ligados à Igreja buscava adaptar-se às exigências da modernização universitária, conciliando a tradição religiosa com os avanços das ciências e das pedagogias contemporâneas, Barros manteve-se firmemente focado na centralidade da moral cristã. Sua atuação não se limitava à defesa da presença católica nas instituições, mas implicava a resistência a qualquer forma de secularização do ensino ou relativização dos fundamentos ético-religiosos da formação intelectual.

Por outro lado, seus esforços na FFCL/UP e sua atuação no CEB indicam um perfil de intelectual que, embora defendesse a visão cristã do mundo, fazia isso dentro das instituições estabelecidas, sem recorrer a estratégias de confronto direto ou rompimento com o Estado. Além disso, sua participação na criação da FCFC e da ESS revela uma estratégia de ocupação de espaços e construção institucional, e não de oposição frontal ao Estado. Em 1964, foi convidado a ocupar o cargo de Diretor Geral da Educação, do Paraná; vemos aí, Barros inserido na própria estrutura de poder do Estado. Nas décadas de 1940,

1950 e 1960, foi candidato a Deputado Estadual, por diferentes partidos, o que configura o alargamento de *redes de sociabilidades* e movimentações em diferentes campos e obedecendo aos poderes constitucionais vigentes.

Entre as décadas de 1920 e 1960, o laicato católico, organizou-se para atuar em diversas frentes, com o objetivo de combater o avanço das ideologias liberais, positivistas e socialistas que contestavam a influência da Igreja na sociedade. No caso do laicato católico, o grupo abarca pessoas que não possuem funções clericais.

Em artigo intitulado “Justiça ao nosso prenome universitário: vozes eminentes” (GAZETA DO POVO, 18 jan. 1950), já nos anos 1950, Barros foi mencionado como: membro do grupo católico; Professor Catedrático da FFCL; Livre Docente da FDP; membro do CEB; lente por concurso do Colégio Estadual do Paraná; entre outros cargos e atributos, detentos de um capital intelectual, político, social, que lhe conferiu importantes acessos e notabilidades em distintos espaços institucionais.

Seu engajamento às ideias católicas e a imersão intelectual ao processo de catolicização do ensino, foram as principais características de sua atuação. Entretanto faz-se necessário abordar os meandros da adesão ao ideário católico e atentar-se aos interstícios que, a sua trajetória pretende responder. Suas *redes de sociabilidade* indicam aspectos da participação e anuência às ideologias coletivas ao passo que a abordagem à singularidade de Barros toca em intencionalidades e motivações que lhes são próprias.

Temos considerado que Barros viveu em meio ao contexto de debates e ações de Católicos e Liberais; numa época em que especialmente pelas vias dos materiais de imprensa e de formação de grupos de intelectuais ambas as ideologias disputavam espaço no campo educacional. Defendemos aqui, que mesmo com ações discretas e no “interior dos gabinetes” Barros assumiu posição de centralidade, de importância, promovendo, esforços que asseguram os ideais católicos em diversos momentos. Ainda que a constituição de “grupos” tenha sido uma característica na Capital paranaense, existiam decisões, decretos, cartas, discursos, orações, que tiveram a individualidade idiossincrática do sujeito que, em nossa concepção foi fundamental para a manutenção do Projeto de poder ou projeto educacional da Igreja.

Não se pode deixar de considerar a constituição de grupos de leigos intelectuais engajados com a propagação do Cristianismo. A força coletiva da intelectualidade curitibana ofereceu condições para que Barros pudesse adentrar, permanecer e se mover dentro do campo educacional. Ainda que em agremiações locais, os ditos intelectuais católicos, embora não fizessem parte do Clero, nutriam o objetivo de disseminar os ideais da Igreja na sociedade; a começar pela educação.

Ainda que tenhamos privilegiado outra periodização, vale destacar que a ação da igreja, desde o final do século XIX, pode ser dividida em pelo menos três momentos: Talvez, o pontificado de Leão na virada para o século XX tenha sido um primeiro momento de planejar um novo lugar para a igreja, a qual deveria conquistar mais espaço no meio social e educacional; especialmente num contexto de aparecimento de movimentos intelectuais de cunho socialista, marxista, que, entre outras coisas, propunha a descristianização da vida social. Um segundo momento pode estar relacionado aos pontificados de Pio XI (1922-1939) e Pio XII (1939-1958), que centraram metodologicamente no combate ao Comunismo e a sua cosmovisão. Num terceiro momento, podemos colocar os efeitos do Concílio Vaticano II e o pontificado de João XXIII (1958-1963).

Segundo José Miguel Sardica (2004),

> [...] ao longo de mais de cem anos, a Doutrina Social da Igreja foi compendiando e acumulando os seus textos constitutivos: as encíclicas *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, *Quadragésimo Anno* (1931), de Pio XI, *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), de João XXIII, a constituição pastoral *Gaudium et Spes*, saída do Concílio Vaticano II (1965), e de novo as encíclicas *Populorum Progressio* (1967) e *Octogésimo Adveniens* (1971), de Paulo VI, *Laborem Exercens* (1981), *Sollicitudo Rei Socialis* (1987) e *Centesimus Annus* (1991), de João Paulo II 17. Todas, mais particularmente as de 1931, 1961, 1971, 1981 e 1991, são comemorativas da mensagem pioneira da *Rerum Novarum* de Leão XIII (SARDICA, 2004, p. 10).

O levantamento realizado por Sardica (2004) demonstra a construção contínua da Doutrina Social da Igreja ao longo do século XX, destacando a importância das encíclicas como marcos fundamentais para a formulação do pensamento social católico. A sucessão de documentos evidencia um processo de reafirmação e atualização dos princípios inaugurados pela *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, consolidando um corpus doutrinário que dialoga com os desafios sociopolíticos de cada época. O fato de algumas encíclicas serem

comemorativas da mensagem pioneira de 1891 revela não apenas a permanência dos valores fundamentais da Doutrina Social da Igreja, mas também a necessidade de sua reinterpretação diante das transformações sociais. Esse aspecto reforça o caráter dinâmico da doutrina, que, longe de ser um corpo estático de normas, busca continuamente responder às novas questões surgidas no mundo moderno, reafirmando o papel da Igreja como agente ativo no debate social, político e econômico.

A Diocese de Curitiba, criada em 1892, está inserida nesse contexto histórico de organização estratégica por parte da Igreja, visando fortalecer a presença dos católicos na Capital do Paraná.

> Foi no movimento da nascente autogestão por parte da Igreja Católica e da constituição do Estado Laico brasileiro que se deu a criação da diocese de Curitiba, a primeira do Paraná, em 27 de abril de 1892 pela Bula *Ad Universas Orbis Ecclesias* (Para as Igrejas Universais do Mundo) pelo Papa Leão XIII. Desmembrada da diocese de São Paulo (território do Paraná) e da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro (território de Santa Catarina), a diocese paranaense abrangia um território com 295.485 km2, com uma população de 700 mil habitantes e 78 paróquias nos dois Estados e nove curatos no Paraná. Depois de instalada, a diocese de Curitiba passou a pertencer à arquidiocese do Rio de Janeiro até 1908, quando se tornou sufragânea da arquidiocese de São Paulo. Elevada a essa condição em sete de junho do mesmo ano teve como primeiro bispo Dom José de Camargo Barros (1858-1906), empossado somente em 1894 e tendo governado até abril de 1904 quando foi transferido pelo Papa Pio X para a diocese de São Paulo (FEDALTO, 2014, p. 145, 150, 157 apud LUPION. 2019, p. 24).

Esse movimento reflete tanto a necessidade da Igreja de fortalecer sua estrutura autônoma diante do novo regime laico quanto a estratégia de descentralização e ampliação de sua presença territorial. A Diocese de Curitiba, ao ser desmembrada das jurisdições eclesiásticas de São Paulo e do Rio de Janeiro, evidencia a consolidação de um episcopado próprio no Paraná, acompanhando o crescimento populacional e a expansão das atividades religiosas e educativas na região.

A vinculação inicial da diocese à Arquidiocese do Rio de Janeiro, e posteriormente à de São Paulo, indica uma fase transitória da institucionalização católica no Paraná, antes da constituição de uma estrutura eclesiástica plenamente independente. A trajetória de Dom José de Camargo Barros como primeiro bispo também revela os desafios enfrentados pela Igreja nesse período de redefinição institucional, sendo sua transferência para São Paulo um indicativo da reorganização hierárquica e das demandas pastorais da época.

Assim, a criação da Diocese de Curitiba reforça a presença católica no Paraná, ao mesmo tempo em que ilustra a adaptação da Igreja às novas condições políticas e sociais do Brasil republicano.

Ao decidir ampliar seu poder na sociedade brasileira, a Igreja se mobilizou estrategicamente no sentido de reconfigurar o projeto Ultramontano, vigente desde o século XIX.

> A diocesanização, como estratégia no sentido cartesiano, foi uma das soluções encontradas pela Igreja Católica europeia, na segunda metade do século XIX, para compensar, em algumas regiões, a perda dos territórios eclesiásticos na península Itálica e em outros lugares. Efetivou-se uma territorialidade religiosa que, em princípio, tornava todo o mundo passível de intervenções jurisdicionais eclesiásticas. O mundo poderia ser recortado em dioceses, prefeituras, prelaturas, paróquias, etc. Desse modo, pode-se considerar que tal estratégia preservou e ampliou, no âmbito espiritual e no plano de controle religioso, os antigos domínios da Igreja, transpondo para essa nova territorialidade o capital simbólico e o poderio institucional adquirido pelo catolicismo romano ao longo de sua história milenar (AQUINO, 2012, p. 83).

A estratégia da Igreja, embora tenha apresentado êxito, exigiu esforço por parte dos intelectuais católicos em se embrenharam nas contendas com as visões antagônicas, cuja agudeza foi tematizada em inúmeros periódicos no início do século XX e ainda são assunto de trabalhos acadêmicos.

A estratégia de diocesanização descrita por Rubim Aquino (2012) revela a capacidade de adaptação da Igreja Católica frente às mudanças políticas e territoriais que marcaram a segunda metade do século XIX. Diante da perda de territórios eclesiásticos na Península Itálica e em outras regiões, a Igreja formulou sua atuação, investindo na criação de novas dioceses como meio de preservar sua influência e reafirmar seu domínio simbólico sobre vastas populações.

No contexto brasileiro, essa estratégia encontrou terreno fértil na reorganização da Igreja após a separação entre Igreja e Estado com a proclamação da República. A criação da Diocese de Curitiba em 1892 exemplifica esse processo de redefinição territorial e institucional, em que a Igreja buscou reafirmar sua presença através da estruturação de uma malha administrativa própria, que transcendia a perda de apoio estatal e consolidava seu controle pastoral e jurisdicional. Dessa forma, a diocesanização não apenas preservou o *capital simbólico* e o poder institucional da Igreja, mas também

reforçou sua capacidade de adaptação às novas configurações políticas e sociais, garantindo sua permanência e expansão no cenário global e local.

Esse processo teve desdobramentos significativos na formação de intelectuais católicos no Brasil, especialmente na construção de um pensamento voltado para a organização da sociedade sob a ótica da Doutrina Social da Igreja. Nesse contexto, Barros demonstrou familiaridade e filiação metodológica à Rerum Novarum de Leão XIII. Ao versar sobre o conceito de “bem comum”, em seu trabalho intitulado “A Rescindibilidade dos Julgados Trabalhistas”, de 1946, Barros expôs:

> Donde se segue que a rescindibilidade de tal decisão advém da própria exigência do bem comum, mesmo porque éste é "principalmente um bem moral", **consoante acentua Leão XIII** (*Rerum Nov*., p. 30, ed. da imp. nac.) e o Estado tem por escopo proporcioná-lo e mantê-lo integralmente. O bem comum resulta da conjugação de esforços individuais dirigidos para a consecução dum mesmo ideal humano em proveito da sociedade, e consiste num "estado de equilíbrio social, de riquezas intelectuais, morais e materiais, de instituições e legislação humana, que cada cidadão, seja qual fôr a sua condição, possa verdadeiramente, entregando-se a seus próprios deveres, reivindicar e assegurar o pleno exercício de seus direitos de homem, atuar como ser racional e livre, trabalhar, vestir-se, alimentar-se, divertir-se, desenvolver seu espírito, fortalecer sua vontade, praticar a virtude, fundar um lar seguro, ter filhos e educá-los, como pedem os verdadeiros direitos do homem" (BARROS, 1946, p. 59).

O trecho evidencia a influência da *Rerum Novarum* sobre o pensamento de Barros, ao estabelecer uma conexão direta entre a doutrina social da Igreja e a fundamentação jurídica do bem comum. Ele adota o conceito delineado por Leão XIII e o expande ao enfatizar a relação entre direitos individuais e deveres sociais, considerando o equilíbrio entre fatores intelectuais, morais e materiais como condição essencial para uma sociedade justa. Sua argumentação sugere que o Estado tem o dever de garantir esse equilíbrio, assegurando que cada cidadão possa exercer plenamente sua liberdade e dignidade. Assim, a noção de “bem comum” não se restringe a uma perspectiva abstrata, mas se materializa em condições concretas de vida, como trabalho, educação, moradia e família. Essa abordagem reforça a ideia de que o seu pensamento jurídico estava alinhado com uma visão cristã de justiça social, na qual a legislação e as instituições devem estar orientadas para a promoção do desenvolvimento “humano integral”.

No mesmo trabalho Barros fez reiteradas referências ao documento de Leão XIII, em todas elas verificamos uma tendência em colocar a mensagem do Pontífice como norteador de princípios e da moral.

> Ora, se a constituição da família **se integra nos direitos inerentes à personalidade humana, pois é um direito natural e primário, como o classifica LEÃO XIII** (*Rerum Nov*., n.° 22), que nenhuma lei humana pode coibir, o de contrair matrimônio, não há como deixar de reconhecer as razões de justiça, de moral e de direito que militam em favor do salário-familiar, ditado pela própria economia e legítimo postulado da democracia social [...] (BARROS, 1946, p. 75, grifo nosso).

Ao afirmar que a constituição da família é um direito natural e primário, Barros destaca a visão de Leão XIII de que o casamento e a formação familiar são aspectos essenciais da dignidade humana, que não podem ser restringidos por nenhuma legislação humana. Essa concepção vincula-se diretamente ao conceito de bem comum, pois, para ele, o fortalecimento da família está intrinsecamente relacionado ao equilíbrio e à estabilidade social.

Além disso, a menção ao "salário-familiar" como um direito legítimo da democracia social reforça a ideia de que a justiça econômica deve ser orientada para a proteção da família e de suas necessidades básicas, essencial para o pleno exercício dos direitos humanos. Esse raciocínio revela uma abordagem social cristã, que entende a justiça não apenas como uma questão jurídica, mas como um princípio moral que deve orientar as políticas públicas, especialmente no que tange à economia, ao trabalho e ao bem-estar.

Tendo afirmado que a “grande Encíclica de Leão XIII [...] não diverge do nosso preceito constitucional” (BARROS, 1946, p. 63), foi enfático ao destacar que,

> [...] os direitos, onde quer que eles se encontrem, devem ser religiosamente respeitados e o Estado deve assegurá-los a todos os cidadãos, prevenindo ou vingando a sua violação. Todavia, na proteção dos direitos particulares, (e aqui diz respeito aos trabalhadores) deve preocupar-se, duma maneira especial, dos fracos e dos indigentes... Que o Estado se faça, pois, sob um particularismo título, a providência dos trabalhadores, que em geral pertencem à classe pobre (BARROS, 1946, p. 62-63).

Sua ênfase no dever do Estado de assegurar os direitos de todos, com uma atenção especial para os fracos e indigentes, revela uma clara consciência de que, no contexto das desigualdades sociais, os direitos dos trabalhadores, especialmente os mais pobres, exigem uma proteção adicional. O

"particularismo título" defendido por Barros se traduz na ideia de uma política pública que reconhece as especificidades das classes sociais mais baixas, e, portanto, justifica uma intervenção mais ativa do Estado para garantir que os direitos dessas camadas da sociedade sejam efetivamente cumpridos.

Esse posicionamento reflete a sua compreensão da função do Estado, não apenas como um garantidor de direitos gerais, mas como um agente ativo na correção das desigualdades e na proteção dos direitos dos trabalhadores. Esse princípio é essencial tanto no campo da teoria política quanto na prática social e econômica, especialmente no que diz respeito à criação de mecanismos que assegurem condições dignas para aqueles que, historicamente, têm sido marginalizados. Seu pensamento reforça a ideia de que a justiça social e a proteção do trabalhador são elementos fundamentais para a construção de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária.

Tendo assumido posições privilegiadas no campo acadêmico e educacional, Barros se mostrava engajado àqueles propósitos defendidos pela Igreja Católica, em construir uma Elite Intelectual para servir de propagação da moralidade católica. Mostrando-se engajado em formar leigos comprometidos com os ideais cristão em diversas áreas de atuação intelectual. Na busca por demarcar o lugar da intelectualidade católica, Barros reverência a mensagem papal como condutora e instrutora da sociedade, “a *Rerum Novarum*, através da qual, pela sabedoria de Leão XIII, se reivindicou para o Trabalho seu nobre e altíssimo caráter, da do *Quadragésimo Anno* e da *Divini Redemptoris* ou da *Casti Connubii”* (BARROS, 1946, p. 76).

Bourdieu denomina de "poder de consagração" a capacidade de estabelecer conexões entre as ações sociais e o sagrado, atribuindo deveres baseados em uma ordem transcendental e envolvendo pessoas ou objetos em uma aura sacralizada. Esse processo orienta condutas e as sacraliza conforme um modelo normativo de "como deve ser". Segundo Iuri Andréas Reblin (2007), a religião exerce uma função estruturante ao transformar a realidade, convertendo o "assim é" em "assim deve ser", o que evidencia sua eficácia simbólica e sua dimensão política (REBLIN, 2007, p. 18). Esse fenômeno, caracterizado pela atribuição de um caráter transcendente e inquestionável à

ordem social, é descrito por Bourdieu como "alquimia ideológica"[23]. O começo do século XX se mostra efervescente na Capital paranaense, especialmente pelo esforço de ambos os grupos, católicos e liberais, em organizarem-se em termos de constituírem lugares para o debate, visando angariar adeptos, simpatizantes e se colocarem como uma lógica mais pertinente à formação humana.

O Papa Pio XI, ao expor na encíclica "*Divini Redemptoris*" as orientações para a formação de um grupo de leigos para, juntamente com o Clero católico, declarou que estes deveriam atuar na propagação e difusão dos ideais cristão à sociedade. Nesse sentido, a criação da Diocese de Curitiba e o estímulo à formação de soldados da ação Católica apresentava-se como uma estratégia para difundir os ideais de catolicização da sociedade pela propaganda, pelo discurso ou pela escrita.

> A ação católica realiza um autêntico apostolado social, porque a **sua finalidade última é a difusão do Reino de Jesus Cristo** não só aos indivíduos, mas também às famílias e à sociedade civil. Para este trabalho formativo, hoje mais urgente e necessário do que nunca, e que deve preceder sempre como exigência fundamental de toda ação direta e eficaz, os círculos de estudo, as semanas sociais e os cursos orgânicos de conferências contribuíram extraordinariamente. Estes **soldados da Ação Católica**, assim preparados, serão os primeiros apóstolos dos seus colaboradores e os valiosos auxiliares do sacerdote para difundir por toda a parte a luz da verdade. É missão da Ação Católica **difundir amplamente, através da propaganda oral e escrita**, os princípios fundamentais enunciados nos documentos públicos dos Sumos Pontífices[24] (PIO XI, 1937, p. 713-714).

---

[23] O conceito de "alquimia ideológica" aparece na obra de Pierre Bourdieu "A Economia *das Trocas Simbólicas"* (2005) (*Économie des échanges symboliques, 1977*). Neste trabalho, Bourdieu discute como a ideologia transforma relações sociais arbitrárias em algo natural e legítimo, operando como uma espécie de "transmutação" simbólica que mascara os mecanismos de dominação. A ideia de alquimia ideológica está relacionada à noção de poder simbólico, pelo qual determinadas estruturas sociais são consagradas e reproduzidas sem que seus agentes percebam os interesses subjacentes. Esse conceito também se conecta à teoria do *habitus* e à forma como os campos sociais impõem normas e valores que parecem naturais, mas são, na verdade, resultado de processos históricos e relações de poder.

[24] Texto original: *La acción Católica realiza un auténtico apostolado social, porque su finalidad última es la difusión del reino de Jesucristo no sólo los individuos, sino también en las familias y en la sociedad civil. A esta labor formativa, hoy día más urgente y necesaria que nunca, y que debe preceder siempre como requisito fundamental de toda acción directa y efectiva, contribuirán extraordinariamente los círculos de estudio, las semanas sociales, los cursos orgánicos de conferencias. Estos soldados de la Acción Católica, así preparados, serán los primeros apóstoles de sus compañeros de trabajo y los valiosos auxiliares de sacerdote para extender por todas partes la luz de la verdad. Es misión de la Acción Católica difundir ampliamente, por medio de la propaganda oral y escrita, los principios fundamentales, expuestos en los documentos públicos de los Sumos Pontífices* (PIO XI, 1937, p. 713-714).

A passagem elucida o projeto da Igreja que orientava as ações e os objetivos da intelectualidade católica, num processo sistemático e ambicioso de reação ao laicismo, em que os defensores do cristianismo deveriam difundir amplamente os interesses católicos em todas as esferas da vida humana. A análise desse cenário e dos propósitos da Igreja nos ajuda a melhor entendermos e localizarmos Barros no tempo e no espaço, uma vez que a Capital paranaense foi um espaço de atuações marcantes no que diz respeito às ações de intelectuais católicos.

Tal como já mencionamos, o Laicato Católico começou a se organizar em Curitiba, no ano de 1926, com a fundação da União dos Moços Católicos de Curitiba (UMCC). Antes disso, eram as ações e intervenções do Clero que predominavam no cenário intelectual. Embora já se percebessem sinais de uma formação de uma elite intelectual no início da década de 1920, foi em 1926 que a UMCC, juntamente com a *Revista A Cruzada*, se consolidou como manifestações formais e institucionalizadas de defesa da catolicização da sociedade e da educação. De acordo com Campos (2002),

> [...] a instituição que deu início a esse processo foi o Grêmio Literário São Luiz. Esta agremiação, criada em 1924, estava vinculada à Congregação Mariana dos Jovens da Catedral, sob a orientação do Pe. Antonio Mazzarotto. Os fundadores e integrantes desta agremiação estarão entre os pensadores que idealizam e criam as demais instituições, a partir de 1926. Não obstante, esta não chegou a promover uma intensa discussão em torno de projetos educacionais. Ao contrário, nos demais círculos de cultura, criados nos anos seguintes, inicia-se um processo de estudo e debate em torno da questão formativa. De 1926 até o início de 1939, o laicato católico esteve à frente de periódicos, investindo intensamente na criação e no desenvolvimento da imprensa católica no Estado. Em 1929, com a fundação do Círculo de Estudos Bandeirantes, o grupo católico se fortalece, pois, este centro cultural representa um dos mais importantes **locus** de intervenção do laicato católico na capital, congregando intelectuais influentes na cidade e no Estado (CAMPOS, 2002. p. 8).

Outrossim, a ascensão da intelectualidade católica no Paraná foi efetivada na ocasião em que jovens católicos pertencentes à elite intelectual curitibana, se reuniram numa sala do Seminário dos Padres Franciscanos. Na ocasião, o Bispo Diocesano D. João Francisco Braga, deu posse à primeira diretoria da UMCC. Três anos depois da idealização dessa congregação de "moços católicos", os mesmos criaram aquela que ficaria caracterizada como a materialização do Projeto Educacional de ideário católico, que foi o CEB.

Idelfonso Puppi, em discurso de posse como delegado geral, declarou o objetivo da agremiação:

> [...] diligências no sentido de dotar o Paraná dum conselho formado de homens capazes de levar avante os nobilíssimos ideais que visam o lema: Deus Pátria. A promissora semente lançada em Campo Largo, já disseminada nesta Capital, em breve irá atingir outras prósperas cidades do Estado (ATA DO CEB, Curitiba n. 2 mai, 1989, p. 53-55).

Na Ata da Assembleia de posse (da primeira Diretoria da UMCC), nos anos que antecederam a fundação do CEB, constam os seguintes: Albano Cunha e Francisco Nunes, Attilio de Carvalho Nogueira, Bonifácio Cabral, Carlos Heller, Carlos Guerreiro Krüger, José Farani Mansur Guérios, Frei Daniel Hostin, Frei Felippe, Ildefonso Puppi, Josè Nunes Vilhena, Dr. Waldomiro Teixeira de Freitas, João Camargo, Fernando Puppi, Alcides Pereira Junior, Levy Oliveira, Rosário Farani, Mansur Guérios, Orlando Sprenger Lobo, Frederico Carlos Allende, Theophilo Garcez Duarte.

Na edição de outubro de 1927 de *A Cruzada*, foram delineados os objetivos da UMCC, que era “é propagar a fé e fomentar em seus membros o amor às ciências, às letras e às artes [...] poucos são os nossos associados, mas sua perseverança ao trabalho é inabalável” (A CRUZADA, jul. 1927, p.98). Entre outras finalidades da UMCC, pretendiam reunir a juventude católica para orientá-la segundo os princípios cristãos; direcionar os jovens para o civismo e para os valores tradicionais; promover a religião católica, disseminando seus preceitos em todos os lugares e defendendo seus ideais sempre que possível; e colaborar em obras sociais católicas, com ênfase nas iniciativas voltadas para a juventude.

O jornal *Correio do Paraná*, de 15 de novembro de 1933 publicou um texto de Barros, com o título “Avante, mocidade!”, cuja mensagem elucida os deveres daquela geração de jovens na difusão do projeto formativo da Igreja.

Na condição de intelectual católico e mobilizador da juventude, conclamou a mocidade a assumir um protagonismo como pilar da renovação, na construção de uma sociedade, moldada por princípios cristãos, ao mesmo tempo em que exaltou a juventude como agente da transformação social. Enfatizando que os processos de transformação política e social não podem ocorrer sem a participação ativa da juventude, que deveria atuar como força renovadora diante das "ideologias retrógradas e preconceitos perniciosos":

> As recomposições que se tem tentado processar nesses últimos tempos, fruto da evolução que sofrem as nações, não pode dispensar as diretrizes progressistas da juventude, cuja influência só e entrechoca inevitavelmente com ideologias retrógradas e preconceitos perniciosos (CORREIO DO PARANÁ, 10 de abr. 1933, p. 6).

Em certa medida, sua fala indica uma visão dinâmica da história, em que as nações passam por ciclos de evolução e que a juventude seria o principal agente dessa transformação. Ao mesmo tempo, que sugere um embate inevitável entre os jovens e as forças conservadoras que resistem a essas mudanças. O “progressismo” defendido por Barros não se confunde com uma agenda revolucionária ou laica, mas sim com uma renovação orientada pelos valores do catolicismo social. Em sua visão, a independência da juventude e sua capacidade de agir de maneira autônoma são qualidades fundamentais para a construção de um futuro sólido e justo:

> Daí as graves dificuldades quase insuperáveis que a cada passo se deparam as fileiras avançadas do jornalismo livre, onde a independência característica dos talentos bem formados não se casa com interesses subalternos tergiversações, violências e arbitrariedades (CORREIO DO PARANÁ, 10 de abr. 1933, p. 6).

Barros enalteceu o “jornalismo livre” como um veículo de combate a interesses escusos e manipulações políticas, posicionando a imprensa como ferramenta fundamental na luta por uma sociedade regida pela verdade e pelos princípios cristãos. Aqui, nota-se uma estratégia de Barros, aliada ao projeto da Igreja, em ocupar espaços de comunicação e influenciar o debate público, garantindo que suas ideias fossem amplamente difundidas e defendidas contra perspectivas consideradas adversas, como o liberalismo laico e o comunismo.

Como intelectual, defendeu a formação de novos intelectuais. Para ele, a elite intelectual deveria emergir dessa juventude comprometida com a moral, a tradição que ele denominou “plêiade intemerata”, que seria uma elite incorruptível e destemida:

> É da plêiade que destas mesas de trabalho edificante levanta a sua voz que das tribunas sem restrições proclama direitos e denunciar erros, que em campo aberto desfralda a bandeira de suas ideias, sem temores nem cuidados, dessa plêiade "intemerata" e grandiosa é que há de se surgir no Paraná de amanhã, vanguardeiro de todas as cruzadas da democracia (CORREIO DO PARANÁ, 10 de abr. 1933, p. 6).

Barros fez críticas a líderes políticos oportunistas e “profetas de vastos projetos”, sugerindo que o presente não pode ser pautado por promessas vazias e lideranças populistas:

> O espetáculo que vimos assistindo nesses últimos tempos é um tesouro de preciosa sabedoria se revelam os homens, fatos aí estão, a cada passo desmentindo promessas, o presente traindo o pretérito... já não se criam entre nós os ídolos salvadores, os profetas de vastos projetos (CORREIO DO PARANÁ, 10 de abr. 1933, p. 6).

Ao criticar a política baseada na demagogia e no populismo, buscou contrapor a imagem de um governo baseado na retórica vazia com a ideia de uma juventude preparada para assumir as rédeas da sociedade, fundamentada na tradição e nos valores perenes da fé cristã. Outro ponto central de seu discurso é sua concepção de juventude como força construtora, que deve se distanciar das desordens e revoluções baseadas na perseguição política: “Ao revés da vulgaridade na antevisão do futuro não se empolgam os moços com a desordem do mal, as perseguições do ódio ou as incriminações mesquinhas. Mas só escutam uma palavra de mando - é construir” (CORREIO DO PARANÁ, 10 de abr. 1933, p. 6).

Apresentou preocupação com movimentos políticos que poderiam gerar instabilidade social, reforçando a ideia de que a verdadeira ação política deveria estar pautada na construção de uma ordem justa e harmoniosa, guiada pelos princípios da Igreja. Assim, seu discurso se alinha ao pensamento da Ação Católica, que via na juventude um instrumento de transformação dentro da ordem estabelecida, sem recorrer à ruptura social ou à revolução. Nesse mesmo âmbito, reforçou o papel do jornalismo católico como ferramenta de transformação, como sendo uma das principais frentes de batalha pela renovação social e política, servindo como veículo para a difusão dos valores cristãos e da moralidade:

> A existência de um órgão independente no jornalismo é uma segurança coletiva e quando é ele impulsionado pelo vigor de jovens inteligências redobram-se-lhe as atividades propulsoras e mais que um reduto, é o verbo anunciador de um **evangelho de esperanças** (BARROS, CORREIO DO PARANÁ, 10 de abr. 1933, p. 6. grifo nosso).

A referência ao "evangelho de esperanças" reforça a ideia de que o papel da imprensa, sob a perspectiva católica, deveria ir além da simples

informação, atuando como difusora dos ideais cristãos e protetora da moralidade pública.

Ainda que a UMCC tenha surgido em 1926, pode-se dizer que o CEB (criado em 1929) foi talvez a instituição mais frutífera elaborada pelos intelectuais católicos da Capital Paranaense, um empreendimento a partir do qual muitas ideias foram projetadas e materializadas. Especialmente tratando-se de um contexto em que a Igreja Católica procurou reunir esforços junto aos intelectuais leigos para combater as ideias antagônicas advindas dos anticlericais. A criação, repercussão e funcionamento do CEB, que serão tratadas com mais detalhes na próxima sessão, nasceram por iniciativa do Pe. Luís Gonzaga Miele, que havia recém-chegado de Paris, ao lado de José Loureiro Ascenção Fernandes e José Farani Mansur Guérios.

Segundo Sebastião Ferrarini (2000),

> O Círculo de Estudos Bandeirantes foi instituído num período em que o país se esforçava para vencer seus problemas de ordem econômica, política, filosófica e cultural. Em meados de 1929, um pequeno grupo de homens ilustres e cônscios de suas obrigações deliberaram, em reunião do Conselho, criar uma instituição que tivesse objetivos específicos e bases sólidas fundamentadas no Cristianismo autêntico (FERRARINI, 2000, p. 113).

A passagem de Ferrarini destaca o contexto histórico e a intenção fundamental por trás da criação do CEB. Ela remonta ao ano de 1929, um período em que o país enfrentava desafios complexos nas esferas econômica, política, filosófica e cultural. A agremiação surge como uma resposta a essa conjuntura, com a missão de oferecer um espaço de reflexão e ação, com base no Cristianismo autêntico.

Ao afirmar que o CEB foi instituído por um grupo de “homens ilustres” e “conscientes de suas responsabilidades”, Ferrarini (2000) sublinha a importância dos fundadores não apenas como intelectuais, mas como indivíduos comprometidos com a construção de uma sociedade mais sólida e alinhada com princípios cristãos. A ideia de criar uma instituição com "objetivos específicos e bases sólidas" reflete o desejo de estabelecer um projeto de longo prazo, com foco em questões que transcendem o imediatismo.

Os intelectuais católicos foram peças-chave na construção de um ambiente acadêmico e cultural alinhado aos valores da Igreja, contribuindo para

a fundação de importantes instituições de ensino, como a FCFC. Ao unir conhecimento acadêmico e fé, esses intelectuais fortaleceram a presença da Igreja na esfera educacional e influenciaram diretamente a formação de uma identidade cultural que buscava conciliar a tradição religiosa com as demandas intelectuais da época.

A participação dos intelectuais católicos de Curitiba, na fundação da FCFC representa mais uma etapa significativa na concretização do poder da Igreja e na tentativa de catolicizar o ensino e a vida social no Paraná. De certa forma, a criação da instituição reflete dois aspectos centrais: primeiro, a ação unificadora da Igreja Católica ao incorporar os intelectuais em seu projeto; e segundo, o fato de que os centros culturais católicos se traduziam em um capital cultural para os próprios intelectuais (CAMPOS, 2011, p. 58).

Especificamente, a criação da FCFC se deu em 5 de agosto de 1950, quando há mais de uma década, os católicos, especialmente representados por Barros, geriam a FFCL/UP. A década de 1950, ao mesmo tempo em que consolidava o domínio dos Católicos no ensino superior, trazia desafios advindos da heterogeneidade do pensamento, como um efeito da universalização do conhecimento, do crescimento e da complexidade da vida urbana na Capital do Paraná. Como uma instituição idealizada pelo grupo católico, a FCFC pode ser vista como a criação de um novo *locus* de poder da Igreja e para a sequência de seus projetos educacionais e sociais. Sua criação, em 1950, somado a criação da Universidade Católica do Paraná (1959) foram dois marcos importantes para a História da Educação paranaense, especialmente no que tange os interesses da Igreja Católica em se consolidar da formação da cultura, nos pressupostos educacionais e na vida social.

Na Ata de criação da FCFC, publicada na *Revista Humanitas*, lê-se:

> Aos cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e cinquenta, sob a presidência do Revmo. Irmão Mário Cristóvão, da União Brasileira de Educação e Ensino, reuniram-se na sala de sessões da Academia D. Pedro II, os Senhores Professores [...] em assembleia especialmente convocada para organização duma Faculdade Católica (HUMANITAS, 1956, p. 8).

O planejamento de uma Faculdade Católica, naquele contexto do início da década de 1950, se deu quando os projetos de uma Educação humanística já se encontravam consolidados e os intelectuais católicos mostravam-se

consistentes no plano educacional e político do Paraná. Os católicos viam a necessidade de fundar uma instituição que fosse desprovida da orientação laica e que pudesse se caracterizar integralmente por seus pressupostos. Tal como já enfatizamos, trata-se de uma ampliação de domínios por parte do Clero e dos missionários leigos.

Barros esteve entre os presentes no ato de fundação da Faculdade Católica, juntamente com José Loureiro Fernandes, Liguaru Espírito Santo, Valdemiro de Freitas, Manoel Lacerda Pinto, Bento Munhoz da Rocha Neto, Brasil Pinheiro Machado, Pe. Luis Castagnola, entre outros.

A década de 1950 foi o período em que Barros ocupou posição de mais centralidade em meio aos intelectuais católicos, seja pelo fato de já ter conquistado espaço no meio social, acadêmico e político; seja por ocupar cargos que lhe conferia autoridade, notoriedade e distinção na vida política, em cargos de gestão, etc. Nos anos de 1950, Barros foi eleito Vice-reitor da Universidade do Paraná, Diretor da FFCL/UFPR, reconhecido como influente Professor Catedrático, colaborador de jornais, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, Vice-Presidente e Presidente do CEB entre outras participações em *lugares*, cujo ingresso e permanência só foram possíveis pelo *capital* acumulado.

A participação dos intelectuais católicos na fundação da FCFC revela dois aspectos fundamentais: primeiramente, a capacidade da Igreja Católica de reunir intelectuais em torno de sua estrutura; em segundo lugar, os centros culturais católicos funcionavam como um capital cultural para esses mesmos intelectuais. No evento que marcou a criação da instituição, o representante da União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE) apresentou os propósitos da reunião, enfatizando que a formação da FCFC não tinha intenção de competir ou rivalizar com outras instituições de ensino. Também propôs a criação de uma comissão para elaborar os estatutos e o regimento interno da nova faculdade. Mais adiante, Loureiro Fernandes, então FCCL, manifestou apoio à criação de uma instituição de ensino superior com orientação católica.

Em 10 de agosto de 1950, foi feito o pedido de autorização para os cursos de Filosofia, Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia, História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas e

Pedagogia. Em 1956, esses cursos, juntamente com o de Didática, receberam reconhecimento dos órgãos federais competentes. No ano de 1955, a Faculdade solicitou autorização para os cursos de Ciências Sociais e Jornalismo. Nesse mesmo período, através do Decreto n. 37.691, de 26 de dezembro, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba passou a ser denominada Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba, nome originalmente sugerido por Loureiro Fernandes na ata de fundação. No dia 14 de março de 1952, o corpo diretivo da instituição debateu e aprovou oficialmente a mudança de nome, com o então diretor Prof. José Pires Braga defendendo a alteração.[25]

Do ponto de vista institucional, a fundação da FCFC marcou a consolidação do Ensino Superior católico no Paraná. Contudo, é relevante ressaltar que desde 1939 os maristas já administravam a FFCL ainda que sem uma identidade explicitamente católica. Com a sua criação, em 1950, a cidade de Curitiba passou a contar com duas Faculdades de Filosofia: uma sob gestão do governo federal e outra sob a administração dos maristas. Entretanto, um grande número de professores atuava em ambas as instituições, evidenciando a partilha de uma mesma orientação ideológica e acadêmica, alinhada aos valores católicos.

A fundação da Faculdade confessional refletiu o desejo da Igreja Católica de preservar sua autonomia frente ao Estado, especialmente no contexto do ensino superior. Com o início do processo de federalização da Universidade do Paraná (UP), em dezembro de 1949, setores católicos, incluindo o laicato, os maristas e a diocese, iniciaram discussões que culminaram, em 5 de agosto de 1950, na criação de uma nova instituição de ensino superior, antecipando a oficialização da federalização da UP, prevista para dezembro daquele ano.

A busca da Igreja por manter sua independência no campo educacional é corroborada tanto pelos documentos históricos quanto pela historiografia sobre o tema, embora essa iniciativa não tenha se configurado como um confronto

[25] Por meio do Decreto nº 37.691, de 26 de dezembro de 1955, a então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba passou a denominar-se oficialmente Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba (FCFC). A mudança foi solicitada pelo diretor José Pires Braga, com o intuito de evitar confusões com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, que havia sido incorporada à Universidade Federal do Paraná (UFPR), além de reforçar a identidade confessional da instituição.

direto com o poder civil, pois o grupo católico via sua atuação educacional como uma complementação às iniciativas estatais. Nesse sentido, a Igreja estabeleceu vínculos com o governo, buscando subvenções, doações de terrenos e isenções fiscais para viabilizar seus projetos.

A formação da FCFC resultou da articulação entre as elites intelectual, política e religiosa do Paraná, com a Arquidiocese de Curitiba desempenhando um papel essencial nesse processo, promovendo a interação entre diferentes setores da sociedade católica e incentivando a criação de espaços culturais e acadêmicos, como escolas, centros de estudo e faculdades, com o intuito de fomentar o debate intelectual e preparar futuros líderes políticos e profissionais para atuar no Estado. Além disso, o clero implementou iniciativas pastorais e políticas, como círculos de oração, celebrações religiosas e a criação de novas dioceses e paróquias, integrando aspectos políticos, sociais, educacionais e religiosos, com ênfase na formação intelectual por meio da educação superior.

Antes mesmo da criação das instituições confessionais, Barros enfatizava a necessidade de uma universidade que tivesse em sua finalidade, uma ciência conduzida pela fé cristã. Nessa perspectiva, apresentava a necessidade de um apostolado intelectual que tivesse como missão a formação cultural amadurecida pelo espírito humanístico e civilizador que tem como finalidade, a salvação das almas. Tais características sintetizam a função primordial de uma Universidade Católica, que também esclareceu que o papel do intelectual católico era fundamental e decisivo para a garantia do conhecimento “verdadeiro” voltado para a “destinação espiritual dos homens”. No trecho abaixo, nota-se a sua posição enfática quanto ao papel de uma Universidade gerida exclusivamente pela Igreja e da incumbência do intelectual católico:

> Graças à larga visão de S. Excia. Revmo. o sr. Arcebispo metropolitano vai ao Paraná, afinal possui a sua Pontifícia Universidade Católica, marco expressivo do intenso desenvolvimento espiritual a singular conquista da verdadeira cultura humanística em nossa terra. Que é, porém, uma Universidade Católica? A universidade é o órgão regulador da ciência e da formação intelectual, como bem o disse em notável aula Magna na Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte o proeminente filósofo Frei Sebastião [...]. Se assim se entende a Universidade – que deve ser a escola de mestres, usina do pensamento, ampla, aberta a todas as legítimas investigações da verdade universal no preciso sentido do termo, é caracterizada [...] pela unidade na universalidade a que se destina (unidade do fim, unidade de orientação, unidade

> ideológica, unidade e harmonia nos vários setores de ensino) – a universidade pois nela repousa a mais alta expressão de um apostolado intelectual plenamente integrado na própria função da igreja; apostolado em que esplendem os dons do Espírito Santo que é tão indispensável quanto o da educação cristã. Em alusão à finalidade das universidades católicas, felizmente em boa hora instituídas nesse país como verdadeiros redutos da defesa do espiritual ameaçado por toda sorte de forças dissociativas e laicizantes. [...] Não se pode deixar de reconhecer que tanto a laicização, que é o clima das universidades modernas, quanto o liberalismo que as domina são profundamente perniciosos à formação humanística de molde cristão. A verdadeira cultura universitária jamais será conquistada pelo escravo da técnica, avesso a toda orientação espiritual e incapacitado para penetras as obras fundamentais do pensamento, só compreensíveis através do amadurecimento do espírito na preparação humanística cristã, que absolutamente não prescinde de conhecimentos filosóficos e teológicos. Desvirtuadas como se encontram na hora presente, as universidades em geral prescrevem qualquer preocupação finalista e só cogitam da ciência pela ciência, da arte pela arte, da pesquisa para o progresso da ciência. Um evidente desequilíbrio de desenvolvimento vai-se registrando gigantescamente entre as espantosas conquistas materiais que brotam dos laboratórios e as conquistas espirituais que emanam da Filosofia (DIÁRIO DO PARANÁ, 12 de nov. 1957, p. 02).

Ao destacar a necessidade de uma "universidade que tenha em sua finalidade, uma ciência conduzida pela fé cristã", Barros aponta para a convergência entre o conhecimento acadêmico e os princípios espirituais que fundamentam a cosmovisão católica. Para ele, a universidade não deve ser apenas um espaço de instrução técnica ou científica, mas um "órgão regulador da ciência e da formação intelectual", cuja missão é, de fato, "refazer a unidade da cultura moderna", combatendo as forças dissociativas e laicizantes que ameaçam a integridade espiritual do ser humano.

A ênfase no "apostolado intelectual" reflete a sua convicção de que o conhecimento deve servir a uma causa maior, a "salvação das almas". Esse apostolado, que ele vê como uma parte intrínseca da função da Igreja, é apresentado como um vetor fundamental para a formação cultural e moral dos indivíduos. Ele destaca que a verdadeira educação deve ser permeada pelo "espírito evangélico", pois é somente através do "princípio evangélico" que se encontra a verdadeira verdade. O intelectualmente maduro, segundo Barros, deve possuir um espírito humanístico e cristão, capaz de integrar a filosofia e a teologia em sua formação, elementos indispensáveis para a compreensão do ser humano em sua totalidade.

A crítica à laicização e ao liberalismo que, segundo ele, dominam as universidades modernas, sublinha a disfunção que ocorre quando a ciência e a

arte se tornam autônomas, desvinculadas de qualquer propósito maior. Em sua perspectiva, "a verdadeira cultura universitária jamais será conquistada pelo escravo da técnica", destacando que o equilíbrio entre o desenvolvimento material e o desenvolvimento espiritual é essencial. A busca de uma universidade católica, portanto, não se limita à disseminação de conhecimento técnico, mas deve ser voltada à formação do homem completo, cujo intelecto e moral estejam iluminados pela fé e pelos valores cristãos, a fim de "vitalizar" a cultura humana com as "luzes divinas do evangelho".

Neste sentido, não apenas delineia o papel essencial da universidade católica, mas também o da figura do intelectual católico como agente de transformação. A sua visão inscreve-se, assim, na defesa de uma educação que, mais do que técnica ou científica, seja profundamente humanística, cristã e voltada à realização plena do ser humano. Desde seus primeiros escritos, no final dos anos 1920, ou mesmo das menções às suas palestras registradas em Atas, percebemos a ênfase com que trata a missão de propagar a “cultura humanística” e os pressupostos da fé cristã na educação e na vida social. Já adentrando a década de 1950, Barros se manteve com o mesmo fervor religioso e com notáveis esforços em assegurar que a “destinação espiritual” não sucumbisse ao “utilitarismo científico” e ao “escravismo da técnica”. A difusão de uma “Filosofia integral” comprometida com o que acreditava serem os “fins da educação e da cultura universitária”.

Dom Manuel D’Elboux, na década de 1950, época em que Curitiba era conhecida pelo título de Capital Universitária, empenhou-se na criação da Universidade Católica do Paraná, em 14 de março de 1959. O CEB seria incorporado àquela instituição. Na sequência lê-se o termo de fundação da Universidade Católica do Paraná:

> Aos quatorze dias do mês de março do ano de 1959 do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, na atual sede da Sociedade Paranaense de Cultura, situada a Rua Jaime Reis, 415, nesta cidade de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, presentes os membros do Conselho Diretor da Sociedade Paranaense de Cultura que estes subscrevem, foi deliberado fundar a Universidade Católica do Paraná. A Universidade Católica do Paraná é inicialmente constituída pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba, Faculdade de Ciências Médicas do Paraná, Faculdade Católica de Direito, Faculdade de Ciências Econômicas, pelas Escolas de Enfermagem Madre Léonie, e de Serviço Social do Paraná e pelo Círculo de Estudos Bandeirantes. Os diretores e representantes legais dessas Faculdades

> e Institutos de Ensino Superior que assinam o presente Termo de fundação declaram em nome das Instituições que representam que continuarão a reger-se pelas disposições dos seus fundadores e pelos estatutos da Universidade Católica do Paraná, de conformidade com a deliberação unânime tomada em sessão extraordinária do Conselho Diretor da Sociedade Paranaense de Cultura. Assinam ainda este Termo o Excelentíssimo Núncio Apostólico do Brasil, Dom Armando Lombardi, o Excelentíssimo Senhor Moysés Lupion, DD. Governador do Estado do Paraná, o Excelentíssimo Senhor Doutor Pedro Calmon, e outras autoridades presentes (SOCIEDADE PARANAENSE DE CULTURA. Livro de Atas do Conselho Diretor, 14 mar. 1959, fl. 2 e ss.).

A criação da Universidade Católica do Paraná, formalizada em 14 de março de 1959, reflete um marco significativo no desenvolvimento educacional e cultural do estado, articulando a Igreja Católica com o poder acadêmico e político da época. Constituída a partir de instituições de ensino superior já estabelecidas, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba, a Faculdade Católica de Direito e a Faculdade de Ciências Econômicas, entre outras, a nova universidade buscava consolidar uma formação acadêmica fundamentada nos valores cristãos. A presença de autoridades eclesiásticas, como o Núncio Apostólico do Brasil, Dom Armando Lombardi, e políticas, como o Governador Moisés Lupion, na assinatura do termo de fundação, evidencia a importância da aliança entre a Igreja e o Estado no processo de criação de uma universidade que, além do desenvolvimento acadêmico, visava a preservação e promoção dos princípios espirituais e morais da Igreja Católica. Assim, a Universidade Católica do Paraná nasce com a missão de integrar o ensino superior à fé cristã, formando profissionais que, além de tecnicamente capacitados, estivessem também comprometidos com os valores humanísticos e espirituais.

Em relatório do CEB de 1958-1959 declarava-se como primordial atividade daquela instituição pelas vias de seus diretores,

> efetivar a incorporação do Círculo de Estudos Bandeirantes como entidade complementar da Universidade Católica do Paraná. Uma comissão composta pelos Drs. Ernani Abreu, **Homero Batista de Barros** e Joaquim de Matos Barreto fizeram as necessárias gestões para incorporar o Círculo como um Centro de Altos Estudos anexo à Universidade Católica do Paraná. A mesma comissão procedeu à reforma dos Estatutos do Círculo, necessária para aquela incorporação (RELATÓRIO do CEB, 1958-1959, apud FERRARINI, p. 231, grifos nosso).

A passagem de Ferrarini (2000) faz referência a um momento crucial na trajetória do CEB, evidenciando a tentativa de consolidar a instituição e expandir

suas atividades acadêmicas ao se integrar com a Universidade Católica do Paraná. O relatório do CEB enfatiza a importância dessa "incorporação" como um passo estratégico para ampliar o impacto do CEB, transformando-o em um "Centro de Altos Estudos", o que indicaria um reconhecimento oficial de seu papel na produção intelectual e no desenvolvimento acadêmico.

O nome de Barros, na Comissão, sublinha o seu prestígio naquela agremiação, como parte integrante das ações dos intelectuais na capital paranaense. Buscava-se a formalização do CEB dentro da estrutura universitária, demonstrando a flexibilidade daquela instituição em se adaptar às mudanças. A "incorporação" do CEB à Universidade Católica do Paraná também pode ser vista como uma tentativa de fortalecer a educação superior no Paraná, criando um centro de excelência que estivesse alinhado com os valores acadêmicos e culturais que a universidade propugnava, ao mesmo tempo em que mantinha suas raízes cristãs e intelectuais. Esse movimento evidencia a ambição do CEB em se firmar como uma instituição de referência intelectual e cultural, buscando, com a aliança universitária, solidificar seu lugar no cenário acadêmico e contribuir para a formação de uma nova geração de pensadores e acadêmicos no Paraná.

O novo Estatuto do CEB, aprovado em 28 de junho de 1960, trouxe diversas menções à Universidade Católica do Paraná, demonstrando a estreita relação entre as instituições; bem como o êxito de um projeto de ensino superior arquitetado pela intelectualidade católica da Capital paranaense.

> Art. 1º – Parágrafo único – O Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB), como entidade cultural e científica, é uma instituição complementar da Universidade Católica do Paraná.
> Art. 3º – Parágrafo único – Os professores das unidades que integram a Universidade Católica do Paraná, independentemente do disposto do parágrafo único do artigo anterior, passam à categoria de 'Bandeirante', ou sócio efetivo. [...]
> Art. 16. Ao presidente compete: [...]
> b) Representar o CEB junto aos órgãos competentes da Universidade Católica do Paraná. [...]
> Art. 36 – Parágrafo único – Após a dissolução do CEB, seus bens e documentos destinarse-ão à Universidade Católica do Paraná. [...]
> Art. 38. O patrimônio do CEB tem existência própria e não se confunde com o da Universidade Católica do Paraná.
> Art. 39. A Universidade Católica do Paraná ficará com o direito de utilizar-se do edifício sede e demais dependências do CEB por tempo indeterminado e sem ônus, para nelas instalar órgãos de sua administração ou departamentos culturais, ressalvadas, entretanto, as condições de funcionamento do CEB.

> Parágrafo único – A Universidade Católica do Paraná poderá executar alterações, ampliações ou outras benfeitorias no edifício-sede e demais dependências do CEB, mediante aprovação prévia do seu Conselho Diretor (ARQUIVO CEB, Estatutos, 28 jun. 1960).

Ao reconhecer o CEB como uma entidade complementar da Universidade Católica do Paraná, o Estatuto formalizou a integração entre a intelectualidade católica e o ensino superior da capital paranaense. A destinação dos bens e documentos do CEB à universidade, bem como o direito de uso das suas dependências, demonstrou a intenção de garantir a continuidade e o fortalecimento da parceria, assegurando um legado para futuras gerações de acadêmicos e pensadores na região.

A educação familiar de Barros, sua formação acadêmica e os círculos sociais dos quais participou desde a juventude criaram um ambiente propício para que ele se alinhasse aos ideais religiosos cristãos, cujos reflexos se fazem perceber ao longo de sua trajetória. Esses fatores, aliados à sua idiossincrasia, elucidam os modos pelos quais ele se posicionou e tomou decisões, seja na elaboração de textos e publicações, seja na atuação prática como professor, gestor ou membro ativo de diversas instituições. Sua trajetória é marcada por uma convergência entre o catolicismo e suas práticas pessoais, refletindo-se de maneira decisiva nas escolhas que o definiram em contextos acadêmicos e sociais.

Nascido em Curitiba, Paraná, em 17 de outubro de 1908, e falecido em 22 de novembro de 1970, Barros passou toda sua vida na capital paranaense, onde construiu sua formação e se inseriu em espaços de atuação profissional e social. A contextualização de sua vida em “tempo” e “espaço” oferece uma base para especulações sobre sua participação nos debates que, ao longo do século XX, polarizaram católicos e liberais tanto no cenário nacional quanto regional. A formação em Ciências Jurídicas e Sociais, adquirida na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná entre 1926 e 1930, somada à sua proximidade com a Igreja Católica, conferiu-lhe o capital social necessário para se integrar aos círculos intelectuais da época, participando de reuniões, clubes, associações e figurando frequentemente nas páginas dos jornais. Um exemplo dessa visibilidade é uma coluna do jornal *A República*, de 28 de outubro de 1936, que destaca seu nome entre outros membros da sociedade curitibana, como parte

dos "festeiros e noveneiros de Nossa Senhora do Rocio", indicando sua participação ativa na vida religiosa e social da cidade.

2.3 O CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES: HISTÓRIA, ESTRUTURA E IDEÁRIO CATÓLICO

> O Círculo de Estudos Bandeirantes é expressão bem viva duma vigorosa capacidade empreendedora porque surtiu triunfante, sem que pudessem lapidá-lo na sua ascensão para grandes destinos. (BARROS, O DIA, 24 set. 1944, p. 5.)

O CEB foi uma das mais influentes instituições de formação intelectual e moral católica no Paraná ao longo do século XX, desempenhando um papel central na difusão do pensamento cristão e na articulação de lideranças comprometidas com os valores da Igreja. Emergiu como um espaço de sociabilidade e debate entre intelectuais católicos, num contexto de intensa disputa ideológica na capital do Paraná. Inspirado pelos princípios do humanismo integral, tornou-se um ponto de convergência entre educação, religião e política.

A participação de Barros no CEB refletiu sua missão como intelectual católico, articulador de redes de influência e defensor da catolicização da educação superior no Paraná. A agremiação representava, portanto, não apenas um espaço de formação e debate, mas também um instrumento estratégico da Igreja para consolidar sua presença no campo educacional e garantir a perpetuação de seus valores na sociedade paranaense.

O CEB recebeu reconhecimento oficial de utilidade pública em diferentes esferas governamentais: no âmbito federal, pelo Decreto nº 3.144, de 11 de outubro de 1938; em nível estadual, pela Lei nº 8.879, de 6 de outubro de 1988; e, no plano municipal, pela Lei nº 7.334, de 16 de agosto de 1989.

A data de instalação oficial da agremiação, foi em 12 de setembro de 1929. Na Ata da sessão ordinária de instalação daquela agremiação, lê-se:

> Aos doze dias do mês de setembro de mil novecentos e vinte e nove, nesta cidade de Curitiba, na sede do Círculo de Estudos “Bandeirantes”, presentes os conselheiros Pe. Luiz Gonzaga Miele, Dr. Antônio de Paula, Dr. Liguarú do Espírito Santo, Dr. Pedro Ribeiro de Macedo, Dr. José de Sá Nunes, Dr. José Loureiro Fernandes, Dr. Waldomiro Teixeira de Freitas e o abaixo assinado Secretário Geral do Conselho Diretor (Benedicto Nicolau dos Santos), às 7 1/5 horas da noite, procedeu-se a chamada dos consórcios (sic) e pessoas que foram convidadas para assistir à presente reunião. Havendo número

> legal, declarou o Conselheiro Revmo. Pe. Luiz Gonzaga Miele, aberta a sessão de instalação do Círculo de Estudos Bandeirantes. Depois de esclarecer o methodo dos trabalhos do Círculo, a sua orientação e finalidade a atingir, fez a leitura corroborativa destes esclarecimentos, um longo e minucioso estudo da hora presente e da necessidade de centralizar e conglobar esforços e valores esparsos, a fim de todos participarem da permuta de idéias e intercâmbio do pensamento orientador das almas que se devem enrijar na escola do caráter inflexível, do dever e da responsabilidade social, em face da anarquia reinante no mundo das inteligências (ATA DO CEB nº 1, set de 1929).

A Ata de criação do CEB revela a preocupação central da agremiação com a formação intelectual e moral da elite católica paranaense em um contexto de disputas ideológicas e de transformações sociais no Brasil do final da década de 1920. A presença de figuras influentes, como o Padre Luiz Gonzaga Miele, José Loureiro Fernandes e outros intelectuais, evidencia o seu caráter institucional como um espaço de articulação entre a Igreja, o meio acadêmico e a sociedade civil. Nota-se a necessidade de "centralizar e conglobar esforços e valores esparsos", destacando a existência um projeto estratégico de mobilização e organização do pensamento católico frente àquilo que denominavam de "anarquia reinante no mundo das inteligências". Outrossim, o CEB surgiu como uma reação organizada da Igreja Católica, contra as correntes filosóficas, políticas e sociais que ameaçavam sua hegemonia, como o liberalismo, o positivismo e o avanço do pensamento laico nas universidades e na esfera pública.

As reuniões de estudo também se configuravam como espaços destinados à exibição de filmes de cunho cultural. Na sessão realizada em 21 de novembro de 1929, ao discutir a chegada das produções cinematográficas ao Brasil, Ildefonso Clemente Puppi chamou atenção para o problema do “cinema falado em inglês”. Alguns membros, entre eles Liguarú Espírito Santo, manifestaram posição contrária a esse tipo de produção e propuseram que “o Círculo deveria levantar sua voz de protesto junto ao Ministro das Relações Exteriores” (ATA DO CEB nº 11, 21 nov. 1929). A reação ao cinema falado em inglês não se dava ao acaso: refletia uma postura nacionalista e regionalista, marcada menos por uma rejeição ao cinema em si e mais por uma crítica ao estrangeirismo e à presença de uma produção estrangeira portadora de ideologias e interesses vinculados aos Estados Unidos. Ainda que houvesse resistência quanto à influência cultural estrangeira, o CEB demonstrava

compreender o cinema como um instrumento potencial de ampliação do conhecimento e de introdução a novas visões de mundo.

Em dezembro de 1934, foi publicado o primeiro número da *Revista do CEB*, com o propósito principal de divulgar os trabalhos produzidos por seus membros e funcionar como um "repertório de estudos especialmente paranaenses". No editorial inaugural, assinado por José Loureiro e José Farani Mansur Guérios, reafirma-se que as páginas da revista se destinavam “não só a estudos científicos, históricos e literários contemporâneos, como também à reprodução de valiosos trabalhos antigos e documentos referentes ao Paraná”, com o intuito de se constituir em “meio eficiente ao intercâmbio cultural do Círculo de Estudos com os diversos núcleos intelectuais e instituições oficiais do País” (REVISTA DO CEB, vol. I, tomo I, nº 1, dez. 1934, p. 1).

Segundo Liguarú Espírito Santo, as projeções de filmes culturais, contribuíam para

> tornarem mais vivas e interessantes essas reuniões, [...] alguns dos quais de belíssima feitura, graças ao engenho dêsse mestre da arte de filmar que é o Dr. Wladimir Kossak, [...] coadjuvado pelo benemérito Irmão Ruperto Félix [...] registramos, entre muitas outras, a sessão cinematográfica especial de 17 de abril de 1948, em homenagem à professora Doutora Dorothy C. Marigold, da Universidade da Califórnia (REVISTA DO CEB, vol. II, tomo II, 1954, p. 753).

Podemos notar uma tensão interessante no interior do CEB entre uma postura inicialmente nacionalista e crítica ao estrangeirismo e uma abertura progressiva ao intercâmbio cultural e científico com instituições e intelectuais estrangeiros. A proposta de protesto junto ao Ministério das Relações Exteriores, conforme sugerida por Liguarú Espírito Santo em 1929, reflete uma preocupação não apenas com a linguagem, mas com o que ela simbolizava: a penetração de valores e interesses culturais alheios ao projeto de identidade regional e nacional que o CEB procurava cultivar naquele momento.

Todavia, ao longo do tempo, observa-se uma mudança significativa nessa postura. O próprio Espírito Santo, anos depois, elogia entusiasticamente as sessões cinematográficas promovidas pelo CEB, destacando sua qualidade artística e valor cultural, inclusive mencionando a homenagem a uma professora norte-americana, Dorothy C. Marigold, da Universidade da Califórnia. Isso indica uma reconfiguração do entendimento sobre o papel do cinema e das trocas

internacionais: o que antes era visto com desconfiança, passa a ser apropriado como instrumento de educação e sofisticação cultural.

Esse deslocamento de perspectiva é corroborado pela *Revista do CEB*, cujo primeiro número (1934) já expressa o desejo de conectar os estudos locais a uma rede maior de circulação intelectual. O editorial defende explicitamente o intercâmbio com outros núcleos e instituições oficiais do país, reconhecendo o valor do diálogo entre o saber regional e a produção nacional e internacional.

O caso de Espírito Santo exemplifica um movimento mais amplo de transição, em que o nacionalismo inicial e o receio do imperialismo cultural são, ao menos parcialmente, modulados por uma crescente valorização do cosmopolitismo acadêmico. Essa contradição aparente, longe de deslegitimar o projeto do CEB, evidencia a complexidade dos dilemas enfrentados por intelectuais em um contexto de modernização e redefinição de fronteiras culturais.

Na reunião de fundação, notamos a presença do Clero juntamente com leigos; um empreendimento que convidava civis a unirem-se aos religiosos na construção de um projeto de materialização dos ideais católicos.

> Aos 12 de Setembro de 1929, reuniram-se numa das salas do prédio número 20 (actual 286) da rua José Loureiro, sob a presidência do Revmo. Pe. Luiz Gonzaga Miele e fundaram o Círculo de Estudos Bandeirantes, sendo aclamada a primeira Directoria. A Diretoria à qual foram confiados os primeiros destinos do novo centro de cultura, era assim constituída: Pe. Luiz Gonzaga Miele - conselheiro; Prof. Benedicto Nicolau dos Santos - Secretário Geral; Dr. Liguarú Espírito Santo - Primeiro Secretário; Dr. Bento Munhoz da Rocha - Primeiro Thesoureiro; Dr. Waldemiro Teixeira de Freitas - Segundo Thesoureiro; Dr. José Loureiro A. Fernandes - Primeiro Bibliotecário; Dr. Pedro R. de Macedo Costa - Segundo Bibliotecário (REVISTA DO CEB, 1934, p. 22).

A composição da primeira diretoria mostra o caráter híbrido e colaborativo da iniciativa, que unia clérigos e leigos em torno de um projeto comum: a promoção da cultura católica no Paraná. Sob a liderança do Pe. Luiz Gonzaga Miele, o CEB foi concebido não apenas como um espaço de reflexão religiosa, mas como um verdadeiro centro de formação intelectual, integrando figuras influentes da sociedade curitibana, como juristas, professores e políticos, na materialização de um ideal católico de cultura e educação.

De acordo com os fundadores, esta instituição teria um claro sentido, cuja existência apresentava propósitos bem definidos. Seria ela,

> [...] uma sociedade cultural, não aberta e declaradamente religiosa, confessional. O candidato viria ao Círculo com suas dúvidas, incertezas, talvez preconceitos, mais precisamente para, a seu tempo, desfazer-se dessa carga inútil e prejudicial à verdadeira cultura. Não teria o CEB nem poderia ter por sua específica finalidade **converter** a quem quer que fosse. Quando muito, podia o CEB debater assuntos controversos, esclarecer, argumentar, abrir caminho à verdade (CARTA. Pe Luiz Gonzaga Miele a Loureiro Fernandes. 06 jul.1956. Grifo nosso).

Ao afirmar que o CEB não tinha “por sua específica finalidade converter a quem quer que fosse”, a carta do Pe. Luiz Gonzaga Miele a José Loureiro Fernandes, datada de 1956, comentou que o objetivo primordial da instituição era a formação de uma elite intelectual cristã. O método adotado era persuasivo e argumentativo, conduzindo os participantes à “verdadeira cultura”, um conceito que estava, naquele contexto, intrinsecamente ligado ao pensamento católico e à defesa da tradição cristã. A noção de que o candidato ingressará no CEB “com suas dúvidas, incertezas, talvez preconceitos” reforça a ideia de um processo formativo, em que os intelectuais católicos pretendiam atuar como mediadores na reconstrução das bases culturais da sociedade.

Ainda que consociação se apresentasse como um espaço de debate e não de conversão religiosa direta, sua atuação no campo educacional e intelectual demonstra um compromisso com a defesa dos valores católicos na esfera pública. A afirmação de que a instituição poderia “debater assuntos controversos, esclarecer, argumentar, abrir caminho à verdade” evidencia uma postura apologética, na qual o esclarecimento intelectual e a argumentação eram vistos como instrumentos para reforçar a hegemonia do pensamento cristão.

O ideal formativo não se restringia ao conhecimento acadêmico, mas buscava moldar indivíduos dentro de uma ética cristã rigorosa, definida como "escola do caráter inflexível, do dever e da responsabilidade sociais" (ATA DO CEB nº 1, set de 1929). Essa perspectiva alinha-se ao projeto ultramontano da Igreja Católica, que reforçava a obediência à autoridade eclesiástica e a necessidade de consolidar um pensamento católico homogêneo dentro dos espaços de poder. A própria estrutura da reunião, com um método sistemático e objetivos bem delineados, demonstra o grau de organização da elite católica paranaense e seu empenho em consolidar uma base intelectual que servisse aos interesses da Igreja na esfera educacional e política.

A criação da instituição deve ser compreendida dentro do cenário educacional brasileiro e paranaense da época, caracterizado por altas taxas de analfabetismo e uma estrutura educacional incipiente. A informação apresentada por Cecília Maria Westphalen (1988), que aponta que 60% dos paranaenses com 15 anos ou mais eram analfabetos em 1920, revela um desafio significativo para a difusão do conhecimento e para a formação de uma elite intelectual no estado. Mesmo duas décadas depois, em 1940, o índice ainda era elevado (51%), evidenciando a lentidão no avanço educacional.

Surgiu como um espaço de articulação intelectual e formativa, especialmente para aqueles que já possuíam alguma instrução e poderiam assumir papéis de liderança na sociedade. A ausência de universidades estruturadas no Brasil e no Paraná reforçava a necessidade de criar instituições paralelas de ensino e debate, que atendessem não apenas à formação acadêmica, mas também à construção de uma base moral e ideológica alinhada aos interesses católicos. Portanto, não visava apenas o aprimoramento intelectual, mas também a formação de uma elite católica que pudesse atuar estrategicamente na sociedade, ocupando espaços de influência no campo educacional, político e cultural.

A fundação do CEB também deve ser entendida dentro do esforço da Igreja Católica para estruturar um sistema de ensino que contrabalança o avanço de ideologias laicas e seculares. Com poucas universidades e um sistema educacional ainda fragmentado, se apresentava como uma alternativa de instrução e engajamento social para jovens intelectuais, promovendo debates sobre política, filosofia, religião e cultura sob a ótica da doutrina católica.

O jornal *O Dia*, de 27 de setembro de 1933, publicou uma entrevista intitulada “O que é o Círculo de Estudos Bandeirantes”, com o Dr. José Farani Mansur Gueiros, um dos fundadores daquela agremiação. Nas palavras de Guérios, naquele quarto ano de funcionamento do CEB,

> [...] constituir-se-ão comissões especializadas sobre os diversos ramos do conhecimento humano de modo a fazer com que os associados do Círculo encontrem, nele, os verdadeiros rumos, a segura orientação sobre as mais debatidas questões da atualidade, sobre os mais palpitantes assuntos. Faz parte de seu programa, a publicação de uma revista, a instituição de cursos e conferências públicas ” (O DIA, 1933, n. 2977, p. 6).

A entrevista revela uma faceta distinta da atuação do CEB, enfatizando seu caráter prático e sua relevância institucional no cenário cultural e acadêmico do Paraná. Diferentemente de outros discursos que exaltavam o caráter filosófico, ideológico ou moral, a fala de Guérios foca na materialidade das ações, ressaltando sua importância na produção, preservação e disseminação do conhecimento histórico e intelectual.

Guérios evidenciou um compromisso pragmático ao afirmar que apenas "quem pouco ou nenhum apreço tem pelo desenvolvimento intelectual de nossa gente e engrandecimento de nossa terra pode se desinteressar pela ação do Círculo" (O DIA, 1933, n. 2977, p. 6). Ele associa a valorização do CEB ao desenvolvimento regional, estabelecendo um vínculo direto entre o sucesso da instituição e o engrandecimento do Paraná. Dessa forma, a atuação da agremiação é apresentada como um imperativo para aqueles que almejam o avanço cultural e histórico do estado.

Ao mencionar a biblioteca, composta por cerca de 800 volumes, Guérios reforça a ideia de que a instituição não se limitava a debates teóricos, mas também se preocupava com a construção de um acervo que permitisse o aprofundamento dos estudos. Nesse sentido, o CEB aparece como um centro de referência para a pesquisa histórica, diferenciando-se de outras associações que possuíam um caráter predominantemente discursivo ou ideológico. A importância da biblioteca, para Gueiros, é ampliada pela colaboração de grandes instituições nacionais, como o Museu Nacional, o Museu Paulista e o Arquivo Nacional, que enviavam suas publicações. Esse reconhecimento externo conferia legitimidade à instituição, indicando que sua atuação ia além dos limites do Paraná e estava inserida em um contexto mais amplo de produção e circulação do saber. A menção à doação de Romário Martins, uma das figuras mais importantes da historiografia paranaense, corrobora esse prestígio e ressalta o apoio de intelectuais de renome ao projeto.

Outro aspecto relevante da entrevista é a ênfase na composição intelectual da agremiação. Guérios exalta a presença de nomes como Dr. Lacerda Pinto, Loureiro Fernandes, José de Sá Nunes, Hostilio de Araújo, Liguaru Espírito Santo, Ernani Abreu, Arthur Santos, Othon Mader, Waldemiro Teixeira de Freitas, Homero de Barros e Elias Karam, configurando o CEB como

um espaço de excelência acadêmica e intelectual. Ao destacar esses nomes, ele constrói uma imagem de coesão e prestígio do grupo, reforçando que a associação não apenas reunia indivíduos qualificados, mas também se consolidava como um espaço de produção intelectual respeitado.

Diferente de discursos anteriores que pareciam enfatizar a importância moral, religiosa e filosófica do CEB, a entrevista de Guérios busca consolidar uma visão concreta da instituição, evidenciando suas contribuições tangíveis para a pesquisa e a educação no Paraná. A sua fala amplia a compreensão sobre o impacto da agremiação, demonstrando que sua influência não se restringia ao campo da formação intelectual e ideológica. A importância, como um lugar institucional de agremiação intelectual, justifica-se por conferir certa autoridade ao grupo católico. Tratava-se de um local onde seriam organizados e materializados produtos intelectuais na forma de projetos educacionais, preenchendo uma lacuna educacional no Paraná.

Névio de Campos (2011) nos apresenta os nomes e algumas peculiaridades dos onze fundadores do CEB que, ainda em 1929 defendiam uma educação que caminhasse junto com e formação religiosa. Inicialmente comandado e estimulado pelo Clero, o grupo teria sido uma primeira experiência exitosa dos Católicos que se encarregaram de dar continuidade ao projeto de espalhar a fé cristã com a autoridade de uma elite intelectual laica munida de *capital* político e social.

> O grupo fundador foi formado por **Antônio Rodrigues de Paula**, nascido na cidade de Lapa, Paraná, no dia 25 de novembro de 1881. Em 1913, formou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro; **Benedicto Nicolau dos Santos**, também da cidade da Lapa, nascido no dia 10 de setembro de 1878. De todos era o único que não tinha capital institucionalizado (diploma de ensino superior). Ele era autodidata em artes, particularmente em música; **Bento Munhoz da Rocha Neto** nasceu em 17 de dezembro de 1905 na cidade de Paranaguá, Paraná. Em 1927, concluiu o curso de Engenharia Civil na Faculdade de Engenharia do Paraná; **Carlos Araújo de Brito Pereira** nasceu em 14 de março de 1901 na cidade de Manaus. Em 1922, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Pará; **José de Sá Nunes** é natural da cidade de Vitória da Conquista, Bahia, nascido no dia 7 de junho de 1889. Em 1916, obteve o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Bahia; **José Farani Mansur Guérios**, natural da cidade de Curitiba, nascido em 7 de novembro de 1905. Em 1930, concluiu o curso de Direito na Faculdade de Direito do Paraná; **José Loureiro Ascenção Fernandes** nasceu em Lisboa no dia 12 de maio de 1903. Em 1927, formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; **Liguaru Espírito Santo** nasceu em 13 de agosto de 1900

> na cidade de Tibagi, Paraná. Tinha formação de professor normalista pela Escola Normal do Paraná. Em 1921, formou-se também no curso de Engenharia Agronômica pela Faculdade de Engenharia do Paraná; **Pe. Luiz Gonzaga Miele** nasceu em São Bernardo do Campo no dia 31 de maio de 1893. Concluiu sua formação filosófica e teológica em Dax e Paris. Em 1920, foi ordenado padre Pedro **Ribeiro Macedo da Costa**, natural da cidade do Porto, nasceu em 25 de julho de 1880. Em 1922, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Paraná; **Valdemiro Augusto Teixeira de Freitas** nasceu na cidade de Alagoinhas, Bahia, no dia 13 de maio de 1894. Em 1919, concluiu o curso de Engenharia Civil na Faculdade de Engenharia do Paraná (CAMPOS, 2011, p. 139).

O perfil heterogêneo de fundadores revela a amplitude da proposta, que não se restringia a um campo do conhecimento específico, mas sim à formação de uma elite intelectual. Nota-se que a idealização se deu por um grupo seleto de intelectuais paranaenses e de outras regiões, cujas formações acadêmicas eram diversificadas, abrangendo Direito, Engenharia, Medicina, Agronomia, Filosofia e Teologia.

Embora Barros não estivesse entre os fundadores, sua atuação posterior consolidou sua importância na institucionalização e condução dos ideais defendidos pelo grupo. Sua atuação como intelectual católico, articulador político e professor, gestor, político, mostrou seu alinhamento com os princípios do CEB, fortalecendo as redes de sociabilidade católica na academia, na imprensa, na Educação e na vida social. Assim, a ausência de Barros entre os fundadores não diminui sua contribuição para a consolidação e expansão dos objetivos do CEB. Sua trajetória demonstra que a institucionalização do catolicismo na educação superior não se deu apenas com a fundação de espaços de sociabilidade intelectual, mas também por meio da ocupação de cargos estratégicos e da elaboração de discursos legitimadores do humanismo cristão no espaço acadêmico.

A pessoa do fundador, Pe. Luiz Gonzaga Miele, era relembrada com menções de estima daqueles que se mostravam orgulhosos por fazerem parte daquela instituição, numa demonstração de gratidão ao Pe, Miele. Nas comemorações dos 20 anos do CEB, o Sr Liguarú do Espírito Santo afirmou:

> Somente a compleição intelectual e moral de um Padre Luiz Gonzaga Miele, modelo do cidadão e do patriota, Hércules do pensamento, brilhante talento, inteligência invulgar servida por aprimorada cultura geral e filosófica, mestre insigne da mocidade, jornalista e poeta de pena fulgurante e de estilo inconfundível, incisivo e castiço, orador notável entre os mais notáveis, mas, sobretudo, Sacerdote de Cristo: conhecedor profundo das cumiadas e dos abismos do espírito humano,

> formado na escola do grande São Vicente de Paulo, - somente um atleta do Bem e um apóstolo da divina Caridade, da estatura de um Padre MIELE, ousaria esta "entrada" pelo inóspito sertão do egoísmo, do **utilitarismo e da mediocridade, características de épocas de crise e de decadência** (REVISTA do CEB, set. 1949, p. 552-553. grifo nosso).

Em 9 de junho de 1934, em reunião do Conselho Diretor, foram lidos, lembrados e discutidos os Estatutos. A intenção, nessa ocasião, era assegurar que as principais características e a essência do grupo fossem salvaguardadas. Anos depois da sua fundação, viu-se a necessidade de reforçar os propósitos da agremiação que congregava uma elite dotada de *poder*, com os quais lutavam e defrontavam as posturas anticlericais, munindo-se de expressões discursivas, textos, influências políticas e angariando adeptos cujo perfil estivesse de acordo com suas pretensões.

> [...] a formação intelectual dos seus membros, desfazendo preconceitos, resolvendo dúvidas, respondendo consultas, esclarecendo, enfim, e armando os seus sócios para as conquistas pacíficas da verdade, e formando homens de convicção – averiguou-se que, muito embora não esteja tacitamente expresso o caráter verdadeiramente apologético do Círculo de Estudos Bandeirantes, ficou devidamente e sem discrepância assente que, para o Círculo atingir a sua verdadeira meta, mister se faz que a continuidade da sua direção se prossiga sempre em rota pré determinada, isto é, que o Conselho Diretor que enfeixa nas suas mãos todos os poderes regedores do Círculo, seja sempre constituído de elementos que, compreendendo a alta finalidade do Círculo no seio do elemento cultural paranaense, não só se comprometa terminantemente a cumpri-la, como também seja católico praticante, de fé firme e razão esclarecida (CEB Livro de Atas n. 1, fl. 36 verso).

Em dezembro de 1934, o primeiro número da *Revista do CEB*, afirmava o objetivo de ser um “repertório de estudos especialmente paranaenses”. Assinado por José Loureiro e José Farani Mansur Guérios, a revista enfatizava que suas páginas eram compostas de escritos que seguiam as seguintes características e finalidades:

> [...] não só estudos científicos, históricos e literários contemporâneos, como também a reprodução de valiosos trabalhos antigos e documentos referentes ao Paraná. Tornar-se-ão assim, um meio eficiente ao intercâmbio cultural do Círculo de Estudos com os diversos núcleos intelectuais e instituições oficiais do País (REVISTA DO CEB, vol. I, tomo I, nº 1, dez 1934, p. 01).

Entre maio de 1935 e dezembro de 1936, organizou-se no espaço do CEB um curso de Filosofia voltado para seus associados, ministrado pelo padre

Jesus Ballarin, membro da congregação dos padres claretianos e docente no Colégio Estadual do Paraná.

Para termos a noção da quantidade de reuniões realizadas, seguem alguns números: de 1929 a 1959, foram registradas 602 reuniões ordinárias (APÊNDICE DA REVISTA DO CEB nº 2. CEB 1929-1959, p. 313) e aproximadamente 50 reuniões extraordinárias (APÊNDICE DA REVISTA DO CEB nº 3. CEB 1929-1959, p. 338). O Conselho Diretor realizou 119 sessões (APÊNDICE DA REVISTA DO CEB nº 4. CEB 1929-1929, p. 341). Algumas sessões não foram registradas, mas podemos ter uma ideia do volume de encontros realizados.[26]

Em discurso proferido no dia 12 de setembro de 1945, nas comemorações dos 15 anos do CEB, José Loureiro Fernandes relembrou a primeira geração de bandeirantes, cujos esforços objetivavam a integração do Paraná aos interesses nacionais.

> [...] Três lustros de vida do Círculo de Estudos vividos intensamente, em prol do Paraná, cultuando suas tradições, estudando e amando o seu passado, amparando e estimulando os de casa. Mas, focalizando aspectos nossos e relembrando nossos particularismos, seu intento foi sempre – como acentuou Bento Munhoz da Rocha Netto – o de integrá-los na Pátria Grande, cujo passado é o nosso passado e cujo futuro é o nosso futuro. O ciclo inicial de sua vida bem caracterizado por Lacerda Pinto como o de maior alvoroço na produção de trabalhos a serem lidos nas sessões realizadas, sem desfalecimento, todas as quintas-feiras. Era o período em que os cristãos novos queriam viver numa justa emulação das provas do seu ardor. Nem faltou justificar esta denominação de cristão novos, o cenário apropriado das catacumbas [...] em seu segundo período de vida, nesse balanço qüinqüenal, e período de transição, o Círculo, ao consolidar o seu ideal de formar homens de convicção, vê seus componentes, por fidelidade a nobres ideais, derivarem grande parte da sua atividade para outros setores culturais. Sentimos nesse ciclo, em hora decisiva para o futuro intelectual do Paraná, a influência dos bandeirantes, os quais, na multiplicidade dos seus conhecimentos, ao reforçar posições, deram novos surtos às instituições locais. Nas atividades culturais do Museu Paranaense e Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, podemos bem caracterizar esse reflexo de uma ação sempre circunspecta a serviço de cultura sistematizada (REVISTA DO CEB, ago. 2000, p. 135).

O discurso de José Loureiro Fernandes, reforça o caráter estratégico e articulador da instituição na formação da intelectualidade paranaense e na

[26] As tabelas que apresentam a participação de Barros nas sessões do CEB foram organizadas como apêndices, por se tratarem de documentos elaborados pelo autor a partir da análise das atas originais. O Apêndice A reúne a Tabela 28, referente às sessões semanais ordinárias entre 1929 e 1959. Já o Apêndice B apresenta a Tabela 29, que contempla as sessões extraordinárias realizadas entre 1929 e 1953.

integração do Paraná ao projeto nacional. Desde sua fundação, o CEB buscava cultivar a identidade regional sem se dissociar da construção de um ideal nacional maior, o que é enfatizado na fala de Fernandes ao afirmar que "focalizando aspectos nossos e relembrando nossos particularismos, seu intento foi sempre [...] o de integrá-los na Pátria Grande, cujo passado é o nosso passado e cujo futuro é o nosso futuro" (REVISTA DO CEB, 2000, p. 135). Nota-se a intenção de articular uma identidade intelectual que, ao mesmo tempo em que valorizava as especificidades paranaenses, contribuía para o fortalecimento da unidade nacional.

Fernandes mencionou um primeiro ciclo, marcado pelo intenso dinamismo dos primeiros membros, referidos como "cristãos novos", engajados na produção e debate de ideias. A analogia às "catacumbas" sugere um ambiente inicial de resistência e fervor, em que os participantes viam-se como portadores de uma missão intelectual e cultural, enfrentando desafios ideológicos e consolidando uma identidade própria dentro do cenário educacional e cultural do Paraná. Esse momento inicial foi caracterizado por debates constantes e produção de conhecimento, realizados em sessões semanais, evidenciando o esforço da instituição em formar um grupo coeso e comprometido com a disseminação do pensamento cristão e conservador.

Na segunda fase mencionada por Fernandes, observa-se uma transição para um papel ainda mais influente na cultura e educação paranaense. A fala de Fernandes destaca que, com o amadurecimento da instituição, seus membros passaram a ocupar outros espaços de poder e conhecimento, consolidando o ideal de "formar homens de convicção". Esse deslocamento pode ser visto como um avanço estratégico, em que os intelectuais formados no CEB passaram a atuar diretamente em instituições fundamentais para a produção e difusão do saber, como o Museu Paranaense e a FFCL. Dessa forma, o CEB serviu como um espaço de formação intelectual e, também, como um catalisador para a ocupação de espaços institucionais relevantes, fortalecendo sua influência no meio acadêmico e cultural do estado.

O fato de os membros "derivarem grande parte da sua atividade para outros setores culturais", segundo Fernandes, confirma que a estratégia do CEB não era apenas doutrinar ou cultivar um grupo isolado, mas sim posicionar seus

intelectuais em lugares-chave da vida pública e acadêmica. O CEB contribuiu ativamente para a estruturação de instituições que tiveram papel central na conformação do pensamento acadêmico paranaense.

Na conferência em homenagem aos 25 anos de fundação do CEB, o mesmo, Liguaru Espírito Santo, pronunciou as seguintes palavras:

> Foi em março, no ano de 1929, à entrada do outono, que, pela primeira vez, se reuniram os primeiros sonhadores do Círculo. Eram três os pioneiros: um sacerdote inteligentíssimo, Pe. Luiz Gonzaga Miele, recém-chegado do velho mundo e que acabara de concluir brilhantemente os seus estudos na Cidade Luz, junto à porta de Saint-Lazare, filho espiritual de São Vicente de Paulo - a Congregação da Missão, - o segundo, José Loureiro Fernandes, um jovem e estudioso médico recém-formado no Rio de Janeiro, dono de admirável idealismo e de invejável capacidade de trabalho, - o terceiro, José Farani Mansur Guérios, ainda acadêmico da Faculdade de Direito da nossa Universidade e, como o segundo, de um idealismo sadio e construtor, admirável na sua tenacidade para o bem. Depois dessa vanguarda, fomos chegando nós, Antônio de Paula, Benedito Nicolau dos Santos, Bento Munhoz da Rocha Neto, Carlos de Araújo Brito Pereira, José de Sá Nunes, Pedro Ribeiro Macedo da Costa e Waldomiro Teixeira de Freitas (REVISTA DO CEB, 1954, p. 747-748).

A conferência proferida por Liguaru Espírito Santo oferece mais um testemunho sobre as origens e a consolidação do CEB como uma instituição fundamental na articulação do pensamento católico no Paraná. Espírito Santo resgata a memória dos primeiros idealizadores, enfatizando o papel dos fundadores como “sonhadores”, o que indica um forte sentido de missão e idealismo no projeto educacional e intelectual católico. A escolha de palavras como “pioneiros” e “vanguarda” revela um tom épico e heroico na narrativa da fundação, conferindo um caráter quase mítico, em que seus primeiros membros aparecem como desbravadores de um campo intelectual e religioso que buscava responder aos desafios impostos pelas transformações políticas e culturais da época.

O relato de Espírito Santo destaca três figuras centrais no processo de criação do CEB: Pe. Luiz Gonzaga Miele, José Loureiro Fernandes e José Farani Mansur Guérios. Cada um deles é descrito a partir de qualidades que os tornavam aptos para a liderança do projeto:

a) Miele é apresentado como um sacerdote brilhante, com formação no exterior, carregando consigo a influência intelectual e espiritual da Congregação da Missão, de São Vicente de Paulo. Sua presença reforça a conexão do CEB

com a tradição do pensamento católico europeu e com a missão de educar e organizar leigos em torno de um projeto religioso e cultural.

b) Já José Loureiro Fernandes é descrito como um jovem médico recém-formado, caracterizado por um “admirável idealismo e invejável capacidade de trabalho”. Essa descrição reforça o perfil do intelectual católico como alguém comprometido com a aplicação do conhecimento para fins sociais e religiosos, e sua presença no CEB demonstra a interdisciplinaridade da formação intelectual que ali se buscava, unindo ciências exatas, humanas e teológicas dentro de um mesmo projeto.

c) Por fim, José Farani Mansur Guérios é mencionado ainda como acadêmico de Direito, mas já dotado de “idealismo sadio e construtor”, além de uma “admirável tenacidade para o bem”. A ênfase na tenacidade e na construção sugere que o CEB não apenas formava intelectuais, mas também fomentava lideranças comprometidas com a ação e com a difusão dos valores católicos dentro da sociedade paranaense.

O restante do discurso, aponta para a ampliação do grupo, com a chegada de outros membros que se tornaram figuras fundamentais na cultura e na política do Paraná, como Antônio de Paula, Benedito Nicolau dos Santos, Bento Munhoz da Rocha Neto e Pedro Ribeiro Macedo da Costa. A inclusão de Bento Munhoz da Rocha Neto, que viria a se tornar governador do Paraná, ilustra a intersecção entre religião, educação e política no projeto católico daquela agremiação, consolidando-a como um espaço de formação de elites intelectuais e políticas alinhadas aos princípios conservadores da Igreja Católica.

O tom elogioso do discurso, além de reforçar a coesão e a importância na formação das elites paranaenses, também aponta para uma leitura linear e idealizada de sua trajetória, sem mencionar possíveis tensões ou conflitos internos. Essa perspectiva é coerente com a intenção do evento comemorativo, que buscava consolidar uma memória institucional unificada, reafirmando o papel do CEB como um pilar da intelectualidade católica no Paraná.

Espírito Santo reforçou o objetivo de combater a “crise de consciência e de caráter” que estaria assolando a sociedade. De acordo com essa premissa, era preciso centralizar esforços para reunir valores que estariam esparsos, segundo o grupo, “para o intercâmbio do pensamento orientador das almas, que

se devem enrijar na escola do caráter inflexível, do dever e das responsabilidades sociais, em face da anarquia reinante no mundo [...]" (REVISTA DO CEB, 1949, p. 554).

Paulatinamente se consolidou como um ambiente de formação intelectual e produção cultural, onde seus integrantes estavam profundamente conectados às questões de sua época. As reuniões semanais, a publicação da revista da agremiação e os discursos realizados oferecem um panorama abrangente dos diversos temas debatidos por aqueles intelectuais católicos. Entre os assuntos abordados, destacam-se questões de identidade regional e paranista[27], além de discussões de caráter nacional, político, filosófico, histórico, sociológico, antropológico, linguístico, artístico, moral e religioso. Essa diversidade temática revela como o grupo analisa e interpreta a modernidade, especialmente entre as décadas de maior fervor.

Os integrantes mostraram-se atentos e preocupados às mudanças e transformações que a sociedade da época, paranaense ou brasileira, atravessava nos campos político, religioso, moral e ético. Enxergavam a

[27] O Paranismo foi um movimento artístico e cultural que emergiu no Paraná no começo do século XX, destacando-se pela busca de uma identidade regional distinta. Suas principais características incluíam a valorização das tradições locais, com ênfase na paisagem, na fauna, na flora e, sobretudo, na herança indígena. Influenciado pelo sentimento nacionalista que se espalhava pelo Brasil na época, o Paranismo procurava consolidar uma expressão cultural própria para o estado, até mesmo contrastando com a abordagem nacional. O principal precursor do movimento foi Romário Martins, historiador, escritor e jornalista, que dedicou grande parte de sua obra à construção de uma memória histórica paranaense. Através de suas pesquisas e escritos, Martins procurou evidenciar a importância dos povos indígenas na formação da cultura local, além de destacar personagens e eventos históricos que pudessem fortalecer o orgulho regionalista. O impacto desse movimento foi significativo no âmbito das artes plásticas, da literatura, da arquitetura e do pensamento histórico paranaense. Artistas como João Turin, um dos mais renomados escultores do Paraná, incorporaram elementos da fauna e da mitologia indígena em suas obras, consolidando uma estética própria do movimento. Na literatura, escritores e poetas buscaram resgatar lendas e narrativas regionais, reforçando a ideia de uma cultura enraizada na história do estado. Embora não esteja em nossa pretensão de debate, consideramos que o CEB, tem uma relação indireta, mas importante, com o Paranismo. A organização foi criada com o objetivo de promover o pensamento filosófico, a educação e a cultura no Paraná, e compartilhava com o movimento paranista o interesse pelo desenvolvimento de uma identidade cultural local. O CEB se preocupava com a valorização da história paranaense e da contribuição de seus intelectuais, o que ia ao encontro dos ideais do Paranismo. No que se refere à trajetória de Homero Batista de Barros, sua atuação como professor e diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPR (até 1968), em nossa interpretação, o colocou em contato com os debates sobre identidade regional e valorização cultural. Embora não tenha sido diretamente um representante do Paranismo, sua dedicação à educação e à formação acadêmica de gerações de paranaenses contribuiu para a preservação e a disseminação do conhecimento sobre a cultura e a história do estado. Seu envolvimento com o CEB também o insere em um contexto que, de alguma forma, dialogava com os princípios do movimento paranista, ao promover a reflexão sobre o papel do Paraná dentro do cenário nacional.

modernidade como um grande desafio ao catolicismo, pois representava uma ameaça ao seu arcabouço doutrinário e cultural, além de questionar sua autoridade na definição dos valores. Tradicionalmente considerado um pilar estruturante e civilizador da sociedade brasileira, o catolicismo passava a enfrentar o risco de ser equiparado ou até mesmo subordinado às novas correntes culturais, políticas e ideológicas.

2.4 BARROS, UM "DISTINTO CONSÓCIO" NO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES

> [...] a ciência é apenas a "escola primária do espírito". A ciência não se identifica com a Verdade, não se emparelha, nem dispensa e muito menos suprime a Religião. O pensamento humano, a razão humana é uma força viva que busca seu ponto de apoio e o seu fim; o princípio e o fim da inteligência é Deus (ANUÁRIO 1940/1941, p. 52). [28]

Desde os primeiros anos de fundação do CEB, Barros foi presença marcante nas atividades daquela instituição, apresentando prestígio e capital intelectual na participação e condução dos projetos pretendidos. Vale mencionar quão marcante é a própria etimologia do termo, ou a ressignificação do vocábulo "bandeirante", relacionando-o aos ideais e as práticas dessa agremiação de intelectuais.

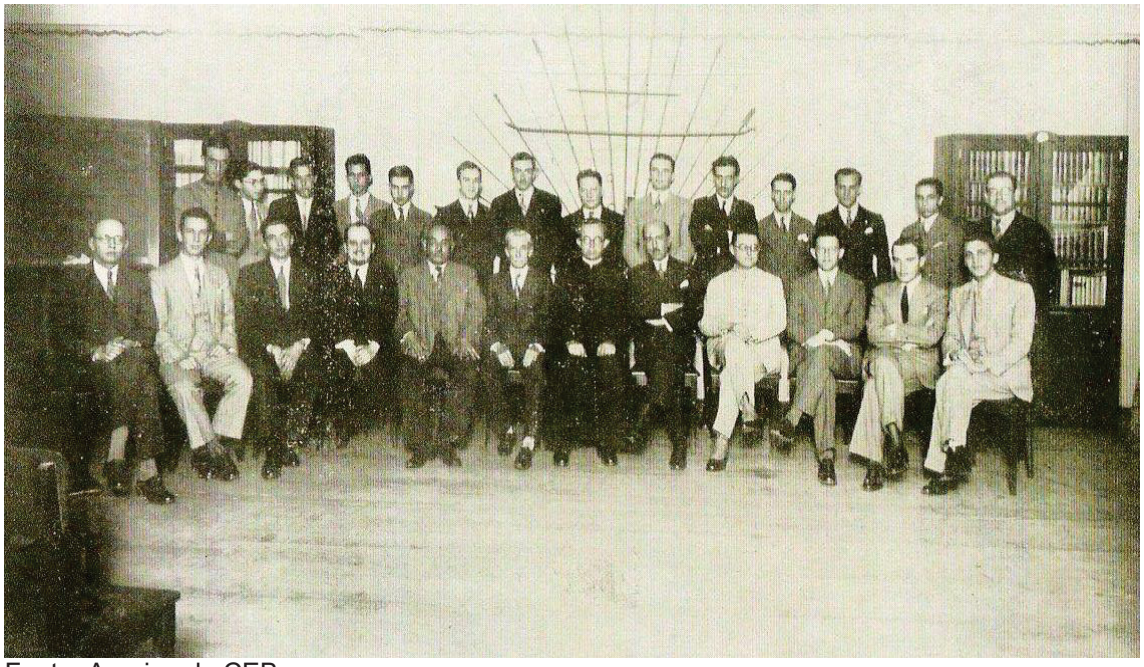
A Figura 1 evidencia a circulação de Barros nos espaços de poder, especialmente nessa ocasião, as pessoas vinculadas à Diretoria do CEB e sócios daquela instituição. Trata-se de um grupo não tão homogêneo em seus pensamentos, formação e origem, mas unidos a um propósito comum, como leigos que objetivavam fortalecer o ideário Católico na vida social e Educacional da Capital paranaense, num esforço conjunto ao Clero.

A imagem apresenta os seguintes nomes: na fileira da frente, sentam-se os membros fundadores e os sócios de maior destaque do grupo. Ao centro, encontram-se aqueles mais respeitados, seja por sua posição institucional ou pela senioridade; nas extremidades, estão os jovens líderes que exerciam papel ativo na organização da entidade. Sentados, da esquerda para a direita: Valdemiro Teixeira de Freitas, Liguaru Espírito Santo (fundador), Mário Braga de

[28] A orientação filosófica que atribui sentido às atividades do CEB pode ser notada no discurso do Padre Jesus Ballarin na formatura da primeira turma de 1941.

Abreu, José Loureiro Ascenção Fernandes (fundador), Benedito Nicolau dos Santos (fundador), Arthur Martins Franco, Pe. Luiz Gonzaga Miele (idealizador e fundador), Manoel Lacerda Pinto, José de Sá Nunes (fundador), Carlos Araújo de Britto Pereira (fundador), Brasil Pinheiro Machado e José Farani Mansur Guérios (fundador). Em pé: entre Loureiro Fernandes e Benedito Nicolau dos Santos, está Homero de Barros; logo atrás de Arthur Martins Franco, vê-se Bento Munhoz da Rocha; e, da direita para a esquerda, Elias Karam e Rosário Farani Mansur Guérios.

Figura 1 - Diretoria e sócios do Círculo de Estudos Bandeirantes, em foto de 1929.



Fonte: Arquivo do CEB

A chamada Diretoria do Jubileu de Prata, de 1929 a 1945, foi composta pelos seguintes nomes: Presidente: Almeida Abreu; Primeiro Vice-Presidente: Liguaru Espírito Santo; Segundo Vice-Presidente: Mário Braga de Abreu; Secretário Geral: Euro Brandão ; Primeiro Secretário: Mário Montanha Teixeira; Bibliotecário: Júlio Estrela Moreira; Primeiro Tesoureiro: Raul Carvalho; Segundo Tesoureiro: Elias Karam; Conselho diretor: Artur Martins Fontes, Bento Munhoz da Rocha Netto, Ernani de Almeida Abreu, Homero de Barros, Liguaru Espírito Santo, Manoel de Lacerda Pinto, Mário de Braga Abreu, Raul Carvalho, Waldomiro Teixeira de Freitas (REVISTA DO CEB. n.º 1, maio, 1998, p. 50)

Em discurso proferido por Barros, em reunião ordinária no CEB, em outubro de 1933, notamos mais uma vez a identidade católica e o propósito

explicitado em suas premissas, enfatizando o que podemos chamar de essência do grupo de intelectuais a que pertencia.

> Na verdade, já é tempo chegado de se dirimir as trevas do espírito humano pelas luzes da moral religiosa, acendendo a centelha da fé no coração embrutecido do que pratica consciência coletiva para não se vingar, mas perdoar, corrigindo, praticando aquilo que, há quase dois milênios, era pregador no sermão da montanha pela voz profética e apostolar do Salvador da Humanidade (BARROS, 12 de out., 1933, ATA n 179, CEB).

As palavras de Barros remetem a uma espécie de recristianização do meio social e confirma aquele espaço institucional como um ambiente de resistência e vivência de valores cristãos em que se preconizava a formação intelectual dos seus membros (REVISTA DO CEB, 1939, n1, tomo 2, 1939, p. 107), “desfazendo preconceitos, resolvendo dúvidas, respondendo consultas, esclarecendo, enfim, e armando os seus sócios para as conquistas pacíficas da verdade, condição da firmeza do caráter” (REVISTA DO CEB,1939, p. 107).

O discurso proferido, em reunião ordinária do CEB, em outubro de 1933, revela a centralidade da identidade católica no ideário defendido pelo intelectual e pelo grupo ao qual pertencia. Sua fala está permeada por uma concepção religiosa do mundo, na qual a moral cristã aparece como um instrumento fundamental para a organização social e a regeneração do espírito humano. A evocação da necessidade de "dirimir as trevas do espírito humano pelas luzes da moral religiosa" (BARROS, 1933, ATA DO CEB) indica uma postura de defesa da fé como elemento estruturante da sociedade, reafirmando o protagonismo da Igreja Católica no direcionamento moral da coletividade.

A metáfora da “centelha da fé” sugere a necessidade de reacender a espiritualidade nas consciências embrutecidas pela modernidade, um discurso que ressoa com as preocupações do ultramontanismo (movimento que visava reafirmar a autoridade da Igreja e de seus valores diante dos desafios da secularização). Ao propor a correção e o perdão como caminhos para a reconstrução social, Barros utiliza de uma estratégia discursiva para fazer referência aos preceitos do cristianismo, em particular aos ensinamentos do Sermão da Montanha, em que Cristo prega a mansidão, o amor ao próximo e a justiça como virtudes fundamentais.

A presença de Barros no CEB, extrapola o debate intelectual e acadêmico, pois sua atuação estava imbuída de um compromisso com a

cristianização do pensamento e das práticas sociais. Ele reafirma a inseparabilidade entre fé e vida pública, apresentando a moral cristã como um princípio organizador da sociedade. Sua defesa do papel civilizatório do cristianismo coloca a Igreja como guardiã da verdade e da justiça, reforçando a ideia de que o humanismo cristão seria a base legítima para qualquer projeto educacional e social no Brasil. Assim, sua atuação não se restringia ao campo do pensamento, mas se manifestava como uma intervenção ativa na disputa pela hegemonia dos valores na sociedade paranaense da época.

Percebe-se além da identificação com o ideário manifestado pelo CEB, que ele esteve filiado a um projeto de maior amplitude, tal como preconizou o expoente do pensamento educacional católico Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), na década de 1930.

> O dever cultural dos católicos ainda é mais urgente que o seu dever político. Pois é inútil tentarmos influir no governo do país, cristianizando a Nação e o Estado, sem possuirmos uma elite realmente adestrada que esteja em condições de pôr em movimentos as grandes massas eleitorais, em torno de nossas ideias construtoras. [...] O dever cultural dos católicos é a condição primordial de qualquer ação católica verdadeira em nosso meio social ou político (LIMA, 1935, p. 119-120).

A afirmação de Alceu Amoroso Lima, um dos mais destacados intelectuais católicos do Brasil, ressoa diretamente com a atuação de Barros. Ao destacar que "o dever cultural dos católicos ainda é mais urgente que o seu dever político", Amoroso Lima enfatiza que a cristianização da sociedade não pode ser reduzida a uma simples disputa pelo poder político, mas exige a formação de uma elite intelectual católica capaz de articular e difundir os valores cristãos no campo cultural. Esse pensamento encontra plena correspondência no trabalho de Barros, que, por meio do CEB, dedicou-se à construção de um espaço de formação de lideranças intelectuais alinhadas à cosmovisão cristã.

O próprio CEB, desde sua fundação, operava como um núcleo de socialização e difusão da doutrina católica, funcionando como uma escola informal para a elite intelectual curitibana, que mais tarde ocuparia posições estratégicas no cenário político e educacional do Paraná. A atuação de Barros nesse contexto evidencia a confluência entre os ideais de formação cultural e ação política, pois seu trabalho não apenas contribuiu para o fortalecimento de um pensamento católico estruturado no meio acadêmico e jornalístico, mas também preparou intelectuais para ocupar espaços institucionais e consolidar

um projeto de sociedade alinhado ao humanismo cristão. Dessa maneira, sua ação exemplifica a estratégia preconizada por Amoroso Lima, na qual a formação intelectual precede e sustenta a influência política, garantindo que os valores cristãos permeiam de forma duradoura as instituições e a cultura brasileira.

Dentro daquela agremiação, a obra de Amoroso Lima foi objeto de estudo e reflexão, devido, cujas obras e pensamentos eram norteadoras dos debates, das enunciações e das práticas dos pensadores daquela agremiação. Foi nesse ambiente duradouro e de necessidade de resistência católica e recristianização intelectual, que Barros circulou, em sua trajetória. Ele foi membro participante e ativo; dali partiram projetos educacionais e importantes discussões de âmbito social, educacional, filosófico e político [29]. Ao analisarmos as Atas, os discursos, pronunciamentos, homenagens entre outros materiais, não raro nota-se a participação de Barros como um “distinto consórcio”. Atuante desde os primeiros anos da agremiação, Barros foi secretário geral, vice-presidente e fez parte da presidência do CEB nos anos 1950 e 1951. Segundo ele, “o Círculo de Estudos Bandeirantes é expressão bem viva duma vigorosa capacidade empreendedora porque surtiu triunfante, sem que pudessem lapidá-lo na sua ascensão para grandes destinos” (O DIA, n. 6.479, 24 set. 1944).

Na edição de setembro de 1949, juntamente com José Loureiro Fernandes, Barros assinou um texto em que reforça a essência da consociação, bem como a força e autoridade intelectual reservada aos membros da agremiação. O texto se presta a impetrar o ideal, a essência e as características que, segundo os autores, marcaram a história, os estudos e as ações do CEB até o momento. Entre outros imperativos, as atividades de Barros contribuíam para os moldes da “verdade cristã”; para o intercâmbio cultural; para os “esforços em prol da recristianização da intelectualidade” (REVISTA DO CEB,1949, p. 361).

> Há dez anos o Círculo de Estudos "Bandeirantes" ao completar o primeiro decênio de vida, iniciava a publicação deste tomo da sua Revista, fazendo vir a lume o primeiro número do segundo tomo. Ao comemorar agora dois decênios de fundação, completa, com este

[29] No ano de 1942, o interventor Estadual do Paraná Manoel Ribas, viabilizou a doação do terreno (onde até hoje está localizada a sede da instituição) na Rua XV de Novembro, n. 1050, Curitiba-PR, tendo sido inaugurada em julho de 1945.

> número comemorativo, a publicação do segundo tomo. Longos intervalos ocorreram entre as datas do aparecimento dos quatro números do segundo, mas nesses períodos, fiéis ao seu ideal de cultura, prosseguiram os Bandeirantes sem esmorecimentos sua obra **radicada fundamentalmente na verdade cristã.** Nos dez primeiros anos caracterizou sua atuação em nosso meio pela continuidade dos estudos e conferências e pela divulgação de publicações periódicas, com as quais consolidou o **intercâmbio cultural com instituições nacionais e estrangeiras.** No segundo decênio, os "Bandeirantes", procurando não desmerecer nobres propósitos, nortearam as atividades no sentido de consolidar a sua casa para a nobre e vital função de verdadeiro "círculo de estudos", razão primária da sua fundação em 12 de setembro de 1929. Atenderam, assim, às novas exigências impostas pelo desenvolvimento de suas atividades e ao sempre crescente progresso da Biblioteca ao inaugurarem, em 12 de setembro de 1945, o prédio próprio, após arrojada campanha pró-sede social. Esse pretérito de dois decênios de fecundo labor, de intensa difusão da sua obra cultural e de assinaladas realizações é bem uma perspectiva do porvir que se lhes descortina promissor de ainda maiores empreendimentos na dura empresa que se propuseram. Tudo, porém, quer as glórias conquistadas quer as dificuldades que se lhes depararam na jornada vencida ou que lhes ocorrerem nos caminhos a serem palmilhados. Tudo se constitui em estímulo para maior devotamento à instituição, para mais grave fidelidade ao plano de seus fundadores e, sobretudo, para mais apreciável serviço ao bem comum através de todos os **esforços em prol da recristianização da intelectualidade nos tempos presentes.** É, ainda com esse objetivo que, comemorativa dum grande fasto, vem novamente à publicidade a Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, desfalcada, porém na sua Comissão de Redação do seu mais eficiente e erudito redator, o emérito paranaense e notável historiador Alfredo Romário Martins. A contribuição desse imortal bandeirante, quer pelo estímulo sempre veemente entusiástico do seu amor ao Paraná, quer pelos seus admiráveis trabalhos históricos, geográficos, quer etnográficos, alguns dos quais estampados nesta revista, foi das mais valiosas, enriquecendo sobremodo O patrimônio bibliográfico nacional. Com a publicação do seu retrato nas páginas da sua Revista comemorativa do seu 20 aniversário de fundação, Círculo de Estudos Bandeirante presta à memória inolvidável do grande paranaense mais está comovida homenagem da sua admiração (BARROS. H. B. FERNANDES. J. L. REVISTA DO CEB, tomo II, n 4. Set. 1949, p. 361-362. Grifos nosso).

A publicação intensifica o propósito da criação da revista como um espaço de produção e divulgação de idealizações; demonstrando a necessidade de futuros trabalhos, cujo teor colaborem para o vigor, na propagação dos ideais que atrelam Educação e religiosidade Cristã, mais especificamente católica. Barros enfatizou que a tarefa de divulgar os princípios Cristãos, não é apenas do Clero. A partir da divulgação de textos em jornais, revistas ou orações, a intelectualidade católica propagava a indissolubilidade de uma educação religiosa ou mesmo, de uma religião educadora.

O texto rememora as principais conquistas da instituição, ressaltando sua fidelidade aos princípios fundadores e sua contínua atuação na recristianização da intelectualidade.

A partir dos escritos de Fernandes e Barros, nota-se uma progressão do CEB ao longo das décadas, desde suas primeiras atividades, centradas em estudos e conferências, até a consolidação de sua estrutura física e organizacional, com a inauguração de sua sede própria em 1945. Essa trajetória descrita visa reafirmar o sucesso da sua estratégia em estabelecer-se como um núcleo de formação intelectual católica.

A ênfase na "recristianização da intelectualidade", se consolida por se tratar de uma expressão que explicita o compromisso com um projeto formativo que almejava reverter processos de secularização e consolidar uma elite intelectual alinhada à fé cristã. A referência ao "plano de seus fundadores" mostra que Barros via a preservação desse ideal como uma missão fundamental para a perpetuação do CEB.

A homenagem póstuma a Alfredo Romário Martins, destacada ao final do texto, reforça a importância das *redes de sociabilidade* intelectual dentro do CEB. Romário Martins, um dos grandes historiadores paranaenses, é exaltado por sua contribuição à história e cultura do estado, o que evidencia que a consociação se consolidava como um centro de produção historiográfica e cultural. A menção ao "amor ao Paraná" indica um diálogo entre catolicismo e identidade regional, um traço marcante do grupo, que buscava articular um discurso nacionalista e cristão como forma de legitimar sua atuação dentro da sociedade.

No contexto mais amplo, apresenta-se a visão de que a educação deveria ser guiada pela fé cristã e que a produção intelectual deveria servir como instrumento de defesa da moralidade e da tradição católica. Dessa forma, o texto comemorativo não apenas celebra as conquistas, mas também reafirma a missão e perpetua o compromisso com a formação de uma elite intelectual católica no Paraná.

A Tabela 13 apresenta os membros do CEB, meia década depois, no momento em que completou 25 anos:

Tabela 13 - Lista de Diretores no Jubileu de Prata do CEB quando completava 25 anos de existência

FUNÇÃO	**NOME**
Presidente	Almeida Abreu
1° Vice - Presidente	Liguaru Espírito Santo
2° Vice - Presidente	Mario Braga de Abreu
Secretário Geral	Euro Brandão
1° Secretário	Mario Montanha Teixeira
Bibliotecário	Julio Estrela Moreira
1° Tesoureiro	Raul Carvalho
2° Tesoureiro	Elias Karam
Membros do Conselho Diretor	Artur Martins Fontes; Bento Munhoz da Rocha Netto; Ernani de Almeida Abreu Homero Batista de Barros; Liguaru Espírito Santo; Manoel de Lacerda Pinto; Mario de Braga; Abreu Raul Carvalho; Waldomiro Teixeira de Freitas

Fonte: Revista do CEB, n° 1, maio de1998, p, 50

A participação de Barros como membro do Conselho Diretor reforça sua inserção nos debates acadêmicos e educacionais promovidos pela instituição. Sua trajetória no CEB não se limitou ao papel de associado, uma vez que ele já havia integrado a 6ª Diretoria (1935-1936), conforme registrado no Livro de Atas do Conselho Diretor. Essa permanência ao longo dos anos demonstra sua relevância no meio intelectual e seu compromisso com os ideais do CEB.

Nota-se nomes como Bento Munhoz da Rocha Netto, que viria a ser governador do Paraná, e Ernani de Almeida Abreu, reconhecido por sua atuação no direito e na educação; membros, cuja presença, sugere que aquele espaço não apenas promovia discussões acadêmicas, mas também desempenhava um papel estratégico na formação de lideranças políticas e intelectuais no Paraná.

Apesar de participar como membro/sócio, com admissão em 17 de julho de 1930, a Tabela 14 apresenta Barros como componente da 6ª Diretoria do CEB, de julho de 1935 a junho de 1936. A função de Secretário-Geral, pressupõe envolvimento direto com a organização e documentação das atividades da

entidade. A diretoria era liderada por Arthur Martins Franco, figura de destaque no cenário cultural e educacional do Paraná, o que reforça o caráter formativo e elitizado naquele momento. Outros nomes que integram essa composição, como Manoel Lacerda Pinto e Mário Braga de Abreu, também contribuíram para a consolidação daquela agremiação como espaço de sociabilidade e de debate cívico-cultural entre os jovens da capital. Trata-se de uma configuração marcada por certa estabilidade organizacional e coesão ideológica.

Tabela 14 - 6ª Diretoria do CEB

Presidente:	Arthur Martins Franco Primeiro
Vice-Presidente:	Manoel Lacerda Pinto
Segundo Vice-Presidente:	Benedicto Nicolau dos Santos
Secretário-Geral:	**Homero Batista de Barros**
Primeiro Secretário:	Nivon Weigert
Primeiro Tesoureiro:	Mário Braga de Abreu
Segundo Tesoureiro:	Athanasio Sant'Anna
Primeiro Bibliotecário:	José Loureiro Ascenção Fernandes
Segundo Bibliotecário:	Alceu Martins de Albuquerque

Fonte: CEB, Livro de Atas do Conselho Diretor, 1936 n. 1, fl. 48

A Tabela 15 registra a 12ª diretoria do CEB em 1942, apresentando uma renovação parcial dos quadros diretivos, mas evidencia a continuidade da participação de Barros, agora na função de Segundo Vice-Presidente. Esse deslocamento para um cargo hierarquicamente superior indica o reconhecimento de sua trajetória dentro da instituição e a consolidação de sua liderança intelectual entre os consócios. A presidência, exercida por José Loureiro Ascenção Fernandes, antes bibliotecário na 6ª diretoria, ilustra a dinâmica de ascensão interna entre os associados.

Tabela 15 - 12ª Diretoria do CEB

Presidente:	José Loureiro Ascenção Fernandes
Primeiro Vice-Presidente:	Brasil Pinheiro Machado
Segundo Vice-Presidente:	**Homero Batista de Barros**
Secretário-Geral:	João Átila Rocha
Primeiro Secretário:	Orlando de Oliveira Mello
Primeiro Tesoureiro:	Raul Carvalho
Segundo Tesoureiro:	Athanasio Sant'Anna Primeiro

Bibliotecário:	Liguaru Espírito Santo
Segundo Bibliotecário:	Antônio de Paula Filho

Fonte: CEB, Livro de Atas, 1942, n. 3, fl. 194, verso.

Ainda no que diz respeito à 12ª Diretoria, (abrangendo o período de 1941 a 1942), nota-se a ascensão de Barros dentro da estrutura organizacional da instituição. Essa progressão hierárquica sugere que ele conquistou prestígio, seja por sua atuação acadêmica e intelectual, seja por sua capacidade de articulação no meio educacional e jurídico. Sua presença entre nomes como José Loureiro Ascenção Fernandes e Brasil Pinheiro Machado reforça seu capital e o reconhecimento de sua competência dentro da instituição.

Além disso, a diretoria apresentada demonstra uma continuidade da presença de figuras que marcaram a trajetória do CEB, como Raul Carvalho e Liguaru Espírito Santo, indicando que o grupo dirigente mantinha uma relativa estabilidade e um perfil intelectual voltado para a defesa de determinados valores educacionais e culturais. A inclusão de Barros nesse contexto reforça sua posição como um intelectual influente nos debates promovidos, consolidando sua trajetória dentro da instituição e, possivelmente, ampliando seu alcance no cenário educacional paranaense.

A Tabela 16 apresenta os componentes da 13ª Diretoria, de 1942 a 1943, na qual Barros aparece como primeiro vice-presidente, uma função hierarquicamente mais elevada em relação ao ano anterior. A nova composição diretiva traz à tona nomes de grande relevância no cenário político e intelectual paranaense, destacando-se a presença de Bento Munhoz da Rocha Netto como presidente. Sua liderança confere prestígio e densidade política à entidade, especialmente considerando que Munhoz viria a ocupar, poucos anos depois, cargos de destaque, incluindo o governo do Paraná. Ao seu lado, Barros como Primeiro Vice-Presidente, o que atesta sua consolidação como liderança central do CEB e reforça sua posição dentro de uma elite intelectual

A presença de Rosário Farani Mansur Guérios como Secretário-Geral também é digna de nota, já que se trata de outro nome que teria papel destacado no meio acadêmico paranaense nas décadas seguintes. Além disso, observa-se a continuidade de nomes como Raul Carvalho e Liguaru Espírito Santo, demonstrando a permanência de uma rede coesa de colaboradores, que

valorizava a continuidade institucional e a circulação de responsabilidades entre seus membros. Essa diretoria, portanto, simboliza um momento de maturidade, caracterizado pela articulação entre figuras já consolidadas e intelectuais em ascensão, projetando-o como espaço privilegiado de formação de quadros dirigentes para a vida pública e cultural do Paraná.

Tabela 16 - 16ª Diretoria do CEB de 1942 A 1944

Presidente:	Bento Munhoz da Rocha Netto
Primeiro Vice-Presidente:	**Homero Batista de Barros**
Segundo Vice-Presidente:	Joaquim de Matos Barreto
Secretário-Geral:	Rosário Farani Mansur Guérios
Primeiro Secretário:	Mário Montanha Teixeira
Primeiro Tesoureiro:	Raul Carvalho
Segundo Tesoureiro:	Liguaru Espírito Santo

Fonte: CEB, Livro de Atas n. 4, fl. 21, 1943

Ainda que Barros tenha executado várias funções concomitantemente, ao passar dos anos, ele foi ocupando os espaços de poder com maior destaque. Na 19ª Diretoria, em 1949, tal como se vê na Tabela 17, aparece novamente como Primeiro Vice-Presidente, numa época em que atuava na Faculdade de Filosofia e envolvido em agremiações de partidos políticos.

Tabela 17 - 19ª Diretoria do CEB, em 1949

Presidente:	**José Loureiro Ascenção Fernandes**
Primeiro Vice-Presidente:	**Homero Batista de Barros**
Segundo Vice-Presidente:	Orlando de Oliveira Mello
Secretário-Geral:	Vasco José Taborda Ribas
Primeiro Secretário:	Benedito Nicolau dos Santos Filho
Primeiro Tesoureiro:	Raul Carvalho
Segundo Tesoureiro:	Elias Karam
Bibliotecário:	Ir. José Armando Bonatto

Fonte: CEB. Livro de Atas n. 4, fl. 1270 verso, 1949.

A década de 1950 é o período em que Barros se consolida como um importante defensor do “humanismo integral” no campo da Educação, seja por estar, nessa época, à frente da FFCL/UFPR; pelas discussões em torno da Federalização; pelo *capital* político, social, intelectual alcançado. Na década de

1950 Barros entrou efetivamente nos debates que animavam as ideias educacionais desde o começo da República, mostrando quão aceso estava o projeto educacional dos católicos e o quanto o combate aos anticlericais se fazia necessário.

A Tabela 18, que apresenta a composição da 20ª Diretoria (1950-1952), evidencia o papel central assumido por Barros, agora na condição de Presidente da entidade. Sua ascensão à presidência marca a culminância de uma trajetória iniciada em cargos intermediários nas diretorias anteriores, refletindo não apenas a confiança de seus pares, mas também seu amadurecimento como liderança intelectual e organizacional dentro da agremiação.

A presença de figuras como Joaquim de Matos Barreto e Euclides Mesquita nas vice-presidências, bem como de nomes recorrentes como Raul Carvalho e Liguaru Espírito Santo nas funções financeiras, indica, mais uma vez, a manutenção de uma base diretiva sólida e coesa.

Destaca-se, ainda, a integração de membros religiosos, Irmão João Joaquim Fronza e Irmão Antônio Zeluki, nas funções de bibliotecários, o que sugere o fortalecimento de laços com instituições confessionais de ensino, ampliando as conexões do CEB com o meio educativo e reforçando seu caráter formativo. A composição dessa diretoria, portanto, ilustra tanto a consolidação de uma elite intelectual ligada à educação e ao pensamento social no Paraná quanto a articulação de diferentes segmentos, leigos e religiosos, em torno de um projeto comum de formação e intervenção cultural.

Tabela 18 - 20ª Diretoria do CEB de 1950 A 1952

Presidente:	Homero Batista de Barros
Primeiro Vice-Presidente:	Joaquim de Matos Barreto
Segundo Vice-Presidente:	Euclides Mesquita
Primeiro Secretário:	Gabriel Munhoz da Rocha
Segundo Secretário:	Pedro Ribeiro Macedo da Costa
Primeiro Tesoureiro:	Raul Carvalho
Segundo Tesoureiro:	Liguaru Espírito Santo
Primeiro Bibliotecário:	Ir. João Joaquim Fronza
Segundo Bibliotecário:	Ir. Antônio Zeluki

Fonte: CEB. Livro de Atas n. 4, fl. 136, 1950

O CEB desempenhou um papel significativo no cenário cultural de Curitiba, atravessando diferentes gerações e consolidando-se como um espaço estratégico para a difusão do pensamento católico. Fundado em 1929, foi ao longo da década de 1930, especialmente em 1938, que o grupo católico conseguiu viabilizar um projeto formativo que vinha sendo sistematicamente estruturado pela Igreja Católica no ensino superior. A criação da FFCL/UP representou a materialização desse ideal, possibilitando a formação de uma elite intelectual alinhada aos valores cristãos no ensino superior.

Na medida que os católicos leigos foram assumindo posições estratégicas dentro da FFCL, conquistaram maior influência política e acadêmica, ampliando seu capital simbólico e reforçando a presença da Igreja nos espaços educacionais. Nesse contexto, Barros ocupou cargos de destaque, atuando como professor no ensino secundário e superior, tanto na FFCL quanto na FDP, além de exercer funções de liderança, como presidente do CEB e diretor da Faculdade de Filosofia. Sua trajetória também incluiu posições de relevância na administração pública, como Diretor Geral da Educação do Paraná, além de sua participação na esfera política como candidato a cargos eletivos. Essas múltiplas atuações evidenciam parte significativa de seu capital, mostrando, ao mesmo tempo, o impacto do CEB na articulação entre educação, política e religião no Paraná.

Nas palavras de Loureiro Fernandes:

> [...] o Círculo vê seus componentes, por fidelidade a nobres ideais, desviarem grande parte da sua atividade para outros setores culturais, e sente, em hora decisiva para o futuro intelectual do Paraná, a influência dos ‘bandeirantes’, os quais, na multiplicidade dos seus conhecimentos, ao reforçar posições, deram novos surtos às instituições locais (REVISTA DO CEB, vol. II, tomo II, p. 769. Edição especial do 25º aniversário).

Quando Fernandes menciona “outros setores culturais”, pode-se supor que ele se refere à FFCL/UP, onde diversos membros do CEB atuavam como docentes, inclusive Homero de Barros. Em alguma medida, a própria carreira profissional representava um obstáculo à uma participação mais ativa; alguns eram funcionários públicos, outros estiveram envolvidos na campanha pela federalização da Universidade; outros estavam envolvidos na política, entre outras ocupações.

Em reportagem publicada pelo jornal *Diário da Tarde*, de 30 de maio de 1951, vimos uma homenagem a Dom Manoel da Silveira D'Elboux, feita por Barros, enquanto presidente do CEB.

> Será homenageado, hoje, pelo Círculo de Estudos Bandeirantes, S. Excia. Revmo Dom Manuel da Silveira D'Elboux, Arcebispo Metropolitano de Curitiba, naquela entidade cultural. O eminente prelado deverá ser recepcionado pelo Dr. Homero de Barros, presidente do Círculo de Estudos Bandeirantes, em solenidade a iniciar-se às 20h30 horas (DIÁRIO DA TARDE, 30 de mai. 1951).

A solenidade, que foi conduzida por Barros na condição de Presidente do CEB, reflete a proximidade institucional da organização com a Igreja Católica, e a ascensão de Barros dentro do círculo intelectual católico paranaense. Na trajetória de Barros notamos um crescimento progressivo dentro da estrutura de poder da entidade, tendo ocupado posições estratégicas como membro do Conselho Diretor, Secretário Geral e Vice-Presidente, até ser eleito Presidente nos anos de 1951 e 1952. Essa escalada hierárquica demonstra a credibilidade conquistada ao longo dos anos naquela instituição, consolidando-se como uma notável liderança dentro do grupo. Sua eleição para a presidência da instituição pode significar a validação de sua competência administrativa e, também, um indicativo do alinhamento de seu pensamento com os princípios do humanismo cristão, que orientavam as ações da agremiação.

A homenagem a Dom Manuel da Silveira D'Elboux reforça a estreita relação entre o CEB e a Igreja Católica. Desde sua posse como Arcebispo em 1950, D'Elboux foi um defensor do fortalecimento do catolicismo no Paraná, promovendo a educação confessional e o envolvimento do laicato na vida pública. O evento no CEB simboliza a aliança entre o alto clero e a elite intelectual católica, representada por Barros e outros membros. Mais do que uma simples homenagem, a recepção do Arcebispo reafirma o compromisso com os valores cristãos na sociedade paranaense. A ascensão de Barros no CEB coincidiu com sua atuação na FFCL/UP, onde ocupou cargos estratégicos e contribuiu para a formação de uma elite intelectual católica. Sua presença na presidência, durante a homenagem ao Arcebispo, evidencia de modo ainda mais explícito, a interconexão entre educação e religião.

CAPÍTULO 3 – AÇÃO ACADÊMICA COMO EXPRESSÃO DO HUMANISMO INTEGRAL: HOMERO DE BARROS E A AFIRMAÇÃO DE UM CAMPO CATÓLICO DE PODER

> A missão do professor nacional não deve desnaturar-se sob o influxo dos mitos de nosso tempo, a ponto de se divorciar dos problemas gerais da Nação, para se entregar ao esforço inglório de estrangeirar as novas gerações, em aberto desajustamento com a índole, as tradições e a formação espiritual do Brasil. [...] Dedicai-vos, que o Brasil precisa de vós. (BARROS, 1957, p. 107)

3.1 PELA CATOLICIZAÇÃO DA SOCIEDADE: INTERSEÇÕES ENTRE RELIGIÃO, EDUCAÇÃO E POLÍTICA

Desde o início do século XX, as instituições educacionais paranaenses foram palco de embates entre setores laicos e clericais, refletindo as tensões mais amplas que atravessavam o Brasil e a América Latina naquele período. A relação entre esses três campos foi impulsionada, por um lado, pelo avanço de uma intelectualidade progressista que defendia a modernização e laicização do ensino e, por outro, pela ação organizada da Igreja Católica, que buscava consolidar sua presença no espaço acadêmico e garantir a formação de uma elite intelectual alinhada aos valores cristãos.

No contexto paranaense, a educação superior tornou-se um espaço estratégico para a afirmação de projetos políticos e religiosos, sendo a FFCL, um dos principais epicentros dessas disputas. A Igreja Católica, por meio de suas *redes de sociabilidade* e de intelectuais engajados, estruturou um projeto educacional que não apenas reafirmava os valores cristãos, mas também procurava moldar a cultura universitária dentro de uma perspectiva teológica e moralista. Esse movimento estava em sintonia com as diretrizes da Igreja em nível nacional, especialmente com a Ação Católica e as orientações da encíclica *Divini Illius Magistri* (1929), que enfatizava a necessidade de uma educação cristã para preservar os valores da sociedade.

Na segunda metade da década de 1920, quando o grupo católico lançou a Revista A Cruzada, no Paraná, esta, apresentava-se como um veículo fundamental para a disseminação da agenda político-pastoral da Igreja, especialmente no que tange à defesa da implementação do Ensino

Religioso nas escolas públicas. Nesse contexto, a estratégia da Igreja Católica, centrada na mobilização dos intelectuais paranaenses, objetivava consolidar uma cosmovisão em meio a juventude curitibana. O foco recaía sobre os segmentos que apresentavam potencial para ocupar posições estratégicas nas esferas culturais e políticas do estado.

Ao analisarmos as movimentações da Igreja e dos intelectuais católicos a partir do conceito de poder simbólico de Bourdieu (2003), percebe-se que a Igreja buscava direcionar a elite intelectual curitibana. Enquanto no campo político os católicos enfrentavam dificuldades e embates no começo do século XX, na esfera cultural empenharam-se na disputa contra os liberais, reivindicando a primazia de sua doutrina no espaço público. Nesse contexto, a imprensa desempenhou um papel central, sendo utilizada para sustentar a necessidade de inclusão do ensino religioso no currículo escolar. O jornalismo católico paranaense tornou-se uma arena estratégica para a difusão das ideias da Igreja, reforçando o papel da imprensa na defesa da presença do pensamento católico nas mais diversas esferas da sociedade brasileira. Esse esforço não se limitava ao Paraná, mas também se fazia presente em ambientes intelectuais nacionais, como o Centro Dom Vital e a Associação Brasileira de Educação (ABE).

De acordo com Cury (2004), o Ensino Religioso no Brasil teve sua origem no período colonial, com a chegada dos portugueses, e desde então tem sido alvo de intensos debates. Ao longo da história, essa disciplina tem oscilado entre a secularização e a laicidade, adaptando-se aos diferentes contextos históricos e culturais do país. A principal controvérsia em torno do Ensino Religioso reside no fato de que ele confronta o princípio do Estado laico, que pressupõe a neutralidade em relação às diversas crenças religiosas. Sempre que sua inclusão nos projetos educacionais foi discutida, reacendeu-se uma ampla controvérsia sobre sua legitimidade e viabilidade em um país caracterizado pela pluralidade religiosa e pela laicidade institucional (CURY, 2004, p. 184).

Os católicos contestavam a legitimidade dos governantes que promoviam ideais laicos em um país de maioria católica. No entendimento dos católicos, a defesa da laicização do ensino não configurava um princípio

democrático legítimo, mas sim um ataque direto à verdade e aos valores cristãos. Assim, condenavam a separação entre governo e nação, argumentando que o Estado deveria refletir os valores da maioria católica e garantir que a educação pública estivesse em consonância com os preceitos religiosos

Ao longo das décadas de 1930 e 1950, o Paraná experimentou um período de fortalecimento das instituições católicas no ensino superior, especialmente com a consolidação de cursos e faculdades voltadas para a formação de professores, juristas, administradores e outros profissionais alinhados à doutrina cristã. A saber, a atuação da Igreja Católica na educação não se restringia ao ensino superior. A regulamentação[30] do ensino religioso nas escolas estaduais, do Paraná, sancionada pelo então governador Bento Munhoz da Rocha Netto[31] demonstra a influência do Clero na formulação das políticas educacionais e o apoio que recebia de setores políticos conservadores. Dessa forma, a educação se consolidava como um campo privilegiado para a reprodução das ideias católicas, especialmente diante das ameaças representadas pelo avanço das ideologias laicas e socialistas, que, segundo os grupos católicos, colocavam em risco os valores da sociedade

[30] Em âmbito nacional, o ensino religioso foi instituído como disciplina facultativa no currículo das escolas públicas brasileiras pelo Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931, assinado pelo então Ministro da Educação Francisco Campos. A imprensa católica paranaense celebrou essa medida, considerando-a uma vitória na luta pela inclusão do ensino religioso no sistema educacional público.

[31] Bento Munhoz da Rocha Neto nasceu em Paranaguá em 17 de dezembro de 1905 e faleceu em Curitiba em 12 de novembro de 1978. Foi um engenheiro civil, professor, escritor, sociólogo e político brasileiro, tendo se destacado especialmente durante seu mandato como governador do estado do Paraná, entre os anos de 1951 e 1955. Filho de Caetano Munhoz da Rocha, que ocupou o cargo de governador do Paraná em duas ocasiões na década de 1920, Bento Munhoz graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1927. Além de atuar na área da engenharia, dedicou-se à docência, lecionando disciplinas como História da América, Sociologia e Economia Política em instituições de ensino superior paranaenses. Sua trajetória acadêmica também o levou à presidência do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, onde contribuiu para a preservação da memória e do patrimônio histórico do estado. Sua carreira política teve início em 1945, quando foi eleito deputado federal constituinte pelo partido União Democrática Nacional (UDN), participando da elaboração da Constituição de 1946. Durante seu mandato, destacou-se por propor a extinção do Território Federal do Iguaçu, permitindo a incorporação dessas terras ao Paraná e a Santa Catarina. Em 1950, foi eleito governador do Paraná e assumiu o cargo em 31 de janeiro de 1951, período no qual implementou uma série de reformas voltadas ao desenvolvimento do estado. Após renunciar ao governo em 3 de abril de 1955, passou a ocupar o cargo de Ministro da Agricultura durante os governos de Café Filho e Carlos Luz. Posteriormente, retomou sua atuação legislativa como deputado federal, exercendo mandato entre 1958 e 1962.

cristã.

A relação entre política e educação no Paraná é associada ao protagonismo da Igreja Católica na formulação de políticas públicas e na estruturação dos currículos escolares e universitários. Desde o final da década de 1920, com a fundação do CEB; criação da FFCL/UP no final da década de 1930, até o processo de federalização da Universidade do Paraná, já na metade do século XX, ocorreram disputas entre setores que defendiam um modelo acadêmico laico e grupos que buscavam garantir a influência do catolicismo sobre a instituição. Como professor, Diretor, intelectual católico, Barros exerceu um papel ativo na definição de diretrizes acadêmicas que garantisse a presença dos valores cristãos no ensino.

A interação entre educação, política e religião no Paraná ilustra um fenômeno mais amplo de disputa por hegemonia cultural e intelectual dentro do ensino superior brasileiro. A Igreja Católica demonstrou grande habilidade na construção de redes de influência e na ocupação de espaços estratégicos dentro da academia, garantindo que sua cosmovisão fosse incorporada aos currículos e às práticas pedagógicas.

A oposição ao Comunismo demonstra uma parte significativa dessa interseção entre Estado e religião, na medida em que havia uma preocupação com o avanço dessa ideologia, a qual era desprezada nas publicações de Barros em jornais da época.

A partir da publicação de artigo intitulado “Canto de Sereias", de abril de 1935, no jornal *Diário do Paraná*, é possível perceber a postura de Barros em relação ao Comunismo e às ideias progressistas que emergiram no Brasil na década de 1930. O texto evidencia a influência da ideologia católica tradicionalista em sua visão política e na defesa de um Estado fundamentado em princípios cristãos. A análise do artigo permite compreender como Barros utilizava a imprensa para articular uma retórica anticomunista e reforçar sua posição em prol da manutenção da ordem social tradicional.

Desde o início do texto, nota-se um tom de desprezo e descrença em relação ao crescimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento de orientação comunista que ganhava força naquele período. Barros se referiu ao grupo como "aliancismo vermelho que já vai empalidecendo com as

medidas enérgicas tomadas pelo governo" (DIÁRIO DO PARANÁ, 1935, p.6), sugerindo que a repressão estatal teria sido eficaz em conter a ascensão das forças progressistas. O uso da expressão "canto de sereias" no título do artigo já sugere que as promessas revolucionárias do comunismo seriam ilusórias, sedutoras apenas para aqueles que não possuíam discernimento político e intelectual.

O discurso de Barros também se baseia na desqualificação dos comunistas como agentes políticos legítimos. Ao afirmar que "toda a sua atividade se reduz a “canto de sereias”, e, torno das quais se reúnem minorias irrefletidas levadas por entusiasmos momentâneos" (DIÁRIO DO PARANÁ, 1935, p. 06), ele constrói uma imagem depreciativa dos militantes retratando-os como um grupo desorganizado e guiado pela emoção, sem um plano concreto de ação. Essa estratégia retórica reforça a ideia de que apenas os conservadores possuíam um projeto político viável para o país.

O artigo apresenta uma clara divisão entre aqueles que seriam os verdadeiros representantes do pensamento racional e organizado e aqueles que estariam seduzidos pelo que Barros chama de "demagogia estéril". Com a afirmação abaixo, na qual ele se coloca ao lado de uma elite intelectual e política que, segundo ele, teria a responsabilidade de manter a estabilidade do país, afastando-o das influências ideológicas estrangeiras, especialmente do comunismo.

> [...] o proletariado intelectual que, em verdade é bastante reduzido, no Brasil, as classes esclarecidas, os homens de pensamento e de ação, os líderes de partidos. Todos, enfim, capazes de uma orientação consistente e sincera estão com a corrente de opinião conservadora (DIÁRIO DO PARANÁ, 1935, p.6)

A problematização central desse discurso está na noção de que a democracia republicana brasileira já ofereceria liberdade suficiente, tornando desnecessária qualquer proposta revolucionária. Barros argumenta que: "se o comunismo Brasileiro não fosse puro falatório e tivesse alguma possibilidade de medrar nestas searas fertilíssimas a todas as novidades estrangeiras, não se teria arrefecido as primeiras lufadas de resistência" (DIÁRIO DO PARANÁ, 1935, P.6). Aqui, ele sugere que o comunismo não possui raízes no Brasil e que sua tentativa de implementação no país seria um projeto fadado ao fracasso. A referência a "novidades estrangeiras"

reforça o argumento nacionalista, frequentemente utilizado pelos conservadores para rejeitar ideologias que consideravam “importadas” e incompatíveis com a realidade brasileira.

Barros salientou o suposto fracasso do movimento comunista diante da repressão governamental, destacando, ainda, que os comunistas eram incapazes de se organizar de maneira eficiente e que seu poder de mobilização se limitava a discursos inflamados e artigos na imprensa.

> [...] a transição repentina que sofreu nesses últimos dias é a prova radical de que as suas propaladas greves, os seus processos subversivos, a sua coordenação da violência por meios diabólicos [...] não passam de efeitos oratórios e de aventuras jornalísticas com que só os ingênuos se podem iludir (DIÁRIO DO PARANÁ, 1935, p.6)

Com isso, defendia a superficialidade das ideias comunistas, contrastando-as com a solidez do pensamento conservador, afirmando que "somando-se toda a produção ideológica dos ríspidos tolstoianos de nossas plagas não se apura mais do que uns poucos manifestos prestistas repassados de fases bombásticas e inteiramente destituídos de princípios” (DIÁRIO DO PARANÁ, 1935, p.6). O trecho reforça o tom sarcástico e desdenhoso de Barros, buscando desacreditar as propostas comunistas ao qualificá-las como vazias e oportunistas ou, ainda, “pura demagogia”, “demagogia barata e medíocre".

Em publicação do jornal *Diário do Paraná* em maio de 1935, sob o título “Um alto negócio”, Barros intensificou sua retórica anticomunista, desqualificando não apenas a ideologia, mas também aqueles que a defendiam no Brasil. Se ancorando na defesa da ordem social estabelecida e no rechaço às transformações políticas inspiradas pelo Comunismo, Socialismo e Anarquismo. Em seu texto, Barros associou o Comunismo a uma “prática oportunista e hipócrita”, ao mesmo tempo em que reforçou a ideia de que “os verdadeiros valores nacionais deveriam estar ancorados na religião, na moralidade e na justiça” (DIÁRIO DO PARANÁ, 1935, p.4)

Segundo Barros, os "Stalins da política moscovita no Brasil", não passavam de um reflexo de interesses estrangeiros, reiterando que “o comunismo não era uma ideologia autêntica dentro da realidade brasileira, mas sim uma importação artificial e inadequada” (DIÁRIO DO PARANÁ, 1935, p.4). Seu discurso se alinhava aos intelectuais ligados ao catolicismo e ao

pensamento conservador, que viam nas ideias marxistas uma ameaça à estrutura social cristã e à estabilidade política do país.

Na tentativa de deslegitimar os defensores do comunismo no Brasil, asseverava que "a perigosa corrente anarquista não passa por aqui de um misto de explorados e exploradores" (DIÁRIO DO PARANÁ, 1935, p.4). Caracterizando os militantes comunistas como manipuladores da população, descrevendo-os como "homens abastados, grandes proprietários transformados de improviso em inimigos irredutíveis do capital, da família, da organização social e dos princípios libérrimos da democracia" (DIÁRIO DO PARANÁ, 1935, p.4). Ao construir essa narrativa, ele reforçava a ideia de que o comunismo seria uma grande farsa e que seus principais articuladores, longe de representarem os interesses das classes populares, utilizavam a ideologia como uma plataforma de ascensão pessoal e política.

No artigo publicado no Diário do Paraná, fez menção ao político Francisco Mangabeira, descrevendo sua suposta incoerência. Para ele, tratava-se de um homem rico, proprietário de um "vasto arranha-céu na rua Paysandu", que frequentava reuniões operárias enquanto ostentava "um luxuosíssimo automóvel, trajando a última moda de Paris numa ostentação arrogante de grandeza e de bastardia" (DIÁRIO DO PARANÁ, 1935, p.4), Barros reforça a ideia de que o comunismo no Brasil não passava de um "alto negócio de exploração política".

> [Os] propagandistas do novo credo, qual todos os apaixonados das reivindicações não passam de atilados candidatos ao fastígio político para escalar as alturas pelos degraus da pobreza alheia, pelo apoio das classes inferiores. No rol dessa gente contam-se deputados, homens de Estado, altos funcionários, patentes destacadas de Exército, enfim dezenas de indivíduos que, graças a liberal democracia, se mantêm fartamente à custa dos cofres da Nação, à sombra de excelentes empregos públicos (DIÁRIO DO PARANÁ, 1935, p.4).

O trecho apresenta uma crítica ao papel do Estado na sustentação de figuras políticas que estariam se aproveitando da democracia liberal para se manterem em "excelentes empregos públicos". Ao mencionar que "deputados, homens de Estado, altos funcionários, patentes destacadas de Exército" (DIÁRIO DO PARANÁ, 1935, p.4), faziam parte do movimento comunista, ele sugere que havia uma contradição fundamental na postura

desses indivíduos, que, apesar de ocuparem cargos e se beneficiarem do sistema, pregavam sua subversão. Essa passagem se insere em uma crítica maior ao próprio modelo democrático liberal, que, para setores conservadores, permitia a ascensão de figuras indesejáveis que minavam a ordem social e política estabelecida.

A perspectiva conservadora de Barros ficou ainda mais explícita, nas linhas em que se lê: "se é verdade que necessitamos da formação duma consciência pública que se processe nos melhores sentimentos de moralidade, de religião e de justiça" (DIÁRIO DO PARANÁ, 1935, p.4); essa consciência não poderia se desenvolver, "sob o influxo de tão ridículos idealistas improvisados". Nessa perspectiva, apenas uma sociedade fundamentada na moral cristã e na estabilidade tradicional, seriam capazes de garantir justiça e ordem.

Em 29 de julho de 1935, o *Diário do Paraná* publicou uma crítica de Barros, feita à trajetória política de Luiz Carlos Prestes[32], evidenciando a mudança de percepção, sobre a pessoa de Prestes, ao longo do tempo. O texto compara o “Prestes da Revolta de 1924” ao “Prestes da Intentona

[32] Luiz Carlos Prestes (1898-1990) foi uma figura importante na história política brasileira do século XX, destacando-se como militar e dirigente comunista. Sua trajetória é marcada por intensa militância, episódios de perseguição, encarceramento e exílio. Ao longo de sua vida, assumiu protagonismo em movimentos políticos de contestação ao regime vigente, consolidando-se como um dos principais líderes comunistas do Brasil. Formado pela Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, Prestes ingressou no Exército Brasileiro, onde se destacou rapidamente como oficial. No contexto de instabilidade da Primeira República, aderiu ao movimento tenentista, que defendia reformas estruturais na política e na administração pública do país. Em 1924, liderou a Coluna Prestes, um movimento guerrilheiro que percorreu aproximadamente 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil, denunciando as desigualdades sociais e o autoritarismo do governo federal. Apesar de sua relevância simbólica, a Coluna não conseguiu angariar apoio suficiente para provocar mudanças institucionais e foi dissolvida em 1927, levando Prestes ao exílio na Bolívia e, posteriormente, na União Soviética. Durante seu período na União Soviética, Prestes aprofundou seus estudos marxistas e aderiu integralmente às concepções comunistas. Retornou ao Brasil no início da década de 1930 com o objetivo de liderar a Intentona Comunista de 1935, uma insurreição contra o governo de Getúlio Vargas, articulada com o apoio da Internacional Comunista. O levante foi rapidamente sufocado, e Prestes foi preso em 1936, permanecendo encarcerado por quase nove anos. Com a redemocratização do Brasil em 1945, foi libertado e eleito senador pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). No entanto, com a intensificação da repressão ao comunismo, o partido foi colocado na ilegalidade em 1947, forçando Prestes a atuar na clandestinidade. Durante a ditadura militar instaurada em 1964, exilou-se novamente na União Soviética, retornando ao Brasil apenas em 1979, após a promulgação da Lei da Anistia. Nos últimos anos de sua vida, Prestes rompeu com o PCB e passou a defender uma forma de socialismo que, segundo ele, estivesse mais alinhada às necessidades específicas do Brasil. Faleceu em 1990, deixando um legado marcado pela resistência política e pela busca por transformações sociais no país.

Comunista de 1935", apontando para uma suposta degeneração de sua atuação política. Segundo a publicação, enquanto em 1924 Prestes estaria comprometido com a luta republicana e com a modernização das instituições nacionais, em 1935 teria se desviado desse ideal ao se alinhar ao Comunismo soviético. Nas palavras de Barros, "o Prestes das gloriosas guerrilhas de 24 não é o Prestes moscovita de hoje", indicando que sua adesão ao marxismo teria representado uma ruptura com seu passado heroico.

O Comunismo, para Barros, era "o regime do calote contra os nossos credores e o direito de propriedade, contra a organização da família, contra o cristianismo social brasileiro" (DIÁRIO DO PARANÁ, 1935, p.6). Nota-se o temor que o comunismo gerava entre as elites políticas e intelectuais ligadas ao pensamento conservador e cristão, pois a propriedade privada, a família e o cristianismo são mencionados como pilares da sociedade brasileira.

> Todo prestígio prestista ainda é um reflexo das velhas aspirações que motivaram o heroísmo de cinco de julho, porque até hoje quer o povo, republicanizar as nossas instituições e consolidar a república nas suas verdadeiras bases. O Prestes que abominou desse ideal que se expôs pela primeira encruzilhada da rota dos Dezoito do Forte, e ressurgiu agora, lendo a cartilha marxista não pode esperar o mesmo lugar de outrora ao conceito da nação [...] (DIÁRIO DO PARANÁ, 1935, p.6).

Outro ponto relevante do artigo é a menção ao episódio dos "Dezoito do Forte", em referência ao levante militar de 1922, em que um grupo de jovens oficiais, incluindo Prestes, lutou contra a Primeira República. O texto argumenta que, caso Prestes ainda seguisse os mesmos princípios daquele período, não encontraria apoio entre seus antigos companheiros de luta, pois "já ao seu lado não formariam as dezoito do Forte". Essa afirmação sugere que sua guinada ideológica teria representado uma traição ao espírito original do Movimento Tenentista. O uso desse argumento, objetivava desqualificar a liderança de Prestes e sugerir que sua adesão ao Comunismo o isolou politicamente.

A matéria jornalística concluiu enfatizando: "o que ainda não está posto nos devidos termos é a diferença radical que existe entre o período republicano de 24 e o Prestes comunista de 35" (DIÁRIO DO PARANÁ, 1935, p.6). Na visão de Barros, havia um abismo entre o Prestes que lutava pela renovação da República e o Prestes que agora liderava um movimento

revolucionário de orientação marxista. Essa separação era uma construção discursiva que visava a deslegitimar sua nova atuação política e reforçar a narrativa de que o comunismo era uma ideologia inconveniente e alheia às necessidades do Brasil.

Nota-se que, já no ano de 1935, Barros já se consolidava como um intelectual católico militante, utilizando a imprensa como ferramenta para disseminar uma visão conservadora, católica e anticomunista. Seu discurso se insere diretamente no contexto de embates ideológicos, em que grupos católicos e liberais buscavam conter o avanço de propostas políticas de um ou de outro. Crítico veemente das ideologias progressistas, Barros conquistou, logo no início de sua trajetória intelectual, espaço na imprensa e na conversação pública como instrumento de defesa de um projeto político e social alinhado aos valores cristãos. Esse episódio é um indicativo precoce do acúmulo de capitais, por Barros, e de sua trajetória intelectual e política.

Ao longo de sua trajetória, acumulou diferentes formas de capital que o consolidaram como uma figura central na intelectualidade católica paranaense. No que tange ao capital econômico, sua posição como advogado, professor e gestor educacional lhe proporcionou estabilidade financeira, permitindo-lhe transitar em círculos de prestígio e exercer influência na esfera acadêmica e política. Já o capital cultural foi amplamente desenvolvido por meio de sua formação intelectual e atuação em diversas instituições, como o CEB e a FFCL/UP. Seu envolvimento no magistério, nos debates educacionais e na produção de discursos e artigos fortaleceu sua autoridade no campo acadêmico, legitimando-o como um intelectual de referência. O capital simbólico de Barros foi construído a partir do reconhecimento de sua atuação na defesa do ensino católico e de sua participação ativa em meios influentes. Termos como “distinto consócio”, frequentemente atribuídos a ele nas atas do CEB, evidenciam o prestígio conquistado. Sua proximidade com membros da hierarquia eclesiástica e com a elite conservadora também reforçou sua posição de destaque, conferindo-lhe autoridade tanto no meio religioso quanto no acadêmico.

Ambos os *capitais*, uma vez acumulados, conferem poder de fala e credibilidade dentro de um campo; muitas vezes é parte associada ao *habitus,*

cuja herança está ligada a um processo histórico que está indissociavelmente relacionada à família. Bourdieu propõe que o mundo social é objeto de três modos de conhecimentos teóricos:

> O fenomenológico, que considera a verdade da experiência primeira do mundo social, isto é, a relação de familiaridade com o meio familiar, apreensão do mundo social como mundo natural e evidente, sobre o qual, por definição, não se pensa, e que exclui a questão de suas próprias condições de possibilidade. O conhecimento que podemos chamar de objetivista (de que a hermenêutica estruturalista é um caso particular) (que) constrói relações objetivas (isto é, econômicas e lingüísticas), que estruturam as práticas e as representações práticas ao preço de uma ruptura com esse conhecimento primeiro e,portanto, com os pressupostos tacitamente assumidos que conferem ao mundo social seu caráter de evidência e natural [...] Enfim, o conhecimento que podemos chamar de praxiológico (que) tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade (Bourdieu,1983, p. 46-47).

A relação que estabelecemos, aqui entre religião, educação e política, na Capital Paranaense, apesar de inerente à História da Educação no Brasil, apresenta peculiaridades, especialmente pela idealização e materialização de um projeto educacional em nível superior.

Bourdieu (1983) apresenta uma perspectiva sofisticada sobre os modos de conhecimento teórico do mundo social, dividindo-os em três vertentes: O conhecimento fenomenológico, baseia-se na experiência cotidiana e na relação de familiaridade dos sujeitos com seu meio, naturalizando estruturas e excluindo questionamentos sobre sua origem e funcionamento. Esse tipo de apreensão do mundo social reforça a aceitação tácita das normas e práticas sociais, sem problematizá-las. O conhecimento objetivista rompe com essa percepção ingênua e busca estruturar as relações sociais de maneira analítica, revelando a lógica subjacente às práticas e representações, como ocorre na hermenêutica estruturalista. Esse conhecimento, porém, pode reduzir a complexidade da ação social ao enfatizar apenas as estruturas objetivas, sem considerar os processos subjetivos. O conhecimento praxiológico busca integrar essas abordagens ao compreender a relação dialética entre estruturas e agentes, ou seja, o modo como as estruturas sociais condicionam as disposições dos indivíduos (*habitus*) e, ao mesmo tempo, como essas disposições reproduzem ou transformam essas

mesmas estruturas. Em termos metodológicos, essa terceira via representa uma superação das dicotomias clássicas entre objetivismo e subjetivismo, permitindo uma análise mais dinâmica da sociedade. Tal perspectiva permite analisar como Barros interiorizou valores do catolicismo conservador e os exteriorizou em sua atuação intelectual, consolidando-se como um agente na formação do campo educacional paranaense.

Barros também esteve envolvido na política, seja como candidato a Deputado Estadual, ou mesmo como membro de setores executivos do Partido Político. Em matéria intitulada “Panorama político do Paraná”, o jornal *O Dia* noticiou algumas ações do PSD, apontado Barros como um de seus correligionários. Na ocasião apresenta-se o interesse do referido partido em fazer propaganda levando a sociedade a conhecer os propósitos, as intenções e os valores do Partido.

> Dizer ao povo brasileiro através de uma divulgação sincera dos seus princípios, quais as excedências dos postulados que encerra no seu programa, a sua [...] identidade com os problemas brasileiros, sempre ligados aos interesses maiores do homem brasileiro, desde o que vive no mais longínquo povoado, até o que habita na grande metrópole. Com este intuito de grande significação, criou a Comissão Executiva estadual do P.S.D. no Paraná, uma comissão de divulgação e propaganda, entregando o seu funcionamento a esforçados correligionários, tais como os Srs. Drs. Alô Guimarães, Aramis Athayde, Hostilio Araújo, Gaspar Veloso, Oscar Borges, Flávio Lacerda, Serafim França e Homero de Barros (O DIA, 23 de ago.,1945, p. 4).

A notícia, veiculada em *O Dia*, sinaliza a participação e o engajamento de Barros à vida política e a propagação, nesse caso, do ideário pretendido pelo PSD da época, 1945. No mesmo ano, o jornal *O Dia* trouxe o nome de Homero de Barros como candidato a Deputado Estadual, pelo PSD (O DIA, 19 de out. 1945, p. 1). Posteriormente foi citado em outros materiais de imprensa, como candidato ou como partidário de outras agremiações políticas, a evidenciar as *redes de sociabilidade,* que foi tecendo ao longo de sua trajetória.

No entendimento do grupo Católico, a Educação seria o principal caminho para estabelecer os rumos da sociedade, pois a partir dela seria possível atrelar os valores cristão na formação dos estudantes. Isso mostra que o grupo Católico entendia que seu projeto deveria se materializar a partir de intervenções no campo educacional, ainda que as atuações no campo político tenham sido uma característica. O jornal *O Luzeiro*, de agosto de 1937, publicou

um trecho do discurso de Alceu Amoroso Lima, o qual afirmou que “os católicos não podem conservar-se indiferentes no debate político” (O LUZEIRO, ago. 1937, p. 04) e que a ação política “é um direito dos católicos e como tal deve ser exercida, dentro dos princípios morais que regem toda a atividade humana” (O LUZEIRO, ago. 1937, p. 04).

Em novembro de 1945, o jornal “*O Dia*” destacou a realização de comícios do PSD realizados em Paranaguá, Ponta Grossa, Teixeira Soares, Ipiranga, etc. Na ocasião, Barros projetou alguns preceitos referentes às ações e os ideais daquele partido apresentando o que qualificou como “excelências do [...] ideário político que bem atende aos anseios da nacionalidade, que aspira a efetivação de uma genuína democracia social, moldada em bases cristãs” (O DIA, 30 de nov. de 1945. p. 04). Tais bases seriam necessárias por se tratar dos "sustentáculos da nossa história, desde os primórdios do descobrimento e que serão realizadas, inteiramente com Gaspar Dutra” (O DIA, 30 de nov. de 1945).

Em 16 de outubro de 1946, o jornal *O Dia* noticiou a realização de uma convenção estadual do PSD em apoio à candidatura do General Gaspar Dutra, na qual Barros aparece presente. Em destaque, o jornal trouxe a seguinte notícia: “Crescem, em todo Estado, as manifestações de apoio irrestrito à candidatura do General Gaspar Dutra [...] grande convenção preparatória da pujante organização político-partidária Estadual do Partido Social Democrático” (O DIA, qui. 16 de out. 1946, p. 4).

Mais que um fato isolado, a presença de Barros na esfera político-partidária, sinaliza sua proximidade com os setores conservadores da política brasileira no período pós-Estado Novo, reforçando a sua posição como um intelectual alinhado aos interesses do catolicismo e da direita moderada no Brasil. Barros não apenas atuava como acadêmico e gestor universitário, mas também exercia influência política, participando ativamente das articulações que definiam os rumos do país. Sua presença em um evento político indica que ele não se limitava à atuação na educação superior, mas circulava no meio político, por entender este espaço como fundamental para a ampliação de sua influência.

Em certa medida, o apoio a Dutra se encaixa no contexto de polarização do pós-guerra, onde os comunistas, fortalecidos pela luta contra o fascismo e pelo papel da União Soviética na geopolítica global, encontravam forte

resistência nos setores conservadores e religiosos. Dutra, que se tornaria presidente em 1946, foi responsável pelo fechamento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pela repressão a movimentos de esquerda. Tais medidas iam de encontro aos interesses de grupos como o CEB e a intelectualidade católica. Assim, a atuação de Barros alcançava a esfera política, social, educacional e cultural, fortalecendo sua imagem como um intelectual no entroncamento entre campos.

O interesse pelas questões sociais e políticas, somado à influência obtida como membro de diversas instituições de cunho cultural e educativas, lhe conferiu gradativa credibilidade na conversação pública e, por vezes, o colocou em evidência na materialização do projeto educativo da Igreja Católica.

Juntamente com Brasil Pinheiro Machado, Barros, por gozar de grande prestígio nos campos Educacional e Político, ocupou cargo administrativo no Estado do Paraná, na Gestão do Interventor Manoel Ribas[33]. Tendo sido eleito Deputado, Pinheiro Machado foi nomeado interventor no Paraná; cargo que ocupou entre 25 de fevereiro a 6 de outubro de 1946. Na gestão de Pinheiro Machado, Homero de Barros foi nomeado Diretor de Educação, cuja gestão foi tema de diversas matérias nos jornais da época. Ocupando o cargo de Diretor Geral da Educação, apenas no ano de 1946, período em que ficou afastado das atividades docentes.

Depois de 1946, quando deixou o posto de Diretor Geral da educação do Paraná, Barros retomou Cátedra, na Faculdade, vindo a ocupar o cargo de vice-reitor na gestão do Reitor Flávio Suplicy de Lacerda; Diretor da FFCL, entre 1951 e 1968; nos primeiros anos da década de 1950, também ocupou o cargo de presidente do CEB.

Sobre a proximidade entre os campos educacional e político, notamos que, na condição de Interventor e professor da Universidade do Paraná, Brasil Machado demonstrou a proximidade existente entre esses campos, ao trabalhar em conjunto com políticos paranaenses e professores das Faculdades. Observou-se a presença de docentes universitários em seu governo, tal como

[33] Manoel Ribas foi Interventor no Paraná, no período entre 1932 e 1937; Governador de 1935 a 1937; e outra vez como interventor, de 1937 a 1945. Com o fim da sua intervenção, foi nomeado Brasil Pinheiro Machado para assumir o cargo. A gestão de Pinheiro Machado contou com diversos Professores Catedráticos da Universidade do Paraná, conforme já consideramos.

publicado na edição de 27 fevereiro de 1946, pelo jornal *Gazeta do Povo*. Entre nomes e cargos indicados aos cargos, diga-se políticos, estão: Taborda Júnior, para a pasta da Fazenda; tal como já mencionamos, Homero de Barros para a pasta da Educação; Alcides Pereira Junior para Procurador da Justiça; Coronel José Scheleder para a pasta militar; e Flávio Suplicy de Lacerda para a pasta de Obras Públicas.

A proximidade entre política e educação não representava necessariamente um fato inédito, haja vista que na Universidade estavam pessoas letradas, numa época em que a escolarização não era uma característica da população paranaense, ou mesmo brasileira. Todavia, a escolha de Barros para aquela área de atuação demonstra mais uma vez, o seu capital e a sua ocupação em espaços de poder. Outro fator relevante era a quantidade de catedráticos com ocupações no Governo do Estado; nesse aspecto, tratava-se de algo não tão comum. Com o título "O Magistério, seus problemas e este Governo de professores", publicado em 4 de maio de 1946, o jornal *O Dia*, apresentou a lista de Professores do ensino superior que passaram a atuar junto ao Governo de Estado em diversos departamentos. São eles: Lysimaco Ferreira da Costa, Ernesto de Oliveira, Moreira Garcez, Francisco Franco, Manuel de Oliveira Franco, Afonso Camargo, Marins Camargo, Hugo Simas. Advertiu, Brasil Pinheiro Machado, Flávio Suplicy, João Cândido Ferreira Filho, Homero Batista de Barros, Algacyr Maeder.

Diante da quantidade de Professores catedráticos há de se questionar a razão pela não escolha de outros profissionais que pudessem estar disponíveis em outros setores, seja da Educação secundária ou mesmo na iniciativa privada. Cabe, aqui, algumas reflexões pertinentes, se as escolhas destes nomes estariam relacionadas ao *capital* que possuíam; à força da agremiação partidária; à falta de opção em outros campos de atuação; ao catolicismo, que se apresentava como um impulso a essas escolhas. Não fomos em busca de responder a essas indagações, mas cremos que poderiam ser chaves importantes para elucidar com maior riqueza de detalhes, a inserção de cada um dos docentes/intelectuais na administração pública executiva estadual.

A propósito da intervenção de Manuel Ribas, o jornal *O Estado*, de 27 de novembro de 1937 publicou as referências feitas ao interventor do Paraná,

por Barros. Logo na primeira página, o jornal trouxe destacado em seu título: “Parabéns ao Sr. Manoel Ribas e ao Paraná [...] o interventor em nosso estado, recebe novas manifestações de júbilo pela sua nomeação para a alta investidura” (O ESTADO, 27 de novembro de 1937). Em texto assinado por Barros, lê-se a seguinte mensagem: “Como paranaense, amigo e correligionário, honro-me em felicitar vivamente vossência pela nomeação para interventor que, no momento, representa a segurança e tranquilidade do nosso povo e continuação do seu notável programa administrativo” (O ESTADO, 27 de nov. de 1937). Percebe aqui a boa relação que configura a *rede de sociabilidade* construída por Barros, numa mensagem que demonstra cordialidade diante de uma figura política de notável relevância para o Estado do Paraná.

A confluência entre os campos educacional e político mostrou-se simbiótica; há de se levar em conta a pretensa aptidão demonstrada pelos Professores da FFCL a ambos os campos (ainda, como pano de fundo, munidos de ideais católicos em grande medida). Segundo Westphalen (1988), Brasil Pinheiro Machado, Diretor da FFCL, nomeado interventor do Estado do Paraná; Algacyr Munhoz Mader, Professor titular da cadeira de Geometria Analítica, foi nomeado para atuar na Prefeitura Municipal de Curitiba-PR; à Flávio Suplicy de Lacerda, Professor titular de Análise Matemática e Análise Superior, foi atribuída a Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas; o Professor Homero de Barros, titular da cadeira de História da Antiguidade e da Idade Média, foi incumbido da Diretoria Geral da Educação do Estado do Paraná; Bento Munhoz da Rocha Neto, que era Professor titular de História da América, foi eleito Deputado Federal.

No trabalho de Etelvina M. de Castro Trindade e Maria Luiza Andreazza, de 2001, Cultura e Educação no Paraná, vimos uma análise sobre o planejamento educacional e movimentos intelectuais na década de 1940. A obra analisa historicamente as configurações culturais e educacionais no estado do Paraná. O foco principal é a "escola" e o "ensino", abordando aspectos relacionados à formação cultural e ao desenvolvimento educacional na região

Além dos investimentos de ordem material, relacionados à política de povoamento, economia e os transportes, no Paraná, notou-se atenção da política pública voltada à cultura, à Educação, principalmente na ênfase à

instrução do homem do campo. Houve uma preocupação com a “preparação de professores, no interior do Estado, com o objetivo de formar o mestre de cada região, em sua própria região, de prevenir a evasão escolar e de criar os Cursos Normais Regionais” (TRINDADE, 2001, p. 105).

Trindade (2001) salienta que “em 1940, a Diretoria Geral da Educação organizou um Regimento interno e Programa que tentava refletir legalmente a vida real nas Escolas primárias” (TRINDADE, 2001, p. 105). Nas palavras da autora, seria um “instrumento disciplinador e normativo, de caráter conservador”. Depois dessa menção, Trindade dá um salto temporal e menciona Erasmo Pilotto, em 1948, já à frente da Secretaria de Educação e Cultura, recém-criada. Para a autora, nesse momento da gestão da Educação no estado do Paraná, “foi possível trazer às Escolas orientações mais modernas e programas mais inovadores” (TRINDADE, 2001, p. 105).

Nas fontes a que tivemos acesso, referentes à função que Barros desempenhou enquanto Diretor Geral da Educação, em 1946, vimos certa repercussão relacionada à sua ida até a Capital Federal, como representante do Governo do Estado, para tratar da questão do Território Iguaçu.

> A causa mais interessante para os paranaenses, neste momento, é a da reintegração dos nossos 51.553 km2 que formam o Iguaçu. [...] um trabalho intenso e inteligente em favor da reconquista territorial daquela região (O DIA, 7 de ago. 1946, p. 6).

Em reportagem publicada pelo jornal *O Dia*, ed. nº 67, em 7 de agosto de 1946, lê-se uma entrevista com Barros, então Diretor Geral da Educação do Paraná, abordando a questão da reversão do Território do Iguaçu[34] ao estado paranaense. A matéria trouxe o seguinte título: “O povo e as autoridades unidos na reconquista do território do Iguaçu” (O DIA, 7 de ago. de 1946, p. 6).

> Recentemente chegou da Capital da República, onde se desempenhou com invulgar felicidade [...] da missão que lhe conferiu o Governo do Estado [...] o Sr. Homero de Barros, ilustre Diretor Geral da Educação,

[34] O Território Federal do Iguaçu foi uma unidade administrativa criada pelo governo de Getúlio Vargas, em 13 de setembro de 1943, durante o Estado Novo, abrangendo áreas que pertenciam aos estados do Paraná e de Santa Catarina. Sua criação ocorreu no contexto da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de fortalecer a presença do governo federal em regiões de fronteira estratégica e estimular o desenvolvimento local. No entanto, com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1946, o território foi extinto em 18 de setembro de 1946, sendo reincorporado aos estados de origem. Apesar de sua curta duração, o Território do Iguaçu gerou disputas políticas e administrativas, sendo alvo de debates sobre sua importância e impactos para a organização federativa brasileira. Nas décadas seguintes, surgiram movimentos que defendiam sua recriação como um novo estado da federação, mas sem sucesso.

> a pessoa mais indicada para nos transmitir as suas impressões a respeito da questão do Território do Iguaçu, que no momento apaixona muito justamente todos os paranaenses. Interessava-nos saber não tanto a opinião da nossa bancada, na Câmara Federal e dos paranaenses residentes fora do Estado, pois é unânime e indisfarçavelmente favorável à reversão do território ao Paraná, mas em particular a maneira por que está repercutindo na Capital da República o movimento que tudo indica terminará com a vitória dos nossos objetivos (O DIA, 7 de ago. de 1946, p. 6).

O tom da matéria do jornal *O Dia*, reflete a mobilização política da época, e a intensa disputa em torno da reorganização territorial e administrativa da região. A presença de Barros na Câmara Federal, para tratar do assunto, apesar de sua posição administrativa voltada à Educação, sugere sua inserção em debates políticos mais amplos e evidencia a intersecção entre educação, política e territorialidade no Paraná da década de 1940. De modo mais específico, a matéria enfatiza a mobilização das lideranças paranaenses em prol da incorporação do Território Federal do Iguaçu ao Paraná, destacando que essa era "a causa mais interessante para os paranaenses, neste momento".

Ao tratar dos opositores ao projeto de reinserção do Território do Iguaçu ao Paraná, declarou:

> O deputado Hugo Carneiro, ex-governador do Acre, continua sendo nosso mais intransigente adversário nessa questão. Ele desconhece completamente a realidade. Tive de discutir com esse parlamentar o ouvi espantado que o território do Iguaçu é povoado por paraguaios sendo uma região onde se fala castelhano onde circula dinheiro argentino; outras conjecturas do deputado Hugo Carneiro São inspiradas na Ponta Porã, em Mato Grosso, que não tem nenhuma afinidade com o nosso território. Ignora, por igual, nossas possibilidades econômicas desde que insiste em que o Paraná jamais poderá manter aquela zona com os mesmos recursos lá empregados pela União (O DIA, 7 de ago. de 1946, p. 6).

A defesa da reversão territorial se baseia em argumentos de identidade regional, unidade nacional e viabilidade econômica, contrapondo-se a narrativas que retratam a região como isolada e desconectada do Paraná. A fala de Barros rechaça as alegações do deputado Hugo Carneiro, um dos principais opositores da reversão, que argumentava que o território seria majoritariamente povoado por paraguaios e influenciado economicamente pela Argentina. Barros rebate essa visão, sugerindo que o Território do Iguaçu não apenas pertencia historicamente ao Paraná, mas também possuía plenas condições de desenvolvimento dentro do Estado.

O tom da entrevista demonstra um engajamento significativo da bancada paranaense na Câmara Federal, com menções a parlamentares como Lauro Lopes, Erasto Gaertner e Munhoz da Rocha, os quais atuavam politicamente para garantir a aprovação da emenda que possibilita a reintegração. A ideia de que "não haverá outra saída, pois, a reintegração do território da região iguaçuana ao território paranaense é um ato de justiça" (O DIA, 7 de ago. de 1946, p. 6), exposta por Barros, reforça o argumento de que a medida era vista como uma reparação histórica e um passo essencial para o desenvolvimento do Paraná.

Um mês antes, em 26 de julho de 1946, o jornal *O Dia* publicou uma matéria sobre um acordo entre Governo Federal, por meio do Ministério da Educação e Saúde, e o Governo do Paraná, para a “entrega de 55 escolas rurais” a serem instaladas no Paraná.

> O emissário do governo paranaense, Dr. Homero de Barros, Diretor Geral da Educação do Estado do Paraná, teve o grato ensejo de ver perfeitamente atendidas, além desse grandioso anseio, outras justas e legítimas aspirações da nossa coletividade (O DIA, 26 jul. 1946, p. 6).

A matéria jornalística tentou expor o contexto educacional do Paraná, naquele momento em que Barros era Diretor de Educação:

> Numa fase em que todo o mundo vem lutando para melhorar as condições de vida, buscando ampliar os recursos econômicos da terra, a iniciativa do Ministério da Educação e Saúde, adquire um valor de um símbolo de uma verdadeira interpretação das necessidades coletivas. O maior desenvolvimento futuro das possibilidades econômicas, por meio de escolas rurais. Esses estabelecimentos possuem um papel de alta significação no futuro da Pátria. Sem dúvida nenhuma, dentro de alguns anos, o Brasil começará a conhecer os frutos imediatos das escolas rurais, que tem por objeto não só combater o analfabetismo, mas, também, formar uma nova mentalidade entre os campesinos e sertanejos, de sorte a produzir a evolução individual desses patrícios e o progresso dos seus métodos de trabalho agrário (O DIA, 26 jul. 1946, p. 6).

A matéria enfatiza a educação como motor do progresso social e econômico, ressaltando que as escolas rurais não tinham apenas a finalidade de combater o analfabetismo, mas também de transformar a mentalidade da população do campo, promovendo uma evolução individual e coletiva. Essa abordagem evidencia a crença na educação como ferramenta de desenvolvimento nacional, alinhando-se a políticas públicas que viam a escola como um meio de incorporação da população rural à dinâmica econômica e

social moderna. Percebe-se, também, um viés modernizador que considerava a população rural como carente de uma formação específica, reforçando uma ideia "civilizatória" e "integradora" da escola no campo. Segundo a matéria do jornal, "na mesma reunião, foi concedido o crédito à Escola Normal Rural e ficaram reconhecidas as Escolas Normais Livres, criadas e instaladas ainda há poucos meses pelo Governo do Paraná" (O DIA, 26 jul. 1946, p. 6).

A reportagem ainda evidencia o papel de Barros como articulador dessas políticas públicas, indicando sua influência e prestígio junto ao governo federal.

> A viagem do Dr. Homero de Barros, teve, pois, a mais elevada expressão para todos nós paranaenses, de vez que, no decorrer da mesma [reunião], foram tomadas importantíssimas decisões para nossa vida econômica, social e cultural (O DIA, 26 jul. 1946, p. 6).

O nome de Barros apareceu em outras reportagens do jornal O Dia, naquele ano de 1946, a mostrar que as suas ações, enquanto Diretor de Educação, reverberavam na imprensa paranaense. Ao ser citado como partícipe na concretização de políticas públicas, reforça sua posição como intelectual e gestor envolvido com a organização do ensino no Paraná. A conexão entre educação e política, se dá na medida em que a ampliação da rede escolar rural atendia a demandas educacionais, e também fortalecia o Estado no interior; consolidando uma presença governamental mais efetiva em regiões afastadas dos centros urbanos.

A matéria publicada pelo jornal *O Dia*, em 2 de agosto de 1946, evidencia a relevância de Barros como um articulador das políticas educacionais no Paraná, bem como a importância das relações institucionais entre o Governo Estadual e o Governo Federal na construção de um "sistema educacional mais estruturado" (O DIA, 2 de ago. 1946, p. 03). O jornal destaca que, durante sua viagem à capital federal, Barros desempenhou um papel fundamental na obtenção de recursos e na formalização de convênios que possibilitaram avanços no setor educacional paranaense. Entre as conquistas mencionadas na reportagem, destaca-se a construção de 55 escolas primárias rurais, além da implementação de uma grande escola normal rural, que deveria ser instalada em local estratégico para atender às necessidades do Estado.

Barros enfatiza a influência e o prestígio do Paraná junto ao governo federal, atribuindo os resultados obtidos à atuação do interventor Brasil Pinheiro

Machado e do Secretário do Interior e Justiça, Oscar Borges de Macedo. Segundo suas palavras, "o Governo e o Paraná nunca estiveram mais prestigiados do que nos dias presentes" (O DIA, 2 de ago. 1946, p. 03), demonstrando a percepção de que o Estado se encontrava em uma posição privilegiada para negociar recursos e melhorias para sua estrutura educacional. Ao destacar que "o Paraná continua tido em alto conceito em matéria de instrução popular", (O DIA, 2 de ago. 1946, p. 03) buscou não apenas consolidar a percepção de que o estado era referência em educação, mas também legitimar sua própria atuação no cargo, vinculando-se à tradição de gestores que, segundo ele, "souberam encarar seriamente os magnos problemas educacionais" (O DIA, 2 de ago. 1946, p. 03).

Outro aspecto relevante da matéria é o reconhecimento do Paraná como um dos estados mais avançados na implementação de políticas educacionais alinhadas às diretrizes do Ministério da Educação e Saúde. Barros menciona que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) atribuiu ao Paraná uma classificação superior à de outros estados, incluindo São Paulo, referência nacional em organização pedagógica. Além disso, destaca o pioneirismo do estado na criação de escolas normais livres, como o Cajuru, Sagrado Coração de Jesus e a escola de Castro, que foram reconhecidas pelo Ministério como modelos de colaboração com a Lei Orgânica do Ensino Normal.

> Graças a essas atividades louváveis, dos nossos antecessores, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos continua mantendo para o Ensino do Estado, a classificação de ótimo, em confronto com o das outras unidades e não esconde a nossa superioridade proporcional quanto ao próprio Estado de São Paulo, onde a organização pedagógica é modelar. Em relação ao ensino, duas conquistas foram grandemente animadoras: a concessão de uma grande escola normal rural [...] a ser localizada pelo estado onde lhe parecer conveniente, é a segurança do reconhecimento das escolas normais livres (Cajuru, Sagrado Coração de Jesus e a de Castro). Foi grande o entusiasmo do Ministro Souza Campos ao dizer que o Paraná, onde ele restaurará a Universidade, é o primeiro Estado a instituir as escolas normais livres nos moldes da Lei orgânica do Ensino Normal, nas quais o Ministério da Educação reconhece valiosa colaboração ao desempenho do seu programa (O DIA, 2 de ago. 1946, p. 03).

A entrevista também revela o interesse do governo paranaense em ampliar o acesso à formação educacional, tanto para estudantes quanto para docentes. Nesse sentido, Barros anunciou que o Ministério da Educação disponibilizará bolsas de estudo no Rio de Janeiro e facilitaria o acesso de alunas

paranaenses ao Curso de Canto Orfeônico coordenado pelo maestro Heitor Villa-Lobos. Outras iniciativas inovadoras mencionadas incluem a introdução do cinema educativo nas escolas primárias e a possível modificação da legislação federal sobre férias escolares, sugerindo um esforço de adaptação do calendário acadêmico às necessidades locais.

> Além do que está dito [...] podemos adiantar-lhes que o Ministério porá à disposição do Estado, diversas Bolsas de estudos no Rio, assegurará a admissão de nossas alunas no curso de Canto Orfeônico, dirigido pelo Maestro Vila-Lobos, facilitará o material para a organização do cinema educativo nas escolas primárias e considerará, para o próximo ano a modificação da Lei Federal que dispõe sobre férias escolares, ora em vigor em todo o país. Ainda este ano, serão reconhecidos os ginásios estaduais de Londrina, União e Guarapuava, assim como o de Santo Antônio da Platina, requerido em junho último, cujas instalações causaram excelente impressão à grande Diretora de Ensino Secundário D. Lúcia Magalhães. Em face do quanto obtivemos e do quanto vimos de facilidades para o Governo paranaense, reconhecemos a alacridade com que o Ministro Prof. Souza Campos nos declarou que 'tudo o que diz respeito ao Paraná, está dentro do meu coração'. E nem é outro o ambiente que se denota para com a nossa gente em todos os demais órgãos da administração federal" (O DIA, 2 de ago. 1946, p. 03).

Barros afirmou que "o Governo e o Paraná nunca estiveram mais prestigiados do que nos dias presentes" (O DIA, 2 de ago. 1946, p. 03). Com isso, buscou destacar a importância da atuação do interventor Brasil Pinheiro Machado como um facilitador no diálogo com o Ministério da Educação e Saúde, o que possibilitou conquistas significativas para o Estado. Esse reconhecimento não apenas fortalece a figura de Pinheiro Machado como um político influente e respeitado junto ao governo federal, mas também eleva a posição de Barros como um agente estratégico na formulação e implementação das políticas educacionais. Ao representar o governo estadual na capital federal e obter êxito em suas negociações, Barros reforça sua capacidade de articulação e influência dentro da estrutura administrativa, o que pode ter consolidado ainda mais seu espaço dentro da elite política e intelectual.

As fontes, que tivemos acesso, não explicitaram qualquer menção à presença do projeto católico nas ações de Barros neste contexto específico, como Diretor Geral da Educação, do Paraná. Entretanto, vimos diversas menções voltadas para sua atuação, como representante do Governo estadual e sua capacidade de negociar políticas educacionais para o favorecimento à instrução pública no Paraná e da modernização em geral.

> [...] dentre outras providências de [Oscar Borges de Macedo], foi natural sua interferência junto às Empresas Elétricas Brasileiras, [...] trouxe remodelação e ampliação dos serviços de transporte coletivo, [para a Capital do Paraná] que consistirá na criação de novas linhas de ônibus, na melhoria do material existente, num aumento considerável do número de bondes e ônibus. Tudo faz crer, pelo que a cidade não tardará a ter uma solução perfeitamente satisfatória desse grande problema urbano (O DIA, 2 de ago. 1946, p. 03).

Barros ampliou seu discurso para além da esfera educacional, inserindo suas declarações em um contexto mais amplo de desenvolvimento urbano e infraestrutura no Paraná. Ao mencionar a interferência de Oscar Borges de Macedo junto às Empresas Elétricas Brasileiras, Barros reconheceu a importância de investimentos em transporte coletivo e infraestrutura elétrica, ao mesmo tempo em que relacionou essas melhorias ao prestígio do governo estadual e à sua própria atuação como Diretor Geral da Educação.

Sua estratégia discursiva, apontava para a conexão entre a educação e o progresso urbano, sugerindo que o desenvolvimento da instrução pública estava inserido em um projeto de modernização do estado. Havia um otimismo em sua fala, em relação às mudanças estruturais que estavam sendo implementadas naquele contexto, apresentando, assim, uma visão positiva da gestão pública e da capacidade do governo estadual de promover avanços para a sociedade paranaense. O fato de Barros expandir seu discurso para além da educação, demonstra um esforço para evidenciar sua articulação com diferentes setores da administração pública, evidenciando a sua capacidade de diálogo e influência em múltiplas áreas. Essa abordagem reforça sua imagem como um gestor não restrito apenas ao campo educacional, mas sim um intelectual engajado na formulação de políticas públicas mais amplas, que, nesse caso, incluíam infraestrutura, transporte e planejamento urbano.

Sua atuação à frente da Diretoria Geral da Educação, em 1946, esteve mais voltada para a ampliação da rede escolar e para o fortalecimento do ensino público, sem evidências claras de vinculação com os interesses eclesiásticos. Todavia, é possível interpretar que sua visão conservadora e sua proximidade com setores católicos poderiam influenciar a forma como tais políticas seriam implementadas no estado. Embora não mencionada diretamente, a regulamentação do ensino religioso, que ocorreria anos mais tarde no Paraná, é

vista como parte de um contexto em que a presença da Igreja no sistema educacional estava sendo progressivamente fortalecida.

Para os católicos, o prestígio adquirido por Barros, refletia em oportunidade de fortalecer a presença da Igreja no sistema educacional, uma vez que, como intelectual ligado ao Ensino (seja na instrução básica ou superior), ao CEB e defensor da catolicização do ensino, estava diretamente envolvido na formulação das políticas educacionais do estado. Ainda que a reportagem não mencione explicitamente esse viés religioso, é plausível considerar que os interesses católicos se beneficiaram de um cenário político favorável à implementação de uma educação alinhada aos valores cristãos.

Os materiais de imprensa, permitiram-nos verificar a confluência entre educação e Estado, destacando sua atuação como um gestor educacional influente no Paraná da década de 1940. A obtenção de recursos e a implementação de novos modelos de ensino reforçam seu papel como mediador entre os interesses locais e a política nacional, consolidando a importância do Paraná no cenário educacional brasileiro. Além disso, a aliança com Brasil Pinheiro Machado, um interventor com forte influência junto ao Governo Federal, permitia uma articulação mais ampla entre os setores conservadores do Paraná e as autoridades nacionais.

A relação entre política, educação e religião se tornaria ainda mais evidente nos anos seguintes. Naquele ano de 1946, ocorreu a “Restauração da Universidade do Paraná”[35]; posteriormente a regulamentação do ensino religioso nas escolas estaduais; a criação da FCFC; a eleição de Barros como Vice-Reitor da Universidade do Paraná; o cargo de Diretor da FFCL; a “Federalização” da Universidade do Paraná[36]. Tais acontecimentos evidenciam o protagonismo da Igreja na formação educacional do Paraná.

---

[35] A restauração da Universidade do Paraná ocorreu em abril de 1946, marcando a reunificação das faculdades isoladas que, anteriormente, haviam sido desmembradas. O processo de restauração teve como objetivo unificar as faculdades que haviam sido separadas em 1919, quando a universidade original, fundada em 1912, foi dissolvida e transformada em faculdades autônomas. Essa fragmentação fez com que cada unidade tivesse uma administração independente, dificultando uma estrutura universitária integrada. A partir de esforços do governo estadual e de setores acadêmicos, liderados por figuras como Flávio Suplicy de Lacerda, foi possível recompor a universidade, trazendo novamente para um mesmo sistema as faculdades de Direito, Medicina, Engenharia e Filosofia, Ciências e Letras, entre outras.

[36] A Federalização foi oficializada posteriormente, por meio da Lei nº 3.848, de 18 de dezembro de 1960, sancionada pelo então presidente Juscelino Kubitschek, que transformou a

O jornal *Paraná Esportivo*, na Edição de 26 de maio de 1958, publicou notícias relacionadas às instalações da FFCL/UFPR e apresentou imagens em que políticos e professores confraternizam, evidenciando uma relação de convergência entre os campos Educacional/acadêmico e político. Naquela ocasião Barros foi citado como Diretor da Faculdade de Filosofia, cuja notícia trazia o seguinte título: "Fruto do notável arrojo Paranista"; no texto da publicação, lê-se: "As magníficas instalações da Faculdade de Filosofia, foram ontem visitadas por parlamentares, professores da Universidade do Paraná e figuras destacadas de nosso mundo político e social [...]" (PARANÁ ESPORTIVO, 26 de maio de 1958, p. 03). O referido jornal citou os participantes daquela visita ao prédio que estava na fase final de sua construção, na etapa de acabamentos. A matéria menciona:

> Recebidos pelo magnífico reitor da Universidade do Paraná, Prof Flávio Suplicy de Lacerda, os visitantes, dentre os quais destacamos o deputado Nilson Ribas, Presidente da Assembleia Legislativa, que se fazia acompanhar dos parlamentares Amaury Silva e Miguel Bufara, Professores Antenor Pamphilo dos Santos, Diretor da Faculdade de Medicina, Alceu Beltrão, Diretor da Faculdade de Engenharia, **Homero de Barros da Faculdade de Filosofia** e Dirceu Lacerda da Faculdade de Medicina, além do Dr. Leo Lencioni, Professor de Filosofia da Faculdade de Medicina de Rosário (Argentina) percorreu demoradamente todas as dependências da obra, que se encontra em fase de acabamento final. [...] os visitantes tiveram uma excelente impressão do conjunto, que possui tudo o que há de mais moderno em matéria de arquitetura e conforto. O magnífico Reitor Flávio Suplicy de Lacerda levou os visitantes a todas dependências da nova Faculdade, mostrando com orgulho [...] Após a visita ao auditório e ao setor onde já está instalada a Reitoria da Universidade do Paraná, foi oferecido um coquetel [...] aos presentes (PARANÁ ESPORTIVO, 26 de mai., 1958, p. 03)

O relato destaca a importância de uma visita à Universidade do Paraná, em 1958, que contou com a presença de figuras significativas da política e do meio acadêmico, incluindo o deputado Nilson Ribas e o Professor Flávio Suplicy

---

Universidade do Paraná em uma instituição federal, passando a se chamar Universidade Federal do Paraná (UFPR). A Federalização foi um passo fundamental para garantir a sustentabilidade financeira e a autonomia administrativa da universidade. Até então, a Universidade do Paraná era mantida pelo governo estadual e por recursos próprios, o que limitava sua capacidade de expansão e modernização. Com a federalização, a instituição passou a receber recursos diretos da União, integrando-se ao sistema federal de ensino superior e garantindo maior estabilidade e desenvolvimento acadêmico. No caso da Federalização, o papel da Igreja foi menos evidente, pois esse processo foi mais técnico e político, envolvendo negociações entre o governo estadual e federal. No entanto, é importante ressaltar que a influência católica dentro da FFCL persistiu mesmo após a federalização, especialmente porque muitos professores e gestores que defendiam a educação católica continuaram ocupando cargos importantes.

de Lacerda, reitor da universidade. A visita consistiu numa análise detalhada da infraestrutura da obra em fase de acabamento. O evento reflete o esforço institucional para consolidar a imagem da Universidade como um centro de excelência, com modernidade arquitetônica e conforto.

A menção ao orgulho do Reitor, Flávio Suplicy de Lacerda, ao apresentar as novas instalações, revela não apenas um avanço físico da instituição, mas também um fortalecimento simbólico de sua posição no cenário educacional. Além disso, a presença de figuras como Homero de Barros e Dirceu Lacerda, ligados à Faculdade de Filosofia e à Faculdade de Medicina, ressalta a colaboração interinstitucional e o empenho das diferentes faculdades no desenvolvimento da universidade. A realização de um coquetel ao final da visita, tal como se vê na Figura 2, marcou o encerramento do evento e refletiu o caráter social e político das interações, reforçando a importância da Universidade do Paraná na formação de elites intelectuais e políticas do estado.

Figura 2 - Políticos e Professores da Universidade Federal do Paraná, reunidos no espaço da FFCL/UFPR, em maio de 1958.

Fonte: Jornal *Paraná Esportivo*, 26 de maio de 1958, p. 06

A imprensa paranaense apresentava certa confluência e familiaridade entre os campos político, acadêmico, religioso, de tal forma que por vezes dificultava a separação de tais espaços sociais. A saber, os nomes de Brasil Pinheiro Machado (interventor Federal no momento da restauração), Flávio Suplicy de Lacerda (Secretário de Estado), Homero de Barros (Diretor Geral da Educação do Estado, membro de partido Político e candidato a Deputado Federal) Bento Munhoz da Rocha (Deputado Federal e Governador do Estado do Paraná) apresentavam-se como intelectuais inseridos no ideário católico e com trajetórias marcadamente atreladas ao espaço acadêmico de ensino.

Bernard Lahire (2017), procurou sintetizar as características essenciais de um campo social, embora reconheça as mudanças de sentido que possa ser atribuído a um conceito, ou ainda que ele pode sofrer "por ocasião de cada utilização particular que Bourdieu faz dele" (LAHIRE, 2017, p. 65). Ao abordarmos o campo social em que os intelectuais paranaenses estiveram inseridos, recorremos aos "elementos fundamentais e relativamente invariantes da definição de campo, suscetíveis de serem extraídos das diferentes obras e artigos do autor sobre a questão" (LAHIRE, 2017, p.65). Recorremos aqui ao amparo de Lahire (2017), para melhor engendrar o conceito de Campo, considerando que o autor se respaldou em dois trabalhos de Bourdieu: Le champ littéraire, ARSS, n. 89, p.3-46, 1991; Quelques propriétés des champs. In: Questions de Sociologie. Paris: Minuit, 1980. Numa insólita seleção, Lahire (2017) nos trouxe algumas propriedades do campo social:

> a) Um campo é um microcosmo incluído no macrocosmo constituído pelo espaço social global (nacional ou, mais raramente, internacional).
> b) Cada campo possui regras do jogo e desafios específicos, irredutíveis às regras do jogo e aos desafios dos outros campos. Por exemplo, o que mobiliza o matemático, e a maneira como mobiliza, nada tem a ver com o que mobiliza, e a maneira como o faz, um industrial ou um grande costureiro. Os interesses sociais são sempre específicos a cada campo e, portanto, não se reduzem ao interesse de tipo econômico.
> c) Um campo é um 'sistema' ou um 'espaço' estruturado de posições ocupadas pelos diferentes agentes do campo. As práticas e estratégias dos agentes só se tornam compreensíveis se forem relacionadas às suas posições no campo. Entre as estratégias invariantes, encontra-se a oposição entre as estratégias de conservação e as estratégias de subversão do estado da relação de forças existente: as primeiras são mais frequentemente as estratégias dos dominantes, enquanto as segundas correspondem às dos dominados (e, entre eles, mais particularmente, dos 'recém-chegados' no campo). Essa oposição pode assumir a forma de um conflito entre 'velhos' e 'novos', 'ortodoxos' e 'heterodoxos', 'conservadores' e 'revolucionários' etc.

> d) Esse espaço é um espaço de lutas, uma arena onde está em jogo uma competição ou competição entre os agentes que ocupam as diversas posições.
> e) O objetivo dessas lutas reside na apropriação do capital específico do campo (obtenção do monopólio do capital específico legítimo) e/ou a redefinição desse capital.
> f) Esse capital é desigualmente distribuído no seio do campo. Por conseguinte, existem, nele, dominantes e dominados. A distribuição desigual do capital determina a estrutura do campo que é definido, portanto, pelo estado de uma relação de forças histórica entre as forças (agentes e instituições) em confronto no campo.
> Em luta uns contra os outros, todos os agentes de um campo têm, contudo, interesse em que o campo exista. Eles mantêm, portanto, uma 'cumplicidade objetiva' para além das lutas que os opõem.
> g) A cada campo corresponde um *habitus* (sistema de disposições incorporadas) próprio do campo (*habitus* filológico, *habitus* jurídico, *habitus* futebolístico etc). Apenas os que tiverem incorporado o *habitus* próprio do campo estão em condições de disputar o jogo e de acreditar na importância dele.
> h) Todo campo possui uma autonomia relativa: as lutas que se desenrolam em seu interior têm uma lógica própria, ainda que os resultados das lutas (econômicas, sociais, políticas etc.) externas ao campo pese fortemente no desfecho das relações de força internas [...]. (LAHIRE, 2017, p. 65).

A interseção entre Estado, educação e religião no Paraná, evidencia as dinâmicas próprias dos campos sociais e as disputas inerentes a esses espaços de poder. Utilizando a estrutura analítica proposta por Lahire (2017), é possível compreender a atuação de Barros no campo educacional e político como parte de um sistema estruturado de posições, onde intelectuais católicos disputavam com outras filosofias, o sentido e a orientação da instrução pública e/ ou da instrução superior.

Barros consolidou-se como um agente influente dentro do campo educacional, participando ativamente de sua formação e reprodução. A sua inserção em *redes de sociabilidade*, como o CEB, e sua atuação em espaços estratégicos, como a direção da FFCL/UFPR, demonstram que ele não apenas ocupava posições de prestígio dentro do campo, mas também desempenhava um papel na conservação de uma ordem que alinhava a formação acadêmica aos princípios católicos. Assim, sua atuação exemplifica o que Lahire (2017) definiu como agentes que operam estratégias de conservação do Estado da relação de forças existente.

A disputa entre setores católicos e liberais pelo controle da educação superior pode ser analisada como uma luta pela apropriação do "capital específico do campo" No caso de Barros, esse capital estava diretamente

relacionado à legitimação de um modelo educacional ancorado na concepção de "humanismo integral", de matriz cristã, em oposição a concepções laicas e progressistas que emergiram no mesmo período. A sua trajetória mostra a mobilização de recursos simbólicos e institucionais para garantir que a influência católica fosse mantida dentro do espaço acadêmico, mesmo diante das transformações políticas e sociais do Brasil na segunda metade do século XX.

Além disso, a própria constituição do campo educacional no Paraná, naquele período, reflete a lógica descrita por Lahire (2017), segundo a qual os campos possuem uma "autonomia relativa". Apesar das pressões externas (econômicas, políticas e sociais), as lutas dentro do espaço educacional possuíam sua própria lógica interna, com disputas que não se restringiam apenas às influências governamentais, mas também envolviam a produção e circulação de discursos acadêmicos, o reconhecimento de títulos e saberes e a construção de redes de influência.

A trajetória de Barros e sua atuação na educação paranaense não podem ser compreendidas isoladamente, mas como parte de um campo estruturado de relações de força, em que havia disputas pela hegemonia do discurso entre instituições. Para além das divergências ideológicas entre os projetos de catolicização e laicização da Educação, ambos os grupos compartilhavam, como pontuou Lahire (2017), uma "cumplicidade objetiva" na manutenção do campo educacional como um espaço legítimo de poder e prestígio. Assim, ao analisar a intersecção entre Estado, educação e religião, torna-se evidente que a trajetória de Barros simboliza uma estratégia bem-sucedida da Igreja Católica para consolidar sua influência no ensino superior paranaense, dentro de um campo em constante disputa.

3.2 BARROS E A COSMOVISÃO RELIGIOSA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: POR UMA CIÊNCIA CONDUZIDA COM FÉ

> Uma Faculdade de Filosofia dentro de uma Universidade, é o levedo que abala o simples ensino profissional [...] sem a qual a Universidade será apenas um mosaico de faculdades (MACHADO, B. P. 1948).
>
> A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, seria, pela sua atuação nos meios curitibanos e paranaenses, seria o grande instrumento da cultura católica (WESTPHALEN, C. M. 1988).

Na capital do Paraná dos anos 1930, a intelectualidade local estava vinculada às instituições de ensino superior, abrangendo áreas como Direito, Engenharia, Medicina, Agronomia, Veterinária, Química, Administração e Finanças. Além dessas faculdades, outros centros acadêmicos e científicos contribuíam para o ambiente intelectual da cidade, como o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, o Colégio Paranaense, o Museu Paranaense e o Círculo de Estudos Bandeirantes. Dessa forma, quando se iniciou o planejamento de uma faculdade voltada ao ensino de Filosofia, Letras, Pedagogia e Ciências, foi justamente desse meio que emergiu a base crítica necessária para sustentar metodológica e didaticamente o projeto. Na reunião de fundação, foram listados os professores convidados a integrar essa iniciativa, que defendiam o objetivo de transformar o “cenário cultural do Paraná”.

Westphalen (1988) descreve esse processo de implantação da FFCL, destacando a presença de "sacerdotes católicos e outros participantes", além do caráter “independente e privado” da iniciativa. A mesma autora ressalta que a primeira reunião formal da Congregação “ocorreu em 2 de abril de 1938, no edifício da Assembleia Legislativa Estadual”, que serviu temporariamente como sede da instituição. Estavam presentes 38 professores, já compondo o Conselho Técnico-Administrativo, que aprovou o regimento interno da Faculdade (WESTPHALEN, 1988, p. 19-20). De acordo com esse regimento, a receita da instituição seria composta por diversas fontes, incluindo taxas de nomeação de docentes, mensalidades dos alunos, valores arrecadados com concursos para professores e docentes livres, além da comercialização de regulamentos, livros, materiais impressos e técnicos, bem como subvenções concedidas pelo poder público. Essas subvenções eram estabelecidas por meio de um contrato com o governo estadual para a administração do curso complementar do Ginásio Paranaense (WESTPHALEN, 1988).

Ainda conforme a autora, as provas vestibulares ocorreram entre os dias 5 e 9 de abril, e a aula inaugural foi ministrada pelo padre Jesus Ballarin em 3 de maio de 1938. Na ocasião, estavam matriculados 19 alunos, sendo 12 homens e sete mulheres, distribuídos entre os cursos de Filosofia, Ciências Químicas, Geografia e História, Ciências Sociais e Políticas, além do Curso Superior de Educação.

Nos primeiros meses de funcionamento, a Faculdade enfrentou dificuldades administrativas, o que era previsível, dado o número reduzido de alunos matriculados e a ausência de uma sede própria. A situação se agravou quando o contrato firmado com o governo do estado foi rompido, resultando em sérios desafios financeiros. Diante desse cenário, a instituição teve que ser realocada de maneira improvisada, distribuindo suas atividades entre o edifício da Universidade, o CEB e um "prédio particular pertencente a um de seus professores" (WESTPHALEN, 1988, p. 19-21).

Em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Ensino (Decreto-Lei nº 421, de 11 de maio de 1938)[37], foram aplicados exames seletivos para o ano letivo de 1939. Além disso, o Conselho Técnico-Administrativo autorizou a abertura do curso de Letras Clássicas e Português, bem como a contratação de professores regentes para essas disciplinas.

Westphalen (1988) destaca que, em 1939, dois grandes desafios marcaram a trajetória da instituição. O primeiro foi a necessidade urgente de adequação do regimento interno, da organização curricular e dos programas de ensino às exigências impostas pelo Decreto-Lei nº 1.190/39. O segundo desafio, igualmente crítico, foi a ameaça de insolvência financeira, que colocou em risco a continuidade das atividades da Faculdade (WESTPHALEN, 1988, p. 19-21).

No contexto da criação da FFCL/PR, na década de 1930, a atuação dos irmãos maristas foi fundamental, tanto no planejamento quanto na consolidação da instituição. Ligados à tradição pedagógica da Congregação Marista, que já tinha forte presença no Brasil por meio da educação básica e secundária, os

[37] O Decreto-Lei nº 421, de 11 de maio de 1938, regulamenta a criação e funcionamento do ensino superior no Brasil. Ele garante a liberdade de fundação e manutenção de instituições por entidades públicas locais, indivíduos e pessoas jurídicas de direito privado, desde que cumpram os requisitos legais. A abertura de qualquer curso superior passou a exigir autorização prévia do Governo Federal, mediante solicitação ao Ministro da Educação e Saúde, que consulta o Conselho Nacional de Educação antes de submeter a decisão ao Presidente da República. Para obter essa autorização, a instituição deve comprovar viabilidade financeira, infraestrutura adequada, organização administrativa, corpo docente qualificado, controle de matrículas, condições culturais favoráveis e relevância profissional ou cultural do curso. Após a autorização, o reconhecimento do curso deve ser solicitado ao Ministério da Educação e Saúde em até dois anos, sob risco de cassação. O Governo Federal mantém a fiscalização sobre as instituições, podendo revogar autorizações ou reconhecimentos se as exigências deixarem de ser cumpridas. Em síntese, o decreto estabelece normas para garantir a qualidade e adequação dos cursos superiores no Brasil.

irmãos trouxeram uma sólida base metodológica e um compromisso com o ensino humanista e científico.

A Faculdade de Filosofia do Paraná, para assegurar sua continuidade, precisou não apenas se adequar às normativas legais, mas também buscar parcerias estratégicas. Nesse sentido, foi convocada uma reunião extraordinária da Congregação, realizada no terceiro andar do edifício situado na Rua 15 de Novembro, nº 257, Curitiba, Paraná. O objetivo desse encontro foi analisar e deliberar sobre os avanços das negociações conduzidas pela comissão responsável por dialogar com o Conselho Nacional de Ensino, a fim de atender às exigências estabelecidas pelo órgão regulador. Além disso, discutiu-se os contatos mantidos com os provinciais da Congregação dos Irmãos Maristas, que haviam demonstrado interesse na manutenção da faculdade. Diante do exposto, a Congregação deliberou unanimemente que a diretoria deveria formalizar tais tratativas para consolidar a parceria.

Com o aprofundamento das negociações e a formalização dos contatos com os Irmãos Maristas, identificou-se a necessidade de promover uma reformulação estatutária que possibilitasse a implementação das adaptações indispensáveis à nova realidade institucional. Para essa finalidade, foi designada uma nova comissão encarregada da elaboração das mudanças necessárias.

Os maristas contribuíram para a organização acadêmica daquela nova faculdade, ajudando na estruturação dos cursos iniciais e na formação do corpo docente. Pode-se dizer que sua experiência na área educacional foi essencial para a definição das diretrizes pedagógicas, promovendo uma educação voltada não apenas para a formação técnica e científica, mas também para a reflexão filosófica e ética. Além disso, a influência marista se fez presente na infraestrutura da instituição, já que muitos dos primeiros professores e administradores tinham vínculos diretos com a congregação, o que garantiu um modelo educacional alinhado aos princípios de disciplina, excelência acadêmica e compromisso social. Essa participação ajudou a dar legitimidade e reconhecimento à FFCL/PR, em seus primeiros anos de existência.

Em 24 de agosto de 1939, foi aprovada a redação do novo estatuto da Faculdade de Filosofia do Paraná. Segundo a Revista do CEB, nº 14, de agosto de 2000, o documento estabelecia que a instituição era uma faculdade livre,

localizada em Curitiba, no estado do Paraná, sendo mantida pela União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE)[38], com sede em Mendes, no estado do Rio de Janeiro. “A organização da faculdade seguia as determinações da legislação federal vigente para o ensino superior no país (Artigo 1º)” (REVISTA DO CEB, 2000, p. 54). O estatuto também especificava os cursos regulares oferecidos pela instituição, distribuídos entre os respectivos departamentos acadêmicos (Artigo 15):

> Departamento de Filosofia: Curso de Filosofia. Departamento de Ciências: Cursos de Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História, Ciências Sociais. Departamento de Letras: Cursos de Letras Clássicas, Neolatinas e Anglo-Germânicas. Departamento de Pedagogia: Cursos de Pedagogia, Didática, Administração Escolar e Formação de Professores Primários (REVISTA DO CEB, 2000, p. 55).

Essa reformulação estatutária consolidou a estrutura acadêmica da faculdade e norteou sua adequação às diretrizes do ensino superior nacional, permitindo que a instituição continuasse suas atividades com o respaldo legal e o suporte necessário para seu desenvolvimento.

No dia 30 de setembro de 1939, ocorreu a instalação do Conselho Geral, contando com a presença do Irmão Cristóvão, do presidente do Conselho Administrativo da União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE), do Irmão Henrique Augusto, diretor do Instituto Santa Maria, além dos doutores Arthur Martins Franco e José Loureiro Fernandes, representantes do corpo docente da faculdade (REVISTA DO CEB, 2000, p. 55).

Segundo Westphalen (1988), em uma reunião realizada em 25 de novembro de 1939, o Conselho Geral já discutia o projeto arquitetônico do prédio que abrigaria a faculdade. O prédio, cuja construção estava em andamento, “localizava-se em um terreno pertencente à UBEE, delimitado pelas ruas 15 de novembro, Marechal Deodoro, Tibagi e Conselheiro Laurindo” (WESTPHALEN,

---

[38] No contexto da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, a UBEE (União Brasileira de Educação e Ensino) foi a entidade responsável por sua manutenção administrativa e financeira. A UBEE era uma instituição educacional ligada à Congregação dos Irmãos Maristas, que atuava na organização e gestão de estabelecimentos de ensino no Brasil. A parceria entre a faculdade e a UBEE possibilitou a continuidade da instituição, garantindo suporte estrutural e alinhamento com as exigências do Conselho Nacional de Ensino. Esse vínculo fortaleceu a presença dos Maristas na educação superior do Paraná, consolidando a faculdade como parte de um projeto educacional mais amplo, pautado na tradição pedagógica e nos valores cristãos da congregação.

1988, p.20). De acordo com Westphalen (1988) a Faculdade ocuparia esse espaço mediante aluguel.

Em 11 de dezembro de 1939, o Conselho Geral, após reorganizar seu corpo docente, concedeu o título de "catedráticos fundadores das cadeiras" aos professores que demonstravam "reconhecida capacidade didática e especialização cultural", consolidando assim a estrutura acadêmica da instituição. Vale salientar que o Conselho técnico administrativo tinha como Vice-Diretor, o Pe. Ballarin e, como Diretor, o Professor Brasil Pinheiro Machado, que também respondia pela Diretoria do Instituto Santa Maria" (REVISTA DO CEB, ago. 2000, p. 56).

O início da década de 1940 representou um marco na consolidação da FFCL/PR, caracterizando-se pelo reconhecimento oficial de diversos cursos pelo Governo Federal e pela conclusão das obras de sua sede própria. "O edifício, cuja construção foi finalizada nesse período, foi formalmente entregue à diretoria da instituição em 5 de dezembro daquele ano (REVISTA DO CEB, ago. 2000, p. 58).

Tendo alcançado a estabilidade financeira da FFCL/PR, por meio da parceria estabelecida com a UBEE, viu-se a superação dos desafios enfrentados nos anos iniciais de sua trajetória. Esse novo contexto também levou a uma reconfiguração de sua concepção ideológica original, redefinindo as diretrizes educacionais que nortearam a instituição ao longo da vigência do contrato firmado com a UBEE.

Nos primeiros anos da década de 1940, se formou a primeira turma da FFCL/PR. Nessa ocasião, o que nos chama atenção, são as palavras do Paraninfo da solenidade, o Professor Brasil Pinheiro Machado (1907-1997), que na ocasião ocupava o cargo de Diretor da FFCL/PR. Diante de autoridades civis, eclesiásticas, militares, colegas docentes, Machado enumerava as pretensões e metas daquela instituição, bem como a importância do espírito crítico da Filosofia, a promoção de uma cultura para o país e que "[...] a existência de uma nação depende da unidade disciplinada de sua cultura" (ANUÁRIO, FFCL/PR, 1940-1941, 1942, p. 43).

Brasil Pinheiro Machado, em seu pronunciamento, em 1940, buscou apresentar aos formandos[39] dos cursos da FFCL/PR, uma relação entre o conhecimento acadêmico e o mundo social.

> As Faculdades de Filosofia começam a criar no Brasil o ambiente de pesquisa e de crítica que lhe faltava, e a coordenar e divulgar para a massa dos que têm curiosidade intelectual os princípios básicos do conhecimento humano e os grandes debates fundamentais do espírito, e estarão, um dia próximo, aptas a perscrutar os destinos de nossa cultura nacional, sem a lamúria desordenada daqueles que só sabem chorar pelo fato de pertencer a uma geração que sofre todos os prejuízos de uma era de transição (ANUÁRIO, FFCL/PR 1940/1941, p. 43)

O pronunciamento reflete uma perspectiva sobre o papel crescente e crucial da elite intelectual na sociedade, especialmente diante dos desafios impostos pelo avanço da técnica e pela especialização profissional. Nessa mesma direção, sugere que, à medida que a sociedade se torna mais técnica e especializada, é necessária uma elite intelectual, que, por meio de sua formação e capacitação, pode ser um contrapeso à desumanização causada pela ênfase excessiva na técnica pura. Mais uma vez o humanismo integral aparece como um ideal a ser alcançado:

> A função da elite intelectual com poder criador cresce cada vez mais em face do refinamento da técnica e da especialização do profissionalismo puro, não só como uma barreira contra a desumanização da cultura humana, mas como único elemento capaz de disciplinar a atividade humana por detrás dos mitos modernos. [...] as elites intelectuais voltadas aos problemas básicos e desinteressados do espírito, com economia de energia e com mais proximidade da vida real, porque desses problemas básicos do espírito é que descendem a possibilidade da técnica e a sua disciplina, como da inteligência depende a ordenação das coisas (ANUÁRIO, FFCL/PR 1940/1941, p. 50).

Pinheiro Machado faz uma reflexão sobre como as elites intelectuais têm a responsabilidade de preservar e direcionar a cultura humana para evitar que a técnica, em sua busca incessante por eficiência e especialização, perca sua conexão com os valores fundamentais do espírito humano. Ele propõe que essas elites devem abordar os problemas básicos e essenciais do espírito humano, ou seja, questões relacionadas à moral, à ética, ao sentido da vida e à reflexão

---

[39] Na primeira turma dos cursos da FFCL, se formaram 3 bacharéis no curso de Filosofia; 3 bacharéis nos cursos de Química; 3 no curso de Geografia e História; 1 em Ciências Sociais; 9 no curso de Pedagogia. Esses dados, apresentados por Westphalen, 1988, p. 26, demonstra que o mercado de trabalho para cientistas das áreas humanas era ainda incipiente, se comparado com a carreira do magistério.

filosófica. Ao se dedicar a esses problemas essenciais, a elite intelectual garantiria que a técnica e a disciplina que ela gera não fossem desprovidas de uma dimensão humana e ética, proporcionando assim uma base para uma sociedade mais equilibrada.

Além disso, enfatiza que a solução para os problemas contemporâneos está no equilíbrio entre o conhecimento técnico e o conhecimento essencial e filosófico. Ele defende que é através da reflexão filosófica e do cuidado com os problemas básicos do espírito que advêm as condições para a organização da técnica e das ciências, como também da própria inteligência humana. Este discurso sugere uma crítica ao uso da técnica de forma descontextualizada e sem considerar seus impactos na vida real e prepara o terreno para o estabelecimento de uma "ciência conduzida com fé", que mais tarde se transformaria na tônica dos discursos e das práticas de Barros.

A reflexão de Pinheiro Machado pode ser relacionada aos conceitos de *campo intelectual* e *capital cultural*. Para Bourdieu (2002), o campo intelectual, onde os acadêmicos e intelectuais interagem, é marcado por uma disputa constante pela legitimidade e pelo reconhecimento das produções intelectuais. A elite intelectual mencionada por Pinheiro Machado seria parte desse campo, possuindo um capital cultural que lhe confere autoridade para questionar e disciplinar os rumos da sociedade e da técnica.

A elite intelectual, portanto, ao se envolver com os "problemas básicos e desinteressados do espírito", busca preservar um capital simbólico que se opõe à crescente especialização e tecnocracia da sociedade moderna. Esse capital simbólico, que pode estar relacionado aos princípios da Igreja, à reflexão filosófica e ao valor da cultura humana, torna-se um meio de resistência contra o que Pinheiro Machado chamou de desumanização; e é capaz de influenciar as dinâmicas desse campo, assim como moldar a ordem social.

Em aula inaugural na FFCL/UP, proferida em 1946, Barros proferiu um discurso que se aproximou ao que Brasil Pinheiro Machado já havia exposto. Em suas considerações, salientava que era um "[...] imenso júbilo assistir à afluência de jovens intelectuais aos cursos que ora se iniciam nesta Faculdade de Filosofia [...] " (ANUÁRIO, FFCL/UP, 1946-1947, 1948, p. 40), razão pela qual o Paraná está vivendo dias festivais dos seus valores, dos seus talentos e de suas

inteligências, segura confiança em um futuro de sólidas conquistas" (ANUÁRIO, FFCL/UP, 1946-1947, 1948, p. 40). Barros analisou aquele contexto da metade do século XX, como as conquistas dos católicos, na Universidade do Paraná, a restauração da universidade, o controle administrativo "nas mãos do grupo" e um certo otimismo com a concretização do projeto Católico. Vivia-se uma época em que o laicato católico se aproximava também do campo político. Notou-se o cruzamento entre os campos, religioso, educacional e político, cujo acúmulo de capital elevou o grupo à condição de protagonista, já que os representantes da igreja se hierarquizam em várias frentes.

O discurso de Barros, proferido em 1946, não aponta para a instrução de modo amplo, mas um regozijo com uma parcela de "jovens intelectuais". Vislumbrando o triunfo de um projeto daquilo que se chamou de "humanismo integral" e uma filosofia indissociável dos valores cristãos. Anos mais tarde, Barros referiu-se ao compromisso da intelectualidade perante a sociedade, uma vez que se fazia necessário combater o utilitarismo e voltar-se para a "destinação espiritual do homem", reforçando a "manutenção do legitimo espírito universitário", que residia "na transcendência de seus altíssimos fins está a alma da universidade católica" (DIÁRIO DO PARANÁ, 1957, p. 02).

Sua crítica à modernidade não se limitava ao campo político ou filosófico, mas também se estendia ao impacto do progresso materialista sobre a dignidade humana. Segundo ele, "a reação contra o progresso material hipertrofiado há de ser feita pela educação, instrução e cultura humanística", (ANUÁRIO, FFCL/UP, 1946,1947 e 1948, p. 45) enfatizando que somente uma formação fundamentada no Cristianismo poderia oferecer um contraponto ao que ele denominava "indignidade do mundo moderno". Essa visão remete à crítica tradicional católica ao avanço da industrialização e da técnica, que, ao mesmo tempo em que ampliavam a produção econômica, reduziam o indivíduo a um mero agente dentro da "civilização da máquina", para utilizar uma expressão do próprio Barros, contida nos Anuários da FFCL/UP.

> As grandes civilizações passaram a ser entendidas, através duma falsa filosofia da vida, como o grande aparato dos povos utilitaristas. Passou então a imperar a chamada 'civilização da máquina'. A avalanche, se me permitem o termo espúrio, do americanismo, invadiu terrivelmente todos os recantos, aniquilou todas as tradições. Enquanto declina a espiritualidade e a candura dos homens, esplendem as maravilhas científicas e mecânicas, aprimoram-se os recursos de perfeição

> material e a humanidade se perde na ânsia do utilitarismo que empolga e seduz as massas esquecidas do seu destino (ANUÁRIO, FFCL/UP, 1946, p. 42)

A universidade, não deveria formar apenas técnicos ou especialistas, mas indivíduos dotados de uma formação humanística integral, capazes de resistir às tendências de desumanização da sociedade contemporânea. A crítica à "civilização da máquina" não era apenas um ataque à mecanização do trabalho, mas uma denúncia mais ampla da fragmentação do conhecimento e do afastamento dos valores espirituais na educação moderna.

Em artigo escrito por Maria Regina Furtado (2000), publicado na Revista do CEB, em agosto de 2000, a autora destacou o impacto do discurso de Homero de Barros, como legitimador de um propósito e definidor de ideais, por parte da Faculdade de Filosofia. Segundo Furtado (2000), "foi no bojo do discurso proferido pelo Professor Homero de Barros, diretor da faculdade por 16 anos, que a filosofia de trabalho e formação dos jovens foi evidenciada" (FURTADO, 2000, p. 57). O discurso foi proferido, por Barros, durante a sétima sessão extraordinária da congregação da faculdade em 26 de fevereiro de 1948, em comemoração ao décimo aniversário da FFCL/UP.

O discurso proferido por ocasião da celebração dos 10 anos da FFCL, representa uma declaração explícita da identidade cristã da instituição, alinhando-se diretamente ao projeto educacional da Igreja Católica no Brasil. O conteúdo do pronunciamento revela a profunda influência dos ideais maristas na estruturação da FFCL e reafirma o compromisso com a "recristianização" do ambiente universitário, para Barros, um conceito fundamental dentro daquele contexto.

> Neste segundo lustro de nossas atividades, ao considerarmos que já se realizou alguma parcela, ainda que mínimo, das altas finalidades desta escola, é oportuno despertarmos a fé e o estímulo para uma mais eficiente ação construtiva. Criada e mantida pela União brasileira de educação e ensino, dos abnegados irmãos maristas, a FFCL foi inspirada no ideal de recristianização de nosso ambiente Universitário que se faz tão necessário e urgente (BARROS, ATA DA FFCL, 1948).

Desde as primeiras linhas, enfatiza que a FFCL foi criada sob os auspícios UBEE, ligada aos irmãos maristas, e que sua missão primordial não era apenas acadêmica, mas também espiritual e moral. Ao afirmar que a "recristianização deve ser o objetivo central do trabalho universitário", alinhou

seu discurso às diretrizes do catolicismo social, que via na educação um instrumento de combate ao secularismo e ao avanço das ideologias laicas, particularmente o liberalismo e o comunismo.

Fazendo menção aos escritos do Padre Leonel Franca, reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), ao destacar o compromisso da atividade docente em unir ciência e religião:

> [...] a fundação das universidades tornou-se de uma nitidez insufocável e de uma urgência que não sofre adiamentos. Ao lado de sua missão de pioneiros do progresso científico-seminário de sábios, foco de novas pesquisas e descobertas ampliadoras dos horizontes da ciência da técnica, ao lado de sua missão social de preparar os profissionais mais qualificados que, no exercício do governo, da administração, das carreiras liberais, irão imprimir à sociedade a sua fisionomia e orientação, aos seus movimentos, neste momento de singular gravidade, na história da família humana uma tarefa indeclinável na defesa do próprio patrimônio da nossa civilização (BARROS, ATA DA FFCL, 1948).

A citação ao Padre Leonel Franca, reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e intelectual católico da Companhia de Jesus, reforça o compromisso em defender que o ensino se mostrasse atuante em favor da igreja cristã, especialmente num contexto de crescente disputa entre projetos educacionais no Brasil.

Nas palavras de Barros, o exercício da finalidade da formação dos estudantes “deve construir um apostolado que vai além do simples proselitismo do ensino religioso, mas um apostolado primordial”, que seria definido em outras palavras pelo filósofo católico Jacques Maritain como "um serviço dos alunos, e um acordo das almas para a verdade pela superabundância da atividade interior de União a verdade" (BARROS, ATA DA FFCL/UP, 1948). Barros mostrou-se aqui, atento às ideias educacionais advindas do pensamento católico no âmbito internacional, que, de modo geral, via a universidade como um espaço de orientação moral e conversão religiosa, além de um local de produção de saber.

A menção feita à “conversão dos intelectuais divorciados da religião” deixa evidente que os esforços desse intelectual, apontavam para a restituição da secularização do ensino superior, atraindo para a fé aqueles que se afastaram dos valores cristãos. O tom combativo mostra a sua perspectiva militante, a qual os professores católicos teriam a responsabilidade de exercer; reforçando o domínio católico no meio acadêmico.

A postura combativa, apresenta-se com um traço marcante de sua trajetória, motivada pela missão de transformar o espaço acadêmico num apostolado para a formação intelectual dos estudantes. Utilizando o espaço de fala, para convocar e motivar os professores católicos ao compromisso com a Igreja, mesmo diante de possíveis adversidades e circunstâncias desfavoráveis.

> Muitas vezes as circunstâncias concretas do ambiente parecem desfavoráveis àquele esforço "para restaurar tudo em Cristo", conforme as diretrizes traçadas ainda agora pelo arcebispo do Rio de Janeiro. Mas ainda por isso a atuação Católica do corpo docente da FFCL do Paraná deve corresponder mais decisivamente, mais fervorosa e eficientemente a inspiração Marista em que se instituiu a escola, seja para que "a mocidade viva o catolicismo em profundidade, por uma participação mais intensa aquilo que constitui a sua essência íntima", seja pela conversão dos intelectuais divorciados da religião, e não raro levados inconscientemente a ser instrumentos do Anticristo, na luta universal que assistimos. Com as nossas homenagens aos ilustres professores da casa, celebramos a primeira década de nossa faculdade com este apelo para que, fiéis aos sentimentos da benemérita UBEE, congreguem os seus esforços e a sua inteligência para definir no meio Universitário a concepção Católica de vida, humanismo cristão o império integral de Cristo (BARROS, ATA DA FFCL/UP, 1948).

O discurso adquire um tom mais contundente ao afirmar que intelectuais distantes da religião poderiam, mesmo inconscientemente, servir como instrumentos do Anticristo. Esse tipo de afirmação não deve ser lida apenas no plano teológico, mas também como uma declaração política, considerando o contexto da década de 1940. Naquele momento, a Igreja Católica, no Brasil, estava engajada em uma luta contra o avanço do comunismo e do liberalismo, vistas como ameaças aos valores cristãos. O termo “Anticristo”, nesse sentido, pode ser compreendido como uma metáfora para o avanço de forças laicas e progressistas dentro do ensino superior, reforçando a necessidade de uma ação militante coordenada, por parte dos professores e gestores católicos.

O “império integral de Cristo”, mencionado ao final do discurso de, reforça a concepção de que o ensino, a cultura e a ciência estão subordinados à moral cristã, como princípio fundamental da doutrina católica do período. Essa ideia se alinhava com os documentos da Igreja da época, como a encíclica *Divini Illius Magistri* (1929), do Papa Pio XI, que defendia que a educação deveria estar intrinsecamente ligada à fé cristã. Além disso, o fato de proferir esse discurso em um evento oficial, revela que as ideias não correspondiam a convicções

pessoais, mas sim diretrizes institucionais, que moldaram o funcionamento da FFCL e orientavam as atuações.

Sem descrever detalhadamente o “projeto católico”, ou a “missão” dos professores, Barros conclamou pela concepção católica de vida dentro do ambiente universitário. Percebe-se o entendimento daquilo que estava nos interditos e que implicitamente era verbalizado. A FFCL/UP se mostrava uma instituição ativa na formação de uma elite intelectual cristã, capaz de influenciar a sociedade e perpetuar os valores da Igreja no espaço acadêmico. O teor normativo e instrutivo funcionava com um direcionamento para os professores, alunos e demais ouvintes da cerimônia.

Em 1949, especificamente em 19 de dezembro, na ocasião da sessão da assembleia universitária, Barros redundou ênfase ao papel da universidade na vida dos sujeitos, “sob influência das ideias e dos métodos democráticos que norteiam as organizações congêneres do século XX, está plenamente revestida do espírito de sua época” (ANUÁRIO, FFCL/UP, 1949, 1950, p. 72). Na sua visão, o papel da Universidade é fundamental na vida dos sujeitos, especialmente por considerá-la, “pioneira de todos os marcos de progresso com que a humanidade evolui e, sobretudo, fadada a influir na mentalidade coletiva no sentido de ordenar os valores” (ANUÁRIO, FFCL/UP, 1949, 1950, p. 72). Os valores em questão são aqueles voltados para a moral cristã, que não deveria estar afastada da função da Universidade. Na defesa da formação acadêmica atrelada ao cristianismo, idealizou “um clima onde a civilização se subordine a uma concepção ideal do homem, da vida e dos seus supremos destinos em face da crise hodierna (ANUÁRIO, FFCL/UP, 1949, 1950, p. 72).

A “concepção ideal”, faz referência a uma busca que a Igreja Católica já vinha desenvolvendo desde o final do século XIX, que tanto seria materializada pela aproximação da Igreja para com a sociedade, seja pelas atividades intelectuais de leigos junto com o Clero; como também pelo engajamento de jovens que adentram à universidade e aderiram ao espírito humanista, do qual a universidade estaria munida.

Após a federalização da Universidade do Paraná, observamos o modo afirmativo e a consonância com o grupo católico, como característica das posições de Barros (que esteve na Direção da FFCL/UFPR entre 1951 e 1968).

Ainda que seu esforço pela propagação do ideário católico, tenha sido uma característica em sua trajetória, é preciso considerar o esforço de grupos diferentes que se uniram a realização de um projeto de Universidade para o Paraná.

Desde o primeiro projeto de Universidade, com José Francisco da Rocha Pombo ainda no século XIX, a passar pelas ações de Victor Ferreira do Amaral e Nilo Cairo, na primeira década do século XX notamos diferenças de procedimentos que foram decisivas para a consolidação do ensino superior no Paraná. Rocha Pombo se destacou pelo pioneirismo em propor uma ideia de Universidade, mas sem o apoio político e financeiro que pudesse viabilizar a materialização do Projeto. Já, Ferreira do Amaral e Nilo Cairo conseguiram reunir apoio político e congregar os grupos que, mesmo de correntes de pensamentos diferentes (do ponto de vista cultural, educacional e político), vislumbra ao menos um ideal comum, que era a própria Universidade.

Os esforços de diferentes grupos em se unirem pela construção de uma ideia de universidade do Paraná, talvez tenha sido a grande característica da institucionalização do Ensino Superior no Paraná. A obra de Campos (2008), intitulada *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)* traz à tona a discussão justamente desse recorte temporal, que vai do Projeto de Rocha Pombo até a Federalização da Universidade do Paraná.

Barros fez questão de ressaltar o que seria o “espírito da Universidade”, constituído pelo “humanismo integral”. Seria uma conclamação aos estudantes para a contribuição e colaboração ao projeto de formação no ensino universitário, “buscando na cultura superior um instrumento de restauração dos valores eternos, um sentido cristão e intangível da vida, meio de contribuir para que a sociedade não se distancie de Deus” (ANUÁRIO, FFCL/UP, 1946, 1947, p. 46), enfatizando aquela que seria a principal característica do grupo católico, na instrução de uma parcela de jovens intelectuais.

Pode-se dizer que Barros carregou consigo uma missão de representar a Igreja Católica no espaço acadêmico, incorporando o ideário e a cosmovisão religiosa à formação científica. Quando discutimos a ação dos intelectuais Católicos no Paraná, colocamos Barros como uma figura ímpar na temática, considerando que passou por ele a manutenção do poder ideológico da Igreja.

Suas articulações, seus movimentos, as disputas de poder, os embates, as *redes de sociabilidades* forjadas no espaço acadêmico, o colocam como um uma peça indispensável no entendimento dos jogos de poder que dinamizam as estratégias no campo educacional. Contribuindo com a definição de caminhos e tomadas de decisões planificadas para alcançar os objetivos.

Ainda que a FFCL tenha sido fundada em 1938, pode-se afirmar que as principais transformações em sua estruturação tenham ocorrido no bojo de transformações mais amplas pelas quais passavam a própria Universidade a partir de 1946. O pronunciamento de Barros, em 1948, na comemoração do décimo aniversário da FFCL, externalizou a marca institucional daquele campo acadêmico.

De modo ainda mais amplo, o contexto de pós Segunda Guerra Mundial marcou o cenário mundial; no âmbito nacional brasileiro a deposição de Getúlio Vargas do poder, em 29 de outubro de 1945 ocasionou um processo de desmontagem da estrutura do Estado Novo. O Brasil elegeu por voto direto o presidente Eurico Gaspar Dutra, dando início ou mesmo sequência a um sistema de redemocratização que, ao refletir um cunho liberal, traria impactos para o interior da Universidade do Paraná e, por que não dizer, para o interior da Faculdade de Filosofia. Em 18 de setembro de 1946 foi eleita a Assembleia Nacional Constituinte para a elaboração da quinta Constituição Federal do país. Depois disso, os paranaenses iniciaram movimentos que visavam a integração das Faculdade para a efetivação de uma reestruturação da Universidade. A lei 19.851, de 1931, apontava para a necessidade de agregar a Faculdade de Filosofia aos Institutos de Ensino Superior. A saber, os Institutos seriam divididos nos seguintes: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras. [40]

---

[40] Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931 - Sobre os fins do ensino universitário lê-se:
Art. 1º O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de actividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade.
Art. 2º A organização das universidades brasileiras atenderá primordialmente, ao critério dos reclamos e necessidades do paiz e, assim, será orientada pelos fatores nacionais de ordem psíquica, social e econômica e por quaisquer outras circunstâncias que possam interferir na realização dos altos desígnios universitários.

Em 19 de março de 1946, a Congregação da FFCL/UP realizou uma reunião para discutir a incorporação da instituição ao conjunto das demais faculdades, como parte do processo de reestruturação da Universidade do Paraná. Esse movimento integrava um projeto mais amplo de reorganização do ensino superior no estado, visando (re)unificar faculdades que se encontravam separadas e consolidar uma estrutura universitária mais coesa. A importância desse episódio foi registrada na Ata do Conselho de 1º de abril de 1946, que documentou as deliberações tomadas durante "a reunião no edifício da Universidade do Paraná os diretores das Escolas Superiores e os delegados das respectivas Congregações".

Conforme Livro de Atas, do Conselho, de 01 de abril de 1946, o encontro da Escola Superiores, ocorreu no edifício da Universidade do Paraná, contando com a participação de representantes de diversas faculdades: pela Faculdade de Medicina do Paraná, os professores Victor Ferreira do Amaral e Silva e Francisco de Paula Soares Neto; pela Faculdade de Direito do Paraná, os professores João Ribeiro de Macedo Filho e Clotário de Macedo Portugal; pela Faculdade de Engenharia, os professores Durval de Araújo Ribeiro e Arnaldo Izidoro Beckert; e pela FFCL, os professores Manoel de Lacerda Pinto e José Loureiro de Assunção Fernandes.

Durante a reunião, os participantes confirmaram seus poderes de representação, validando suas deliberações por meio da transcrição das atas das congregações que os autorizava a "decidir sobre a restauração da universidade". Esse evento representou um marco institucional significativo,

---

Art. 3º O regime universitário no Brasil obedecerá aos preceitos gerais instituídos no presente decreto, podendo, entretanto, admitir variantes regionais no que respeita à administração e aos modelos didácticos.
Art. 4º As universidades brasileiras desenvolvem ação conjunta em benefício da alta cultura nacional, e se esforçaram para ampliar cada vez mais as suas relações e o seu intercâmbio com as universidades estrangeiras.
Art. 5º A constituição de uma universidade brasileira deverá atender às seguintes exigências: I - congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras; II - dispor de capacidade didáctica, ahi compreendidos professores, laboratórios e demais condições necessárias ao ensino eficiente; III - dispor de recursos financeiros concedidos pelos governos, por instituições privadas e por particulares, que garantam o funcionamento normal dos cursos e a plena eficiência da actividade universitária: IV - submeter-se às normas gerais instituídas neste Estatuto.
Art. 6º As universidades brasileiras poderão ser criadas e mantidas pela União, pelos Estados ou, sob a forma de fundações ou de associações, por particulares, constituindo universidades federais estaduais e livres.

consolidando o processo de unificação das faculdades e reafirmando a estrutura organizacional da Universidade do Paraná dentro de um contexto de fortalecimento do ensino superior no estado.

O Decreto-Lei nº 9.323, de 6 de junho de 1946, assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra e pelo ministro da Educação e Saúde, Ernesto de Souza Campos, formaliza a equiparação da Universidade do Paraná, consolidando sua estrutura e garantindo-lhe autonomia administrativa, disciplinar e didática. Essa medida reorganizou o ensino superior no estado, reintegrando as faculdades que, desde 1919, operavam de forma independente, e reafirmando sua importância no cenário educacional brasileiro.

A FFCL/PR, fundada em 1938, aparece no Artigo 2º como uma das unidades constituintes da Universidade do Paraná, ao lado das Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia. Esse reconhecimento formal trouxe impactos significativos, consolidando-a como parte integrante de um projeto educacional mais amplo e reafirmando seu papel dentro da universidade reorganizada.

> Art. 1º A Universidade do Paraná, fundada a 1 de abril de 1946, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, é uma Universidade livre equiparada e tem por finalidades:
> a) manter e desenvolver o ensino nos institutos que a compõem;
> b) trabalhar pelo aperfeiçoamento do ensino no País;
> c) incentivar a pesquisa e a cultura científica, literária, filosófica e artística;
> d) concorrer para o engrandecimento material e espiritual da Nação.
> [...]
> Art. 2º A Universidade é constituída dos seguintes institutos:
> a) Faculdade de Direito, fundada a 19 de Dezembro de 1912;
> b) Faculdade de Engenharia, fundada a 19 de Dezembro de 1912;
> c) Faculdade de Medicina e escolas anexas de Farmácia e Odontologia, fundadas a 19 de Dezembro de 1912;
> d) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fundada a 16 de Fevereiro de 1938.
> Art. 3º A criação e o funcionamento de qualquer novo curso ou instituto; a incorporação de curso ou instituto já existente; a fusão ou o desdobramento, assim como a desincorporação e a extinção de qualquer dêles, constituem matéria de deliberação do Conselho Universitário, observada a legislação federal.
> Art. 4º Respeitada a personalidade jurídica de cada instituto congregado a Universidade do Paraná constitui uma fundação, com personalidade jurídica própria.
> Art. 5º A Universidade é reconhecida plena autonomia econômica, administrativa, disciplinar e didática, na forma da lei.
> [...]
> Art. 34. A Universidade do Paraná, instituída na forma dêstes Estatutos, é conceituada a mesma Universidade do Paraná, fundada a 19 de Dezembro de 1912 e desmembrada em 1919, para efeitos do Decreto federal número 11.530, de 18 de Março de 1915, nas Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e escolas anexas de

> Farmácia e de Odontologia e Faculdade de Engenharia, tôdas equiparadas por Portarias do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, respectivamente, a 19 de Agosto de 1920, 18 de Fevereiro de 1922 e 19 de agosto de 1920, ora reorganizada na mesma cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, tôdas com personalidade jurídica distinta (DECRETO-LEI Nº 9.323, DE 6 DE JUNHO DE 1946)

O Artigo 1º do decreto alude a equiparação e o papel da Faculdade na nova Estrutura universitária. Estabelece os objetivos fundamentais da Universidade do Paraná, incluindo a manutenção e o desenvolvimento do ensino, a pesquisa científica e a formação de uma elite intelectual que contribuiria para o "engrandecimento material e espiritual da nação". Essa formulação é relevante porque reflete o projeto educacional da época, em que o ensino superior era visto como um instrumento estratégico para a construção nacional. Como instituição voltada para as ciências humanas, naturais e exatas, teve um papel central no cumprimento dessas metas. Diferente das faculdades tradicionais de Direito, Medicina e Engenharia, que já eram reconhecidas há mais tempo, emergia como um espaço essencial para a formação de professores, pesquisadores e intelectuais, contribuindo para a expansão da cultura acadêmica no Paraná.

A equiparação da universidade também permitiu um maior alinhamento da FFCL/UP às diretrizes federais para o ensino superior, garantindo-lhe acesso a recursos, reconhecimento institucional e possibilidades de expansão.

O Artigo 5º do decreto assegura à Universidade do Paraná autonomia econômica, administrativa, disciplinar e didática, um fator crucial para o fortalecimento da FFCL. Essa autonomia permitiu a faculdade:

a) Definir seus currículos e métodos de ensino com maior flexibilidade, respeitando as diretrizes federais.

b) Expandir sua estrutura acadêmica, promovendo novos cursos e especializações.

c) Fortalecer seu corpo docente, garantindo maior estabilidade aos professores e permitindo a vinda de novos acadêmicos.

d) Ampliar sua produção científica e cultural, incentivando a pesquisa e consolidando-se como um pólo intelectual relevante. Pode-se dizer, ainda, que foi fundamental para que a FFCL fortalecesse seu projeto institucional e

consolidasse sua identidade acadêmica, especialmente em um período marcado por disputas sobre os rumos da educação superior no Brasil.

O Artigo 3º do decreto estabeleceu que qualquer mudança na estrutura dos cursos e faculdades da universidade deveria ser deliberada pelo Conselho Universitário, respeitando a legislação federal. Esse ponto é crucial porque impunha à FFCL um controle institucional sobre sua expansão e reestruturação, inserindo-a em um contexto de decisões colegiadas. Embora isso garantisse uma maior integração com a universidade, também significava que qualquer tentativa de modificação em sua estrutura (como a criação de novos departamentos ou cursos) precisaria passar pelo crivo do Conselho Universitário, reduzindo sua autonomia interna. Esse fator pode ter sido relevante para a maneira como negociou sua identidade dentro da universidade, especialmente considerando a forte influência de Barros como defensor do ideário Católico em sua administração.

O Artigo 34 do decreto reafirma que a Universidade do Paraná, reorganizada em 1946, era a continuidade da instituição fundada em 1912, que havia sido desmembrada em 1919. Essa cláusula confere à universidade um senso de continuidade histórica, reforçando sua legitimidade acadêmica e garantindo que as faculdades incorporadas fossem reconhecidas como parte de um projeto educacional duradouro. Especificamente, em relação à FFCL, isso significava ser inserida em uma tradição universitária consolidada, o que lhe conferia maior prestígio institucional e reforçava sua importância dentro da estrutura da universidade. Esse reconhecimento fortaleceu e viabilizou a posição religiosa e sua legitimidade como centro de formação de professores e intelectuais.

A oficialização como unidade integrante da Universidade do Paraná teve efeitos duradouros: a) Maior Estabilidade Institucional, já que a equiparação proporcionou segurança jurídica e administrativa, garantindo que a FFCL pudesse se desenvolver sem riscos de fechamento ou descaracterização. b) Expansão da Pesquisa e do Corpo Docente, uma vez que a universidade reorganizada passou a contar com maior incentivo à pesquisa e à contratação de professores, permitindo que ampliasse seu impacto acadêmico. c) Fortalecimento da Identidade Católica: Com a inclusão formal na estrutura

universitária, pôde preservar e reforçar seus princípios educacionais alinhados à Igreja Católica, consolidando-se como um espaço onde o projeto educacional cristão poderia coexistir com a formação acadêmica tradicional. d) Inserção em um Projeto Nacional de Educação: Ao ser equiparada às demais universidades brasileiras, passou a integrar um sistema educacional mais estruturado, com maior conexão com políticas públicas e financiamento governamental.

A equiparação trazida pelo Decreto, reforçou o papel da FFCL na formação de professores e intelectuais, ampliando sua influência no cenário educacional do estado. Ao mesmo tempo, a inclusão na estrutura universitária permitiu que a faculdade mantivesse sua identidade cristã, favorecendo, em certa medida, as estratégias de liderança mobilizadas por Barros em sua gestão.

A trajetória da Universidade do Paraná antes de sua federalização esteve inserida em um contexto de transformações no ensino superior brasileiro, em que diferentes modelos institucionais influenciaram a concepção de universidade adotada no estado. Um dos discursos modernizadores que orientaram a criação e o desenvolvimento da FFCL, paralelos com a experiência da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), que, fundada em 1934, tornou-se um paradigma para a formação de intelectuais e para a estruturação de uma universidade de perfil humanista e científico. Nesse sentido, a FFCL/UP se inseriu nessa tendência de modernização universitária e, também, incorporou princípios e pressupostos locais, que podem ser observados nas formulações de Carlos de Paula Soares, um dos idealizadores. Seus discursos, registrados nos Anuários da Universidade do Paraná, de 1946 e 1947, evidenciam uma concepção de universidade estreitamente vinculada à formação de uma elite intelectual, com um projeto de ensino superior voltado para a capacitação técnica e moral de lideranças regionais.

De acordo com a referida documentação, Paula Soares chamava a intelectualidade do Paraná para:

> [...] formar a elite de homens que o Paraná precisa, para abrir suas estradas, construir suas pontes, tratar de valorizar suas terras, sanear e educar sua gente e defender seus direitos, mas principalmente [...] para formar os homens de Estado que o Paraná precisa para a sua própria salvação (ANUÁRIO, UP, 1946, 1947, p. 39).

A FFCL/UP deveria formar a "elite de homens que o Paraná precisa", enfatizando a necessidade de profissionais qualificados para infraestrutura, educação e desenvolvimento do estado. A universidade, portanto, não era concebida apenas como um espaço de produção de conhecimento, mas como uma instituição estratégica para a modernização do Paraná, com um papel ativo na construção da identidade regional e na capacitação de seus quadros dirigentes. Nesse mesmo âmbito, os dirigentes do Estado,

> [...] precisavam estar imbuídos de respeito pela coisa pública e crentes na sublimidade dos ideais coletivos, que o Paraná precisa para firmar sua posição na Federação Brasileira, para opinar com altivez e firmeza, para defender o que é seu, para as grandes soluções que o País necessita (ANUÁRIO, UP, 1946, 1947, p. 39).

Em certa medida, o discurso de Soares também revela uma preocupação com a formação de líderes políticos e administradores públicos, ao afirmar que a universidade deveria preparar "os homens de Estado que o Paraná precisa para a sua própria salvação". Nota-se a expectativa de que a FFCL suprisse a carência de especialistas técnicos e formasse cidadãos comprometidos com o interesse público, dotados de espírito republicano e capacidade de ação política. Além disso, os documentos reforçam a ideia de que os dirigentes do estado deveriam estar imbuídos de valores éticos e coletivos, demonstrando uma preocupação com a construção de um modelo de governança baseado na moralidade, na defesa dos direitos do Paraná e na sua posição dentro da federação. A noção de que o Paraná deveria "opinar com altivez e firmeza" e defender "o que é seu" sugere uma percepção de autonomia regional e um esforço para afirmar a influência política do estado no cenário nacional.

Concluía Soares:

> [...] fortalecidos, nessa determinação comum, cheios de firmeza, de energia, de honradez de propósitos e de espírito público, não decepcionaremos as esperanças que de todo o Paraná brotam, no êxito de nossa ação (ANUÁRIO, UP, 1946, 1947, p. 39)

A conclusão demonstra uma visão messiânica do papel da universidade na sociedade, atribuindo-lhe a responsabilidade de garantir o progresso e a estabilidade política do estado. Essa perspectiva reforça o caráter instrumental, concebida como um centro de formação de elites comprometidas com a modernização e com a defesa dos interesses regionais. Em suma, a análise

desses documentos evidencia que a fundação e consolidação da FFCL não se deu apenas sob influência de modelos externos, mas também sob uma concepção local de universidade como instrumento de construção da identidade paranaense e de fortalecimento de sua posição dentro da federação brasileira. A instituição se insere, portanto, dentro de um projeto mais amplo de desenvolvimento regional, em que o ensino superior era visto como um mecanismo para a formação de quadros administrativos, científicos e políticos capazes de conduzir o estado rumo ao crescimento e à formação intelectual.

Se o discurso de Soares evidencia uma concepção de ensino superior voltada para a formação de uma elite intelectual e dirigente, a ideia que encontra forte eco na atuação de Barros enquanto gestor e intelectual católico. O segundo defendia uma visão educacional que priorizava a formação de lideranças comprometidas com os valores cristãos e com a ordem social vigente, alinhando-se à ideia de que a universidade deveria capacitar homens para atuar na consolidação de um projeto nacional baseado em princípios conservadores.

A ênfase na necessidade de que os futuros dirigentes do estado fossem "imbuídos de respeito pela coisa pública e crentes na sublimidade dos ideais coletivos" se aproxima da visão de Barros sobre a universidade como um espaço de reafirmação moral e cultural da sociedade, fortalecendo o papel da educação como instrumento de ordenamento social. A noção de que a FFCL deveria ser um espaço de formação moral e política estava presente nas ações de Barros, que defendia uma educação pautada na disciplina, na hierarquia e na manutenção de valores cristãos como pilares da vida universitária. A fala de Soares pode ser interpretada como um prenúncio do que viria a ser o modelo educacional promovido por Barros, consolidando a relação entre universidade, Igreja e formação de elites dirigentes.

Já no contexto posterior à restauração da Universidade do Paraná, a Ata do Conselho Universitário de 28 de agosto de 1946 trazia menções honrosas ao Interventor Brasil Pinheiro Machado.

> A participação resoluta e preciosa do professor doutor Brasil Pinheiro Machado, que tenho a satisfação de vê-lo presente, entre os membros do conselho, nos trabalhos preparatórios da restauração da Universidade, quando e como Interventor Federal nesse Estado, que garantiu a essa Instituição os auxílios materiais e assistência moral do Governo do Paraná, indispensáveis a restauração e a subsistência; os auxílios rapidamente se concretizaram com a lavratura da ata dos dois

> decretos, o que concede o auxílio de C$ 5.000.000,00 para a constituição do fundo universitário, e o que concede à Universidade a subvenção anual de C$ 3.000.000,00; assistência moral se fez sentir sempre incondicional, resoluta e sincera, representa, assim, a personalidade do Dr. Brasil Pinheiro Machado o bem feito para a excelência da nossa Universidade; [...] o Dr. Brasil, nas elevadas funções de mentor supremo dos destinos do Estado do Paraná, a restauração da Universidade estaria ainda por se realizar (ATA do Conselho, 28 ago. 1946).

A trajetória da Universidade do Paraná é marcada por períodos de descontinuidade e reestruturação, refletindo os desafios e transformações do ensino superior brasileiro ao longo do século XX. Entre os processos fundamentais que definiram sua consolidação, destacam-se a restauração, ocorrida em 1946, e a federalização, oficializada em 1950. Esses momentos foram cruciais para a configuração da universidade como uma instituição pública, assegurando-lhe maior estabilidade, autonomia e reconhecimento nacional.

A campanha para a federalização da Universidade do Paraná, foi um processo subsequente à restauração, com início no final de 1949. Depois do falecimento do reitor recém-eleito João Ribeiro de Macedo Filho, a reitoria foi assumida por Flávio Suplicy de Lacerda (entre 1949 e 1971). A FFCL/UP foi federalizada finalmente em 4 de dezembro de 1950, sendo esta, uma parte componente da Universidade Federal do Paraná. O estudo de Souza e Campos (2021) nos permitem compreender esse momento pós restauração e que apontava para a federalização, bem como a movimentação de agentes intelectuais paranaenses, os quais se envolviam nos campos de poder, numa pretensa simbiose entre os campos acadêmico e político.

> A fase inicial do pós-restauração (1946 a 1948) da Universidade do Paraná contou com três reitores. A primeira fase foi caracterizada pela administração de Victor Ferreira do Amaral. Em sua curta administração de dois anos não houve conquistas significativas para a Universidade, mas sim iniciativas em torno da sua organização; na segunda fase, gestão de João Ribeiro de Macedo observa uma guinada no que se refere à busca intensa de expansão, com projetos que previam a construção da Cidade Universitária, Hospital de Clínicas (cuja pedra fundamental foi lançada), reformas do prédio central, a ideia da construção do Centro Politécnico, bem como cursos de extensão no interior do Estado do Paraná; com a morte de João Ribeiro de Macedo, em plena gestão, Flávio Suplicy, na condição de vice-reitor, assumiu a reitoria e buscou alianças no campo acadêmico e político do Estado para continuar as bandeiras de João Ribeiro de Macedo e, sobretudo, a campanha de federalização da Universidade (SOUZA. CAMPOS. 2021. p. 179).

Desde a campanha pela restauração, passando pela federalização e desenvolvimento das atividades no interior da FFCL, não apenas observou-se disputas ideológicas seja entre católicos e liberais, seja pela amplitude de discursos que antagonizavam ciência e religião, mas afirmações de autoridades no interior dos campos educacional/acadêmico e político. As convergências entre esses campos, bem como o domínio dos discursos dentro desses espaços, conferiam autoridade aos agentes.

A federalização da Universidade do Paraná foi resultado de um longo esforço de articulação política, que envolveu acadêmicos, gestores educacionais e autoridades estaduais e federais. Durante os primeiros anos após a restauração, ficou evidente que a manutenção da universidade como uma instituição livre impunha desafios financeiros e administrativos, limitando sua capacidade de expansão e desenvolvimento.

O processo de federalização ganhou impulso a partir de 1949, quando o governo federal começou a incorporar universidades estaduais e particulares ao sistema federal, garantindo-lhes recursos financeiros e maior integração com a política nacional de ensino superior. No caso da Universidade do Paraná, esse movimento resultou na assinatura da Lei nº 1.254, de 21 de dezembro de 1950, sancionada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, que oficializou sua federalização.

A partir desse momento, a instituição passou a se chamar Universidade Federal do Paraná (UFPR), tornando-se parte do sistema de universidades mantidas pelo governo federal. Esse novo status trouxe uma série de benefícios e mudanças estruturais:

a) Garantia de Sustentabilidade Financeira.

b) A universidade passou a ser financiada pelo governo federal, garantindo maior estabilidade financeira e reduzindo sua dependência de taxas estudantis e repasses estaduais.

c) Ampliação da Autonomia Acadêmica.

d) Com a federalização, a UFPR passou a ter autonomia didática e administrativa, podendo expandir seus cursos e reestruturar sua grade curricular conforme as diretrizes do Ministério da Educação.

e) Expansão da Estrutura e do Corpo Docente.

f) A federalização possibilitou a contratação de novos professores, o fortalecimento da pesquisa acadêmica e a ampliação de laboratórios e bibliotecas.

g) Acesso a Programas Federais de Educação.

h) A UFPR passou a integrar os programas nacionais de ensino superior, possibilitando intercâmbios acadêmicos, financiamento de projetos de pesquisa e melhorias em sua infraestrutura.

Com a restauração da universidade em 1946, a FFCL foi integrada como uma das faculdades constituintes, fortalecendo sua posição dentro do ensino superior paranaense. Durante o processo de federalização, a faculdade manteve seu caráter confessional e sua forte ligação com o pensamento católico, sendo um dos principais polos de formação de professores e de defesa do ensino baseado nos valores cristãos. Nesse contexto, a atuação de Barros como diretor da FFCL/UFPR foi essencial para manter a influência da Igreja na estrutura da universidade federalizada. Utilizando sua posição para garantir que a faculdade continuasse sendo um espaço de formação intelectual e moral alinhado ao catolicismo, enfrentando, inclusive, críticas de setores laicos que defendiam um ensino superior desvinculado da Igreja.

Em certa medida, o impacto da federalização foi ambivalente; pois, se por um lado, a federalização proporcionou estabilidade administrativa e ampliação dos recursos, permitindo que a faculdade expandisse seus cursos e consolida sua presença dentro da universidade; por outro, a federalização exigia maior alinhamento às diretrizes do governo federal, o que gerava desafios para a manutenção de um ensino fortemente influenciado pelo ideário católico. Dessa forma, a FFCL/UFPR passou a ser um espaço de disputas entre intelectuais laicos e católicos, especialmente no que se refere ao modelo de universidade que se buscava consolidar no Paraná. Foi nesse ponto, que a idiossincrasia de Barros foi decisiva em vários momentos, em que foi preciso mobilizar influências, tomar decisões e se posicionar frente aos embates e críticas que partiam da ideia de laicização do ensino.

Barros se mostrou persistente e fiel ao ideal que o caracteriza enquanto intelectual Católico; um representante do poder eclesiástico no espaço acadêmico que protagonizou enfrentamentos e, pode-se dizer que foi bem-

sucedido em seus embates. Seu discurso como paraninfo pronunciado por ocasião da colação de grau dos licenciados de 1957, da FFCL/UFPR em 14 de dezembro, no anfiteatro do Colégio Estadual do Paraná, foi um protótipo do que animava as suas diligências. Seu discurso evidencia o lugar ocupado por ele, como difusor do Projeto iniciado com a Fundação da Faculdade de Filosofia, pelo grupo Católico.

Logo no início de sua oração, percebe-se o teor Cristão que motivava as atividades e a formação dos jovens naquele espaço acadêmico: [...] alegrar vos no Senhor, que só a Êle, de quem tudo é participação, é que devemos render a honra e a glória do quanto sois" (BARROS, 1957, p. 103). Mesmo tratando-se de uma Universidade federalizada e que, em tese, deveria atender a propósitos laicos, pelas palavras de Barros percebe-se o capital acumulado por alguns intelectuais, que faziam valer o poder adquirido, dentro do Campo da Educação.

Na sequência do discurso, enfatizou o tom religioso que orientava a formação intelectual na FFCL/UFPR, o que permite-nos verificar o quanto destoava dos ideais defendidos pelos liberais, desde o começo do século XX. Barros considerou a máxima de que "tudo tem origem no Criador de todas as coisas, fonte imperecível e fecunda do amor, da verdade, da beleza, harmonia. Louvemos todos a Deus Onipotente [...]" (BARROS, 1957, p. 104).

Ao fazer menção a Flávio Suplicy de Lacerda, Barros demonstra afinidade metodológica com o reitor da Universidade ao tecer elogios à sua administração. Aos formandos, o Paraninfo se dirigia dizendo:

> Deixais os bancos acadêmicos precisamente quando a Faculdade se reveste da imponência de novas edificações, equipada, moderna, eficiente, **graças ao dinamismo singular do seu preeminente Reitor Magnífico, Prof. Dr. Flávio Suplicy de Lacerda**, que teve o arrojo administrativo de realizar, para servir à Nação, urna obra perene e monumental de irradiantes benefícios. (BARROS, 1957, 14 dez. 1957, p. 104)

Ao afirmar que "a Faculdade não prescinde da presença dos moços de inteligência como não proscreve da sua egrégia Congregação os seus professores jubilados" (BARROS, 1957, p. 104), demonstra quão firmes continuavam os ideais que animaram ainda em 1926 a União dos Moços Católicos de Curitiba, que antecedeu a própria criação do CEB, em 1929. Mesmo com todas as heterogeneidades de pensamento que caracterizavam a Universidade do Paraná, no final da década de 1950, Barros se colocava como

um porta-voz do Projeto intelectual Católico que se mantinha vivo, mesmo com as dificuldades impostas pela sucessão do tempo e pelos combates travados no passar das décadas. Barros era, naquele contexto, a personificação da Igreja Católica no interior do espaço acadêmico; não apenas pelos termos do discurso de paraninfo, mas pelo que ele representava para o ideário católico dentro do campo educacional. Para ele, “a Universidade caminha a passos largos da bravura intelectual e moral da mocidade” (BARROS, 1957, p. 104).

Esse discurso reflete os elementos centrais da visão de Barros sobre a universidade, sua relação com os formandos e sua concepção de ensino superior, como um projeto contínuo e integrado à sociedade. Ao longo de sua fala, articula referências à grandeza institucional da FFCL, ao papel da juventude intelectual na construção do futuro e ao valor da permanência dos vínculos universitários para além da formação acadêmica.

Destacando a imponência das novas edificações da universidade, ressaltando seu equipamento moderno e sua crescente eficiência. Essa ênfase não se dá ao acaso; ao mencionar a transformação estrutural da instituição, ele também elogia o Reitor Magnífico, Prof. Dr. Flávio Suplicy de Lacerda, atribuindo-lhe um papel central no avanço da universidade. A referência a Lacerda como um gestor de "arrojo administrativo", responsável por uma obra "perene e monumental", posiciona o reitor como um agente transformador do ensino superior paranaense.

A exaltação a Lacerda pode ser interpretada sob duas perspectivas: Como um reconhecimento institucional, reafirmando a colaboração mútua entre Barros e Lacerda na consolidação da universidade. Como um discurso político, fortalecendo a narrativa de que a universidade estava em um período de modernização e crescimento, alinhado ao projeto nacional de desenvolvimento educacional da década de 1950. O elogio à "obra perene" de Lacerda também pode ser lido no contexto de uma defesa do ensino superior como pilar da formação nacional, conectando-se à noção de que as universidades não apenas formam profissionais, mas constroem estruturas sólidas para o progresso da sociedade, colocando em prática uma estratégia discursiva que tornava indissociável a fé religiosa e a educação técnica e científica.

Outro aspecto central do discurso de Barros é a ideia de que a formatura não significa uma ruptura com a universidade, mas sim um prolongamento da experiência acadêmica em outras esferas. Ao afirmar que "o vosso afastamento pela contingência da formatura não importa numa dissociação", ele estabelece um elo entre os recém-formados e a instituição, sugerindo que o pertencimento à universidade transcende os limites da graduação. Esse argumento reforça a importância da “Associação de Antigos Alunos”, vista como um mecanismo de manutenção dos vínculos entre os ex-estudantes e a universidade. Barros propõe que a "frequência animadora da vossa colaboração" e o "contato periódico da vossa amizade" sejam elementos essenciais para a continuidade do compromisso dos graduados com a instituição. Assim, a universidade se consolida como um espaço de pertencimento social e cultural, onde a experiência acadêmica se prolonga ao longo da vida profissional e política dos egressos.

Ao afirmar que a "Faculdade não prescinde da presença dos moços de inteligência", reforça a centralidade da juventude acadêmica no futuro da instituição. Esse trecho reflete uma visão de valorização da intelectualidade como um bem indispensável à sociedade. Ao mencionar que a universidade "não proscreve da sua egrégia Congregação os seus professores jubilados", reafirma que o conhecimento e a experiência acadêmica devem ser valorizados ao longo da vida, tanto para os jovens recém-formados quanto para os docentes mais antigos. Essa ênfase na continuidade do saber reflete um modelo educacional que valoriza a tradição e a permanência da intelectualidade dentro da estrutura acadêmica.

O discurso constrói a imagem da universidade como um espaço que vai além da formação técnica e científica, assumindo também um papel na construção moral e cívica da sociedade. Ao insistir que a presença dos ex-alunos deve continuar sendo parte ativa da vida universitária, ele sugere que a faculdade não apenas forma profissionais, mas molda cidadãos comprometidos com a coletividade.

Essa visão está alinhada com a influência católica no modelo de ensino que enfatizava a necessidade de um ensino superior pautado em valores morais e na formação integral do indivíduo. O discurso de Barros reforça, portanto, a

ideia de que a universidade deve ser um espaço de perpetuação de uma elite intelectual e moral, que mantém um compromisso com a manutenção dos valores sociais e políticos que a instituição representa; com a formação de líderes comprometidos com a “ordem e a tradição”.

Apostando no papel da Universidade como promotora da ética Cristã, assevera sobre a “bravura”, o “elevado espírito ético”, a “pujança de propósitos” de uma instituição que, naquele contexto encontrava-se vibrante “ao calor dos vossos ideais, sentindo arder a flama da vossa fé na pureza das instituições e na dignidade dos homens livres” (BARROS, 1957, p. 104).

> Daí o entender-se que, pórtico a dentro das Universidades, é que se forjam os esteios do humanismo cristão na estruturação duma mentalidade democrática em que se refugiam as liberdades ameaçadas pela nova ordem de regimes violentos e desumanizadoras. Nem poderia ser diversamente. E isso bem se denunciou nos sentimentos que inspiraram a palavra a que há pouco aplaudimos. A oração dos moços há-de ser sempre assim, em alto estilo de sinceridade, com a franqueza que alguma vez se transforma em sal da terra, na eloquência da crítica edificante, com toda a aristocracia da inteligência, com tôdas as mostras da cultura com que se pronunciou essa flor do talento universitário que escolhestes para a tribuna (BARROS, 14 dez. 1957, p. 105).

Havia em Barros, a crença no potencial transformador dos jovens, que, segundo ele, carrega consigo "as reservas mais estupendas de renovação nacional", mesmo em meio às incertezas do presente. Essa afirmação demonstra um discurso otimista e mobilizador, em que o papel da juventude universitária não se restringe à assimilação do conhecimento técnico ou científico, mas se estende à reafirmação de valores éticos, democráticos e cristãos.

Diferentemente de um tom meramente celebrativo, estruturou seu discurso como um “chamado” à responsabilidade dos formandos, destacando o espaço como um lugar onde se forjam os “esteios do humanismo cristão”. Essas expressões vinculam a formação acadêmica à formação moral e espiritual, um dos pilares do pensamento educacional católico que Barros defendia. O "humanismo cristão", nesse contexto, se contrapõe ao avanço de ideologias que, segundo ele, ameaçavam as liberdades e promoviam regimes violentos e desumanizadoras.

A referência à "pureza das instituições e à dignidade dos homens livres" insere o discurso em um contexto mais amplo, em que a universidade aparece

como um sustentáculo da moralidade e da liberdade. Ao valorizar a ética, a democracia e a liberdade, estabelece uma distinção entre o modelo de universidade que ele defendia e os projetos educacionais laicos ou progressistas, que frequentemente criticava.

Barros sugeriu que o engajamento intelectual dos estudantes deve ser com "eloquência da crítica edificante", sendo que a crítica deve ser elaborada "com toda a aristocracia da inteligência". Nota-se que a erudição e o reconhecimento da hierarquia do saber, tornavam-se princípios característicos da atuação do intelectual e de sua visão sobre o papel da universidade. Utilizando de uma comunicação refinada, como lhe era característico, reforçou a ideia de que a universidade era um espaço de resistência contra ameaças externas, caracterizando a juventude acadêmica como “herdeira e guardiã” de um projeto civilizacional

Ao mesmo tempo em que colocava-se como um “combatente” na luta pela educação do “espírito humanista”, mostrava-se atento à realidade brasileira, especialmente no que se referia ao funcionamento de outras instituições de ensino Superior do País; se posicionando como representante de um projeto que, ao longo de sua história, foi planejado, articulado e consciente das suas especificidades, da realidade local e dos pressupostos que permitiram que a concretização do projeto intelectual no Paraná, fosse como tal; apontando a necessidade de preparar os intelectuais para as intempéries do exercício de seu múnus.

> As rebeldias da mocidade são providenciais [...] esse poder de influência que o magistério faculta, envolve responsabilidades de orientação das quais eu vos alerto para o dever precípuo de imprimir maior cunho de brasilidade nos quadros culturais (BARROS, 1945, p. 106).

Ao se tratar de mensagem dirigida a futuros professores, a atividade mostrava-se desafiadora; ainda assim, era necessário certo vigor por parte daqueles que teriam a missão de educar. Realçava: “Sède brasileiros com galhardia e profundo fervor patriótico” (BARROS, 1957, p. 106), e ainda “Sède brasileiros, eu vos repito, com galhardia e altivez” (BARROS, 1957, p. 106). No mesmo tom enfático, discursava sobre o que considerava ser a missão do Educador:

> A missão do professor nacional não deve desnaturar-se sob o influxo dos mitos de nosso tempo, a ponto de se divorciar dos problemas gerais da Nação, para se entregar ao esforço inglório de estrangeiros as novas gerações, em aberto desajustamento com a índole, as tradições e a formação espiritual do Brasil. (BARROS, 1957, p. 106)

Barros considerava exitoso o projeto Católico de formar uma Elite Intelectual capaz de propagar a fé cristã como ideal impartível da formação acadêmica. Ainda que a instrução superior no Brasil fosse acessível a uma pequena parcela da população, suas palavras designam incumbências àquela mocidade que, para ele, “representava uma parcela nova e admirável do aparelhamento intelectual para difundir cultura e dilatar em mais alto grau a educação aos nossos patrícios” (BARROS, 1957, p. 106).

Barros também definiu o que idealizava enquanto nacionalismo, e arrematou declarando a missão que aqueles formados teriam em suas mãos, uma vez conquistada a formação intelectual, declarando que,

> a vocação nacionalista se faz essencial, mas nacionalismo sadio que desencante o conhecimento da terra mater no seu passado, na sua base física, em sua potencialidade econômica, em seus problemas sociais, nacionalismo sem respeito humano, que ensine, pregue e proclame em tôdas as oportunidades a fé com que as nossas Mães nos ensinaram a louvar a Deus, nacionalismo sem preconceitos nem restrições na defesa e na preservação do nosso organismo democrático, a começar pelo repúdio intransigente ao comunismo porque a sua ideologia não tem princípio algum que se adapte à estrutura social do Brasil (BARROS, 1957, p. 106).

Articulando um conjunto de ideias sobre o nacionalismo, a identidade brasileira, a defesa do regime democrático e a preservação dos valores morais e familiares. A fala reflete um compromisso com a formação acadêmica dos jovens formandos, juntamente com a preocupação com a coesão nacional diante das transformações políticas e ideológicas da época. Para Barros (1957), "a vocação nacionalista se faz essencial", defendendo um nacionalismo que resgate o passado histórico, reconheça a base territorial e econômica do país e aborde criticamente os problemas sociais. No entanto, sua visão de nacionalismo está fortemente ligada a valores religiosos e morais, como se observa na afirmação de que essa postura deve ser "sem respeito humano", ou seja, sem concessões a perspectivas relativistas ou secularizadas. O nacionalismo, defendido por ele, está diretamente relacionado à fé cristã, que deve ser ensinada e proclamada "em todas as oportunidades", reforçando a centralidade da religião na identidade nacional.

O anticomunismo explícito no discurso é um elemento central dessa construção ideológica. Ao afirmar que "a ideologia comunista não tem princípio algum que se adapte à estrutura social do Brasil" (BARROS, 1957, p. 106), reitera uma visão que que ia de encontro ao pensamento conservador da época, em que o comunismo era visto como uma ameaça não apenas política, mas também cultural e moral. A defesa do regime democrático se fundamenta, assim, em termos institucionais e na sua oposição à expansão de ideologias que poderiam, segundo ele, comprometer os valores cristãos e familiares do país.

Ao insistir na ideia de nacionalismo, declarou ainda:

> A nacionalização do ensino que vos preconizo, através de um conhecimento aberto a tôdas essas especulações, não se confunde com nenhum repúdio ao ambiente americano em que a Nação se acha integrada por laços indestrutíveis de uma política de fraternidade continental, voltada para a estruturação dos liames que unem os povos americanos, sob o senso das mesmas diretrizes de civilização cristã. Dedicai-vos, que o Brasil precisa de vós. Sède venturosos e felizes! (BARROS, 1957, p. 107)

O pretenso aprofundamento da ideia de nacionalismo, levou-o a exaltar as características naturais e territoriais do Paraná e do Brasil. Mais que uma contemplação geográfica, a referência às Quedas do Iguaçu e às terras roxas, é um símbolo do potencial econômico e cultural da região, que deveria ser valorizado e conhecido pela juventude acadêmica. Essa perspectiva se insere em um projeto de nacionalização do ensino, em que a universidade teria a função de descortinar a realidade do país e preparar os estudantes para compreendê-la e transformá-la.

A dita "nacionalização do ensino" não se confunde, com um isolamento do Brasil no cenário internacional. O discurso faz questão de enfatizar que o país se encontra integrado na política de fraternidade continental com os demais povos das Américas, indicando uma afinidade com a diplomacia brasileira da época, especialmente com a aproximação dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. O Brasil, dentro dessa lógica, deveria preservar sua identidade nacional e cristã sem romper os laços com as nações americanas, que compartilham os mesmos princípios de civilização cristã.

Ao enfatizar: "Dedicai-vos, que o Brasil precisa de vós. Sede venturosos e felizes!", reafirmou sua visão do ensino superior como um espaço de formação

de lideranças nacionais, comprometidas com o desenvolvimento intelectual atrelado à manutenção dos valores tradicionais e com a defesa da moral cristã.

O campo intelectual acadêmico, era um espaço de debates que, ao mesmo tempo em que apresentava particularidades, estava inserida em debates mais amplos, na medida em que os debates travados (no campo intelectual e no campo científico) encontravam respaldo nas instituições que os legitimam. As relações objetivas no interior do campo, se materializam na forma de palestras, discursos, livros, artigos, textos em jornais, periódicos, revistas, cuja operacionalidade nos possibilitam adentrar na cosmovisão a que seus partícipes eram constituídos.

A visita de intelectuais católicos a Dom Manuel da Silveira D'Elboux, no início da década de 1950, marcava a sequência do alinhamento de um projeto entre a Igreja e os intelectuais Católicos, que movimentou aquela década. Com a intenção de dar os cumprimentos a Dom D'Elboux pela posse do Arcebispado Metropolitano de Curitiba, o CEB nomeou uma comissão (em 8 de dezembro de 1950) para visitá-lo em 17 de dezembro de 1950. (CEB, Livro de Atas n. 4, fl. 147). A referida comissão foi composta pelos sócios Raul Carvalho, Liguaru Espírito Santo, Pedro Macedo, José Loureiro Fernandes e Homero de Barros. Na semana seguinte à visita, em 25 de abril de 1951, Dom D'Elboux foi nomeado sócio honorário do CEB. No dia 30 de maio de 1951 foi realizada a solenidade de recepção do Arcebispo Dom D'Elboux, que contou com a presença do Governador do Estado do Paraná, Dr. Bento Munhoz da Rocha Netto, juntamente com Sacerdotes, Irmãos Maristas e convidados. Em posse da palavra, Dom Manuel D'Elboux sustentou que:

> [...] a cultura somente é cultura quando se aproxima de Deus. Finalizou, dizendo que sentia-se com os amigos deste Círculo completamente à vontade, porque desde aquele instante considerava-se em sua própria casa. Elevou bem alto o nome do Círculo de Estudos Bandeirantes e os homens de cultura que nele se encontram vencendo de fronte erguida todos os obstáculos que os cercam, para o levantamento cultural do Paraná. (CEB, Livro de Atas n. 4, fl. 150 e ss.)

O discurso e a motivação e a união de interesses, fortalecem os laços entre a Igreja e os intelectuais, cuja filiação teórico-filosófica e metodológica foi demonstrada por Barros ao longo daquela década de 1950. Suas práticas eram estreitamente compatíveis com o que explanou o arcebispo de Curitiba, Dom Manuel da Silveira D'Elboux, destacou a necessidade de divulgar o cristianismo

para a “restauração da ordem social” e “assegurar o bem comum”. Nas palavras de D’Elboux, uma “conscientização católica” era sinônimo de benefícios a serviço da ciência e do pensamento.

As enunciações do arcebispo expressam a noção de que a cultura genuína só se concretiza plenamente quando está em harmonia com Deus, estabelecendo, assim, um critério fundamental para a legitimação do conhecimento acadêmico dentro de um quadro ideológico católico. Com a premissa de que “a cultura somente é cultura quando se aproxima de Deus”, D’Elboux reacende a tônica do pensamento católico, que entende a produção do saber como um meio de elevar o espírito humano à transcendência, rejeitando concepções seculares ou materialistas da cultura.

A menção específica ao CEB, por D’Elboux, e o elogio aos seus membros, como “homens de cultura” que “vencem de fronte erguida todos os obstáculos”, indicam a valorização da atuação dos intelectuais católicos como agentes de resistência e influência no cenário cultural e acadêmico do Paraná. Ao declarar que “sentia-se com os amigos deste Círculo completamente à vontade, porque desde aquele instante considerava-se em sua própria casa”, o arcebispo evidenciou a profunda sintonia entre a Igreja e os intelectuais do CEB, sugerindo que esses grupos compartilhavam uma mesma cosmovisão e estavam engajados num projeto comum de construção de um ambiente universitário e cultural alinhado ao catolicismo.

A afirmação de que a atuação do CEB contribui "para o levantamento cultural do Paraná" reforça a concepção de que a Igreja e seus intelectuais deveriam ter um papel ativo na definição dos rumos educacionais e intelectuais do estado, assegurando que a formação universitária estivesse alinhada aos princípios cristãos e protegida de influências ideológicas consideradas adversas, como o materialismo e o racionalismo secular.

Em 1957, o jornal *Diário do Paraná* publicou uma declaração do arcebispo de Curitiba, em que defendia a indissolubilidade da simbiose entre igreja, intelectualidade e universidade.

> A inadiável necessidade de tais instituições evidencia-se não apenas na deficiência das universidades leigas, abertas às mais contraditórias ideologias e destinadas exclusivamente à formação, mas emana indisfarçável da gravidade indisfarçável que o mundo ocidental está atravessando. O sopro de materialismo que abalou os fundamentos

> cristãos da civilização contemporânea, insuflado pelo capitalismo de um lado e do comunismo integral de outro, só poderá ser contido pela **reação espiritual que se processa intensamente por parte da igreja**. E, nesse plano, a colaboração do intelectual católico assim como a cooperação para com o intelectual católico, através do franco prestígio e irrestrito apelo às universidades católicas constitui dever irrecusável e imediato de todos os que desejam não só que desejam restaurar a civilização cristã sobre a miséria da **ordem social** conturbada, senão e principalmente preservar a dignidade humana em seus direitos naturais e sagrados. Na transcendência de seus altíssimos fins está a alma da universidade católica. A mentalidade genuinamente universitária que plasma através de sua doutrina harmoniosa distribuída nas várias disciplinas de seus diversos cursos, será uma força admirável de renovação que trará à sociedade brasileira o inestimável benefício da intelectualidade católica, isto é, **a perspectiva de uma concepção uma católica da vida pela firmeza e difusão da doutrina, pela integração dos dogmas,** e pela integração nos dogmas, e pela plenitude ideológica da verdade em **Cristo**. (DIÁRIO DO PARANÁ: 1957. p. 01, Caderno 2, grifos nossos)

A concepção da Igreja Católica sobre o papel da universidade na sociedade, foi reconhecida juntamente com os desafios enfrentados pela civilização ocidental na segunda metade do século XX. D'Elboux posicionou a universidade católica como um espaço central na resistência contra as ideologias modernas, que, segundo o arcebispo, desestruturaram os fundamentos cristãos da sociedade contemporânea. As universidades laicas, por sua vez, foram caracterizadas como espaços de abertura indiscriminada a ideologias contraditórias, cuja formação estaria restrita a aspectos técnicos e científicos, sem um compromisso mais profundo com a formação moral e espiritual do indivíduo.

O uso da expressão "dever irrecusável e imediato" reforça a urgência da missão dos intelectuais católicos, os quais deveriam atuar como "guardiões dos valores religiosos no ambiente acadêmico e cultural". A metáfora ilustra a trajetória de Barros, que guardou para si a missão de reunir esforços para difundir a "concepção católica da vida" e resistir ante à fragmentação do pensamento promovida pelas instituições laicas. A ênfase na "plenitude ideológica da verdade em Cristo" reforça o caráter totalizante do projeto educacional católico, em que todas as áreas do conhecimento deveriam estar subordinadas a uma perspectiva religiosa. Essa concepção revela um modelo ideal de universidade, em que fé e razão estariam associadas a um mesmo horizonte epistemológico, estruturado a partir dos dogmas da Igreja.

D'Elboux, também destacou a incompatibilidade entre a o liberalismo e o cristianismo, de modo que a laicização do ensino, presente nas universidades modernas não estavam de acordo com a formação cristã e os ideais propagados pelo catolicismo, sendo, portanto, nociva aos indivíduos. Nesse interim, a salvação da alma teria ficado em segundo plano, ou sido abandonada pela cultura universitária. Algo precisava ser feito e, Barros, nesse contexto, foi uma figura central, por ter despendido esforços em favor do ideário Católico no campo acadêmico/educacional e político.

Segundo declaração de Barros, publicada no jornal *Diário do Paraná*, em 1957, "a responsabilidade dos intelectuais católicos face ao problema universitário é de grande vulto [...] cabe-lhes a difusão duma filosofia integral da vida e a defesa intransigente da verdade". (BARROS, DIÁRIO DO PARANÁ, 1957, p. 6)

De acordo com Campos (2002), as lideranças da Igreja tiveram habilidade para conduzir o projeto que pretendiam, que era garantir que a presença católica, estivesse inserida em todas as esferas da vida humana, inclusive e principalmente no meio intelectual e educacional.

> A postura da Igreja Católica, particularmente dos bispos que assumiram as diversas dioceses nos Estados brasileiros, foi de habilidosa capacidade em se adaptar às mudanças que se configuram na sociedade brasileira. A partir da instauração da República, a Igreja articulou-se com o objetivo de garantir sua presença institucional nas diversas esferas dos Estados brasileiros. Ela precisava agir rapidamente, pois com o novo regime alguns privilégios lhe foram tirados, entre os quais a implantação do ensino leigo nas escolas oficiais, a separação entre o Estado e a Igreja. A hierarquia da igreja agiu durante a Primeira República no sentido de recolocar o ensino religioso católico nas escolas públicas, o que lhe conferia um privilégio. Além disso, o clero dirigiu a fundação de círculos de cultura com o objetivo de garantir a presença da Igreja Católica no campo intelectual, moral e político da sociedade brasileira (CAMPOS, 2002, p. 46).

Escritos de Barros, datados de 1957 no jornal *Diário do Paraná*, evidenciam a luta deste intelectual em promover a ampliação da fé cristã em meio à formação intelectual ou, diga-se acadêmica, entre os jovens. Aqui, ele está a distinguir o papel de uma Faculdade Católica e a sua ideia de "cultura universitária moderna", cuja finalidade "transcende as preocupações que empolgam os audaciosos escravos da técnica" (BARROS, Diário do Paraná, 12 de nov. 1957, p. 02). Supomos aqui, a existência de uma crítica à própria

Universidade Federal do Paraná, que não estava em sua totalidade, nas mãos dos religiosos católicos.

Barros mencionou o que seria um “princípio civilizador” que consistia em “assegurar a cada pessoa os meios convenientes à salvação de suas almas”. Ao considerar que as universidades não católicas, não prezavam pela salvação e pelos ideais cristãos na formação, salientou que “as universidades católicas, pelo contrário, objetivam [...] a alta finalidade que transcende as preocupações [dos] escravos da técnica” (DIÁRIO DO PARANÁ, 12 de nov. 1957, p. 02). O que chamou de “escravos da técnica”, pode estar relacionado ao fetichismo da ciência em que se ignora a fé religiosa como premissa da formação acadêmica e humana.

Barros se mostra conclamador dos propósitos da Igreja católica ao apresentar a necessidade de um “altíssimo apostolado intelectual com as vistas olvidadas para os verdadeiros fins da Educação e da cultura universitária, isto é, para o desenvolvimento da pessoa humana em seus valores espirituais e eternos” (DIÁRIO DO PARANÁ, 12 de nov. 1957, p. 02).

Salientou a “responsabilidade dos intelectuais católicos face ao problema universitário” (DIÁRIO DO PARANÁ, 1957, p. 02), no sentido de que caberia a esses intelectuais a “difusão duma filosofia integral da vida e a defesa [...] da verdade”. (DIÁRIO DO PARANÁ, 1957, p. 02). Ainda sobre a função dos intelectuais, aformou que “compete-lhes a participação no apostolado hierárquico, portadores [...] da mensagem de cristo, para que se restaure anime e eleve a base da ordem social pela influência decisiva de consciências católicas, a serviço do pensamento” (DIÁRIO DO PARANÁ, 1957, p. 02). Quanto à incumbência dos intelectuais, destacou o “desenvolvimento e difusão do conhecimento desinteressado e verdadeiro, pela cultura divorciada do utilitarismo e voltada para a destinação espiritual do homem” (BARROS, Diário do Paraná, 12 de nov. 1957, p. 02).

A trajetória de Barros foi marcada pela ocupação de espaços no campo acadêmico, na Capital paranaense, cujas movimentações foram norteadas pelos pressupostos da Igreja Católica. Ainda que tenha iniciado a sua atividade acadêmica na área do Direito obtendo notoriedade enquanto advogado e Professor da FDP, foi na FFCL que exerceu grande influência e se mostrou um

organizador da cosmovisão católica atrelada à instrução superior. A partir do espaço e do capital alcançado, transitou entre os campos (educacional, religioso e político). Chegado aos anos 1950, encontrava-se “multitarefado”, seja pelas atividades na Direção, nas aulas ministradas ao mesmo tempo, na FDP, na FCFC, na presidência do CEB, entre outras ocupações.

Seu esforço pela institucionalização da cosmovisão religiosa no ensino superior consolidou um modelo educacional em que ciência e fé deveriam caminhar em harmonia. Desde sua aula inaugural em 1946, passando pelo discurso comemorativo dos dez anos da FFCL/UP em 1948, até o pronunciamento como paraninfo em 1957, Barros manteve-se coerente na defesa de uma universidade orientada por valores cristãos, em consonância com os interesses da Igreja Católica e com o respaldo do reitor Flávio Suplicy de Lacerda. Tais posicionamentos não apenas reforçaram o protagonismo da Igreja na formação da juventude universitária, como também representaram uma reação explícita às críticas dirigidas por defensores de uma universidade laica, entre os quais se destacava o professor Wilson Martins, cujas concepções educacionais confrontavam diretamente o projeto católico defendido por Barros.

Os embates entre intelectuais católicos e laicos na Universidade do Paraná refletem um cenário mais amplo da educação brasileira, que perdurou pelo século XX, quiçá é possível notar até os dias atuais. Enquanto Barros argumentava que a ciência deveria ser conduzida pela fé, seus opositores viam a universidade como um espaço independente da influência religiosa. No entanto, a ascensão de Dom Manuel da Silveira D’Elboux ao arcebispado de Curitiba em 1950 fortaleceu ainda mais as articulações entre a Igreja e o meio acadêmico. Esse alinhamento entre Barros e o arcebispo não apenas legitimou a presença da Igreja na estrutura universitária, mas também garantiu respaldo institucional para a manutenção de um ensino pautado pela tradição católica.

Sua presença nos jornais da época reforça seu papel como intelectual militante do catolicismo na universidade, participando ativamente da disputa por narrativas sobre o papel da religião na produção do conhecimento. Sua visão encontrou ressonância na gestão de Flávio Suplicy de Lacerda (reitor da Universidade do Paraná entre 1949 e 1964 e novamente entre 1967 e 1971); ao dar respaldo à atuação de Barros e ao fortalecimento dos vínculos entre a Igreja

e a universidade, Lacerda contribuiu para consolidar uma estrutura acadêmica influenciada pelo catolicismo.

Dessa maneira, sua atuação na FFCL, deve ser compreendida como parte de uma estratégia de inserção da Igreja no ensino superior brasileiro. Seus discursos, suas publicações e sua atuação institucional foram peças fundamentais para a afirmação da cosmovisão cristã dentro da Universidade do Paraná, transformando aquele departamento em um espaço em que o conhecimento científico não apenas coexiste com a fé, mas era orientado por ela.

3.3 LÓCUS DE PODER ECLESIÁSTICO: BARROS E A RESISTÊNCIA CATÓLICA NA FFCL

Ao final da terceira década do século XX, a fundação da FFCL/UP representou a autonomia, a influência e o poder do grupo católico. O campo universitário, ao se materializar como mais um espaço para o exercício da intelectualidade, era, ao mesmo tempo, um lugar de representatividade e distinção daqueles que se hierarquizam naqueles domínios. Vale salientar que o campo acadêmico possibilita ações de cunho intelectual de modo que naquele local, os alcances das influências ultrapassam outros espaços. Especialmente por ser um espaço de formação, produção e desenvolvimento científico.

De acordo com Bourdieu (2011),

> o campo universitário, é o lugar de uma luta de classificações que, trabalha para conservar ou transformar a relação de força entre os diferentes critérios e entre os diferentes poderes que elas designam, contribui para fazer a classificação tal como pode ser apreendida objetivamente num dado momento do tempo; mas a representação que os agentes têm da classificação e a força da orientação das estratégias que eles podem colocar em prática para mantê-la ou subvertê-la dependem de sua posição nas classificações objetivas (BOURDIEU. 2011, p. 40-41).

A FFCL, por ser parte integrante do Projeto Católico, foi um palco de disputas, onde os agentes se encarregaram de medir forças, desenvolver classificações, produzirem legitimações, mobilizarem estratégias, colocarem em prática os pressupostos que defendiam e que os caracterizavam.

A amplitude maior a qual nos referimos é o projeto de Doutrina Social da Igreja, organizado especialmente a partir do Papa Leão XIII. Trata-se do conjunto de ensinamentos contidos em documentos que possuem orientações doutrinárias, tais como encíclicas, cartas, exortações, pronunciamentos, mensagens, declarações que compilam o pensamento do Magistério da Igreja Católica sobre a chamada "questão social". As encíclicas sociais e os pronunciamentos dos Papas, posteriores a 1891, tratam da dignidade humana, do bem comum e da vida em sociedade. De certa forma, tais ideais remontam aos primeiros tempos do Cristianismo, atualizados pelos teólogos e Filósofos Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. A publicação da *Rerum Novarum*, em 1891, pelo Papa Leão XIII foi a primeira Encíclica Social, que visava orientar os religiosos de como proceder para aproximar os ideais e interesses da Igreja, do povo. Também para estimular religiosos e leigos a lutarem em favor da ampliação do alcance dos pressupostos católicos a toda população; uma vez que a igreja deveria tocar na vida social, em sua cosmovisão.

Barros emergiu como personagem precípuo ao ocupar um lugar de notoriedade e prestígio na hierarquia, cuja postura e desassombro diante das intempéries, o colocaram na condição de um verdadeiro combatente, defensor dos princípios impugnadores dos ideais abrolhados pela Igreja Católica.

A atuação dos intelectuais católicos no interior da FFCL, evidenciam mais uma vez, a consonância junto aos *ultramontanus* que haviam iniciado no final do século XIX e início do século XX. A saber, o termo *ultramontanus* em *latim*, foi traduzido como ultramontanismo que, no sentido literal, vem a ser "além dos montes". No catolicismo o vocábulo faz referência à confiança que os fiéis atribuem ao Papa, como um importante condutor e diretor da fé religiosa e da vida social.

Esse movimento, que teve seu auge a partir da segunda metade do século XIX, consolidou-se como uma reação da Igreja Católica ao avanço do liberalismo e da secularização do Estado. O ultramontanismo defendia a centralização do poder eclesiástico nas mãos do Papa, a infalibilidade papal, e a ideia de que a Igreja deveria orientar não apenas a fé, mas também a moral pública, a política e a vida social. Conforme salienta João Geraldo dos Santos Júnior (2021), tratava-se de um "modelo de catolicismo militante, disciplinado e

combativo, que buscava conformar a sociedade brasileira aos moldes da ortodoxia romana" (SANTOS JÚNIOR, 2021, p. 199).

No Brasil, essa perspectiva encontrou terreno fértil, especialmente após a separação entre Igreja e Estado após a Proclamação da República. A partir daí, a hierarquia católica passou a atuar com mais vigor na esfera educacional, cultural e política, buscando resgatar sua influência por meio da doutrina social, da formação de intelectuais católicos e da fundação de instituições educativas. Como explica Kênia Guimarães Furquim Camargo (2020), o ultramontanismo "se traduziu em um projeto cultural amplo, que envolvia a catequese das consciências e a moralização dos costumes, tendo a educação como eixo estratégico de atuação" (CAMARGO, 2020, p. 3).

É nesse cenário que se compreende a inserção de intelectuais católicos no interior da FFCL. Influenciados por esse paradigma, tais sujeitos não se viam apenas como professores ou acadêmicos, mas como guardiões de uma verdade moral e espiritual superior. Suas práticas docentes e intervenções institucionais estavam marcadas por uma concepção formadora que se pretendia integral: educar a razão, a fé e a conduta. Como afirma Jefferson de Almeida Pinto (2021), o catolicismo brasileiro do século XX, especialmente nas décadas de 1930 a 1960, "reorganizou sua presença nos espaços públicos e buscou estabelecer uma nova cristandade, na qual a Igreja fosse o eixo estruturante da vida nacional" (PINTO, 2021, p. 547).

A vinculação de Barros com esse caráter católico militante pode ser percebida em toda sua trajetória institucional. Sua atuação como diretor da FFCL foi marcada pela defesa da educação como instrumento de formação moral e espiritual, em sintonia com os valores da tradição cristã. Tal perspectiva não era neutra, mas refletia um posicionamento ideológico orientado pela convicção de que a universidade deveria preservar os fundamentos éticos herdados da civilização ocidental cristã. Nesse sentido, Barros compreendia a ciência, a filosofia e as humanidades como campos do saber que não podiam ser separados da fé, da transcendência e da autoridade moral. Como outros intelectuais católicos de seu tempo, acreditava que a universidade deveria ser um "espaço de testemunho da verdade", como propunha o magistério da Igreja.

É também nessa chave de leitura que se deve interpretar a defesa enfática de Barros da presença do pensamento tomista nos currículos filosóficos e sua oposição à neutralidade axiológica no ensino. Seu compromisso com a tradição católica não se restringia a uma dimensão devocional ou pessoal, mas era parte de um projeto de sociedade inspirado nos princípios da Doutrina Social da Igreja. Barros assumia, assim, uma postura educacional que visava à formação integral do sujeito, entendendo a universidade como um espaço de resistência ao secularismo e à relativização dos valores. Sua inserção na FFCL, portanto, deve ser compreendida como parte de um esforço de afirmação de um modelo de intelectual católico comprometido com a ortodoxia romana e com a construção de uma sociedade inspirada no Evangelho.

Compreendida a inserção de Barros no projeto ultramontano que moldou parte significativa do pensamento católico brasileiro do século XX, é possível agora retomar a análise de sua atuação institucional, observando como suas convicções repercutiram nas tensões internas da Faculdade de Filosofia. As escolhas pedagógicas, os embates em torno do currículo, bem como suas interlocuções com setores eclesiásticos e civis, revelam o modo como suas ideias se materializaram nas práticas concretas da formação docente e na estrutura organizacional da instituição.

A tabela 19, ao delinear marcos fundamentais da história da educação superior no Paraná, permite situar a trajetória de Barros dentro de um processo mais amplo de institucionalização e consolidação do ensino superior no estado. Desde a proposta pioneira de José Francisco da Rocha Pombo, em 1892, observa-se um esforço contínuo de criação de estruturas educacionais voltadas à formação intelectual e profissional da elite paranaense. A fundação da Universidade do Paraná em 1912 foi um divisor de águas nesse percurso, estabelecendo um centro universitário embrionário que, nas décadas seguintes, se expandiria e diversificaria.

Nesse contexto, a criação do CEB (1929) foi particularmente significativa, pois funcionou como espaço de articulação entre juventudes universitárias, intelectuais e educadores. Barros ingressa no CEB justamente nesse período e ali inicia sua formação como orador, educador e intelectual público. Posteriormente, com a fundação da FFCL, em 1938, não apenas passou

a integrar o corpo docente, mas assumiu papel de liderança, vindo a dirigir a instituição por mais de uma década (1951-1968). A criação dessa faculdade se insere em um movimento nacional de valorização das humanidades, como base para a formação de professores e pensadores críticos.

A federalização da Universidade do Paraná em 1950 foi um marco decisivo, que ampliou recursos e projeção institucional, abrindo caminho para uma atuação mais robusta de Barros, especialmente como gestor acadêmico. A fundação, no mesmo ano, da FCFC e, posteriormente, da Universidade Católica do Paraná (UCP) em 1959, demonstra a crescente pluralização do cenário educacional paranaense, agora marcado pela coexistência de instituições públicas e privadas, laicas e confessionais.

Tabela 19 - Cronologia de marcos importantes da História da Educação Superior, no Paraná

ANO	ACONTECIMENTO
1892	Projeto defendido por José Francisco da Rocha Pombo (historiador e político), como um primeiro projeto de instrução superior no Paraná.
1912	Criação da Universidade do Paraná[41]
1929	Criação do Círculo de Estudos Bandeirantes
1938	Criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCL/PR)
1950	Federalização da Universidade do Paraná
1950	Criação da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba
1959	Criação da Universidade Católica do Paraná

Fonte: Elaboração do autor

[41] A Lei Rivadávia Corrêa, também conhecida como Reforma Rivadávia Corrêa, foi instituída em 5 de abril de 1911 pelo Decreto nº 8.659 e marcou uma mudança significativa na organização do ensino superior e fundamental no Brasil. Essa legislação introduziu o princípio da liberdade e desoficialização do ensino, retirando do Estado o controle exclusivo sobre a criação de instituições de ensino superior. Antes disso, o Decreto nº 3.890, de 1901, emitido durante o governo Epitácio Pessoa, reforçava o monopólio estatal sobre essas instituições, estabelecendo padrões rígidos para sua criação e funcionamento. Com a Lei, o governo federal passou a dispensar a exigência de que novas instituições fossem equiparadas a um modelo de ensino oficial, possibilitando a fundação de universidades por iniciativa privada. Essa flexibilização refletia uma nova abordagem do ensino superior no Brasil, alinhada a um movimento liberal que buscava descentralizar a educação e fomentar a participação de setores não estatais na formação acadêmica. Fundada sob a liderança de Victor Ferreira do Amaral, em 19 de dezembro de 1912, a Universidade do Paraná consolidou-se como um dos marcos do ensino superior no Brasil, sendo mais tarde incorporada ao sistema federal. No entanto, o modelo educacional introduzido pela Reforma Rivadávia foi alvo de críticas, especialmente por favorecer uma proliferação de instituições privadas sem um padrão de qualidade definido. Essa falta de regulamentação gerou um cenário de desigualdade na formação acadêmica e resultou, anos depois, na Reforma Carlos Maximiliano (Decreto nº 11.530, de 1915), que buscou restabelecer critérios mais rígidos para o ensino superior no país.

A FFCL, no Paraná, foi criada em 26 de fevereiro de 1938 a partir da iniciativa de Omar Gonçalves da Motta, Carlos de Paula Soares e Homero de Melo Braga, tendo ocorrida a aproximadamente quatro anos subsequentes ao Primeiro Congresso Católico da Educação de 1934, evento em que Alceu Amoroso Lima fez questão de reforçar o compromisso e a missão dos intelectuais católicos de aumentar a influência do Catolicismo na sociedade (REVISTA DE EDUCAÇÃO, São Paulo, Brasil, 1934, vol. III, n. 8). Em texto sobre a "Memória da Fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná", a Professora Pórcia Guimarães Alves relata que:

> Estendiam-se às mesas dos cafés, na Rua XV de novembro, e apaixonaram os interessados. Ao redor das mesinhas de mármore do Café Colares, Homero de Melo Braga, Carlos de Paula Soares, Mílton Carneiro, João Xavier Vianna, Temístocles Linhares e outros, traçaram planos e estratégias para a fundação da Faculdade de Filosofia. No dia 26 de fevereiro de 1938, a convite dos professores Carlos de Paula Soares, Omar Gonçalves da Mota e Homero de Melo Braga, reuniram-se, no Salão Nobre da Universidade, trinta e um professores, com o objetivo de constituir a mesa que iria presidir os trabalhos preliminares da fundação da Faculdade. Os professores acima citados, Omar Gonçalves da Motta, Carlos de Paula Soares e Homero de Melo Braga, foram aclamados por unanimidade para compor a primeira diretoria, respectivamente como diretor, vice-diretor e secretário (ALVES, 1988, p. 59).

O relato da professora Pórcia Guimarães Alves (1988) sobre a fundação da FFCL oferece-nos uma visão rica e detalhada do contexto intelectual e social que levou à criação dessa instituição. A imagem descrita por Alves, com os debates ocorrendo nas mesas do Café Colares, na Rua XV de Novembro, remete a um ambiente de efervescência cultural, típico dos grandes centros acadêmicos e intelectuais, onde projetos educacionais eram traçados e idealizados por professores e estudiosos engajados.

A menção a nomes como Homero de Melo Braga, Carlos de Paula Soares, Milton Carneiro e Temístocles Linhares reforça a presença de figuras centrais do meio acadêmico e cultural paranaense na articulação para a criação da FFCL/PR, que viria a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento do ensino superior no estado. A formalização desse esforço coletivo se deu em 26 de fevereiro de 1938, com uma reunião no Salão Nobre da Universidade, onde trinta e um professores se reuniram para estruturar a fundação da nova faculdade (ALVES, 1988, p. 59). O fato de Omar Gonçalves da Motta, Carlos de Paula Soares e Homero de Melo Braga terem sido

aclamados por unanimidade para compor a primeira diretoria demonstra a legitimidade desse grupo, entre seus pares, e a coesão de interesses na criação de um espaço dedicado à formação humanística e científica no Paraná.

A FFCL/PR representou um avanço significativo para o ensino superior na região, consolidando-se como um espaço de formação de professores, pesquisadores e intelectuais. Sua fundação se insere em um contexto mais amplo de expansão das faculdades de filosofia no Brasil, estimuladas pelas políticas educacionais da época e pelo crescimento da influência da Igreja Católica, que via nessas instituições um meio de reforçar sua presença na esfera acadêmica.

Embora o relato de Alves (1988) não mencione diretamente o nome de Barros, ele desempenhou um papel de destaque, assumindo posições de liderança ao longo das décadas seguintes. Sua atuação como professor e diretor reforça sua ocupação em espaços de poder e presença da intelectualidade católica nesse espaço, aproximando a FFCL do CEB naquilo que defendiam seus idealizadores.

O trecho da Ata evidencia o forte alinhamento da instituição com os princípios educacionais católicos, especialmente após passar a ser mantida pela Congregação dos Irmãos Maristas. Esse processo ilustra a forma como a Igreja Católica consolidava sua presença na educação superior, reafirmando um posicionamento conservador e tradicionalista, em consonância com os interesses da União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE).

> para melhor definir as diretrizes que a Faculdade deve imprimir ao seu plano educacional, ficou estabelecido que os senhores professores, de acordo com as prescrições legais vigentes, não se afastarão dos programas de suas cadeiras, mantendo, em prestígio da cátedra, uma norma de respeito e deferência para com os princípios fundamentais da União Brasileira de Educação e Ensino, bem como quanto aos postulados cristãos de sua orientação espiritual, seguindo, em tudo quanto se relacionar com as disciplinas dos diferentes cursos, uma conduta de elevado aceitamento às tradições católicas do povo brasileiro (ATA, FFCL/PR, 3 de ago. 1939).

O controle da FFCL pelos Irmãos Maristas reforça o caráter confessional da instituição e evidencia a influência da Igreja na organização curricular e na escolha do corpo docente. Dessa forma, a faculdade não apenas formava profissionais, mas também professores e intelectuais alinhados à doutrina católica, garantindo a continuidade de um projeto educacional que visava a

moldar a sociedade paranaense dentro dos preceitos do cristianismo. Essa dinâmica pode ser interpretada dentro da perspectiva de Bourdieu (2002) sobre os campos, nos quais a disputa simbólica pelo controle da educação superior se dava entre grupos que buscavam impor sua cosmovisão. No caso da FFCL, a presença marista garantiu que a instituição permanecesse sob a influência da Igreja, moldando suas práticas e discursos para atender a um ideal educacional baseado na fé e na tradição.

No final da década de 1940, o processo de restauração da FFCL/PR foi uma ação bem-sucedida no sentido de agrupar, sob o nome de Universidade do Paraná, as Faculdades de Engenharia, de Medicina, de Direito e de Filosofia, Ciências e Letras. Um detalhe importante a ser ressaltado, é o fato de que as Cátedras das diversas faculdades se encontravam sob o domínio da elite do Paraná, os quais dispunham de reconhecido *status*, ou *capital,* no meio em que se encontravam.

A Tabela 20 apresenta o corpo docente da FFCL/PR em 1941, revelando um panorama significativo da formação intelectual que orientava a instituição nos seus primeiros anos. Destaca-se a diversidade das formações acadêmicas, abrangendo Direito, Medicina, Engenharia, Agronomia e áreas das Ciências Humanas, o que evidencia a origem múltipla dos docentes e, ao mesmo tempo, os desafios de consolidação de um corpo especializado em filosofia e ciências humanas propriamente ditas. Essa composição reflete um momento em que as faculdades de filosofia no Brasil ainda estavam em fase de estruturação, muitas vezes contando com professores oriundos de outras áreas para ministrar disciplinas fundamentais à formação docente e ao pensamento crítico.

Um aspecto relevante da tabela é a forte presença de membros do CEB, indicados com asterisco, que ocupavam funções-chave na docência da instituição. Essa sobreposição entre o CEB e a Faculdade de Filosofia revela a influência do movimento na construção da identidade pedagógica e ideológica da faculdade. Barros, por exemplo, aparece como professor de História Antiga e Medieval, área que dialoga com sua formação jurídica e seu interesse pelas raízes da civilização ocidental, mas que também reflete a proposta humanista de formar lideranças culturais e políticas bem fundamentadas.

Além de Barros, nomes como Brasil Pinheiro Machado (História do Brasil), Bento Munhoz da Rocha Netto (História das Américas), Rosário Mansur Guérios (Língua Portuguesa) e Flávio Suplicy de Lacerda (Análise Matemática) reforçam a centralidade do CEB como matriz formadora de uma elite intelectual comprometida com um projeto de modernização educacional no Paraná. Em paralelo, chama a atenção a presença de religiosos ligados à UBEE (União Brasileira de Educação e Ensino), especialmente em áreas como línguas clássicas e filosofia, o que denota a coexistência e, em alguns casos, a tensão entre diferentes correntes formativas, laicas e confessionais, no ambiente universitário.

Essa tabela, portanto, não apenas apresenta um elenco docente, mas permite observar o cruzamento entre projetos políticos, educacionais e culturais que moldaram o perfil da faculdade em seus anos fundacionais. A posição de Barros, nesse cenário, é de destaque: não apenas como professor, mas como integrante de um grupo articulado em torno do CEB que buscava transformar a educação paranaense por meio de uma formação sólida, católica, nacionalista e humanista.

Tabela 20 - Corpo Docente da FFCL/PR no ano de 1941

NOME	**FORMAÇÃO / CIDADE / ESTADO / ANO**	**CÁTEDRA E/OU OUTRAS OCUPAÇÕES**
Milton Carneiro	Medicina – Rio de Janeiro - 1929	História da Filosofia
Osmar Gonçalves da Mota	Direito – Paraná - 1936	Sociologia
Manoel Lacerda Pinto *	Ciências Jurídicas e Sociais – São Paulo - 1917	Política - Integrante do CEB
Waldomiro Teixeira *	Engenharia – Paraná - 1936	Estatística Geral Aplicada
José Bitencourt de Paula	Engenharia – Paraná - 1940	Complementos de Matemática
Flávio Suplicy de Lacerda *	Engenharia – São Paulo - 1938	Análise Matemática - Integrante do CEB
Algacyr Munhoz Maeder	Engenharia – Paraná - 1937	Geometria
Conrado Ericksen	Engenharia – São Paulo	Mecânica Racional e Celeste; Física Matemática
Arnaldo Isidoro Beckett	Engenharia - Paraná - 1926	Física Geral e experimental
Hyperides Zanello	Engenharia – São Paulo - 1940	Química Geral; Química Analítica

Francisco de Castro	Engenharia – São Paulo	Química Orgânica e Biológica
João Poeck	Sem informação	Sem informação
Homero de Braga Melo *	Medicina – Paraná - 1934	Biologia - Integrante do CEB
Hans Ludwig Weber	Sem informação	Química Superior
Francisco Villanueva	Ciências Jurídicas e Sociais – São Paulo - 1920	
José Nicolau dos Santos *	Direito – Paraná - 1938	Geografia do Brasil - Integrante do CEB
Arthur Martins Franco *	Direito – Paraná - 1931	Integrante do CEB
Homero Batista de Barros *	Direito – Paraná - 1931	História Antiga e Medieval - Integrante do CEB
Bento Munhoz da Rocha Netto *	Engenharia – Paraná - 1930	História das Américas - Integrante do CEB
Brasil Pinheiro Machado *	Direito – Rio de Janeiro - 1930	História do Brasil - Integrante do CEB
José Loureiro Fernandes *	Medicina – Rio de Janeiro - 1928	Antropologia e Etnografia - Integrante do CEB
Arthur Ferreira dos Santos	Ciências Jurídicas e Sociais – São Paulo - 1926	Economia Política e História das Doutrinas Econômicas
Rosário F. Mansur Guérios *	Direito – Curitiba - 1939	Língua Portuguesa - Integrante do CEB
Laertes Macedo Munhoz *	Ciências Jurídicas e Sociais – São Paulo - 1926	Literatura Portuguesa
Temístocles Linhares	Direito – Paraná - 1939	Literatura Brasileira
José F. Mansur Guérios *	Direito - Paraná - 1931	Língua Portuguesa - Integrante do CEB
Francisco Stobbia	Direito- Gênova (Itália)	Língua e Literatura Italiana
João Batista Doetzer	Direito – Paraná - 1940	Língua e Literatura Alemã
Joaquim M. Barreto *	Medicina – Paraná - 1933	Psicologia Educacional - Integrante do CEB
Oswaldo Piloto *	Engenharia – Paraná - 1939	Estatística Educacional - Integrante do CEB
Francisco José G. Ribeiro	Sem informações	Educação e Administração Escolar
Liguaru Espírito Santo *	Agronomia – Paraná - 1920	História da Filosofia e Filosofia - Integrante do CEB – Professor Normalista
Hostílio C. Souza Araújo *	Ciências Jurídicas e Sociais – São Paulo - 1916	Didática Geral e Especial - Integrante do CEB
Pe. Jesus Ballarin	Sem informações	Filosofia - Membro da UBEE (Uniao Brasileira de Educação e Ensino)
Pe. Jerônimo Mazzarotto	Sem informações	Psicologia - Membro da UBEE

Pe. João Batista E. de Castro	Universidade Gregoriana (Itália)	Língua e Literatura Latina - Membro da UBEE
Pe. José Raposo	Sem informações	Língua e Literatura Grega- Membro da UBEE
Pe. Eurípedes O. de Souza	Sem informações	Filologia Românica - Membro da UBEE
Pe. Félix Díaz	Sem informações	Língua e Literatura Espanhola - Membro da UBEE
Frei Romualdo Hassall	Sem informações	Língua e Literatura Inglesa - Membro da UBEE

Fonte: FURTADO, 2000, p. 113-128.

É importante destacar que a instituição da Faculdade Nacional de Filosofia, pelo Decreto-Lei número 1.190[42], de 4 de abril de 1939, determinava a obrigatoriedade do diploma de licenciado, para o exercício do magistério nas escolas normais. O quadro apresentado, embora esteja datado depois da assinatura do Decreto, a obrigatoriedade da exigência do diploma de licenciado, seria a partir do ano de 1943.

Percebemos que a presença do Clero é bastante notável no quadro de docentes evidenciando a influência da Igreja, naquele departamento de instrução superior. Em 04 de dezembro de 1950, ocorreu a Federalização da Universidade do Paraná, (pela Lei nº 1.254 do Governo Federal), sendo composta pelas Faculdades de Direito, Medicina, Engenharia, Filosofia, Ciências e Letras e Faculdade de Ciências Econômicas. No final de 1959, o curso de Geografia e História se desmembrou e passaram a ser cursos separados. A criação dos departamentos era prevista pelo Regimento Interno da Faculdade de Filosofia,

42 DECRETO-LEI Nº 1.190, DE 4 DE ABRIL DE 1939 - Publicação Original - Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, DECRETA: CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA - Art. 1º A Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, instituída pela Lei n. 452, de 5 de julho de 1937, passa a denominar-se Faculdade Nacional de Filosofia. Serão as seguintes as suas finalidades: a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades de ordem desinteressada ou técnica; b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal; c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituam objeto de ensino. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1939, 118º da Independência e 51º da República. Getúlio Vargas / Gustavo Capanema. Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/4/1939, Página 7929 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil - 1939, Página 50 Vol. 4 (Publicação Original)

aprovado pelo Conselho Universitário em abril daquele ano de 1959 (WESTPHALEN, 1988, p. 38).

Em artigo intitulado "*Duas décadas vencidas*", a *Revista Letras*, em seu número nove, de 1958 fazia menção aos 20 anos de fundação da FFCL, citando o quadro docente e enfatizando que "a vida cultural da escola, assim no campo das ciências especulativas como em o das positivas, é a mais intensa e promissora" (LETRAS, n 9, 1958, p. 2-5). Mais adiante considerou-se que as "pesquisas, conferências, cursos de extensão cultural, excursões de estudos e demais iniciativas, ao lado de publicações, teses e concursos, revelam excelente índice de prosperidade e de florescimento em largas perspectivas" (LETRAS, n 9, 1958, p. 2-5).

A revista *Letras*, dirigida por R. F. Mansur Guérios e Guillermo de La Cruz Coronado trouxeram uma lista contendo os docentes e as suas respectivas atuações. A partir da Tabela 21, vê-se os integrantes da FFCL/UFPR no ano de 1958.

Tabela 21 - Professores Catedráticos da FFCL/UFPR, em 1958

NOME DO PROFESSOR	**DISCIPLINA**
Prof. P. Jesus Bailarín	Filosofia
Dr. Milton Carneiro	História da Filosofia
P. Jerónimo Mazzarotto	Psicologia
Dr. Omar Gonçalves da Mota	Sociologia
Desembargador Manoel Lacerda Pinto	Política
Dr. Valdemiro Teixeira de Freitas	Estatística Geral e Aplicada
Dr. José Bittencourt de Paula	Complementos de Matemática
Dr. Flávio Suplicy de Lacerda	Análise Matemática e Análise Superior
Dr. Algacyr Munhoz Maeder	Geometria Analítica
Dr. Conrado Erichsen,	Mecânica Racional, Mecânica Celeste e Física Matemática
Dr. Arnaldo Isidoro Beckert,	Física Geral e Experimental;
Dr. Hypérides Zanello	Química Geral em inorgânica e Química Analítica

Dr. Conrado Erichsen	Mecânica Racional, Mecânica Celeste e Física Matemática
Dr. Arnaldo Isidoro Beckert	Física Geral e Experimental
Dr. Hypérides Zanello	Química Geral em inorgânica e Química Analítica
Dr. Francisco de Castro	Química Orgânica e Química Biológica
Dr. João Poeck, Físico	Química Superior
Dr. João Poeck, Físico	Química Superior
Dr. Homero de Melo Braga	Biologia Geral
Dr. Hans Ludwig Weber,	Mineralogia e Petrografia
Dr. Francisco Villanueva	Geografia Fisica
Dr. José Nicolau dos Santos	Geografia Humana
Dr. Arthur Martins Franco	Geografia do Brasil
Dr. Homero Batista de Barros	**História da Antiguidade e da Idade Média**
Dr. José Farani Mansur Guérios	História Moderna e Contemporânea
Dr. Bento Munhoz da Rocha Neto	História da América
Dr. Brasil Pinheiro Machado	História do Brasil
Dr. Artur Ferreira dos Santos	Economia Política e História das Doutrinas Econômicas
Pe. João Batista Engler de Castro	Língua e Literatura Latina
P. José González Raposo	Língua e Literatura Grega
Dr. Rosário Farani Mansur Guérios	Língua Portuguesa
Dr. Laertes de Macedo Munhoz	Literatura Portuguesa
Dr. Temístocles Linhares	Literatura Brasileira
P. Eurípedes Olímpio de Oliveira e Sousa	Filologia Românica
Dr. Francisco Stobbia	Língua e Literatura Italiana
Pe. Felix Díaz de Zério	Língua e Literatura Espanhola
Frei Romualdo Hansaul	Língua Inglesa e Literatura Inglesa e Anglo-Americana
Dr. João Batista Doetzer	Língua e Literatura Alemã
Dr. Joaquim de Matos Barreto	Psicologia Educacional

Dr. Osvaldo Pilotto,	Estatística Educacional
Dr. Francisco José Gomes Ribeiro	Administração Escolar e Educação Comparada
Dr. Liguarú Espírito Santo	História da Educação e Filosofia da Educação
Dr. Hostílio César de Sousa Araújo	Didática Geral. Assistentes:
Dr. Orlando de Oliveira Melo	Psicologia Educacional:
Dr. Ernesto Sigel Filho	Língua e Literatura Alemã
P. Artidório Aniceto de Lima	Língua e Literatura Latina;
Dr. Maximo Pinheiro Lima	Antropologia;
Prof. Nilo Brandão	Literatura Portuguesa;
Prof. Lauro Esmanhoto	Administração Escolar e Educação Comparada
Frof. Artoriges Zanello	Química Analítica Qualitativa e Quantitativa;
Prof. Ernesto Ervino Drischel	Química Biológica
Prof. João José Vassão	Química Superior
Dr. Zbigniew Lepecki (contratado)	Análise Matemática
Prof. P. Augusto Fonseca (contratado)	Língua e Literatura Francesa

Fonte: LETRAS, n. 9, 1958, p. 2-5

A tabela faz referência a uma instituição já consolidada, com uma estrutura disciplinar bem definida e uma ampliação significativa no número de docentes em relação ao ano de 1941. A presença de professores com títulos de doutorado e especialização nas áreas em que atuavam reforça o processo de institucionalização do saber acadêmico, alinhado aos padrões universitários então em ascensão no Brasil.

Chama atenção a permanência de alguns nomes que já figuravam no quadro de 1941, como Milton Carneiro (História da Filosofia), Omar Gonçalves da Mota (Sociologia), Manoel Lacerda Pinto (Política), Flávio Suplicy de Lacerda (Análise Matemática), Algacyr Munhoz Maeder (Geometria) e Homero de Barros (História Antiga e Medieval), evidenciando certa continuidade e estabilidade no corpo docente.

Por outro lado, observa-se também a ampliação das áreas de conhecimento, com destaque para a inclusão de disciplinas como Psicologia Educacional, Administração Escolar, Educação Comparada, Filologia Românica, Literatura Inglesa e Anglo-Americana, entre outras. A presença de docentes com formação internacional (como Frei Romualdo Hansaul, Zbigniew Lepecki e os padres ligados à UBEE) aponta para um intercâmbio intelectual mais intenso e para a valorização da cultura humanística de matriz europeia no projeto pedagógico da Faculdade.

Além disso, nota-se um aumento no número de assistentes e professores contratados, o que, em nossa hipótese, sugere uma maior demanda por ensino e, possivelmente, o crescimento do número de estudantes matriculados. Essa expansão está em consonância com o processo de interiorização e modernização do ensino superior brasileiro nas décadas de 1950 e 1960.

Destaca-se que muitos dos professores listados exerciam múltiplas funções, refletindo tanto a versatilidade dos intelectuais da época quanto a própria necessidade institucional de formar quadros docentes em um país onde a profissionalização universitária ainda estava em fase de consolidação. O quadro de 1958 confirma o papel central da Faculdade de Filosofia como núcleo irradiador de saberes e formação de professores para o Paraná.

A documentação disponível (anuários, diários, atas, discursos, etc.) é importante por revelar pistas, ou mesmo evidências, sobre as atividades costumeiras enquanto Diretor, docente, bem como os esmiúces das aulas, do curso, do currículo; verificando mudanças e permanências; diretrizes, normativas inerentes ao cotidiano institucional de Barros. Ainda que não haja a pretensão de discutir o ensino de História (no curso de Geografia e História), nem as mudanças curriculares dos anos 40 e 50, tampouco a formação do historiador, verificamos aspectos dos quefazeres de Barros enquanto docente para verificar, em que medida a influência da Igreja Católica pode ser notabilizada também na sua atividade docente

Sua atuação na disciplina de História da Antiguidade e Idade Média revela uma tendência à valorização da história do cristianismo, sobretudo no que tange à formação do mundo ocidental. Ao tratar das transformações político-

sociais do Império Romano, por exemplo, Barros dava relevo ao papel do cristianismo enquanto elemento civilizacional e estruturante da cultura europeia, reforçando a centralidade da Igreja nas interpretações históricas. Tal ênfase, longe de ser isolada, dialoga com os vínculos entre setores da intelectualidade católica e os projetos educacionais em curso. Não raro, as aulas, transcendiam a simples narrativa factual, incorporando reflexões filosóficas e morais inspiradas em valores cristãos, o que nos permite perceber como sua docência estava imbricada com o ideário de uma formação humanista e espiritualizada.

Para Barros, era essencial que os alunos compreendessem e diferenciassem o conceito de "humanismo integral" daquele que se convencionou chamar de "humanismo histórico". Ao afirmar que "os alunos não devem confundir com 'humanismo histórico', no sentido clássico de pré-renascimento" (ANUÁRIO, FFCL/UP, 1946-1947, p. 42), ele rejeita a ideia de um humanismo centrado na valorização absoluta do homem e na ruptura com a transcendência divina, que, segundo sua leitura, teria se acentuado a partir do Iluminismo. Sua concepção de humanismo, portanto, não se filiava às correntes seculares do pensamento moderno, mas sim a uma tradição cristã que colocava Deus como fundamento do conhecimento e da experiência humana.

O ensino da História, sob a perspectiva de Barros, deveria considerar os eventos e as estruturas materiais das sociedades, focado na relação entre o humano e o divino. Tal abordagem que fica evidente ao afirmar que a investigação dos fenômenos sociais deveria passar diretamente pela "concepção do homem e da vida na sociedade; na relação do humano com a divindade criadora" (ANUÁRIO, FFCL/UP, 1946-1947,1948, p. 42). Essa visão reforça sua postura contrária à historiografia laica e positivista, que, ao separar religião e sociedade, promovia um entendimento fragmentado da História. Para ele, a experiência histórica dos povos estava intrinsicamente ligada à fé cristã, e qualquer análise desvinculada desse fator seria incompleta ou distorcida.

Ao se referir à Idade Média, Barros reafirma uma interpretação que já estava presente em sua preleção de 1938 no Colégio Paranaense, na qual criticava o modo como os iluministas haviam retratado esse período histórico. Ele sustentou que "a unidade cristã medieval foi gradativamente enfraquecida pela rebeldia revolucionária" (ANUÁRIO, FFCL/UP, de 1946, 1947 e 1948).

Afirmou também, que “o comunismo atuava como um novo agente de destruição das bases da religião”, nas universidades. Essa associação entre revolução e decadência está alinhada com um discurso católico conservador, em que os processos históricos que desestabilizaram a hegemonia da Igreja, como a Reforma Protestante, o Iluminismo, a Revolução Francesa e o avanço do socialismo, eram vistos como corrosivos para a unidade religiosa ocidental.

A crítica de Barros à modernidade não se limitava ao campo político ou filosófico, mas também se estendia ao impacto do progresso materialista sobre a dignidade humana. Segundo ele, “a reação contra o progresso material hipertrofiado há de ser feita pela educação, instrução e cultura humanística”, (ANUÁRIO, FFCL/UP, 1946,1947 e 1948, p. 45) enfatizando que somente uma formação fundamentada no Cristianismo poderia oferecer um contraponto ao que ele denominava “indignidade do mundo moderno”. Essa visão remete à crítica tradicional católica ao avanço da industrialização e da técnica, que, ao mesmo tempo em que ampliavam a produção econômica, reduziam o indivíduo a um mero agente dentro da “civilização da máquina”. De acordo com Barros:

> As grandes civilizações passaram a ser entendidas, através duma falsa filosofia da vida, como o grande aparato dos povos utilitaristas. Passou então a imperar a chamada ‘civilização da máquina’. A avalanche, se me permitem o termo espúrio, do americanismo, invadiu terrivelmente todos os recantos, aniquilou todas as tradições. Enquanto declina a espiritualidade e a candura dos homens, esplendem as maravilhas científicas e mecânicas, aprimoram-se os recursos de perfeição material e a humanidade se perde na ânsia do utilitarismo que empolga e seduz as massas esquecidas do seu destino (ANUÁRIO, FFCL/UP, 1946, p. 42)

Nesse sentido, a universidade não deveria formar apenas técnicos ou especialistas, mas indivíduos dotados de uma formação humanística integral, capazes de resistir às tendências de desumanização da sociedade contemporânea. A crítica ao que chamou de “civilização da máquina” não era apenas um ataque à mecanização do trabalho, mas uma denúncia mais ampla da fragmentação do conhecimento e do afastamento dos valores espirituais na educação moderna.

A tabela 22 mostra os conteúdos que eram privilegiados por Barros, na disciplina de História da Antiguidade e Idade Média, da qual era catedrático desde 1939.

Tabela 22 - Conteúdo da disciplina de História da Antiguidade e Idade Média, ministrada por Barros de 1942 a 1948

Noções preliminares
Fontes
Ciências Auxiliares.
Formas de história.
Crítica dos documentos.
Filosofia da História.
A cidade antiga: Grécia e Roma
A fundação das cidades.
As instituições. Roma: fundação, autenticidade e religião
O mundo bárbaro
O cristianismo entre os romanos
As invasões bárbaras
Os francos
Os carolíngios
Feudalismo
O regime feudal
A cavalaria
O islamismo
A civilização Árabe
A cultura árabe e sua contribuição para o ocidente
Os árabes na Espanha
As cruzadas
As ordens militares e mendicantes
Heresias: a inquisição
As universidades e o direito medieval
A arte medieval: românica e gótica
A filosofia medieval
A civilização medieval: retrospecto

Fonte: (Arquivo Permanente da Universidade, 1947, apud Roiz, 2019, p. 15-16)

A partir do Arquivo Permanente da Universidade do Paraná, vimos que do período de 1942 até 1948, o programa da disciplina História da Antiguidade e Idade Média, ministrado por Barros, apresentou acréscimo de algumas temáticas.

Tabela 23 - Acréscimo de temas em 1943, na disciplina de História da Antiguidade e Idade Média, ministrada por Barros

As civilizações orientais da Antiguidade (em 4 aulas)
A Igreja medieval (2 aulas)
Cultura medieval (4 aulas)

Fonte: (Arquivo Permanente da Universidade)

Tabela 24 - Acréscimo de temas em 1943, na disciplina de História da Antiguidade e Idade Média, ministrada por Barros

O cristianismo (em 4 aulas)
A igreja e sua organização (2 aulas)
Os grandes papas da Igreja (2 aulas)
As heresias e as ordens religiosas (3 aulas)

Fonte: (Arquivo Permanente da Universidade)

Tabela 25 - Acréscimo de temas em 1944, na disciplina de História da Antiguidade e Idade Média, ministrada por Barros

Cidade antiga: religião e propriedade (2 aulas)
O culto aos antepassados (2 aulas)
O cristianismo em Roma (4 aulas)

Fonte: (Arquivo Permanente da Universidade)

O foco em aspectos religiosos da história medieval era uma constante na abordagem didática de Barros, consolidando a narrativa de que a Igreja desempenhou um papel civilizatório essencial na Idade Média e que qualquer tentativa de interpretar o período sem essa perspectiva seria um equívoco historiográfico.

No ano letivo de 1946, Barros não pôde oferecer a disciplina por ocupar cargo de Diretor Geral da Educação do Estado do Paraná. (Arquivo Permanente da UFPR, 1946, p. 1-12). No entanto, com sua ausência naquele ano, a disciplina passou a ser conduzida por José Pires Braga, cuja abordagem se afastava do viés militante de Barros. Diferentemente de seu antecessor, Braga estruturou o curso de maneira mais ampla e comparativa, distribuindo os conteúdos de forma equilibrada entre as diversas civilizações e não atribuindo um caráter central e atemporal à Idade Média cristã. Sua proposta curricular se concentrava em análises das instituições políticas, sociais e econômicas do Egito, Mesopotâmia,

Grécia e Roma, tratando o medievo como um período de transformações políticas e sociais, sem a exaltação da influência religiosa sobre a história ocidental.

Ao examinarmos as anotações de Braga, observamos que ele privilegiava uma abordagem historiográfica mais secularizada, baseada em comparações entre civilizações e na evolução das instituições ao longo do tempo. A ausência de uma ênfase específica na filosofia católica da história, bem como a redução da centralidade da Igreja no período medieval, contrasta diretamente com o modelo defendido por Barros. Enquanto ele, o cristianismo era visto como o eixo estruturante do pensamento e da cultura ocidental, enquanto Braga parecia tratar o medievo de maneira mais descritiva e analítica, sem recorrer à narrativa da desagregação da civilização cristã causada pelas revoluções modernas.

A comparação entre as abordagens de Barros e José Pires Braga, no ano de 1946, evidencia como a concepção de ensino de História Antiga e Medieval estava diretamente vinculada às trajetórias e às visões de mundo de cada docente. Nesse caso, a ausência temporária de Barros em sala de aula, em razão de sua nomeação para o cargo de Diretor Geral da Educação do Estado do Paraná, deu nova feição o conteúdo programático da disciplina.

Conforme a seleção de conteúdo, nas anotações de José Pires Braga, parecia não haver a mesma militância pela causa religiosa defendida por Barros. (ARQUIVO PERMANENTE DA UFPR, 1946, p. 1-12)

Tabela 26 - Conteúdo da disciplina de História da Antiguidade e Idade Média, ministrada por José Pires Braga, em 1946, quando da substituição temporária de Barros

Considerações gerais sobre a disciplina
História: conceito, objeto, métodos.
O Egito (o país, governo e sociedade, religião, ciência e artes) (3 aulas).
História egípcia.
A Ásia: os países, a terra e seus habitantes.
A Mesopotâmia e sua história.
Os Hebreus: a terra e o povo, academias, artes e ciências, literatura e instituições (8).
Fenícios.
Iranianos.
Instituições persas, ciências e artes.

Civilização Persa (3).
A Grécia: o país e seus habitantes.
Escavações de Micenas e sua importância.
Grécia: tempos primitivos (2).
Expansão helênica: as colônias.
Organização política da Grécia
A mitologia grega.
Esparta: costumes, educação e vida militar.
Licurgo de Esparta e a legislação.
Atenas: Drácon e Sólon.
Pisístrato e seu sucessor, Clístenes.
A democracia: Clístenes.
Guerras médicas: esplendor da Grécia. Péricles.
Civilização helênica: artes, ciências e filosofia.
Roma: o país e seus habitantes.
Tempos primitivos: aspectos gerais da sociedade romana.
Organização política dos romanos.
A monarquia; A república; O império.
As colônias romanas.
Consequências da expansão romana.
Lutas: César Augusto, os Césares.
Civilização romana: direito e literatura.
A Idade Média: aspectos gerais.
Invasões Bárbaras: os Germanos.
Invasões Bárbaras: os Mongóis e os Eslavos.
Invasões Bárbaras: os Árabes.
Nova fisionomia política da Europa: os Reinos Bárbaros.
Bizâncio.
Justiniano.
A unidade latina contra a mulçumana.
O Império de Carlos Magno: a ressurreição do império romano ocidental.
O Feudalismo: hipóteses sobre sua origem.
Os Normandos e os Eslavos: o oriente e o ocidente.
As Cruzadas: aspectos políticos, sociais e econômicos das Cruzadas.
Consequências das Cruzadas

Fonte: (Arquivo Permanente da Universidade, 1947, apud Roiz, 2019, p. 15-16)

Essa diferença na organização curricular evidencia duas concepções de mundo em disputa dentro da História e dentro da universidade. A perspectiva de

Barros não se restringia ao campo acadêmico, mas se alinhava a um projeto intelectual mais amplo da Igreja Católica, que buscava consolidar um ensino superior orientado pela fé. Sua atuação na FFCL/UP foi, portanto, parte de uma estratégia maior para institucionalizar uma visão cristã da história, em oposição às leituras laicas.

A principal diferença entre as abordagens reside na forma como cada professor concebia a função da disciplina de História da Antiguidade e Idade Média na formação acadêmica. Enquanto Barros via o ensino de História como uma ferramenta para reafirmar os valores cristãos e garantir que os estudantes tivessem uma formação orientada pelos princípios da Igreja, Braga demonstrava um compromisso com uma historiografia mais plural, preocupada em oferecer aos alunos uma compreensão mais ampla das civilizações e suas transformações ao longo do tempo. O afastamento de Barros, portanto, revelou como a disciplina poderia ser estruturada de maneiras completamente diferentes dependendo da orientação ideológica do docente responsável.

No que diz respeito a função administrativa, na Diretoria da FFCL, a *Revista Letras* ressalta que todos os professores que ocuparam o cargo, estiveram “empenhados, com altos propósitos, em levar a bom termo os graves encargos que a Congregação e o Governo da República, ao designá-los, houveram por bem confiar-lhes” (LETRAS, n 9, 1958, p. 2-5). O trecho da publicação, reforça uma imagem idealizada da figura do diretor como alguém dotado de senso de missão e compromisso com os destinos da educação superior. Tal formulação revela não apenas uma visão institucional de valorização da liderança acadêmica, mas também sugere um alinhamento com os discursos de legitimidade do poder universitário da época. A menção à confiança da Congregação e do Governo da República ressalta o papel político-institucional desses cargos, indicando que o exercício da direção transcendeu as questões administrativas, implicando também em responsabilidades pedagógicas, culturais e mesmo simbólicas dentro do projeto de construção do ensino superior no Paraná.

A Tabela 27 apresenta uma breve lista de professores que exerceram a função de diretor da FFCL/UP até o ano de 1958. A presença de nomes como Osmar Gonçalves da Mota, Brasil Pinheiro Machado, Desembargador Manoel

Lacerda Pinto, José Loureiro Fernandes e Homero de Barros sugere um revezamento entre figuras proeminentes da instituição, com forte atuação tanto na vida acadêmica quanto em outras esferas da vida pública e intelectual paranaense.

No entanto, é importante destacar que, embora a tabela limite a atuação diretiva de Barros ao ano de 1958, sua permanência à frente da direção da FFCL se estendeu até 1968, sendo um dos diretores com maior tempo de gestão. Sua longa permanência no cargo não apenas contrasta com os mandatos mais breves de seus antecessores, mas também revela a influência que ele conquistou dentro da instituição. Esse dado é particularmente relevante para compreender o processo de consolidação da FFCL enquanto espaço de produção e difusão de saberes, pois indica a centralidade de Barros na condução dos rumos acadêmicos e administrativos da Faculdade durante as décadas de 1950 e 1960.

Tabela 27 - Professores que participaram sucessivamente da Diretoria da FFCL até o ano de 1958, segundo a Revista Letras.

Osmar Gonçalves da Mota
Brasil Pinheiro Machado
Desembargador Manoel Lacerda Pinto
José Loureiro Fernandes
Homero Batista de Barros

Fonte: LETRAS, n 9, 1958

Demonstrando enaltecimento daquela instituição a Revista Letras traz à tona a seguinte descrição:

> Com vinte anos de existência, patrocínio dos poderes públicos federais e instalações modernísimas, a Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná já constitui uma vitória de que todos nós podemos orgulhar, tanto mais quanto volvemos as vistas para um esperançoso porvir (LETRAS, n. 9, 1958, p. 2-5).

Apesar da descrição apontar para certa harmonia no entendimento e na essência das atividades ritualísticas do espaço universitário, é preciso salientar que o campo acadêmico foi também de inquietudes, disputas, desentendimentos, interesses distintos, opiniões divergentes, etc. A propósito,

um campo pode ser comparado a um campo magnético capaz de conduzir, orientar, ou mesmo impor um comportamento característico. Trata-se de um campo de forças que, se configura como espaço do poder, conceituado por Cristina Medeiros (2007) nos seguintes termos:

> [...] é um campo de forças definido em sua estrutura pelo estado da relação de forças entre as formas de poder ou espécies de capital diferentes. É um espaço de jogo onde os agentes e as instituições que têm em comum a posse de uma quantidade de capital específico (econômico ou cultural) suficiente para ocupar posições dominantes no seio de seus respectivos campos, se enfrentam em estratégias destinadas a conservar ou a transformar esta relação de força. É também um espaço de lutas pelo poder entre detentores de poderes diferentes. Essa luta se dá pela imposição do princípio de dominação dominantell, responsável pela divisão do trabalho de dominação e pelo modo de reprodução legítima dos fundamentos da dominação, lembrando que para o autor, todo poder tem que justificar sua existência e ocultar o arbitrário que está em seu fundamento para ser reconhecido como legítimo (MEDEIROS, 2007, p. 81).

Com a federalização da Universidade do Paraná, a FFCL teve que se adaptar, do ponto de vista administrativo e organizacional, aos novos Estatutos da Universidade, bem como regularizar a situação do seu corpo de professores. Era preciso atender às exigências da legislação federal para o magistério superior e para as nomeações de cargos que passariam pelo Governo Federal. O entrelaçar com a política, ganhava aqui um contorno peculiar, uma vez que o controle eclesiástico ao campo educacional, dependia de relações com o campo político.

Em 5 de janeiro de 1951, realizaram-se as eleições para a Diretoria da FFCL/UFPR, em que Barros foi eleito Diretor; Francisco Villanueva eleito Vice-Diretor, e Rosário Farani Mansur Guérios, na função de Secretário.

Perante o conselho técnico-administrativo, em 30 de junho de 1953, Barros apresentou a necessidade de uma revista para as áreas de Letras. Donde surgiu a comissão para a redação da revista, composta pelos seguintes nomes: Temístocles Linhares, Mansur Guérios, Rosário Farani e Guilherme de La Cruz-Coronado. A agilidade com os trabalhos foi notável, pois o primeiro número da revista saiu no mesmo ano.

Assim se expressou Barros quando da apresentação do primeiro número da *Revista Letras*, em 1953. Segundo ele, a revista teria o “propósito de difundir mais amplamente que aos quadros discentes a contribuição cultural que traz à tona ao sector das boas letras, a FFCL/UFPR patrocina a publicação desta

revista, confiando-a aos seus ilustres mestres de Literatura” (LETRAS, 1953. p. 3-4).

> Ademais, a divulgação coordenada importa em mais um liame de unidade universitária, cujos fins devem cingir-se ao **humanismo cristão**. Indiferente a este finalismo, ou dele divorciada, a Universidade liberal e burguesa não passará dum agrupamento de escolas de ação dispersiva, sem plenitude, sem harmonia de conjunto, sem a possibilidade de superar a ordem material e de ordenar os meios de que dispõe - **ciência e erudição, para o papel civilizador que lhe cabe e que se situa no facilitar, pelo aperfeiçoamento do espírito, a conquista dos últimos fins do homem, que são de vida eterna**. Fora desse ideal, que é roteiro da visão beatífica de Deus, todo esforço será vão e circunscrito aos estreitos limites da formação de profissionais e de técnicos destinados ao incremento do materialismo que assoberba o mundo contemporâneo. Seria uma poliversidade sem alma e sem destino. (BARROS, LETRAS, 1953. p. 3-4. grifo nosso).

No trecho extraído, Barros delineia uma concepção profundamente arraigada na visão católica sobre o papel da universidade, reforçando a centralidade do “humanismo cristão” como eixo estruturador da formação acadêmica. Sua argumentação se constrói sobre uma oposição entre dois modelos de universidade: de um lado, a instituição idealizada sob os princípios do cristianismo, promotora de uma educação integral voltada para a transcendência e a espiritualidade; de outro, a "universidade liberal e burguesa", desprovida de unidade e sentido, reduzida a um espaço fragmentado de ensino técnico e profissionalizante, incapaz de oferecer uma formação plena ao indivíduo.

A crítica de Barros à "ação dispersiva" das universidades que se afastam do "finalismo" cristão evidencia a percepção de que a educação superior não deve ser meramente instrumental, ou seja, voltada apenas para a capacitação técnica e o desenvolvimento material da sociedade. Para ele, a universidade deve ter uma função civilizadora e moralizante, orientando-se para o aperfeiçoamento espiritual dos indivíduos e, por consequência, para o cumprimento de seu destino último: “a visão beatífica de Deus”. Esse posicionamento ressoa diretamente com o projeto católico de educação, amplamente defendido por intelectuais e instituições religiosas ao longo do século XX, especialmente em contextos de disputas entre a concepção laica e a concepção confessional de ensino.

A ideia de uma "poliversidade sem alma e sem destino" pode ser lida como uma rejeição à fragmentação do conhecimento e à primazia da ciência

desvinculada de um fundamento metafísico e moral. Para Barros, a universidade que abdica de sua vocação humanista e espiritual degenera-se em um espaço de produção de conhecimento voltado exclusivamente para a manutenção do "materialismo que assoberba o mundo contemporâneo".

> Dada a universalidade desta instituição, serão aqui acolhidos os artigos das respectivas cadeiras, em língua estrangeira. Mas a revista se destina também à guarda do idioma nacional, como instrumento mantenedor de nossas tradições. Nisso repousa uma das suas finalidades precípuas, ainda porque “a inteireza do espírito começa por se caracterizar no escrúpulo da linguagem." A ofensiva que, nos últimos tempos, se desencadeou contra instituições tradicionais da nacionalidade, com desmascarado propósito de aniquilá-la, quer através de atentados à família e a valores do organismo social, quer contra o que há de mais venerável na Pátria, que é a Religião, não poupou, na sanha destruidora, deste precioso elemento da sociedade - a Língua-, que lhe reflete a história, a índole, as tendências, os costumes, a alma Racional (BARROS, LETRAS, 1953, p. 3-4).

Ao apresentar os propósitos da revista *Letras*, Barros reafirmou seu compromisso com a defesa dos valores tradicionais da nacionalidade, articulando uma argumentação que vincula a língua, a cultura e a religião como elementos indissociáveis da identidade nacional. Seu discurso estrutura-se sobre dois eixos principais: a valorização da língua portuguesa como guardiã das tradições e a denúncia de um suposto ataque aos pilares da sociedade, promovido por forças que buscavam a destruição da ordem estabelecida.

Barros enfatizou a importância da língua como elemento formador e mantenedor da identidade nacional. Ao afirmar que “a inteireza do espírito começa por se caracterizar no escrúpulo da linguagem” (LETRAS, 1953, p. 3), ele sugere que o zelo pela língua reflete não apenas uma preocupação gramatical ou estilística, mas um compromisso maior com a preservação dos valores civilizatórios e culturais do Brasil. Nesse sentido, a Revista Letras se posiciona como um espaço de produção acadêmica, e como um veículo de resistência contra a corrosão da tradição linguística, funcionando como um instrumento de manutenção da ordem cultural e intelectual.

Com um tom mais combativo, Barros colocou a revista como um instrumento para denunciar a "ofensiva" contra as instituições tradicionais da nacionalidade, incluindo a família, a religião e a própria língua. A escolha das palavras, como “sanha destruidora” e “atentados”, sugere uma cosmovisão marcada por um embate entre forças que defendem a tradição e aquelas que

buscam sua dissolução. Enxergando a língua como um elemento crucial na resistência contra essa ofensiva, ela não apenas reflete, mas também resguarda a história, os costumes e a essência espiritual da nação.

Ao enfatizar que “sem o humanismo cristão a universidade não alcançaria sua plenitude”, articula uma defesa explícita da intersecção entre fé, ciência e ensino superior; numa estratégia discursiva que não reflete não apenas uma perspectiva pessoal, mas um elemento central do projeto educacional católico no Brasil, que via na universidade um espaço estratégico para a formação de elites intelectuais alinhadas à doutrina cristã e à ordem moral tradicional.

3.4 O SENTIDO DA UNIVERSIDADE, EM DISPUTA: O CASO *ANHEMBI* E O DUELO INTELECTUAL ENTRE DUARTE E BARROS

Ao adentrar nas acaloradas discussões que marcaram a década de 1950 na Universidade do Paraná, é preciso considerar que os agentes envolvidos nos debates, nos interesses, nos pressupostos clericais e/ou anticlericais; nos movimentos pela ciência e/ou religião; nas ideais católicas e/ou liberais, entre outros antagonismos correlatos, estiveram motivados e orientados sob a égide de um campo.

Em documento localizado na Fundação Getúlio Vargas/CPDOC - Arquivo Anísio Teixeira, vimos alguns embates travados entre o Diretor da FFCL/UFPR e a Direção da *Revista Anhembi*[43]. Sobre o assunto, o jornal *O Estado de São Paulo*, publicou a seguinte matéria, a qual se tratava de uma transcrição da *Revista Anhembi*:

---

[43] A *Revista Anhembi* foi idealizada por Paulo Duarte, jornalista de São Paulo, em dezembro de 1950, com a pretensão de ser um veículo de divulgação científica da época. Paulo Duarte de o nome de *Anhembi,* pensando o termo indígena como próprio da História da Cidade de São Paulo e mesmo da história do Brasil. *Anhembi* era o nome indígena do rio Tietê, até o século XVII. De acordo o editorial do primeiro número da revista, lê-se: “[...] velho *Anhembi* [...] Rio de aves añumas [...] nasce perto do mar, onde começa São Paulo, distancia-se pelo sertão, para morrer muito longe do oceano, onde São Paulo acaba. Rio, sob o ponto de vista geográfico, lindamente provinciano, reveste-se, entretanto, de um amplo espírito universal mercê do característico de penetração funda pela selva adentro, caminho de Cuiabá, caminho do Prata, caminho do Paraguai, caminho para o Potosí e para o Peru, ligando o Atlântico e o Pacífico, na teimosia caminhada de Raposo Tavares. Torna-se símbolo de dilatação territorial, de penetração geográfica, já naqueles tempos em que não havia regionalismo no Brasil (ANHEMBI, dez. de 1950).

> Em nosso último número demos as linhas gerais de um estranho incidente verificado entre esta revista e a Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná. Em linhas gerais, trata-se do seguinte: *Anhembi* estava sendo há vários anos enviada gratuitamente à Biblioteca daquela Faculdade, como acontece aliás com inúmeros institutos de cultura do Brasil e do exterior. Devido à solidariedade sem restrições manifestada por esta revista ao professor Anísio Teixeira, o diretor da mesma Faculdade, Homero de Barros, mandou escrever a nossa redação uma carta pela qual dizia deixássemos de enviar a revista pois a Faculdade de Filosofia de Curitiba não mais queria ser sua assinante (ANHEMBI, n. 92 de julho de 1958, vol. XXI, p. 293-296).

A reclamação, de Paulo Duarte, foi publicada pela revista *Anhembi* em junho de 1958, posteriormente pelo jornal *O Estado de São Paulo*, em agosto do mesmo ano, com o título "*Anhembi e a Universidade do Paraná*". Nas palavras de Duarte, as atitudes de Barros representam uma ação coordenada, para evitar a proliferação de ideias que não estivessem em plena consonância com os ideais católicos, ou com o projeto ao qual o Diretor estava alinhado. A veemência de Duarte, deu o tom de uma contenda que ecoou pelos canais de imprensa e sacudiu as estruturas do domínio religioso no campo acadêmico, a mostrar que não se tratou de simples alfinetadas entre Duarte e Barros, mas foi um incidente cercado de representações.

> Como, porém, soubéssemos da péssima qualidade espiritual da direção da Faculdade de Filosofia, cujo titular, o Sr. Homero de Barros, se destaca por uma torva conformação espiritual, profundamente reacionária e odientamente clerical, e para que a nossa revista não faltasse a professores e estudantes que a procuram ler todos os meses, declaramos que passaríamos a enviar a revista doravante á Reitoria da Universidade, a fim de que não pudesse ser a sua leitura sonegada na Faculdade de Filosofia. E assim passamos a fazer. O incidente estaria encerrado, se não foram informações que nos chegaram diretamente de Curitiba, trazidas por alguns professores e um número apreciável de alunos, os quais, isoladamente, nos enviaram informes edificantes e profundamente desmoralizadores para um instituto de ensino superior que não é um estabelecimento privado confessional e sim uma Universidade federal, e não pode portanto, de forma alguma, ser dominada pelo sectarismo intolerante de um grupo ou de um indivíduo que queiram impor a um estabelecimento oficial uma orientação nitidamente e estreitamente religiosa, contrariando todas as leis, inclusive a Constituição Federal. Consoante os esclarecimentos recebidos, podemos resumir a situação da Faculdade de Filosofia de Curitiba, da seguinte maneira: para compreender essa situação é preciso ter em vista uma certa hierarquia da eficácia na sua direção. Em primeiro lugar vem o diretor Homero Batista de Barros; depois o Conselho Técnico; enfim a Congregação. A Congregação, por incrível que pareça, pouco ou mesmo nada influi na orientação da Faculdade, que é dada exclusivamente pelo diretor. É este quem escolhe os membros do Conselho Técnico e todos juntos metem a Congregação diante do fato consumado. Acrescente-se que as decisões do Conselho Técnico não são comunicadas à Congregação e passam-se mais ou menos secretamente. Ora, essas decisões são

> de maior importância: escolha de membros para as bancas de concurso, contrato ou indicação de professores a serem contratados e outras. Assim, por exemplo, decidiu o Conselho que nenhum livro pedido por qualquer professor será adquirido pela Faculdade sem que uma comissão de censura, constituída de três professores, escolhidos pelo diretor Homero Batista de Barros, aponha o seu visto. Esta comissão de censura foi encarregada ainda de expurgar a Biblioteca da Faculdade de Filosofia de todos os livros perniciosos. E, dentre os livros perniciosos, acham-se os de Eça de Queirós, os de Jorge Amado, os de Anísio Teixeira, os de Zola, os de Sartre, Anhembi, e outros igualmente imorais. Tudo isso explica que o diretor é o único responsável por tudo o que acontece, sendo mais do que certo que, se mudado o diretor, a maioria dos professores que não tem nenhuma personalidade passaria a acompanhar o novo (ANHEMBI, n. 92 de julho de 1958, vol. XXI, p. 293-296).

Esses trechos, da *Revista Anhembi*, apresentam-se como um ataque direto à gestão de Barros na FFCL/UFPR, acusando-o de autoritarismo, censura e imposição de uma visão clerical sobre a instituição. O tom do texto é fortemente opositor, utilizando adjetivações pesadas, como "torva conformação espiritual", "profundamente reacionário" e "odientamente clerical", para caracterizar Barros como um intelectual que instrumentalizava (negativamente) o espaço acadêmico para a consolidação de uma visão religiosa no ensino superior. Podemos analisar esse material sob diferentes perspectivas:

A *Revista Anhembi* se posicionava como defensora da liberdade intelectual e acadêmica e, consequentemente, tratou Barros como um gestor que impunha um viés religioso na Faculdade de Filosofia. O episódio da devolução da revista à sua redação foi visto como um gesto de censura e intolerância. O trecho menciona a “formação de uma comissão de censura” dentro da Faculdade de Filosofia, responsável por avaliar e expurgar livros considerados “perniciosos”. Entre as obras proibidas estariam autores como Eça de Queirós, Jorge Amado, Sartre e Anísio Teixeira, além da própria Revista Anhembi. Vê-se uma demonstração da tensão entre intelectuais católicos e setores progressistas da educação, sendo a censura um dos instrumentos utilizados para controlar o ambiente acadêmico.

A matéria visa trazer à tona um suposto modelo de Gestão e a centralização do poder na figura de Barros, ao alegar que ele tomava decisões de forma arbitrária, ignorando a Congregação da Faculdade. O Conselho Técnico, formado por pessoas escolhidas pelo próprio diretor, seria a construção

de uma estrutura de poder, um meio para manter o controle sobre as nomeações de professores e as decisões acadêmicas.

A crítica reforça a ideia de que a Faculdade de Filosofia estava sendo dominada por um grupo que impunha um viés religioso e ideológico, o que, segundo a Anhembi, ia contra os princípios de uma universidade pública.

Logo que nos deparamos com a notícia jornalística carregada de polêmica, algumas questões foram ponto chave para a nossa análise:

a) esse episódio seria apenas um incidente, um fato isolado?

b) Barros realmente implementou um sistema de censura na Faculdade? Há registros administrativos que confirmem ou refutem essa acusação?

c) Paulo Duarte e a Anhembi representavam apenas a defesa do pensamento livre ou também tinham interesses específicos nessa disputa?

d) Como esse episódio se insere no contexto mais amplo da disputa entre católicos e liberais na educação brasileira?

e) Quais outras publicações da época (jornais locais, revistas acadêmicas) abordaram esse conflito? Como essas versões se comparam?

A intenção não é responder de forma sistemática e ordenada às questões levantadas, mas sim abordar o debate entre Barros e Duarte, compreendendo que ambos carregam consigo capitais distintos, representam instituições de poder inseridas em campos específicos e estão imersos em motivações tanto implícitas quanto explícitas.

Em agosto de 1958, a *Revista Anhembi* enfatizava que algumas condutas de alunos e professores desmoralizaram o departamento da FFCL/UFPR, a qual “era dominada por um indivíduo de orientação estritamente religiosa”. Nesse caso fazia-se referência a Barros, acusado pela revista de autoritário, seja em relação à escolha de membros do Conselho, como à contratação de Docentes. O periódico denunciava Barros, de exercer o controle inclusive da compra de acervo literário. Na denúncia de Paulo Duarte, o Conselho do qual Barros estava à frente, foi responsável por retirar da biblioteca, as obras literárias que fossem consideradas imorais.

> [...] **mentalidade doentia, de um sectarismo carola** que o leva às mais cruéis perseguições, convencido de que é o esteio supremo da religião e convencido principalmente de que sua função é a de defender a integridade do cristianismo, um cristianismo sui-generis de ódios e perseguições entendido a seu modo, completamente diferente

> daquele instituído por Cristo. **Numerosas vezes tem o Sr Homero Batista de Barros transformado pequenas questões universitárias em questões de "clericalismo" e "anticlericalismo".** Por isso tudo foi este diretor reconhecido há muito como um elemento nefasto para a Universidade do Paraná, principalmente para a Faculdade de Filosofia, homem pouco inteligente e mau, menos mal talvez do que pouco inteligente, sonhando com o restabelecimento de uma inquisição política e religiosa para todo o Brasil, principalmente nas Universidades. Assim, para justificar a censura na Faculdade de Filosofia não titubeou em emitir a opinião pela qual uma biblioteca universitária não é como qualquer biblioteca pública, deve ser censurada para que a mocidade não se corrompa com as más leituras (Eça de Queiroz, Zola, Sartre, Anhembi, dentre outras) (ANHEMBI, São Paulo. v.31, n.93, agosto de 1958, p. 525. grifo nosso).

O Conselho Técnico era composto pelos professores Rosário Mansur Guérios (português), Figueiredo (geografia), Pe. Luís Castagnola (literatura italiana), Osvaldo Arns e Homero Braga (direito), além do próprio Homero de Barros. Os referidos docentes teriam “obedecido às determinações de Homero de Barros, exceto o professor Homero de Mello Braga, que se posicionou contrário a tal postura do Diretor da FFCL/UFPR” (ANHEMBI, São Paulo. v.31, n.93, agosto de 1958, p. 525).

Naquele contexto, Duarte tratou Barros como uma figura autoritária, reacionária e dogmática, que utilizava sua posição para impor uma agenda de censura e controle ideológico. O considerando como um “símbolo do clericalismo mais extremista", alguém que teria extrapolado suas funções acadêmicas para transformar a universidade em um “baluarte da ortodoxia religiosa”. A revista ainda utiliza uma estratégia discursiva agressiva ao descrevê-lo como um indivíduo "de mentalidade doentia", dominado por um “sectarismo religioso que o leva a promover perseguições”. Nesse caso, a postura de Barros é criticada não apenas por defender ideais do cristianismo, mas por fazê-lo de maneira distorcida, transformando-o em instrumento de repressão e censura.

Ao nosso ver, a comparação com a Inquisição é uma metáfora poderosa que, entre outras, causa um alarde, tanto pelo contexto de transformações no plano cultural e educacional do país, como pela circulação de jornais e periódicos sendo o meio pelo qual as pessoas poderiam conhecer o caso. Mencionar a Inquisição para ilustrar o embate com Barros, era atacar os ideais religiosos, ou o Projeto Católico. A publicação em questão, remete a um período histórico marcado pela intolerância religiosa e perseguição ao pensamento livre. Discursivamente, buscava-se associar Barros a um modelo ultrapassado de

ensino e a uma tentativa de restaurar um controle eclesiástico sobre a educação superior, algo que os setores progressistas da época combatiam ativamente.

Utilizando de seu alcance, a *Revista Anhembi* fez uso de uma estratégia retórica que não se limitou a criticar a gestão de Barros, questionando sua inteligência, seu caráter, chamando-o de "pouco inteligente e mau", insinuando que sua incapacidade intelectual o tornava ainda mais perigoso. Esse tipo de incursão *ad hominem* tem um claro objetivo: desqualificar Barros enquanto acadêmico e gestor, mostrando que ele não estava à altura do cargo que ocupava e que sua permanência na direção da faculdade prejudicava a universidade como um todo. O trecho sugeriu que, caso Barros fosse removido do cargo, reforçando que a FFCL/UFPR poderia retomar sua trajetória sem suas influências repressivas.

Por outro lado, a justificativa de Barros, preconizava em “proteger a juventude de influências nocivas”, reforçando, assim, a cosmovisão paternalista sobre o papel da universidade, como um espaço não apenas de formação acadêmica, mas também de moralização e preservação da fé cristã.

Embora nosso trabalho tenha evitado tratar esse embate como um espelho do antagonismo entre Católicos e Anticlericais, destacamos que a própria revista afirmou que Barros “transformou pequenas questões universitárias em disputas entre clericalismo e anticlericalismo”, o que revela, que sua gestão, se não estava inserida, ao menos tocava em provocações de um contexto maior, de disputa pelo controle do ensino superior, cujas discussões talvez não estivessem totalmente apagadas, nos anos 1950.

Por diversas vezes, a *Revista Anhembi* foi enfática ao mencionar que Barros, estaria transformando assuntos acadêmicos em questões de clericalismo e anticlericalismo.

> Nada temos, pois, a acrescentar sobre a personalidade do ditador da Faculdade de Filosofia de Curitiba, mentalidade doentia, de um sectarismo carola que o leva às mais cruéis perseguições, convencido de que é o esteio supremo da religião e convencido principalmente de que a sua função é a de defender a integridade do cristianismo, um cristianismo sui-generis de ódios e perseguições entendido a seu modo, completamente diferente daquele instituído por Cristo. Numerosas vezes tem o sr. Homero Batista de Barros transformou pequenas questões puramente universitárias em questões de "clericalismo" e "anticlericalismo". Por isso tudo foi este diretor reconhecido há muito como um elemento nefasto para a Universidade do Paraná, principalmente para a sua Faculdade de Filosofia, homem

> pouco inteligente e mal, menos mau talvez do que pouco inteligente, sonhando com o restabelecimento de uma inquisição política e religiosa para todo o Brasil, principalmente nas Universidades. Assim, para justificar a sua decisão de estabelecer uma comissão de censura na Faculdade de Filosofia não titubeou em emitir a opinião pela qual uma biblioteca universitária não é como qualquer biblioteca pública, deve ser censurada para que a mocidade não se corrompa com as más leituras (Eça de Queirós, Zola, Sartre, Anhembi, dentre outras) (*ANHEMBI*, nº 93, agosto de 1958).

Tal como já evidenciamos, no Brasil do século XX, especialmente entre as décadas de 1940 e 1950, existia um embate constante entre: Setores ligados à Igreja Católica, que defendiam uma educação orientada por valores cristãos e se opunham a influências laicas. Intelectuais progressistas e laicos lutavam pela autonomia do ensino e pela secularização da universidade, rejeitando qualquer influência religiosa sobre os currículos e conteúdos acadêmicos. Barros, por suas relações com instituições católicas e seu histórico de defesa do ensino confessional e pela posição que ocupava junto a FFCL/UFPR, rapidamente tornou-se alvo para publicações da *Revista Anhembi*, que, ao contrário do projeto católico, defendeu a autonomia universitária e a laicização do ensino.

Em 7 de junho de 1958, Duarte pediu a abertura de uma sindicância ao Conselho Universitário para apurar o que, segundo ele, se tratava de um escândalo. O texto foi publicado com o título: “Anhembi e a Universidade do Paraná”. Tratava-se de um modo de formalizar, tornar público e legitimar as críticas feitas. Mais uma vez, Barros era o principal alvo:

> Não tínhamos ainda dado publicidade a esse documento porque não estava ainda certo haver o Conselho Universitário recebido a nossa petição, confiada à precariedade dos nossos correios. Agora, porém, diante da certeza de que chegou ao destino, abrimos espaço para a transcrição na íntegra do nosso requerimento, datado de 7 de julho último: É o seguinte: "Senhores Membros do Conselho Universitário: Há muito tempo, a revista Anhembi enviou à Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná uma coleção completa dessa publicação destinada à sua Biblioteca. Isso foi feito na ocasião em que o seu diretor, tendo ido a Curitiba, a convite do Magnífico Reitor deste Instituto, realizar algumas conferências de interesse universitário, verificou que àquela biblioteca não podia faltar uma publicação da ordem de Anhembi. [...] Pois bem, Senhores membros do Conselho Universitário, por esse motivo, exclusivamente por esse motivo, a direção da Faculdade de Filosofia desta Universidade, sem consulta prévia à sua Congregação ou a esse colendo Conselho, deliberou enviar uma carta à redação de Anhembi comunicando o desejo da mesma Faculdade não mais receber a nossa revista, "cuja assinatura suspendia". Respondemos que se tratava de um equívoco, pois o envio da nossa revista não se fazia a um assinante, mas era uma remessa gratuita a uma biblioteca que julgamos merecer possuir uma revista como a nossa, daí a resolução que tomamos de continuar a enviá-la,

> como sempre, sem nenhum ônus para os cofres universitários. Como, porém, dada a causa mesquinha daquela carta, descontássemos que a revista fosse sonegada à biblioteca a que era destinada, passamos a remetê-la à Reitoria da Universidade, que julgamos esclarecida demais para acompanhar um gesto de mera pirraça (*ANHEMBI*, São Paulo. v.31, n.93, agosto de 1958. p. 524-529).

O trecho evidencia o tom polêmico e estratégico com que Duarte buscava legitimar suas críticas. A matéria, ao justificar a não divulgação anterior do requerimento por conta da "precariedade dos nossos correios", já sinaliza o cuidado retórico em construir um *ethos* de seriedade e pretensa responsabilidade frente ao leitor. No conteúdo da petição dirigida ao Conselho Universitário, Duarte expõe sua insatisfação com a decisão de suspender o recebimento gratuito da revista, interpretando tal ato como uma retaliação ideológica disfarçada de postura administrativa. Ironiza o episódio ao chamá-lo de "mera pirraça", insinuando que a recusa à revista estaria motivada por divergências doutrinárias, não acadêmicas.

Ao destacar que a *Anhembi* era enviada gratuitamente, e ao reforçar que a FFCL/UFPR não consultou instâncias deliberativas internas antes de rejeitá-la, amplia-se a acusação contra Barros, colocando em xeque o compromisso da instituição com o pluralismo de ideias e com a circulação do pensamento crítico. Esse episódio, aparentemente trivial, ganha dimensão simbólica na disputa mais ampla sobre o papel da universidade e sobre os limites da influência religiosa no campo acadêmico brasileiro dos anos 1950.

A contestação ao suposto caráter clerical da organização da FFCL/UFPR, evidenciava uma demanda pela laicização do ambiente acadêmico, alinhada às expectativas dos próprios intelectuais da época em relação ao seu papel e reconhecimento no meio universitário. Nota-se um esforço para difundir ideias que conquistasse adeptos e fortalecesse um *ethos* acadêmico pautado na secularização. A aceitação dessas novas concepções dependia da superação da apatia ou resistência por parte do corpo docente, o que suscita reflexões sobre o papel do intelectual na sociedade daquele período.

> A Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná é uma das mais novas do Brasil e, por consequência, uma das que se encontram em melhores condições para organizar os seus trabalhos dentro dos mais rigorosos princípios universitários. Entretanto, isso não acontece, pelo facciosismo religioso do seu diretor e pela sua falta de preparação espiritual para as funções que desempenha. Assim é que, entre as suas singularidades, conta-se a de promover o preenchimento de todas

> as cadeiras que se vagam entregando-as a sacerdotes, muitas vezes dignos, mas nem sempre capacitados na especialidade que vão lecionar (*ANHEMBI*. a,5, n. 55, v. 19, jun. 1955, p. 98-99).

As contendas respingaram no interior da própria FFCL, uma vez que os docentes daquele departamento não eram clericais em sua totalidade; havia quem não compactuava com a orientação católica que se mostrava inilidível desde a sua criação.

Entre os colaboradores da *Revista Anhembi*, estava Wilson Martins, que por estar no rol de intelectuais partícipes do periódico, acabava por ser considerado um conluio com o artigo "desabonador à Direção da Faculdade", tal como afirmou Cecília Maria Westphalen, em 1988. Desse modo, "a congregação de imediato votou-lhe moção de desagravo, mas, este, era apenas o prenúncio da luta que viria" (Westphalen, 1988, p. 41).

Vimos sucessivas publicações acusatórias entre Barros e Duarte. Notamos um reforço à narrativa de que Barros teria uma atuação autoritária e tendenciosa, favorecendo candidatos alinhados aos valores católicos, em detrimento de critérios acadêmicos. A principal acusação, na notícia a seguir, recai sobre um concurso para a cadeira de Italiano, em que o padre Castagnola teria sido aprovado apesar de não possuir qualificação suficiente, enquanto Bruno Enei, um candidato laico e aparentemente mais preparado, teria sido preterido. A revista descreve esse episódio como um "escândalo" e alega ter apresentado provas documentais para sustentar suas denúncias.

Utilizando da publicidade, Duarte torna público a forma como via a atuação de Barros na Direção da FFCL/UFPR:

> Anhembi já publicou uma apreciação completa sobre a personalidade sombria de Homero Batista de Barros. Isto a propósito principalmente do mais escandaloso concurso realizado na Universidade do Paraná, em que o diretor Homero Batista de Barros exigiu a aprovação do padre Castagnola para a cadeira de italiano, embora tivesse ficado provado no concurso não possuir este um mínimo preparo para essa cátedra, quando o seu competidor Bruno Enei, brasileiro mas com menos credenciais do clero, demonstrou um conhecimento profundo da matéria, o que ressaltou ainda mais o escândalo que até hoje se comenta naquela Universidade. Demonstramos isto em minuciosos comentários aqui publicados e com base em documentos irrespondíveis com que ilustramos os nossos comentários (ANHEMBI, jun.1955, vol XXI, pág. 98. grifo nosso).

Tal como já mencionamos, a *Revista Anhembi* não se limitou a criticar decisões administrativas; pretendeu construir uma imagem de Barros como uma

figura “sombria” e “manipuladora”, associando sua gestão a práticas clientelistas e a uma submissão aos interesses do clero. Inclusive, o uso da expressão "personalidade sombria" reforça a tentativa da revista de retratá-lo como um agente de uma agenda reacionária e conservadora dentro da universidade.

Além disso, a acusação de que um candidato mais capacitado foi preterido em favor de um religioso menos qualificado serve para evidenciar a ideia de que havia uma tentativa de transformar a Universidade do Paraná em um espaço dominado pela influência eclesiástica.

Segundo Duarte, a aprovação do padre Castagnola, apesar de seu suposto despreparo, demonstra um padrão de favorecimento aos candidatos ligados à Igreja Católica, independentemente do mérito acadêmico. Tal episódio se insere em um contexto maior em que a Igreja Católica e seus representantes buscavam manter sua influência sobre a educação brasileira, enquanto setores progressistas defendiam a modernização do ensino e a ampliação do acesso ao conhecimento científico e laico. Nesse contexto, a *Revista Anhembi* se colocava como um segmento intelectual comprometido com a laicização do ensino e a valorização do mérito acadêmico, em oposição ao que considerava ser um projeto clerical de controle das universidades.

Ao destacar casos como o do concurso para a cadeira de Italiano, a publicação elaborava uma narrativa que simbolizava a interferência indevida da Igreja na academia, reforçando a imagem de que Barros estava comprometido com interesses religiosos em vez de acadêmicos. Tal episódio representava o movimento amplo e de mão dupla que ocorria em todo o Brasil era que, intelectuais laicos, educadores progressistas e setores políticos buscavam reduzir o domínio católico sobre a educação; ao mesmo tempo em que a Igreja e seus aliados defendem a manutenção de um ensino fundamentado em princípios cristãos, resistindo às tentativas de afastá-la da formação intelectual.

O duelo intelectual entre Barros e Duarte, pelas vias da publicidade, evidencia a disputa de poderes no campo educacional, onde os agentes medem forças e utilizam de estratégias discursivas como um jogo em que para um ganhar, o outro tem que perder. Para Bourdieu (2002), o *campo*,

> [...] é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade. A diferença maior entre um campo e um jogo (que não deverá ser esquecida por aqueles que se armam da teoria dos jogos

> para compreender os jogos sociais e, em particular, o jogo econômico) é que o campo é um jogo em que as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo (como se vê todas as vezes que uma revolução simbólica [...] vem redefinir as próprias condições de acesso ao jogo, isto é, as propriedades que aí funcionam como capital e dão poder sobre o jogo e sobre os outros jogadores) (BOURDIEU, 2004, p. 29).

Na tentativa de descredibilizar os procedimentos educacionais e administrativos, Duarte declarou ao conselho Universitário: “sabíamos [...] que a direção da Faculdade de Filosofia do Paraná estava entregue a um correligionário apaixonado desse clericalismo cego e pouco esclarecido, sectário e intolerante” (ANHEMBI, 1958. p. 524-529). A filiação da revista às ideias laicizante, são veementes e claras, ao declarar que Barros estaria “contrariando o próprio espírito universitário, a negar verdades científicas consagradas e a combater princípios que a sociedade moderna não pode dispensar” (ANHEMBI, 1958. p. 528).

Pode-se notar distintas concepções conceituais em relação ao que se chamou de “Educação moderna”. Para as ideias laicas o “moderno” estaria relacionado ao abandono da aura cristã nos pressupostos educacionais, seja na instrução básica ou na instrução superior, em detrimento do saber puramente científico para o progresso do intelecto. Quando da inauguração da FCFC, Barros mencionou que a concepção de “educação moderna” era aquela que se preocupava com a “salvação das almas” e com ensinamentos consonantes com a “mensagem de Cristo, para que se restaure, anime e eleve a base da ordem social pela influência decisiva da consciência católica a serviço da ciência, da arte, do pensamento” (DIÁRIO DO PARANÁ, 1957, p. 01).

Em contrariedade aos ideais que caracterizavam as ações de Barros, Duarte ainda declarava que a “Universidade do Paraná não é uma entidade confessional, mas um instituto de ensino superior federal, leigo, que consoante a própria Constituição [e que] nada tem a ver com as regras e as imposições religiosas”. (ANHEMBI, 1958. p. 527).

Na visão proposta pela Revista Anhembi, a Universidade do Paraná deveria se posicionar como o fazem as “grandes universidades do Brasil ao colocar-se ao lado da escola leiga, neutra, completamente alheia a injunções outras que não fossem as da cultura livre, através de cátedras livre, refratárias ao preconceito seja ele qual for” (ANHEMBI, 1958. p. 529). Inconformado com a

postura e a firmeza de Barros na tomada de decisões, Duarte declarava que “o diretor não tinha evidentemente o direito de tomar uma medida dessas, de caráter nitidamente político, à revelia das altas autoridades universitárias que neste caso seriam o Reitor” (ANHEMBI, 1958. p. 529). Assim, a revista entendia que as decisões de Barros nos procedimentos administrativos eram unilaterais, desprezando até mesmo a hierarquia, e as tratativas burocráticas inerentes ao espaço acadêmico; Barros mostrava-se acima do Reitor, da Congregação ou mesmo do Conselho Universitário.

> [...] Conselho, ao qual solicitamos ainda as providências necessárias a que seja, por quem delas se apossou, restituída à Biblioteca da Faculdade de Filosofia, uma coleção hoje rara e preparadíssima por todos aqueles que se interessam pela nossa vida pública e mental e dali dolorosamente retirada ao gesto totalitário de um administrador atrabiliário, sem autoridade para tal nem para impor regras a um instituto da importância de uma Faculdade de Filosofia, que é a alma de uma verdadeira Universidade (ANHEMBI, São Paulo. v.31, n.93, agosto, 1958. p. 524-529).

Ao referir-se a Barros como “correligionário apaixonado” de um “clericalismo cego e pouco esclarecido”, Duarte promovia uma tentativa de desmontar aquela “tendência Católica” que animava e movia as atividades e ideais no interior da FFCL. Defendia e mostrava-se filiado aos princípios de uma “escola leiga” sem qualquer aproximação com a religiosidade cristã. Ao defender o que chamava genericamente de “verdadeiro espírito universitário”, recomendaram a “independência intelectual e espiritual”, para uma ciência desagregada da religião.

Duarte demonstrava quão grande era a rivalidade entre os ideais dos católicos e dos liberais. O incidente entre “a *Anhembi* e a Universidade do Paraná” revela um debate educacional de maior proporção, onde duas ideologias distintas rivalizavam no campo da Educação, disputando autoridade intelectual em estabelecer o sentido da Universidade.

No calor dos ataques dirigidos a Barros, Duarte ampliou o escopo das críticas, atingindo também outros atores e situações vinculadas à presença da Igreja. Em uma publicação marcada pelo tom de denúncia e revisão de episódios anteriores, a revista resgatou o polêmico caso, envolvendo o professor Bruno Enei. O caso foi relembrado como um exemplo emblemático da ingerência clerical nos processos acadêmicos, sendo apresentado como prova da

parcialidade e do autoritarismo de Barros enquanto gestor. Segundo a revista, a FFCL/UFPR distinguia-se negativamente dos demais institutos universitários, por estar “entregue a um homem sectário, torvo e mesquinho”.

Duarte mencionou que a conduta de Barros teria sido criticada até mesmo por membros da hierarquia eclesiástica, como o próprio bispo de Curitiba; entretanto não encontramos relato do Bispo, criticando Barros. A acusação central da publicação recai sobre a manipulação do concurso, em que o Diretor, aliado a um "bando clerical", teria utilizado seu poder de influência para impedir a nomeação de Enei, descrito como um candidato de “alto valor”, favorecendo, em seu lugar, um padre “especializado em direito canônico” e “incompetente” na disciplina exigida. A *Anhembi* ainda acusava o diretor de exercer controle sobre o Conselho Técnico da Faculdade, apresentado como um órgão submisso e por ele constituído com fins de legitimar decisões arbitrárias. O caso Enei, portanto, emerge como símbolo das tensões entre projetos de universidade: de um lado, a defesa de um humanismo cristão pautado por valores religiosos; de outro, a reivindicação de uma universidade laica, guiada pela autonomia intelectual e pelo mérito acadêmico.

As reclamações feitas formalmente por Duarte foram pauta de reunião do Conselho Universitário, realizada no dia 13 de agosto de 1958. O referido Conselho tratou de refletir e recuperar os termos e as “expressões injuriosas” contra Barros. O Conselho considerou que as expressões atribuídas a Barros, eram características de um severo antagonismo.

> Analisando as expressões consideradas injuriosas à pessoa do Sr. Diretor e à própria Universidade, contidas na representação, acha que o Conselho não deve endossar tais expressões [...] com o Sr Diretor, não vê como o Conselho possa desprezar tal representação, pois sempre julgou todos os processos que lhe são dirigidos. - Diz que, de acordo com o regimento interno compete ao Conselho resolver sobre donativos e infere então que este órgão se solidarize com o Diretor da Faculdade de Filosofia, manifestando-se contra as expressões injuriosas e em segundo lugar, que seja ouvida Congregação daquela Faculdade, pois o peticionário pede sejam ouvidos os órgãos da administração universitária. - Com a palavra Homero de Barros, diz não ter dado a importância tomada pelo assunto, pois lhe pareceu de rotina o ato da Diretoria da Faculdade, retirando da biblioteca a revista que desde 1955 vem atacando aquela unidade universitária, como se vê no artigo "Um concurso na Universidade do Paraná. Por isso, a Diretoria não aceita tal publicação naquele estabelecimento, por não se tratar de revista cultural, como diz o peticionário, e sim inserção de artigos de jornais. Diz ainda não haver sectarismo religioso na faculdade, pois sempre possuiu professores de ordens religiosas como em outras universidades brasileiras. Diz também que a doação mencionada

> nunca foi feita pela direção daquela revista e solicita que o Conselho não tome conhecimento do assunto e que a Reitoria não acolha tal publicação. [...] O Cons. Ulysses de Campos pede informações ao Cons. Homero de Barros sobre se a coleção já estava na Biblioteca quando foi suspensa sua aceitação. Diz acompanhar o voto do Cons. Laertes Munhoz, repelindo expressões injuriosas, mas as revistas que contém os artigos contrários à administração não devem ser retirados da Biblioteca. - É aprovado por unanimidade o parecer do Cons. Laertes Munhoz no sentido de serem repelidas as expressões injuriosas ao Sr. Diretor da Faculdade de Filosofia e encaminhar o processo, preliminarmente à Congregação daquela Faculdade. Com a palavra o Cons. Rubens Requião diz que as revistas científicas, mesmo comunistas, merecem acolhida da Reitoria (UFPR, ATA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO. 13 de agosto de 1958. Livro II, p. 67-70).

A reunião do Conselho Universitário representou um momento decisivo na defesa pública da figura de Barros e, por extensão, da orientação católica que ele imprimiu à FFCL/UFPR. Diante da representação enviada por Duarte, o Conselho optou por reprovar formalmente o uso de “expressões injuriosas” como “sectário”, “torvo”, “mesquinho” e “reacionário clerical”, compreendendo tais termos como indício de um embate ideológico mais profundo, que transcendia as questões pontuais ali discutidas.

A defesa institucional de Barros se deu não apenas por razões de decoro, mas como reconhecimento de seu capital simbólico e político dentro da universidade. Barros era mais do que um diretor: era o articulador de um projeto de formação universitária pautado em valores cristãos e na presença ativa de agentes ligados à Igreja, o que o tornava um líder influente e, ao mesmo tempo, um alvo recorrente de críticas de setores intelectuais progressistas. Sua fala perante o Conselho reforça esse posicionamento: minimizou a controvérsia, reafirmou a legitimidade da decisão de rejeitar a *Revista Anhembi* e negou a existência de sectarismo religioso, evocando a presença de docentes religiosos em outras instituições de ensino superior. Ainda assim, vozes divergentes no Conselho, como a de Rubens Requião, destacaram a importância de manter publicações críticas no acervo da biblioteca, em nome da pluralidade acadêmica.

O episódio evidencia a tensão entre dois modelos de universidade: um que buscava se afirmar pela autonomia intelectual e pelo pluralismo de ideias; outro que encontrava na tradição católica um eixo estruturante para a formação moral e científica dos estudantes.

A revista, por sua vez, fazia ponderações como forma de “advertir os responsáveis órgãos universitários”, ao mesmo tempo em que questionava aquela faculdade, assevera acerca da atividade intelectual no país: “Faculdades que fraudam concursos, que revelam hostilidade pessoal a candidatos ou que protegem outros descaradamente, não merecem existir num país de vida intelectual, mesmo medíocre, como é o nosso”. (ANHEMBI, São Paulo. v. 19, n. 55, jun, p. 99. 1955) insistindo no assunto, Duarte declarava que “a Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná andou um passo atrás nas suas possibilidades de vir a se inscrever um dia entre os estabelecimentos sérios do nosso ensino superior” (ANHEMBI, São Paulo. v. 19, n. 55, jun, p. 99. 1955).

Em outra passagem significativa, a *Revista Anhembi* reforça a existência de um capital simbólico e político acumulado por Barros no exercício de sua liderança. A publicação, sob a pena de Duarte, atribui um controle quase absoluto sobre os rumos institucionais da Faculdade, exercido por meio de sua influência sobre o corpo docente e, em especial, sobre o Conselho Técnico da unidade. Segundo a revista, esse órgão seria “inteiramente subserviente ao atrabiliário diretor” (ANHEMBI, n. 93, agosto de 1958), revelando, um ambiente acadêmico marcado pela obediência acrítica e pela ausência de deliberação colegiada autônoma.

Para sustentar essa crítica, a publicação chega a nomear alguns docentes que, segundo ela, agiriam de modo servil às determinações de Barros, “cumprindo o que o diretor manda”. Entre os professores citados figuram Rosário Mansur Guérios (Português), Osvaldo Arns (Grego), A. Figueiredo (Geografia) e o Padre Luís Castagnola (Literatura Italiana). A nomeação direta dos docentes, nesse contexto, não apenas buscava deslegitimar a autoridade de Barros, mas também desestabilizar sua base de sustentação interna, sinalizando que sua liderança era percebida por setores externos como excessivamente centralizadora e alicerçada em relações de lealdade pessoal, em detrimento da autonomia intelectual.

> [...] o Conselho Técnico da Faculdade de Filosofia é inteiramente subserviente ao atrabiliário diretor. Vamos dizer porque. Os seus membros são, além do diretor Homero Batista de Barros, os professores Rosário Mansur Guérios (português), Osvaldo Arns (grego), A. Figueiredo (geografia), padre Luís Castagnola (literatura italiana, o mesmo admitido no escandaloso concurso acima referido) e Homero Braga. Todos, exceto o último, servilmente, cumprem o que o

> diretor manda. Os srs. Rosário Mansur Guérios e Osvaldo Arns ficaram tristemente comprometidos no concurso realizado com o mandato imperativo de aprovar o padre Castagnola. Osvaldo Arns, para ser agradável ao diretor, até questões de inscrição levantou na arguição do candidato Bruno Enei, o concorrente do padre Castagnola, homem competentíssimo, cujo brilho no concurso confundiu os seus arguidores, mas não os demoveu de classificar o padre Castagnola, que demonstrou não estar absolutamente capacitado para exercer a cadeira, mas era candidato imposto por Homero Batista de Barros. Basta dizer que o padre Castagnola só pôde inscrever-se, pois lhe faltavam títulos e outras formalidades exigidas por lei, porque a Congregação, como vimos, também dominada pelo diretor, deu-lhe um atestado de "notório saber", para resolver a dificuldade. Acontece, porém, que o "notório saber" se refere à especialidade da cadeira e o atestado se deu tendo-se em vista um "notório saber" do padre Castagnola no campo do Direito Canônico, que é a sua real especialidade! As informações que nos chegaram, de fonte variada, professores, alunos e pessoas fora da Faculdade de Filosofia de Curitiba, são unânimes em destacar a existência de um único membro do Conselho Técnico que, pela sua independência e honestidade mental, se pode considerar um verdadeiro universitário. Trata-se do professor Homero Braga, que luta sozinho e nada pode fazer. Sabemos perfeitamente que essa parcela do clero totalitário, intolerante e pouquíssimo inteligente que desencadeia com fúria uma ofensiva confessional que só poderia manifestar-se em países como o nosso sem policiamento cívico, vai imediatamente sair aos berros, como sempre, para nos acusar de comunistas, ateus malvados, inimigos da religião e procurar transformar em mártires esses elementos que estão destruindo o crédito moral e intelectual da Faculdade de Filosofia do Paraná. Mas todos aqueles que duvidarem das nossas informações, pedimos peçam as suas informações aos professores honestos e dignos que existem e muitos nos diversos institutos da Universidade do Paraná, dentre eles o próprio Reitor, que sabemos ser um homem digno também, e nós nos inclinamos ao que eles disserem. Faça-se mais: abra o respectivo Conselho Universitário um rigoroso inquérito naquela Faculdade, para apurar a veracidade das nossas acusações. Estamos prontos a enviar a Curitiba um nosso representante que será o nosso próprio diretor, para reiterar as acusações e fornecer todos os elementos de prova de que se necessita para prova desses fatos deprimentes e desmoralizantes para uma Universidade oficial, cuja Faculdade de Filosofia bem merecia sorte melhor e mais digna (ANHEMBI, nº 93, agosto de 1958).

Ao citar o Padre Castagnhola, Duarte endossa que este seria “o mesmo admitido no escandaloso concurso”, demonstrando o demérito atribuído publicamente ao processo seletivo. Em relação a Castagnola, afirma reiteradamente “não estar absolutamente capacitado para exercer a cadeira”, mas era candidato imposto por Barros.

A revista isenta Homero Braga de ser um “servil de Barros”. Entre os professores, “apenas um”, que não agia de forma submissa ao Diretor. A revista destacava, portanto, “a existência de um único membro do Conselho Técnico que, pela sua independência e honestidade mental, se pode considerar um

verdadeiro universitário" (ANHEMBI, n. 93, agosto de 1958, p. 73). Trata-se do "professor Homero Braga[44], que luta sozinho nada pode fazer" (ANHEMBI, nº 93, agosto de 1958, p. 73). Ao trazer estas informações, a revista declarava que "as informações vinham de professores, alunos e pessoas fora da Faculdade de Filosofia de Curitiba" (ANHEMBI, nº 93, agosto de 1958, p. 73).

> Sabemos perfeitamente que essa parcela do clero totalitário, intolerante e pouquíssimo inteligente que desencadeia com fúria uma ofensiva confessional que só poderia manifestar-se em países como o nosso sem policiamento cívico, vai imediatamente sair aos berros, como sempre, para nos acusar de comunistas, ateus malvados, inimigos da religião e procurar transformar em mártires esses elementos que estão destruindo o crédito moral e intelectual da Faculdade de Filosofia do Paraná (ANHEMBI, nº 93, agosto de 1958, p. 523-524).

Notamos a forma contundente, o tom combativo e polarizado que marcou a crítica dirigida à FFCL/UFPR sob a gestão de Barros. Percebemos que reiteradamente a revista recorre a uma retórica incisiva e carregada de adjetivações, "clero totalitário, intolerante e pouquíssimo inteligente", para desqualificar os setores eclesiásticos que estariam comprometendo o prestígio acadêmico. A denúncia daquilo que foi chamado de "ofensiva confessional" articula uma crítica mais ampla à interferência religiosa no espaço universitário, configurando a FFCL/UFPR como um palco privilegiado da disputa entre visões de mundo secularizadas e projetos educacionais marcadamente católicos. Ao

---

[44] Homero de Mello Braga nasceu em Curitiba-PR, em 17 de dezembro de 1907, e faleceu em 15 de setembro de 1985. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Paraná em 1929 e se especializou nas áreas de Pediatria e Genética Humana. De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria, no início de sua carreira, trabalhou em tisiologia em um Sanatório e em um Preventório Infantil no Paraná, onde eram internadas crianças filhas de tuberculosos para protegê-las do contágio. Esse período marcou o início de sua atuação na área da saúde infantil. Ao longo de sua carreira, integrou suas preocupações científicas, relacionadas à biologia, com sua prática clínica em pediatria. Foi professor de Citogenética Humana, catedrático, membro da comissão de pós-graduação e do mestrado em genética humana, além de Diretor do Departamento de Biologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná. Nesse contexto acadêmico, dedicou grande parte de sua vida ao estudo do comportamento dos cromossomos durante o ciclo de divisão celular e suas implicações nas características expressas nos indivíduos. Suas pesquisas também abrangeram questões relacionadas à esterilização, anticoncepção e aborto, sob perspectivas médicas, socioeconômicas e genéticas. Homero de Mello Braga foi um dos principais idealizadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná. Segundo Cecília Maria Westphalen (1988), no dia 26 de fevereiro de 1938, inspirados pelo exemplo de São Paulo, reuniram-se em Curitiba, por convocação dos Professores Ornar Gonçalves da Mota, Carlos de Paula Soares e Homero de Mello Braga, intelectuais com o objetivo de criar, na capital paranaense, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, uma instituição de ensino superior de inspiração didático-científica inovadora no país.

antecipar as reações contrárias, como "sair aos berros", "acusar de comunistas, ateus malvados", a revista mostra estar ciente das estratégias discursivas que poderiam surgir em forma de contra-ataque.

Ao mesmo tempo em que traziam a público duras críticas, desafiavam aos que tinham dúvidas, que pudessem confrontar as informações, conversando com os "professores honestos" para que pudessem "apurar a verdade das acusações", inclusive o próprio Duarte se colocava à disposição para ir presencialmente reiterar as acusações e "fornecer todos os elementos de provas" sobre os "fatos deprimentes e desmoralizantes para uma Universidade oficial, cuja Faculdade de Filosofia bem merecia sorte melhor e mais digna" (ANHEMBI, nº 93, agosto de 1958, p. 523-524).

A revista declarou que quando as indisposições com Barros pareciam encerradas, "informações posteriores nos chegaram". Isto posto, constatamos quão efervescente eram as disputas de interesses e as visões de mundo que animavam dois lados opostos de um objeto educacional.

> Verificando a importância daquela Universidade e principalmente a grandeza da obra que estava sendo iniciada pelo seu reitor Flávio Suplicy de Lacerda e mais um grupo de professores lúcidos e altamente conscientes, entendeu que não podia faltar na biblioteca da Faculdade de Filosofia (a Faculdade de Filosofia, é a alma de uma universidade) uma revista como a **Anhembi**, que não precisa mais de definição. Outra informação que nos chega como complemento é que tanto o diretor Homero Batista de Barros quanto o secretário da Faculdade, Arlindo da Silva Furtado, que serviu de testa de ferro do diretor para assinar a carta suspendendo a "assinatura", diante da enérgica resposta enviada por **Anhembi** á Faculdade de Filosofia, e, por cópia, à Reitoria da Universidade, propalam que a revista não era enviada gratuitamente e sim a Faculdade pagava a sua assinatura. Pois isso é uma mentira deslavada. Desde aquela visita do diretor de **Anhembi** enviou-se uma coleção da revista à Faculdade de Filosofia e desde então os números posteriores foram também para ali remetidos gratuitamente, sem falta de uma só. Tanto que, mais tarde, um instituto federal, tendo tomado um certo número de assinaturas, destinadas a estabelecimentos culturais do País e incluindo na lista o nome daquela Faculdade de Filosofia na lista, imediatamente comunicamos a esse instituto que substituísse esta por outro estabelecimento, porque a biblioteca da Faculdade de Filosofia do Paraná já recebia a revista por nossa própria iniciativa. Aí está. Se existir essa alegada assinatura, exiba o sr. Homero Batista de Barros ou o sr. Arlindo da Silva Furtado (nós é que somos furtado…) o recibo que todos os nossos assinantes possuem. Enquanto não o fizerem, mantemos o título que acima outorgamos aos que propalam que a direção da Faculdade de Filosofia de Curitiba assinava Anhembi. (ANHEMBI, nº 93, agosto de 1958).

Notamos que o prolongamento do duelo intelectual entre Duarte e Barros, não se limitava a discordâncias teóricas sobre educação, mas se desdobrava em tensões institucionais e disputas sobre o controle da informação e dos espaços acadêmicos e pela firmação do sentido da Universidade

A FFCL/UFPR ocupava um papel central na estrutura universitária, sendo considerada, pela revista, "a alma de uma universidade". Isso explica a insistência em manter sua circulação no ambiente acadêmico, pois, estava em jogo a disputa pela hegemonia do pensamento na universidade. Ela defendia uma universidade plural, aberta ao debate e ao confronto de ideias, enquanto Barros, na visão de seus críticos, representava um modelo de educação católica rígida, na qual outros discursos considerados subversivos, deveriam ser minimizados ou eliminados.

Durante a década de 1950, a revista repetia as acusações feitas a Barros, de modo a não deixar esfriar a discussão nem permitir que o assunto caísse no esquecimento. A acusação de manipulação e controle da informação, dita de maneira reiterada, fazia referência à suposta tentativa de ocultar que a revista era enviada gratuitamente à instituição. Duarte declarou que Barros e Arlindo da Silva Furtado teriam alegado, falsamente, que a assinatura era paga pela faculdade. O sarcasmo presente na frase "nós é que somos furtado", uma alusão ao sobrenome de Furtado, reforça a ironia e a indignação diante do que, para Duarte, era uma tentativa deliberada de distorcer os fatos para justificar a recusa da revista no espaço acadêmico.

Ao exaltar figuras como Flávio Suplicy de Lacerda, então reitor da Universidade do Paraná, e um “grupo de professores lúcidos e altamente conscientes”, a *Anhembi* sugere que existiam setores dentro da própria universidade que resistiam ao domínio católico e à condução de Barros na Faculdade de Filosofia, indicando que, para a revista, Barros não representava o pensamento dominante da universidade, mas sim um grupo específico que buscava impor sua visão sobre a comunidade acadêmica.

A *Revista Anhembi* insistiu na justificativa do porquê não poderia esquecer dos desencontros de interesses e consequentes entrechoques e a necessidade de levar o caso à público incansavelmente. O excerto retirado da *Revista Anhembi* (n. 93, agosto de 1958) explicita o esforço da publicação em

justificar a persistência com que abordava os conflitos entre sua linha editorial e a FFCL/UFPR. Ao articular uma retórica de indignação pública, a revista procura legitimar sua insistência em denunciar o que considera um "escândalo" acadêmico e administrativo, evocando tanto razões materiais, como o valor cultural e bibliográfico da coleção retirada da biblioteca universitária, quanto fundamentos éticos e cívicos.

> Porque a coleção completa de Anhembi, além do que pode significar culturalmente, é uma raridade bibliográfica, vale hoje preço vultuoso. Foi incorporada ao patrimônio da União, pois a Universidade do Paraná é federal e, agora, destruída pela sua direção, se torna penal e administrativamente responsável. Não nos conformamos, pois, estamos dispostos a solicitar das autoridades federais e até da Câmara Federal dos Deputados um rigoroso inquérito se isso for necessário. Mas não queremos assumir tal atitude antes de apelar para as próprias autoridades universitárias do Paraná, porque como dissemos, temos na mais alta conta não apenas o reitor da mesma Universidade e sabemos da existência de um numeroso grupo de homens dignos não só no Conselho Universitário senão ainda dentre os professores dos diversos institutos universitários de Curitiba, inclusive na própria Faculdade de Filosofia. Além da consideração que nos merece-a também o corpo discente da mesma Universidade, que é o que a mocidade do Paraná tem como mais digno e representativo. Por isso mesmo é que não hesitamos em oferecer a nossa colaboração para a própria defesa da dignidade universitária naquele Estado, cuja cultura não pode mais tolerar perdure essa situação intolerante, mesquinha, acanhada e retrógrada na direção de sua Faculdade de Filosofia, a mais importante instituição de uma verdadeira Universidade. Esta é a causa principal da nossa insistência em pôr a limpo este pequeno, mas altamente significativo escândalo (ANHEMBI, nº 93, agosto de 1958).

A denúncia ganha densidade política ao acusar a direção da Faculdade de destruir patrimônio público federal, sugerindo a necessidade de responsabilização penal e administrativa, e evocando a possibilidade de uma investigação por parte das autoridades federais e da Câmara dos Deputados. Essa movimentação extrapola os limites de uma polêmica acadêmica, tornando-se um gesto de apelo à esfera pública e ao aparato estatal em defesa da "dignidade universitária".

O texto constrói uma cuidadosa estratégia de distinção entre a crítica à figura de Barros e o respeito por outros segmentos da Universidade. A menção ao reitor, a professores considerados "dignos", bem como ao corpo discente, opera como um dispositivo discursivo que busca não antagonizar toda a instituição, mas isolar a liderança de Barros como foco do problema. Essa separação tática confere à revista uma posição de interlocutora legítima e

colaborativa na defesa de um projeto universitário que se quer moderno, plural e comprometido com valores democráticos.

A *Anhembi* inscreve sua atuação em um horizonte de transformação cultural, ao afirmar que a cultura paranaense não poderia mais "tolerar" uma direção marcada por valores "intolerantes, mesquinhos, acanhados e retrógrados". O uso desses qualificativos, fortemente carregados ideologicamente, revela o quanto a revista se via como parte de uma luta mais ampla entre modernização laica e racional versus conservadorismo religioso e autoritário. A persistência da revista em "pôr a limpo" se justificava como sendo uma manifestação da disputa simbólica pelo sentido da universidade e não por um capricho editorial.

Em reunião do Conselho Universitário de 11 de setembro de 1958, foram feitos alguns adendos relacionados à ata da reunião do mês anterior, de 13 de agosto. De acordo com as correções, o texto ficava atualizado/acrescentado no seguinte:

> O Conselheiro Homero de Barros, declarou não haver retirado da Biblioteca números da revista Anhembi, mas que tais números não haviam dado entrada na Biblioteca, encontrando-se, no entretanto, na Faculdade; do Conselheiro Ulysses de Campos no sentido de que considerava desrespeitosas as palavras dirigidas pelo Diretor da Anhembi ao diretor da Faculdade de Filosofia, e não injuriosas, como constou na ata; do Conselheiro Rubens Requião, no sentido de esclarecer que se refere ao recebimento de revistas científicas de caráter comunista (UFPR, ATA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, 13 de agosto de 1958. Livro II p. 71).

Ao retificarem a ata da sessão anterior, revelam nuances importantes no tratamento institucional do conflito entre a direção da Faculdade de Filosofia e a *Revista Anhembi.* A declaração de Barros, ao afirmar que os exemplares da revista não foram retirados da biblioteca por já não estarem nela oficialmente registrados, busca esvaziar a acusação de censura ativa, deslocando o foco da crítica. Já a intervenção do conselheiro Ulysses de Campos, ao trocar “injuriosas” por “desrespeitosas”, suaviza o tom da censura às palavras de Duarte, indicando um esforço de moderação institucional. A fala de Rubens Requião, ao especificar que se referia a revistas científicas de caráter comunista, aponta para a tensão ideológica latente no episódio, evidenciando como o anticomunismo da época atravessava as disputas acadêmicas. Esses adendos, embora sutis, demonstram a tentativa de reposicionamento discursivo dos envolvidos e o

cuidado do Conselho em administrar o embate com certa cautela política e institucional.

Embora o duelo intelectual não se tenha encerrado nos procedimentos formais, eles revelam importantes aspectos do controle, da influência e das práticas administrativas que marcaram a gestão de Barros. Os excertos da *Revista Anhembi*, bem como os documentos produzidos pela Universidade do Paraná em resposta às acusações, deixam entrever as disputas que atravessaram o espaço acadêmico da instituição, tensionando visões de mundo e projetos de universidade. Nesse cenário, evidencia-se um conflito simbólico entre concepções associadas à autoridade religiosa e aos ideais de uma ciência autônoma, sobretudo quando observadas as formas de enunciação oriundas de instâncias institucionais. Trata-se, portanto, de uma disputa que ultrapassa o campo pessoal e se inscreve nas estruturas e representações mais amplas da vida universitária no Brasil dos anos 1950.

Apesar de ter dispensado esforço em resolver os problemas apontados, Duarte não viu resolução por parte do conselho universitário; sendo assim, viu necessidade em tratar do assunto em publicações posteriores, até mesmo para que tal assunto não fosse esquecido. Para não esfriar o assunto referente aos incidentes e reclames daquilo que chamava de “sequestro da revista Anhembi, da Biblioteca da Universidade”, a revista reafirmava periodicamente aquilo que já havia publicado ou mesmo relatado ao Conselho Universitário (ANHEMBI n.9, agosto de 1958. p. 81).

Duarte e Barros, ambos com suas consideráveis representatividades institucionais, estavam carregados de significados, pois, embora se tratassem de dois sujeitos, ambos com suas convicções, opiniões e ocupantes autoridades, representavam algo muito maior. Em outras palavras, trata-se de um episódio que transcende a esfera individual ou local, apontando para uma discussão de larga escala, que se vivia há algumas décadas no Brasil.

De um lado via-se fortes críticas aos problemas vividos pela FFCL/UFPR que, na figura de Barros demonstrava a inexistência da racionalidade Acadêmica; falta de abertura aos pressupostos da ciência moderna; aptidão a um clericalismo cego e pouco esclarecido, entre outras proposições enfáticas nesse mesmo sentido. De outro lado, o Conselho Universitário negava, mediante

registros em Ata, qualquer responsabilidade de Barros pela proibição da veiculação da *Revista Anhembi* e mantinha os ideais católicos como prática e característica do funcionamento daquele departamento. Barros se apresentava, implícita ou explicitamente, como propagador e defensor do ideário católico dentro do espaço acadêmico. Ainda que, a intelectualidade católica se apresenta, em grande medida, coletivamente, vemos as decisões de Barros como um grande responsável em assegurar a força, a influência das características do ideário católico com a mobilização das ferramentas e possibilidades que se apresentavam naquele momento.

Em 1958, mais precisamente em setembro, a revista *Anhembi* publicou um artigo intitulado “Anhembi e a Faculdade de Filosofia de Curitiba” incluindo um documento que fora encaminhado ao reitor da Universidade, Flávio Suplicy de Lacerda.

> [...] a revista continuaria a ser remetida, grátis como sempre, à Universidade, mas agora por intermédio de sua Reitoria. Foi o que fez a administração de Anhembi, que enviou pelo correio, um exemplar de sua última edição n. 92, de julho de 1958, em envelope fechado subscrito: à Reitoria da Universidade do Paraná, Rua XV de Novembro, 1004, Curitiba, Paraná. [...] O endereço ali colocado foi, evidentemente, um equívoco do encarregado da administração da revista, que entendeu ser a direção da Reitoria a mesma da Faculdade de Filosofia. É evidente, no entanto, que, quando a um instituto universitário qualquer, seja de onde fôr, chega correspondência destinada a outro Instituto é fazer chegar ao seu destino a carta ou pacote. Não foi o que aconteceu, pois, esta revista acaba de receber um envelope, enviado sob o registro n. 2507, endereçado à sua redação, o qual além do endereço traz à tona, na parte superior, estes dizeres: Universidade do Paraná/ Faculdade de Filosofia. Dentro deste pacote, Magnífico Reitor, vinha nada mais nada menos do que o nosso número 92, com o seguinte escrito sobre a capa com lápis azul: Devolvido! [...] Este novo pormenor, demonstra Magnífico Reitor, dois fatos gravíssimos: o primeiro é violação de correspondência, crime previsto pelo Código Penal (art. 151), pois a revista seguiu em envelope fechado com subscrito à Reitoria da Universidade, só que para o endereço da Faculdade de Filosofia, o que de forma alguma exime o criminoso da infração praticada, para qual a legislação vigente prevê contra o responsável uma pena de detenção de um a seis meses, fora multa. Mas além desse aspecto gravíssimo, outro ainda mais sério nessa lastimável e criminosa atitude do senhor Homero Batista de Barros: o de pretender sobrepor-se à própria autoridade do Reitor da Universidade. O diretor da Faculdade de Filosofia, se não tinha o direito em obediência apenas aos seus instintos reacionários, de desfalcar a biblioteca do seu patrimônio, menos ainda o tem para assumir igual atitude em nome da autoridade hierarquicamente superior a ele. E assim procedeu acintosamente o Sr. Homero Batista de Barros, pois fez questão de enviar a revista com a nota devolvida em envelope comum, mas tendo datilografado, em maiúsculas; ao lado os dizeres: Universidade do Paraná/ Faculdade de Filosofia. Quer dizer: a Faculdade de Filosofia devolvendo encomenda postal fechada enviada

> à Reitoria da Universidade! (ANHEMBI. São Paulo. n 94, set, 1958, p.83-89).

A alegação de que um exemplar da revista, remetido oficialmente à Reitoria, fora interceptado e devolvido com uma anotação manuscrita e indicativos institucionais da Faculdade de Filosofia, é apresentada como um ato deliberado de censura e usurpação de autoridade. O argumento da *Anhembi* é contundente: a devolução da correspondência, sem o devido encaminhamento à Reitoria, configuraria não apenas um gesto de desrespeito institucional, mas um crime tipificado no Código Penal como violação de correspondência. Ao destacar o suposto intento de Barros de se sobrepor à autoridade do Reitor, a revista reforça sua crítica à condução da Faculdade, evidenciando uma disputa política e simbólica sobre os limites da autonomia universitária, os canais de circulação de ideias e os mecanismos de controle do saber no interior da universidade. Tal acusação, carregada de dramaticidade retórica e embasamento jurídico, reflete o grau de tensão que a revista via na postura do diretor, interpretada como autoritária, reacionária e contrária ao espírito democrático que a revista dizia representar.

Com o título “Diretor de Faculdade que envergonha uma Universidade", a revista publicava na íntegra um ofício enviado pela União Brasileira de Escritores a Flávio Suplicy de Lacerda.

> É o caso, consoante tais notícias, que o diretor daquela Faculdade, Sr. Homero Batista de Barros, organizou uma comissão de censura naquela casa, à qual incumbiu da estranha missão de expurgar a sua biblioteca de obras consideradas "nocivas" à juventude, como se no caso não se tratasse de uma coleção destinada a estudantes aos quais não se deve ser defeso o conhecimento da universalidade da literatura de todos os tempos. Essa estranha comissão desde logo livrou a biblioteca da Faculdade de Filosofia da "nocividade" de obras como as de Zola, Jean-Paul Sartre, Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro, Graciliano Ramos, Jorge Amado e outros, além das de Karl Marx. [...] tomando conhecimento destas notícias, Magnífico Reitor, a Diretoria da União Brasileira dos Escritores decidiu por unanimidade de seus membros presentes [em] 29 de agosto [...] protestar veementemente contra esse verdadeiro atentado à cultura, às liberdades democráticas e à livre expressão do pensamento, praticado numa casa a qual, exatamente incumbe a sua mais ampla defesa (ANHEMBI. São Paulo, n.94, set. 1958, p. 83).

A acusação centra-se na criação de uma comissão interna responsável por retirar da biblioteca obras consideradas “nocivas” à juventude, caracterizando a medida como censória e atentatória aos princípios

democráticos e culturais que regem o ambiente universitário. A menção a autores como Zola, Sartre, Eça de Queiroz, Jorge Amado e Marx evidencia o viés ideológico da medida, que, segundo a UBE, comprometeria a formação crítica dos estudantes e afrontaria o próprio sentido da universidade como espaço de pluralidade e livre circulação de ideias. O protesto, redigido em tom enérgico e firmado por unanimidade, insere-se em um contexto de resistência intelectual frente ao avanço de práticas autoritárias no interior das instituições de ensino, revelando os embates em torno da produção e controle do saber em plena vigência da Guerra Fria e da polarização político-ideológica do período.

O Professor Brasil Pinheiro Machado, na tentativa de intermediar a situação questionou “se o caso deverá situar-se corno de luta entre duas partes, ou se a Congregação deverá simplesmente apoiar o ato da Diretoria, ou aproveitar o momento para uma explicação geral, pondo termo à questão” (WESTPHALEN, 1988, p. 41-42). Na visão de Pinheiro Machado, era preciso colocar fim ao sensacionalismo e que uma comissão fosse organizada, para tratar do assunto.

> Ante a proposta, o Professor Wilson Martins negou a competência do Diretor para a designação da Comissão, dizendo que só a Congregação poderia fazê-lo e na ausência deste. **O Professor Homero de Barros reage e exige, por sua vez, a saída de Wilson Martins por ser colaborador da revista Anhembi**. Este, confirma ser não apenas colaborador da Revista, como amigo pessoal de Paulo Duarte (WESTPHALEN, 1988, p. 42, grifo nosso).

A intervenção de Machado, expressa a tentativa de reconduzir o debate ao campo administrativo e acadêmico, evitando sua continuidade no registro do sensacionalismo e da polarização ideológica. No entanto, a reação de Wilson Martins, ao contestar a legitimidade do diretor para nomear tal comissão, resgata a prerrogativa colegiada da Congregação e revela o grau de desconfiança em relação à condução unilateral do conflito. A exigência de Barros pela saída de Martins, motivada por sua ligação com a *Anhembi*, radicaliza o embate ao transformar a divergência institucional em ataque pessoal, desqualificando a posição crítica de Martins com base em sua vinculação intelectual. Esse entrechoque explicita o ambiente de hostilidade instalado no seio da faculdade, em que as fronteiras entre posicionamento acadêmico, engajamento político e gestão administrativa se tornaram porosas, comprometendo o diálogo e a resolução racional dos conflitos.

O Professor Desembargador Lacerda Pinto propôs que antes da votação sugerida por Pinheiro Machado, “fosse dado voto de inteira repulsa aos termos injuriosos da representação, pois considera o Diretor um padrão de moral como poucos em todo Paraná. Foi de imediato apoiado pelos Professores” (WESTPHALEN, 1988, p. 42). A intervenção do Professor Desembargador Lacerda Pinto, revela o grau de mobilização emocional e institucional que o episódio suscitou. Ao enaltecer publicamente a integridade moral de Barros, qualificando-o como um "padrão de moral como poucos em todo Paraná", Lacerda Pinto não apenas defende a figura do diretor, mas também se posiciona contra os questionamentos externos. Seu posicionamento, apoiado por outros professores, evidencia a existência de um núcleo de sustentação interna à gestão de Barros, disposto a reagir com firmeza às críticas, ainda que isso implicasse uma resposta corporativa diante de um escândalo que ultrapassava os limites da instituição.

O incidente tomou proporções significativas e, embora não seja possível dimensionar com exatidão os efeitos produzidos no interior da Universidade, é notória a ampla cobertura jornalística da época, que deu visibilidade ao embate intelectual entre Barros e Duarte. Observa-se a celeridade nas respostas, indicando, possivelmente, uma preocupação em preservar (ou atacar) as imagens institucionais envolvidas. As manifestações públicas, veiculadas pela imprensa, revelam uma espécie de urgência em afirmar posicionamentos, evidenciando que o confronto extrapolava o campo acadêmico e adentrava o domínio simbólico das disputas por legitimidade e autoridade.

Diante do documento da União Brasileira de Escritores (UBE), publicado no dia 05 de setembro de 1958, pelo jornal *O Estado do Paraná*, Barros mobilizou uma resposta em forma de defesa, publicada logo no dia seguinte, em 06 de setembro de 1958.

> Não é verdade que a Biblioteca desta Faculdade de Filosofia tenha sofrido qualquer expurgo, quer em virtude do chamado "caso Anísio Teixeira", quer por quaisquer outras razões. As dissensões em torno do Prof. Anísio Teixeira não foi objeto de cogitação, favorável ou desfavorável nesta escola. [...] Os livros de Sartre, Eça de Queiroz, Junqueiro, Karl Marx, nomes esses mencionados no aludido protesto, foram adquiridos por ordem desta Diretoria e continuam na Biblioteca, onde podem ser manuseados. [...] Quando à revista Anhembi é equivocada, por igual suposição de que tenha sido inutilizada a sua coleção. Desde 1955, por motivos que ignoramos, essa revista vem promovendo campanha difamatória contra esta Faculdade, através de

> reiterados artigos – muito antes, portanto, da questão Anísio Teixeira- e esse de fato fez que solicitássemos o cancelamento da assinatura que nos fora ofertada por aquele professor. As críticas desairosas publicadas em tal revista são dirigidas à Diretoria, ao Conselho Técnico Administrativo, à Congregação, ao Conselho Universitário e até ao Conselho Nacional de Educação, o que a torna incompatível com o prestígio e o bom nome da casa. Mas, a despeito disso, a revista se encontra na Faculdade, devendo oportunamente a Congregação pronunciar-se sobre se os exemplares recebidos devem ou não continuar expostos (ANHEMBI. a.8, n. 96, v, 32, nov, 1958, p. 507).

A resposta de Barros à crítica da União Brasileira de Escritores revela uma tentativa de preservar não apenas sua imagem pessoal, mas também a reputação da Faculdade de Filosofia frente à opinião pública. Ao refutar categoricamente a existência de qualquer tipo de expurgo na biblioteca e ao afirmar que obras como as de Marx, Sartre e Eça de Queiroz continuavam disponíveis, Barros procura deslegitimar o protesto da UBE, tratando-o como infundado. Além disso, sua defesa reforça a ideia de que o duelo com Duarte era anterior ao chamado “caso Anísio Teixeira” e que se tratava de uma questão institucional, e não ideológica. Ao sustentar que a permanência da revista na biblioteca seria decidida pela Congregação, o Diretor também busca reforçar um discurso de legalidade e colegialidade frente à acusação de autoritarismo. A resposta rápida e detalhada evidencia o esforço em controlar a narrativa e enfrentar o desgaste simbólico provocado pelas denúncias veiculadas na imprensa.

O jornal *Diário do Paraná* também foi espaço de resposta de Barros; uma coluna com o seguinte título destacado em negrito: “Não é verdade que a biblioteca da Faculdade teria sofrido um expurgo”. A referida reportagem trouxe relatos do Professor Homero de Barros rebatendo as acusações de que ele próprio teria sido o responsável pela retirada dos volumes da *Revista Anhembi*, da Biblioteca.

> A propósito da Notícia veiculada por um matutino de nossa capital de que a união Brasileira de Escritores havia protestado contra um ato do Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná por ter esta, mandado expurgar da biblioteca daquele estabelecimento de ensino, obras consagradas da literatura universal e brasileira estendendo a coleção da Revista Anhembi em virtude de esta haver se colocado ao lado do Professor Anísio Teixeira num caso recente. Nossa reportagem procurou entrar em contato com o Professor Homero Baptista de Barros, Diretor da mencionada Faculdade a fim de melhor nos inteirarmos do assunto e transmitir aos leitores. Inicialmente disse-nos o Prof Homero de Barros, que não é verdade que a biblioteca da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná,

> tenha sofrido um expurgo por parte da comissão especializada ou por quem quer que seja, nem em virtude do caso Anísio Teixeira, do qual aqui não se cogitou, nem por qualquer outro motivo. Os livros – continuou o Diretor – de Jean Paul Sartre, Eça de Queiroz, Junqueiro, Karl Marx, [...] mencionados no protesto da UBE foram por mim adquiridos para a Faculdade e continuam nas estantes da biblioteca, onde jamais foram interditados. O seu acesso à leitura é franco e livre a mestres e discípulos como a quaisquer interessados (...). Além dos livros citados, menciono Freud, os existencialistas na ordem filosófica, Josué de Castro na Sociologia, José Lins do Rego nas Letras, Humberto de Campos, Érico Veríssimo, e outros que poderiam ser alvos de restrições. Nada disso ocorre, a nossa biblioteca só não tem publicações reconhecidamente pornográficas, incompatíveis com a rota cultural universitária. A Revista Anhembi prossegue e continua na Faculdade, embora tenha sido suspensa a sua assinatura em virtude de inflamados ataques, sem motivo plausível aos órgãos responsáveis pela instituição. Reiteraram-se acerbas críticas ao Conselho Técnico Administrativo, a Congregação, ao Conselho Universitário, ao Conselho Nacional de Educação e a esta Diretoria e, nessas condições seria inconsequente a Faculdade continuar acolhendo a revista. Entretanto, os números recebidos se encontram na Faculdade (DIÁRIO DO PARANÁ, sáb. 06 de set. de 1958).

Mais uma vez o posicionamento de Barros reforça sua estratégia de controle narrativo diante da crise gerada pelas acusações de censura. O título da matéria já indica o tom defensivo da entrevista, ao negar de forma categórica qualquer ato de expurgo na biblioteca da Faculdade. O diretor procura reafirmar seu compromisso com a liberdade acadêmica. A menção de que os exemplares recebidos continuam disponíveis na biblioteca sugere uma postura de tolerância, ao mesmo tempo em que o diretor procura manter sua autoridade administrativa intacta. Barros assumiu a responsabilidade pela suspensão da assinatura da revista, mas negou que o periódico havia sido retirado da biblioteca.

Em reunião posterior, realizada em final de outubro de 1958, o Sr Laertes de Macedo Munhoz, Conselheiro, Presidente e relator da CLR (Comissão de Legislação e Recursos) concluiu pelo arquivamento do processo em que Paulo Duarte representou contra Barros, cuja numeração inscreve-se em 2188/1958. Acordados também pelos Conselheiros Ulysses de Campos e Alceu Macedo, os reclames de Duarte foram considerados resolvidos pela Congregação, mediante “Parecer” formalizado em reunião, em que Barros demonstrava seu capital político, intelectual, social, uma vez que o Conselho Universitário se demonstrou favorável à sua causa e a sua versão. Ficou acordado também, que a Faculdade continuasse a receber exemplares da *Revista Anhembi*. O parecer do Conselho Universitário foi divulgado pela *Revista Vozes*, na edição de dezembro de 1958,

cujo conteúdo apresenta a posição tomada pelo Conselho, como um modo de dar acabamento aos embates.

> O Sr. Paulo Duarte, ilustre diretor da revista Anhembi, sobre medidas que teriam sido adotadas pelo Sr. Professor Homero de Barros. [...] se apura que o incidente porventura havido entre a Faculdade de Filosofia e a revista Anhembi teria sido mal avaliado pelas partes, pois que, de um lado, verifica-se que aquela revista não está banida da Biblioteca da Faculdade, e, de outro, que não se alimentou, a mesma revista, de qualquer intuito difamatório contra altas autoridades de ensino no Paraná do Paraná e no Brasil, o que se coloca o acontecido em termos de honroso armistício (VOZES, a.52, n. 12, dez. 1958, p. 943-944:).

Ao qualificar o incidente como mal interpretado pelas partes envolvidas, o parecer faz um movimento para desarmar as tensões, enfatizando que a revista não foi banida da biblioteca e que não houve, de fato, intenções difamatórias da parte da publicação. O uso do termo "honroso armistício" sugere uma tentativa de reconstrução da imagem institucional da Universidade, buscando afastar as ideias de censura e autoritarismo associadas ao nome de de Barros.

Essa postura conciliatória, no entanto, pode ser vista como uma tentativa de minimizar os impactos da crise, suavizando a disputa ideológica e institucional que se intensificou. Ao afirmar que a revista não alimentou "qualquer intuito difamatório" contra as autoridades de ensino, o Conselho parece suavizar a acusação de que a Revista Anhembi tenha sido, de fato, uma ferramenta de contestação agressiva ao sistema educacional vigente.

No entanto, o uso de termos como "honroso armistício" também pode ser interpretado como uma tentativa de preservar o status quo dentro da Universidade e evitar que o conflito, que ganhou repercussão pública, se ampliasse ainda mais. O fato de a questão ter sido resolvida "em termos de armistício" sugere que o desgaste foi significativo para todas as partes, mas a resolução buscou colocar um fim ao embate sem comprometer radicalmente nenhuma das instituições envolvidas.

No final de 1958, com a reeleição de Barros para a Direção da FFCL/UFPR, surgiram novas discussões e controvérsias tanto nas publicações da *Revista Anhembi* quanto nos corredores do departamento da Universidade. Embora não fosse uma figura unânime, como já observamos, ele exercia grande

influência e poder nas conversas públicas e entre os grupos que tradicionalmente compõem o que chamamos de intelectualidade católica.

De acordo com Valéria Floriano Machado (2009), um grupo de professores insatisfeitos na Faculdade de Filosofia (entre eles, Wilson Martins, Temístocles Linhares, Munhoz Maeder, Jesus Moure, Joaquim Franco, Carlos Stellfeld, Homero Braga, Osvaldo Pilotto, Bento Munhoz da Rocha Neto, Liguaru Espírito Santo, Arnaldo Isidoro Beckert e Brasil Pinheiro Machado) se manifestou em 18 de dezembro de 1958, em reação à reeleição de Barros para a direção da instituição. Seu nome havia sido incluído na lista tríplice, elaborada pela Congregação da Faculdade de Filosofia e submetida ao Conselho Universitário, junto aos nomes de Francisco José Gomes Ribeiro e Rosário Farani Mansur Guérios. A *Revista Anhembi*, em sua edição nº 89, de janeiro de 1959, publicou um recurso assinado por professores catedráticos contestando a inclusão de Barros na lista. Por ter ido além de questões pessoais e individuais, o duelo intelectual gerou desgaste da imagem de Barros. Segundo Machado (2009), essa situação culminou na indicação de Lacerda Pinto como o primeiro nome da lista tríplice para a direção da Faculdade.

Em janeiro de 1959, a *Revista Anhembi* publicou novas polêmicas em relação a Barros.

> Os membros da Congregação aqueles que possuem uma verdadeira consciência universitária, foram tranquilos confiantes nas notícias propaladas, da indicação em primeiro lugar do professor Lacerda Pinto, o nome prestigioso que todos aplaudiam para ser nomeado pelo Presidente da República e a ser prestigiado pelo próprio Homero, como este fizera correr. Os homens de bem são sempre de boa-fé. Os espertalhões sabem, aproveitar-se disso e prova esta que se ignorava, totalmente que Homero de Barros, sub-repticiamente, havia preparado os seus elementos que são numerosos na Congregação pois ele os escolhe a dedo desde há muitos anos, conforme contamos em pormenor: a cada vaga Homero procura um padre, de batina ou à paisana, para ir minando a congregação com elementos de má qualidade, como professores, mas inteiramente jungidos ao diretor que os protege e os mantém. Assim os homens de bem da Congregação foram surpreendidos com um resultado que ninguém esperava: para primeiro elemento a figurar na lista tríplice o Sr. Homero de Barros obteve, de 37 votantes, 22 votos, contra 14 dados ao professor Lacerda Pinto. [...] Os outros dois membros indicados confirmavam claramente a manobra fraudulenta de Homero de Barros, pois foram eles Francisco José Gomes e Mansur Guérios, que não passam de simples paus mandados do diretor Homero de Barros (ANHEMBI, São Paulo. v. 23, n. 98, jan, 1959 p. 326).

Nota-se o grau de acirramento da disputa, em que Barros ‘acusado de articular, de forma dissimulada, a formação de uma base de apoio dentro da Congregação, composta por professores supostamente escolhidos "a dedo". A crítica assume um tom incisivo, ao afirmar que Barros teria ocupado vagas com membros do clero ou seus simpatizantes, enfraquecendo a qualidade acadêmica em benefício de sua permanência no poder. A revista também questiona a legitimidade da votação que o colocou em primeiro lugar na lista tríplice, sugerindo manobras e manipulação do processo. Ao apontar Francisco José Gomes e Rosário Farani Mansur Guérios como "simples paus mandados", a *Anhembi* reforça sua narrativa de que a influência de Barros não era apenas forte, mas desleal aos princípios democráticos e acadêmicos.

Naquela tentativa de reeleição à direção, Wilson Martins se mostrava um forte opositor; não por concorrer diretamente, mas por buscar votos a seu aliado e, consequentemente, tirar votos de Barros. No entanto, Martins viu Barros incorporar novos aliados e se manter como diretor.

A *Revista Letras*, publicou um texto intitulado “A *Revista Anhembi* e os Achincalhes a Professores da Faculdade de Filosofia da U. Do Pr." O texto foi assinado pelo Professor Rosário Mansur Guérios, docente que compunha a lista tríplice que seria encaminhada ao Reitor da Universidade e, posteriormente, à Presidência da República. A saber, a referida revista foi idealizada por professores da FFCL/UFPR, tendo sido dirigida por Mansur Guérios, Professor de Português); Padre Coronado, Professor de Língua e Literatura Espanhola; Professor Temístocles Linhares, de Literatura Brasileira.

> É incrível que uma revista como "Anhembi", que se preza se faz praça de ser cultural, haja perdido a tramontana numa fieira de insultos os mais repugnantes e nojentos a professores de nossa Facilidade de Filosofia. Longe de discutir casos em atmosfera límpida e arejada, como convém a homens de responsabilidades, esse periódico, insana e desmedidamente "tomou assinatura" gratuita contra o Diretor da Faculdade de Filosofia e **contra os professores que, corajosamente, lhe hipotecaram solidariedade ante as diatribes, calúnias e infâmias assacadas à sua direção**, à Faculdade de Filosofia e à Universidade do Paraná (LETRAS, n. 9, 1959, p. 112-113. grifo nosso).

É significativo que o texto tenha sido publicado na *Letras*, periódico idealizado por docentes da própria Faculdade, o que reforça o caráter institucional e coletivo da resposta. A linguagem utilizada é contundente, marcada por termos como “insultos”, “repugnantes”, “nojentos”, “diatribes”,

“calúnias” e “infâmias”, o que evidencia a tentativa de desqualificar a crítica da *Anhembi*.

Ao classificar a postura da *Anhembi* como “insana e desmedida”, o artigo procura deslegitimar o periódico paulista, atribuindo-lhe intenções políticas e ataques pessoais contra a autoridade acadêmica local. Assim, a *Revista Letras* se insere no contexto da disputa não apenas como meio de expressão intelectual, mas como arena de combate simbólico, em que se definem prestígios, reputações e espaços de poder na universidade e, por extensão, no campo cultural brasileiro.

Em edições posteriores da *Revista Letras*, diversas respostas foram enviadas como forma de discordância às imputações publicadas por Duarte. Especificamente nesse trecho, Guérios é contundente na defesa de Barros e da crítica aos seus opositores, em especial ao professor Wilson Martins.

O periódico paulista foi interpretado, portanto, como uma entidade que age de maneira injusta e irresponsável, por ferir a honra e a dignidade de professores que, segundo o autor, dedicavam-se ao magistério com verdadeiro espírito de sacrifício. Nas palavras de Guérios:

> São de tal natureza as assacadilhas que já exorbitam, atingindo o terreno pessoal, ofendendo a idoneidade, a dignidade, a honra de colegas, dos que fazem a vida magisterial um verdadeiro sacerdócio. As agressões transmitidas por essa revista e também pela imprensa diária trazem, infelizmente, a indelével chancela da **covardia que é o anonimato**. Todavia, como nos sussurra aos ouvidos o ditado popular latino -"cauda de vulpe tastatur" - não é difícil delinear a sua silhueta, a fim de que os bons entendedores, aos quais meia palavra basta, entre vejam quem é esse elemento petulante e orgulhoso, soberbo, muito ambicioso e não menos supinamente vaidoso que, como locutor de uma nova emissora, irradia para "Anhembi" e imprensa expressões asquerosas, próprias da vida de sarjeta, indignas de membro de estabelecimento superior ou ocupante de cargo de não menor respeitabilidade (LETRAS, n. 9, 1959, p. 112-113).

Ao afirmar que as agressões atingem "a idoneidade, a dignidade, a honra de colegas, dos que fazem da vida magisterial um verdadeiro sacerdócio", Guérios reforça uma visão idealizada do professor universitário, associando sua função a valores éticos elevados e até mesmo espirituais. A retórica aqui é claramente moralizante, a Anhembi não seria apenas crítica, mas “profana”, ao desrespeitar figuras consideradas quase sagradas no universo universitário católico da época.

A expressão cauda de *vulpe tastatur* (parece ser uma adaptação de *Vulpis cauda palpatur*, com o sentido de “a raposa se conhece pelo rabo”) sugere que, mesmo disfarçado, o verdadeiro autor dos ataques pode ser identificado por suas ações. É uma crítica sarcástica e sofisticada, que insinua que Duarte, com sua vaidade e ambição, está por trás dos insultos, e que essa identidade não passa despercebida. Duarte é chamado de "petulante", "orgulhoso", "soberbo", "ambicioso", "vaidoso" e, mais ainda, é comparado a alguém que vive “na sarjeta”. O contraste entre esse tipo humano e a figura do professor-sacerdote constrói uma oposição binária entre civilização e barbárie, virtude e degradação, ou mesmo entre fé católica e racionalismo laico agressivo.

O uso da ironia, do latim, das referências morais e da construção de um "inimigo interno" são elementos discursivos fundamentais aqui. A retórica de Guérios busca não apenas defender, mas também envergonhar, ridicularizar e moralmente aniquilar seu oponente. Embora critique duramente Duarte, é importante notar que o ataque se dirige a conteúdos anônimos ou sem autoria claramente identificada. Essa ausência de assinatura revela um aspecto estratégico da atuação de Duarte: ao diluir sua voz no corpo editorial da revista, ele amplia sua crítica como se emanasse de uma força institucional mais ampla, e não apenas de uma figura individual. Essa estratégia conferia à *Anhembi* um caráter quase oficial de porta-voz de um campo intelectual paulista, reforçando o peso simbólico de suas acusações.

Por sua vez, Barros também operava com um repertório semelhante, valendo-se de sua posição enquanto diretor e de meios como a *Revista Letras* para construir uma rede de legitimidade institucional em sua defesa. Assim, o duelo intelectual entre Duarte e Barros extrapola o plano pessoal, assumindo ares de confronto entre projetos de universidade, campos intelectuais e visões de mundo. O anonimato, longe de ser apenas uma tática retórica, revela-se como sintoma de uma disputa por hegemonia institucional no ambiente universitário da época.

Guérios constrói a imagem de Wilson Martins como um "pseudoprofessor", cuja ascensão acadêmica teria se dado de maneira ilegítima, amparada por um concurso supostamente fraudulento, com banca formada por aliados e com estrutura que favoreceria sua aprovação.

> Vamos dar uma pincelada para se ter ideia desse doutor, pseudoprofessor, o qual não entrou para a Faculdade de Filosofia com a cabeça erguida como dá a entender o seu atrevimento.
> Da Europa, onde cursou determinada especialidade, chegou aqui feito professor de disciplina que, naquele curso, só lhe servia de meio e não de fim. Desgraçadamente, vaga a cátedra, a ádvena tomou conta da mesma, como outrora ocupava, interinamente, outra, de matéria completamente diferente. É o homem para qualquer vaga, infelizmente muito comum em nosso Brasil. Não parou aí a sua ousadia; queria garantir-se eternamente. Prestou, pois, concurso. Conseguiu, por ser muito esperto e ladino, conseguir encomendar uma banca examinadora a seu bel-prazer - cinco amigos - dos quais dois especialistas e três não especialistas, professores de disciplinas diversas, e, dentre estes, um amigalhão do peito. Embora a cátedra que ia concorrer (infelizmente foi ele o candidato único!) Compreenda duas disciplinas afins, conseguiu outra maravilha para facilitar e favorecer a sua aprovação, isto é, a organização de pontos exclusivamente de uma só das disciplinas, justamente a mais fácil, aquela que depende quase exclusivamente da memória. E o rapaz foi aprovado! (LETRAS, n. 9, 1959, p. 112-113).

A publicação de Guérios pode ser lida como parte de uma estratégia retórica mais ampla, que visava minar a legitimidade dos adversários de Barros, associando-os à falta de mérito e à corrupção dos processos institucionais. A virulência do ataque também ajuda a dimensionar a intensidade do embate político-intelectual travado naqueles anos, em que trajetórias acadêmicas tornavam-se alvos de disputa por prestígio, poder simbólico e capital institucional.

Em outra passagem, Guérios sugeriu que a tese de Martins foi escrita com a ajuda de terceiros e que seu desempenho em sala de aula era insatisfatório. Essa série de críticas tem como objetivo desacreditar a legitimidade de Martins como opositor de Barros, ao passo que insinua que sua posição contra a direção da Faculdade seria motivada por interesses pessoais e não por princípios acadêmicos.

> Diz-se, à boca pequena, que a tese apresentada foi feita em colaboração com uma conhecida e ilustre personagem do nosso ensino secundário, por isto, agora, vota-lhe ódio descomunal. É claro que na prova de títulos só apresentou documentos estranhos à matéria, e é sintomático que os livros que até agora deram à luz, são de outra natureza. Em vista de tudo isto, não é para admirar as batatadas (com perdão do modismo popular) que tem soltado em suas aulas e que tem sido muito comentadas no meio dos alunos, os temíveis juízes do magistério. Há outras facetas de sua vida professoral que serão focalizadas em outra oportunidade e que indicarão como é daninho esse "*enfant terrible*"! Quem diz o que quer! (LETRAS, n. 9, 1959, p. 112-113)

A acusação de que os títulos apresentados por ele eram “estranhos à matéria” da cátedra, associada ao comentário de que seus livros tratavam de assuntos distintos, serve para reforçar a ideia de ilegitimidade acadêmica e falta de preparo técnico. Além disso, o autor apela para a linguagem coloquial ("batatadas", "*enfant terrible*") e para o senso comum (“temíveis juízes do magistério”) para validar suas críticas. Essa mobilização retórica do “julgamento popular” amplia o tom de escárnio, deslegitimando a autoridade do professor não só no âmbito institucional, mas também no espaço simbólico da sala de aula.
A promessa de revelar “outras facetas” compromete ainda mais a reputação do alvo, deixando em aberto novas possíveis acusações, como forma de manter a tensão e o suspense. Em suma, o trecho é exemplar de uma guerra discursiva em que as fronteiras entre o debate acadêmico e o ataque pessoal são deliberadamente borradas. A *Revista Letras* atua como veículo institucional para sustentar e ampliar a posição dos aliados de Barros, espelhando o uso que Duarte fazia da *Revista Anhembi* em direção oposta.

3.5 ENTRE CONFLITOS E CAPITAIS: A DOMINAÇÃO SIMBÓLICA DE BARROS NO CAMPO EDUCACIONAL

> Que anda fazendo Homero, o beato na direção da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná? (ANHEMBI. n. 14, maio, 1960, p. 556).

O espaço acadêmico, por vezes era composto por hostilidades, interesses, reiteradas acusações e defesas que tomavam os veículos de imprensa revelando uma discussão de âmbito nacional que há décadas se apresentava efervescente, desde a construção de projetos de Universidade na capital paranaense.

O discurso proferido em aula inaugural, por Wilson Martins[45] em 1951, intitulado “A revolta contra a inteligência e a missão da universidade”, contido

[45] Wilson Martins nasceu na Cidade de São Paulo em 1921; em 1930 chegou em Curitiba onde faleceu em 2010. Formado em Direito, em 1943, pela Faculdade de Direito do Paraná e Doutor em letras, em 1952, pela Universidade Federal do Paraná. Foi professor da Cadeira de língua e literatura francesa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade do Paraná, entre 1951 e 1962, período no qual pudemos notar alguns de seus embates contra o projeto dos Católicos. A carreira de crítico literário de Martins, teve início em 1942, no jornal *O Dia* e se estendeu a outros jornais como *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Gazeta do Povo*, etc. Em 1946, publicou *Interpretações*, contendo uma seleção de sua atividade crítica. A carreira de Crítico

no Anuário da UFPR, dava o tom da ambiência, por vezes hostil, que pairava sobre a FCCL/UFPR. Ao mesmo tempo em que o discurso demonstra a legitimação das divergências como parte integrante do ambiente acadêmico, apresenta o início da década de 1950 como de intensos acaloramentos, seja no campo acadêmico, nos projetos educacionais, entre outras questões de cunho político, social, econômico, no debate público.

Mais especificamente sobre a não concordância ao que se chamou de "humanismo integral" defendido pelos intelectuais católicos que dominavam/administravam a ideologia vigente, na FFCL/UFPR, lemos as seguintes palavras de Martins:

> [...] se me pedissem para definir este momento da vida brasileira, eu não hesitaria, conhecendo, embora, o perigo de tais apanhados resumidores, em dizer que ele se caracteriza, antes de mais nada, pela revolta contra a inteligência. [...] é indispensável, porém, que nós outros, a quem parece ter cabido por uma inquietante escolha do destino a missão de ser os últimos defensores da inteligência, de ser aquela voz solitária que clama no deserto. [...] é preciso que nós outros, professores e alunos da Universidade, meditemos sobre os aspectos desse mal que nos corrói, na pesquisa ansiosa de um remédio que talvez não exista [...] (ANUÁRIO, UFPR, 1951, p. 67-68)

O discurso parecia se aproximar muito mais dos ideais defendidos pelos "Reformadores", que foram liderados principalmente por Fernando de Azevedo, ainda que este não seja citado de forma explícita. Sua percepção crítica sobre a intelectualidade no Brasil, particularmente no que se refere ao ambiente acadêmico, parecia uma "revolta contra a inteligência". Naquele contexto, ele sugere haver um movimento de retrocesso cultural que compromete não apenas os padrões de pensamento da sociedade, mas também a própria essência da universidade enquanto espaço de produção do conhecimento.

A influência da cosmovisão católica como um elemento estruturante, especialmente sob a gestão de Barros foi um fator que animou as premissas de Martins, a mostrar que, ainda que a Igreja se sobressaísse na execução de suas influências, no meio acadêmico, havia intelectuais que promoviam debates, e dissonâncias no campo. A referência à deterioração dos "padrões normais de pensamento do homem médio" e à "ameaça à razão de existir da Universidade"

Literário ficou mais evidente em 1952, com o título de Doutor em Letras, somado ao prêmio do Departamento de Cultura de São Paulo, que publicou a obra "A crítica literária no Brasil".

apresenta-se como uma contestação direta à hegemonia católica no ensino superior. Para Martins, a universidade deveria ser um espaço de debate e livre pensamento.

Além disso, ao afirmar que ele e seus pares foram designados pelo destino como “os últimos defensores da inteligência”, se posiciona como um dos expoentes de uma resistência intelectual contra essa onda de irracionalidade que ele percebe na sociedade e na própria academia. Essa visão sugere uma “autopercepção heroica” dos intelectuais laicos, que se viam como uma voz solitária ou de um grupo com armas mais frágeis naquele contexto, num ambiente tomado por forças que, segundo a perspectiva de Martins, desvalorizavam o pensamento crítico e a razão.

A menção à “pesquisa ansiosa de um remédio que talvez não exista” carrega um tom pessimista e resignado, como se o avanço das forças que ele critica fosse irreversível. Essa postura reforça a ideia de que havia, dentro da FFCL/UFPR, um embate entre concepções distintas de Universidade; em que, de um lado, uma universidade alinhada aos princípios católicos e voltada à formação moral e espiritual dos alunos; de outro, uma universidade laica e humanista, que priorizava o pensamento crítico e a autonomia do saber científico.

Em nossa ótica, o discurso deve ser lido como um “manifesto” contra a dominação da cosmovisão católica sobre no campo acadêmico, em um período em que as disputas entre intelectuais laicos e religiosos ainda estavam evidentes.

Um ponto importante da nossa análise sobre as contendas no espaço acadêmico, é que, logo nos primeiros ataques à Barros feitos pela *Revista Anhembi*, o Diretor tratou de reunir o corpo docente para redigir pareceres em defesa às publicações desabonadoras. A reação rápida e articulada de Barros, demonstrou capacidade de mobilização e um controle estratégico sobre a estrutura acadêmica, garantindo que a narrativa institucional se alinhasse à sua defesa. Nota-se, ainda, que essa ação sugere uma coesão interna entre o grupo católico, indicando que sua autoridade não era meramente formal, mas também efetiva e amplamente respaldada dentro do grupo.

Segundo Westphalen (1988), entre os docentes, apenas Wilson Martins se mostrou concordante aos escritos da revista *Anhembi*. Em 1957, “em reunião de 8 de fevereiro [...] o Professor Wilson Martins obteve um ano de licença para a realização de estágio na França” (WESTPHALEN, 1988, p. 41).

A mobilização exitosa em estruturar uma resposta institucional reforça a ideia de que Barros não apenas exercia poder administrativo, mas também conseguia controlar a circulação do discurso acadêmico, impedindo que críticas externas enfraquecessem sua posição. A rapidez com que coordenou essa reação mostra sua importância estratégica, pois, ao invés de ignorar as acusações, utilizou o próprio corpo docente como instrumento para legitimar sua gestão e neutralizar as críticas da *Anhembi.* Esse episódio também permite inferir que ele contava com aliados dentro da faculdade, consolidando um modelo de gestão centralizador, sustentado por um grupo que compartilhava sua visão educacional e ideológica.

A centralidade nos ataques sugere que ele exercia um papel de “escudo” dentro da Universidade, servindo como um intermediário entre as disputas acadêmicas e os interesses mais amplos da Igreja e do poder político. A *Anhembi* atacava sua gestão como um símbolo da influência clerical no ensino superior, mas, ao fazê-lo, acabava por desviar o foco de outros agentes igualmente comprometidos com esse projeto, como o então reitor Flávio Suplicy de Lacerda. Nesse sentido, entendemos a atuação de Barros como uma “barreira protetora”, garantindo que as críticas externas recaíssem sobre ele, enquanto outros aliados permaneceram relativamente resguardados na condução de uma agenda educacional alinhada aos valores católicos.

A entrevista concedida por Barros ao *Diário do Paraná*, em setembro de 1958, revela sua estratégia para responder às acusações de censura e autoritarismo. Diante das críticas que o apontavam como responsável pela retirada de obras consideradas “incompatíveis” com os princípios do ideário católico, ele fez uso da imprensa para reafirmar sua posição e negar qualquer proibição de leituras dentro da instituição.

> Valho-me desta entrevista – disse-nos o Prof Homero de Barros encerrando suas declarações – para convidar o DIÁRIO DO PARANÁ, como a Diretoria da União Brasileira de Escritores, os órgãos de imprensa, os intelectuais e quaisquer interessados no assunto, a visitarem a biblioteca e demais dependências da Faculdade a fim de

> se integrarem da realidade em face de críticas injustas (DIÁRIO DO PARANÁ, sáb. 06 de set. de 1958).

Ao convidar o próprio jornal *Diário do Paraná* a União Brasileira de Escritores, órgãos de imprensa e intelectuais para visitarem a biblioteca e verificarem a realidade da situação, ele tenta construir uma narrativa de transparência e abertura, contrastando com a imagem de “gestor autoritário” que seus opositores, especialmente o periódico paulista, tentavam consolidar. Nota-se que esse gesto, mais que um esforço de defesa, é uma como uma estratégia discursiva para deslegitimar as acusações que vinham sendo feitas contra ele, sugerindo que seus críticos estavam promovendo "críticas injustas" sem embasamento concreto e, portanto, deslocadas da realidade.

> A propósito desse assunto, foi a reportagem do Diário do Paraná informada que a Congregação da Faculdade de Filosofia reunida em assembleia na quarta-feira, aprovou por unanimidade, votos de confiança e solidariedade ao prof Homero B. de Barros, propostas pelos professores Beckert e Lacerda Pinto (DIÁRIO DO PARANÁ, sáb. 06 de set. de 1958).

A menção à aprovação unânime de votos de confiança e solidariedade a Barros pela Congregação da Faculdade de Filosofia, com apoio direto dos professores Beckert e Lacerda Pinto, entre outros, revela que ele não estava isolado dentro da instituição. Pelo contrário, a nota sugere que sua gestão contava com respaldo institucional, enfraquecendo os argumentos de arbitrariedade e unilateralidade.

Articulando a defesa de sua gestão em diferentes frentes, utilizando tanto a imprensa como veículo de resposta pública quanto o apoio interno da Congregação da Faculdade para reafirmar sua autoridade. Mais uma vez, a controvérsia em torno da suposta censura de livros insere-se, assim, em um embate maior entre projetos educacionais divergentes: a defesa de uma universidade laica e plural e a visão de um ensino moralmente orientado e alinhado aos princípios católicos.

Na edição do dia seguinte ao relato de Barros, em 07 de setembro de 1958, o jornal *Diário do Paraná* publicou um relato do Professor Wilson Martins, Catedrático de Língua e Literatura Francesa. Na sessão “Cartas a Direção”, Martins refletiu as declarações de Barros e rebateu de forma um tanto quanto polêmica as afirmativas do Diretor da FFCL/UFPR.

> Curitiba, setembro 6, 1958. Prezado amigo Sr. Adherbal Stresser. Sob o título “Não é verdade que a Biblioteca da Faculdade tenha sofrido um expurgo”. Leio, na edição de hoje do conceituado matutino que o amigo com tanto brilho dirige que uma reportagem teria sido informada de que “a Congregação da Faculdade de Filosofia reunida em Assembleia, na quarta-feira, aprovou por unanimidade, votos de confiança e solidariedade ao Prof Homero B. de Barros proposta pelos professores Beckert e Lacerda Pinto (DIÁRIO DO PARANÁ. dom. 07 de set, 1958).

O relato de Wilson Martins, representa uma contestação direta às declarações de Barros sobre a suposta inexistência de censura. O tom adotado refuta a versão oficial apresentada por Barros, como também expõe possíveis contradições na condução do episódio, especialmente no que diz respeito à suposta “aprovação unânime de votos de confiança” a Barros por parte da Congregação da Faculdade. De maneira objetiva e incisiva, Martins rebateu a narrativa publicada no dia anterior,

> Esta informação não exprime a verdade. A menção a que se refere a notícia foi efetivamente apresentada por aqueles ilustres professores da Faculdade de Filosofia, no decorrer da reunião, mas não foi posta nem em discussão, nem em votação, razão pela qual não aprovada e, muito menos por unanimidade (DIÁRIO DO PARANÁ. dom. 07 de set, 1958).

Ao trazer a questão à imprensa, Martins corrige o que considera uma inverdade e amplifica o debate público sobre a condução da FFCL/UFPR, transformando o debate em tema de interesse coletivo; criando um ponto de ruptura na narrativa oficial e, amo mesmo tempo, reforça a polarização existente dentro do campo acadêmico. A questão que se impõe, a partir desse episódio, é se a gestão de Barros de fato contava com um apoio institucional sólido ou se sua autoridade era sustentada por articulações internas e pela manipulação discursiva da opinião pública. Dessa forma, o embate entre Barros e Martins não era apenas uma disputa pessoal, mas um reflexo das tensões ideológicas que permeavam a Universidade do Paraná naquele período, especificamente a Faculdade de Filosofia.

Notamos que a imprensa era instrumento de divulgação das ideias elaboradas pelos intelectuais, cada qual com seu capital, com a sua influência e com seus interesses. Tratava-se de um espaço restrito, que não era para qualquer pessoa, qualquer cidadão, mas sim, aqueles munidos de influências, que atuavam de modo mais rotineiro na conversação pública. Ao final de sua explanação, Martins salientou: “solicitando-lhe a publicação da presente para

melhor esclarecimento dos seus leitores, tenho o prazer de enviar-lhe um abraço muito cordial" (DIÁRIO DO PARANÁ. dom. 07 de set, 1958, p. 4).

As ideias divergentes no interior na FFCL embora já fossem assunto público, cujas disputas e embates intelectuais estivessem ocorrendo desde a gênese da Universidade, conforme os espaços de poder iam sendo ocupados e os ideários institucionais ganhando forma, as ações dos grupos antagônicos e/ou diferentes iam se manifestando. O texto de Martins endereçado ao jornal *Diário do Paraná* destaca a ausência de sintonia, nos interesses, nos procedimentos e nos ideais.

Campos (2012) oferece uma chave interpretativa fundamental para entender a dimensão ideológica do conflito entre os diferentes grupos intelectuais. Ao afirmar que a presença de Martins representava outra tradição teórica e ideológica, o autor nos ajuda a ver que o embate não se reduzia a uma disputa pessoal ou meramente administrativa, mas refletia projetos distintos de universidade, conhecimento e sociedade.

> As ideias de Wilson Martins estavam de acordo com a voz da intelectualidade paranaense ligada ao ensino superior, ao postular a necessidade de constituir o que se denomina genericamente de espírito universitário. No entanto, a compreensão de Martins a respeito do que seria o espírito universitário diferenciava-se do entendimento do grupo católico. Sendo assim, distanciava-se da posição predominante na UP, pois naquele momento os católicos tinham presença marcante nos principais espaços de decisão da Universidade (CAMPOS, 2012, p. 119).

Enquanto Barros encarnava uma visão marcada pela influência da filosofia religiosa católica, vinculada à doutrina, à hierarquia e à autoridade moral, Martins representava um contraponto mais secular, moderno e, em alguma medida, liberal. Essa oposição se materializava, por exemplo, nas distintas concepções de "espírito universitário": para Barros e seu grupo, esse espírito estava ancorado numa ordem moral e espiritual herdada da tradição católica; já para Martins, ele se associava à liberdade de pensamento, ao pluralismo e à autonomia científica.

O fato de Martins estar em minoria em termos institucionais, torna mais compreensível a virulência com que seus adversários o atacavam. Sua presença funcionava como uma fissura num edifício hegemonicamente católico, colocando em xeque a uniformidade ideológica da instituição. Em última instância, ênfase

da *Revista Letras* contra ele, pode ser lida como uma tentativa de expulsar essa alteridade incômoda ou, ao menos, de deslegitimá-la publicamente.

A *Revista Letras* publicou uma longa carta escrita por três componentes da banca examinadora do concurso para a disciplina de Língua e Literatura Francesa, a qual foi enviada para a FFCL e lida em sessão da Congregação em 18 de junho de 1959. O teor da carta estava relacionado ao protesto dos seguintes professores: Manoel Lacerda Pinto, Eloy da Cunha Costa e Temístocles Linhares. É possível observarmos a dimensão do conflito, dos embates que eram constantemente travados, repetidos por veículos de imprensa, numa acalorada e intensa sistemática de delações, alegações e querelas que pareciam intermináveis. O Prof. Des. Manoel Lacerda Pinto, numa das sessões da Congregação, “verberou essa campanha difamatória, mas o autor intelectual poupou-o, não lhe tirando sequer um apodo". Qual a razão do proceder? Fácil é a resposta! ” (LETRAS, 1959, p.169).

> [...] Agredido nominalmente e por uma revista de cultura exposta em nossa biblioteca e manuseada com mais frequência nestes últimos tempos, e ante referências e solicitações de vários meus alunos dos cursos de letras que se inteirar do sórdido conteúdo, fui obrigado de usar Letras, revista de Cultura, órgão oficial dos cursos de Letras da nossa Faculdade, como meio mais apto e adequado para a defesa que se fazia mister, para denunciar o colega que teve a grande glória, de lançar a cizânia entre os professores da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, os quais, apesar de haverem sido de várias correntes filosóficas, políticas e religiosas, labutavam, desde sua fundação, em harmonia digna de exemplo (LETRAS, 1959, p.170).

De modo enfático a *Revista Letras* mostrou, aos leitores, a união e a homogeneidade do grupo; a revista qualificou os ataques à Barros como “raiva insana”, “ódio”, e reforçou que os ataques não foram apenas contra Barros, mas “todos aqueles que se postaram a seu favor”.

> A Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, a sua Congregação, o seu CTA, o Diretor e professores foram desbragadamente atacados, insultados e injuriados pelo mensário paulista Anhembi, em cujas assacadilhas se descobriu facilmente o autor intelectual, que é membro da mesma Faculdade [...] O catedrático de Língua e Literatura Francesa – o Dr. Wilson Martins – Não tem cultura filológica de Francês, já não digo de filologia Românica, falo tão só de cultura filológica de Francês, indispensável para as disciplinas que rege numa Universidade! Não sou quem o diz, mas franqueza estranha e singular, ele próprio foi quem me confessou, a mim, de viva voz, mais uma vez, dentro e fora da Faculdade, quando éramos amigos, é verdade, não o disse exatamente com essas palavras, porém exatamente com essa tradução! (LETRAS, 1959, p. 169-170).

Além de refutar as acusações feitas *Anhembi* contra a administração da faculdade, a carta lança suspeitas sobre a competência de Martins para ocupar sua cátedra, insinuando que sua nomeação e trajetória acadêmica possuíam fragilidades. Mesmo sendo o epicentro das disputas entre laicos e católicos, Barros não era o único elemento em jogo: as divergências acadêmicas e políticas se estendiam para além da sua figura.

O trecho sugere que Martins, anteriormente amigo de alguns signatários da carta, tornou-se alvo de ataques devido à sua postura crítica contra Barros e o modelo de ensino adotado na FFCL/UFPR. Seu nome é citado de forma desconstrutiva, com insinuações sobre sua falta de preparo filológico para a disciplina que lecionava. A carta chega a afirmar que o próprio Martins teria confessado sua falta de conhecimento especializado em Filologia Francesa, reduzindo seu diploma da Escola Normal de Paris a um título de Crítica Literária, sem o peso necessário para justificar sua posição na universidade.

> [...] Quanto à banca examinadora de Língua e Literatura Francesa, se é verdade que eu errei por omissão, não protestando, em tempo oportuno, contra a sua composição, isso e todas as formalidades legais não apagarão nem impedirão que se lhe reconheça e divulgue o vício mormente quando eu e colegas temos sido provocados com aqueles doestos. Quem tem telhado de vidro [...] Aquilo que alegam os signatários do protesto – Temístocles Linhares e Elói da Cunha Costa – que —a banca deu preferência aos [pontos] de literatura, por se tratar disciplina cuja essência é literatural, eu pergunto – que disciplina é essa cuja essência é literatura? A cátedra em questão abrange, sim, duas disciplinas e duas disciplinas em pé de igualdade. A lei não lhe faz distinção hierárquica. O diploma da Escola Normal de Paris, um dos documentos que ostentou a banca, é de Crítica Literária ou coisa simile, apresentável, sim, como título para concurso, mas para qualquer literatura - francesa, portuguesa ou chinesa! Alegar que - o melhor título que era possível exibir na ocasião: o de professor contratado da cadeira na Faculdade antes de sua federalização é, sim, título de ocasião, como poderia ter sido História do Brasil que ele na Faculdade lecionou como substituto. Estivesse vaga nessa cátedra! (LETRAS, 1959, p. 169-170).

O ataque à sua formação e trajetória acadêmica sugere que as disputas dentro da universidade não eram apenas ideológicas, mas também profissionais e institucionais, com diferentes grupos buscando consolidar seu espaço. Os signatários contestaram, também, que Martins possuía títulos relevantes para a cátedra, sugerindo que suas publicações não eram específicas para a área de Língua e Literatura Francesa. Nota-se um cenário de disputa interna pelo prestígio acadêmico, indicando que as tensões não se limitavam ao campo

ideológico, mas também envolviam questionamentos sobre legitimidade e reconhecimento profissional.

> Embora tenha publicado obras, até agora, desde 1953, data do seu concurso, o Dr. Wilson Martins não escreveu sequer uma que tratasse de Língua Francesa ou Literatura Francesa. As que publicou, são de outra natureza, e, por isto, não trazem no frontispício – Catedrático de Língua e Literatura Francesa da U Do Pr.- mas tão só – da Universidade do Paraná (LETRAS, 1959, p.170).

A *Revista Letras*, ao publicar a carta, assume um papel de órgão institucional em defesa dos professores alinhados à administração da FFCL. Enquanto a *Revista Anhembi*, atacava a influência católica e o modelo de gestão da faculdade, a *Letras* servia como um canal para os aliados de Barros se manifestarem publicamente. A utilização da revista acadêmica como espaço para resposta também demonstra uma tentativa de legitimar o discurso de defesa, dando-lhe um tom mais formal e institucional. Além disso, o uso da *Letras* como plataforma de defesa evidencia que os embates acadêmicos não se limitavam às salas de aula ou reuniões da Congregação, mas se manifestavam também na produção e circulação de discursos em diferentes veículos de comunicação.

Duarte, se mostrava incansável, ao ficar atento às minúcias relacionadas à “administração católica”. Apontava Barros como “favorecedor de amigos” no espaço acadêmico. Se por um lado ele era acusado de “facilitador do ingresso de amigos”, para o exercício da atividade docente, por outro, dificultava quando não impedia o recrutamento de professores que não pertencessem à religião Católica. Desse modo, era apontado reiteradamente, pela *Revista Anhembi,* como praticante de “discriminação ideológica”.

Ao retomar questionamentos referentes à reeleição de Barros, a *Anhembi* publicou, em janeiro de 1959 uma matéria com o seguinte título: "Coveiros de Universidades". A mensagem carregada de ironia e significados desdenhosos apresentava as ações de Barros como sendo embusteira e ardilosa; dando a entender o quanto a sua *rede de sociabilidades*, teriam sido fundamentais para o sucesso de seus planos e projetos, especialmente a permanência no cargo. Mais que uma pessoa ambiciosa, o periódico ainda entendia como danosa a reafirmação de um ideário religioso que insistia em se perpetuar na posição de autoridade.

Em janeiro[46] de 1959 Duarte enviou uma carta endereçada ao Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, exigindo um conjunto de providências ao que ele julgava como inconformidades. As críticas se estendiam à revista clerical *Vozes*.

> [...] a Universidade do Paraná é um instituto oficial leigo, nada tem a ver com a religião ou com as religiões, possui um patrimônio que está sob a guarda das administrações às quais o governo federal confiou esse acervo e uma vez ele atingido pela má fé, pela desonestidade, é evidente, deve o responsável responder a processo especial em que se prove o crime e culmine a punição. O Sr. Homero de Barros foi denunciado por mim, através de informações positivas e fatos irrefutáveis, e o Conselho Universitário, baseando-se em desculpas que não satisfaziam ao mais ingênuo dos homens, dadas pelo criminoso, tem fugido até agora a esse dever desagradável, mas inevitável de procurar esclarecer os fatos a fim de que recaia sobre o culpado a pena que faz jus. Assim, diante da simples declaração do acusado que afirma haver devolvido a coleção de ANHEMBI, tudo se deu por encerrado, como se não continuasse pairando no ambiente universitário as gravíssimas acusações de haver mutilado ou tentado mutilar o patrimônio da Faculdade de Filosofia e chegado ao atrevimento de violar correspondência dirigida ao Reitor. De fato, dos números que foram sonegados à Biblioteca constam: críticas ao Bispo de Bragança por proibir o uso de calças compridas pelas mulheres, embora em desacordo com as instruções emanadas de próprio papa (julho de 1954); reflexões sobre o verdadeiro conceito de democracia, de Alvarez Del Vayo, Ministro de Exterior da República Espanhola (agosto de 1954); artigos contra o clericalismo na Espanha de Franco e em Portugal de Salazar (diversos números do segundo semestre de 1955); inquérito feito por Anhembi, publicado sob o título Tambaú, cidade dos milagres, pelo qual ficou provado a paranoia mística do padre Donizzeti (agosto, setembro, outubro de 1955); artigos de crítica, Brasil, país católico (agosto e outubro de 1955); Congresso Eucarístico (setembro de 1955); Decadência da LEC (novembro de 1955); necrológio de Ortega Y Gasset, onde Franco é veemente atacado (dezembro de 1955); artigo de Anísio Teixeira, sobre o ensino e nota de crítica - Torres da Cedra (junho de 1956); artigos sobre intolerância religiosa na Espanha e contra a pena de morte que é defendida pelo clero brasileiro (julho de 1956); críticas ao concurso realizado na Faculdade de Filosofia do Paraná (setembro de 1956); críticas às autoridades religiosas de S. Paulo por terem permitido que Ademar de Barros realizasse um comício na nave da Catedral metropolitana (novembro e dezembro de 1956); vários artigos de crítica à intolerância religiosa na Península Ibérica, sobre o ensino religioso nas escolas e sobre maus universitários (janeiro a abril de 1957); as a favor do divórcio sobre a desumanidade da Igreja para com os filhos naturais e adulterinos, sobre o ensino religioso e contra a pena de morte (abril de 1957); críticas ai fascismo português e espanhol e críticas à revista clerical Vozes (maio-junho de 1957); nota sobre a Hyléia Amazônica, que, defendida por Osservatore Romano, foi defendida por alguns Bispos brasileiros; tópico Vozes e Anísio Teixeira (julho de 1957); comentário à frase de Carlos Lacerda: uma missa sacrílega (agosto de1957); Não mataras, novos comentários contra a pena de morte (Outubro a dezembro de 1957); defesa da instalação de fornos crematórios em S. Paulo e no Rio (janeiro de 1958); comentários ao

[46] Ainda que a carta de Duarte para o Reitor Flávio Suplicy de Lacerda tenha sido remetida em janeiro, seria publicada pela *Revista Anhembi*, em março daquele ano de 1959.

> caso do Bispo de Prato condenado na Itália por difamação (abril de 1958); nota sobre Peyrefitte e o Vaticano (maio de 1958); várias notas de solidariedade a Anísio Teixeira que os bispos gaúchos pretenderam afastar do INEP (maio a julho de 1958); notas sobre o expurgo da biblioteca da Universidade do Paraná (agosto de 1958 a janeiro de 1959) (ANHEMBI. São Paulo, n.100, mar. 1959, p, 200-201).

Esperava-se de Flávio Suplicy de Lacerda, enquanto Reitor da Universidade Federal do Paraná, uma postura mais neutra em relação a Barros; de modo que fosse acatada as denúncias, compreendida o teor da carta e que aquela luta ideológica entre Católicos e Liberais colocasse essa segunda corrente em posição de vantagem por se tratar de um ambiente acadêmico e de produção e proliferação do saber científico. Outro fator relevante que se devia levar em conta era a força da publicidade dos eventos, bem como a repercussão das enunciações e dos escritos, com isso, na condição de Reitor, Lacerda se viu numa espécie de encruzilhada, tendo que dar alguma satisfação esclarecedora diante do apregoamento das narrativas, uma vez que os incidentes foram tornados públicos.

A crítica à postura do reitor aponta para uma alegada omissão institucional diante das denúncias. Esperava-se de Lacerda uma atitude de neutralidade ativa, ou seja, uma investigação rigorosa e isenta, que, segundo Duarte, não ocorreu. Esse ponto é fundamental para compreender como as disputas internas da universidade também são atravessadas por jogos de poder, lealdades políticas e alinhamentos ideológicos. A ausência de uma resposta institucional eficaz reforça a denúncia de que o ambiente universitário estava corrompido pelas práticas de favorecimento religioso.

A interferência clerical nos assuntos acadêmicos era vista como um entrave ao desenvolvimento científico e à liberdade de pensamento. Assim, a Universidade representava um território de disputa simbólica e política. Duarte não está apenas denunciando irregularidades administrativas ou éticas. Está questionando o próprio *ethos* institucional da universidade pública, que, segundo ele, deveria estar comprometida com uma postura laica, racional e democrática.

A denúncia expurgo da *Revista Anhembi* ganha densidade ao elencar os conteúdos censurados ou suprimidos da biblioteca, especialmente aqueles que criticavam o clericalismo, o franquismo, o salazarismo e defendiam pautas laicas, como o divórcio e a liberdade religiosa. Essa enumeração detalhada, que ocupa

grande parte da carta, tem dupla função: por um lado, é uma tentativa de provar, por meio de um inventário minucioso, que a censura ocorreu por motivação ideológica; por outro, pretende mostrar ao leitor (e ao reitor) que o material suprimido era parte integrante do debate público e da formação crítica universitária, o que reforça o caráter antidemocrático e autoritário da supressão.

O Conselho Universitário autorizou a instauração de um processo administrativo, no início de 1959, de modo a apurar as reiteradas exposições de excentricidades por Duarte e também Temístocles Linhares que, em 10 de janeiro daquele ano, anunciou em artigo publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo* intitulado “Intolerância e Fanatismo”, referindo-se ao problema da Cristianização do Ensino Universitário e a liderança permanente e obstinada de Barros.

Campos (2012) destacou aspectos da trajetória de Lacerda, que, em certa medida favoreciam ou colaboraram para a manutenção do cargo de Barros, ou mesmo a concretização do êxito em seus embates, especialmente por características que convergem para seus ideais.

> A trajetória de Flávio S. de Lacerda marca a forte presença da tradição católica na UP. Ele foi professor da Faculdade de Engenharia e da FFCL e reitor da universidade por 19 anos; coordenou o processo de federalização da UP; pertencia ao grupo católico, pois desde os anos de 1930, passou a ser integrante do CEB. A rigor, Flávio de Lacerda institucionalizou o discurso católico como discurso da universidade. Ele criticava o liberalismo, bem como as doutrinas autoritárias manifestadas nos fascismos e no stalinismo. Nesse sentido, é possível situar esse autor no interior da democracia cristã propugnada por Jacques Maritain e defendida por Alceu Amoroso Lima. De modo geral, nos anos de 1950 havia forte desprezo pelo autoritarismo, pois o fascismo foi considerado a expressão da Segunda Guerra Mundial. Além disso, o pensamento católico identificava o stalinismo como uma ameaça à cultura da paz (CAMPOS, 2012, p. 120).

A passagem destaca o papel de Lacerda na consolidação do discurso católico na Universidade do Paraná enfatizando sua trajetória acadêmica e administrativa. Sua atuação na federalização da UP e sua vinculação ao CEB evidenciam a forte influência do pensamento católico no meio universitário.

O texto sugere que Lacerda institucionalizou esse discurso na universidade, alinhando-se à tradição da democracia cristã, associada a Jacques Maritain e Alceu Amoroso Lima. Essa vertente buscava um meio-termo entre o liberalismo e os regimes totalitários do século XX, rechaçando tanto o fascismo quanto o stalinismo. Isso reflete o contexto da década de 1950, em que o

pensamento católico se posicionava contra autoritarismos, percebendo o comunismo soviético como uma ameaça à cultura ocidental e à paz.

No entanto, a passagem poderia ser aprofundada ao discutir possíveis contradições ou ambiguidades na postura de Lacerda. Por exemplo, sua crítica ao liberalismo poderia indicar uma tensão entre sua concepção de universidade e os rumos da educação superior no Brasil. Além disso, sua atuação política posterior, como Ministro da Educação no governo Castelo Branco, durante a ditadura militar, poderia sugerir uma reinterpretação de sua rejeição ao autoritarismo. Assim, a análise poderia problematizar até que ponto sua posição refletia uma defesa coerente da democracia cristã ou se houve inflexões ao longo do tempo.

Segundo o próprio Lacerda, a Universidade dita Liberal:

> [...] só conhecia como ideal um universalismo cientificista e tecnicista, pleno de falsos desígnios, que se manifestou, por isso mesmo, incapaz de tranquilizar o homem, antes o submeteu a este desespero em que ainda nos debatemos, entre mitos e filosofias inoperantes que caracterizam os últimos alentos de uma era morta (ANUÁRIO, UP, 1949, p. 64-65).

A crítica de Flávio Suplicy de Lacerda à chamada "universidade liberal" revela sua rejeição ao modelo de ensino superior baseado no universalismo cientificista e tecnicista. Para ele, esse modelo se mostrou incapaz de oferecer respostas às inquietações humanas e, em vez de proporcionar progresso intelectual e social, teria levado a um estado de desespero e incerteza, marcado por "mitos e filosofias inoperantes".

Essa visão reflete um posicionamento crítico em relação ao positivismo e ao racionalismo extremo, que dominaram boa parte do pensamento universitário ocidental até o início do século XX. Lacerda parece se opor a uma concepção de universidade exclusivamente voltada à especialização técnica e ao avanço da ciência dissociada de valores humanistas e éticos. Sua menção aos "últimos alentos de uma era morta" sugere uma crença na necessidade de renovação do ensino superior, talvez em direção a um modelo mais orgânico e integrador, em que a formação humanística tivesse um papel mais central.

A partir das declarações de Lacerda, podemos concordar que, enquanto reitor da Universidade, apresentou certa resistência ao liberalismo e as características inerentes a tais ideias no espaço acadêmico. Tais convergências

de pensamentos e representações fortaleceram Barros em seus desígnios, cujos propósitos apresentavam desfechos convenientes.

A *Revista Anhembi* questionou reiteradamente a beneficência e o amparo do Conselho Universitário, da Congregação de Docentes do Departamento e mesmo do Reitor, diante de sucessivas denúncias e acusações a Barros. Para Duarte, a explicação para a sua força política, bem como a sua continuidade na Direção, se devia, entre outros fatores, "ao apoio de Dom Helder Câmara, do vice-presidente João Goulart e do senador de Souza Naves" (ANHEMBI. a. 09, n. 104. vol. 35, jul, 1959, p.331-341).

Ainda que, com características e condicionantes locais, é importante apontarmos para o cenário nacional, em que a igreja dependia de esforço em atuar como protagonista nos níveis de ensino. No caso do Paraná, o Laicato Católico materializou condições para implantar, fortalecer e manter o ideário católico atrelado à Educação e à formação espiritual no âmbito acadêmico.

A administração de Barros e o projeto de Catolicização do ensino Universitário, inquietava os adeptos de um ensino dito liberal. A dominação e influência da Igreja em espaços considerados laicos traziam à tona descontentamentos explicitados pela circulação de textos, revistas, periódicos, que se apresentavam como alternativa para as enunciações e para o alcance das pessoas que não conheceriam as minúcias dos debates de outra forma.

Na edição de junho de 1959 a *Revista Anhembi* publicou o seguinte:

> E nós outros, que faremos, em que ficamos? Nós outros fazemos o papel de bobos, denunciando crimes, apontando irregularidades, clamando pela moralização do ensino, profligando desonestidades materiais e morais, acreditando em certos valores que, afinal, definem não somente a civilização ocidental, [...] sobretudo, a civilização intelectual (ANHEMBI. a. 09, n.104, vol. 35, jul, 1959, p. 331-341).

O aparente sentimento de impotência diante das reclamações, pode explicitar, mais uma vez, a força da articulação de Barros que, tanto se mantinha como Diretor, como mantinha as mesmas estratégias em suas atividades ritualísticas, inclusive ampliando seus domínios para o *campo* político.

> A vitória do PTB e do clericalismo [...] no ambiente moral em que vive nosso país, qualquer outro resultado seria surpreendente: é justo que o Sr. Homero de Barros, ligado ao Sr. Souza Naves, ao Jango e a todos os que pertencem ao mesmo grupo, demonstre a sua fôrça e imponha à Universidade brasileira a sua esclarecida orientação. Seja isso, embora um escárnio atirado à face da opinião pública, não importa (ANHEMBI. a. 09, n.104, vol. 35, jul, 1959, p. 331-341).

O trecho expressa o sentimento de inconformismo e impotência diante da permanência de Barros na direção da FFCL/UFPR, mesmo após reiteradas denúncias públicas. O tom irônico revela a percepção de que, num ambiente moral dominado por valores conservadores e clericais, a vitória de Barros e de figuras ligadas ao PTB, como João Goulart e Souza Naves, era não apenas previsível, mas indicativa de um projeto político bem-sucedido de aliança entre religião e poder. A crítica extrapola o plano institucional e atinge o campo mais amplo da disputa por modelos de universidade e de nação: a *Anhembi* denuncia o avanço de um projeto educacional autoritário, clerical e populista, que ameaça a autonomia do saber e esvazia o papel crítico. Ao mesmo tempo, a permanência de Barros no cargo e sua ampliação de influência para o campo político revelam a força de sua articulação e a limitação das estratégias liberais de resistência, que, apesar do esforço argumentativo, não lograram deter sua hegemonia dentro da instituição.

Mais tarde em maio de 1960 a *Revista Anhembi* trazia lembranças sobre a falta de objetividade em resolver as denúncias feitas há um ano. Mais uma vez, Barros era tratado como um "sujeito intocável" cujos desmandos não ocasionam em consequência alguma. Como já era de *praxe*, o periódico atacou à postura de Barros enquanto Diretor da FFCL/UFPR; como se aquelas questões, que haviam nascido há mais de um ano, ainda estivessem vivas e não pudessem cair em esquecimento. Em publicação intitulada "*Homero e o Paraná*", lê-se:

> [...] Bem, Homero é como estamos conversando há mais de um ano: estreito, vingativo, odiento desprovido de inteligência e de sensibilidade, sem hombridade de manter seus atos quando encontra resistência, partidário da discriminação ideológica e das picuinhas administrativas, enfim, um tipo como todos imaginavam não mais existir no Brasil no século 20. Pois nosso Homero continua a fazer das suas (ANHEMBI. n. 14, maio, 1960, p. 556).

Mesmo tendo transcorrido a década de 1950 com sucessivos debates, acusações, réplicas, tréplicas entre Duarte e Barros, o primeiro se mostrou inconformado com os caminhos e o desfecho daquelas contendas, ao passo que o segundo, conseguiu não só garantir a ocupação do ideário católico nos campos de poder, como assegurou a manutenção da igreja católica e dos ideais postulados desde a sua ascensão ao cargo de Diretor. Na década de 1950 houve

a consolidação do laicato católico, tendo Barros como defensor e propagador do Projeto formativo da Igreja na instrução superior.

A *Revista Arqueologia*, do Centro de Pesquisa e estudos arqueológicos da UFPR, publicou alguns depoimentos de ex-alunos do Professor José Loureiro Fernandes[47]. Entre eles, Constantino Comninos,[48] estudante de Ciências Sociais na década de 1950, narrou o seguinte:

> No terceiro ano, fui convidado para ser monitor da Cadeira de Estatística Geral e Aplicada do Curso de Ciências Sociais. No segundo ano, saímos do edifício da Faculdade Católica e nos permitiram utilizar três andares do prédio do Curso de Economia deste conjunto denominado da Reitoria, haja vista que este prédio, onde hoje nos encontramos, ainda estava em construção. O Dr. Loureiro tinha uma salinha, tímida para seus ideais. Vivia exigindo algumas coisas. Quando veio para este edifício, ele dizia: - "**Eu quero o andar inteiro**". **O Dr. Homero de Barros, diretor da Faculdade, cedeu-lhe apenas meio andar**. E aí começou um dos desentendimentos, porque o dr. Loureiro queria o 6º andar inteiro. Entre tantas controvérsias que o dr. Loureiro fazia transparecer a nós alunos, e gostava de cultivar, era estar sempre na ofensiva. Desejava mais e mais, mais para atender o ensino, nada para si (ARQUEOLOGIA, 2005, vol. 3, p. 73).

O depoimento de Comninos, é revelador de uma dimensão muitas vezes negligenciada nos estudos sobre a Faculdade de Filosofia: os conflitos internos

---

[47] José Loureiro Fernandes nasceu em Paranaguá, em 12 de março de 1903 e faleceu em Curitiba, no dia 16 de fevereiro de 1977. Seu avô, José Loureiro Fernandes (do mesmo nome), foi um dos fundadores da Associação Comercial do Paraná, em 1890, e do Clube Curitibano em 1881. Iniciou sua formação acadêmica estudando na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1928). Exerceu a Medicina 1958. Atuou na fundação do Círculo de Estudos Bandeirantes - CEB (1929). Foi o primeiro catedrático de Antropologia e Etnografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, em 1939. Dirigiu o Museu Paranaense entre os anos de 1936 e 1946; e foi Vice-diretor da FFCL/PR do Paraná por duas gestões (de 1942 a 1945 e de 1948 a 1951, quando Barros lhe sucedeu). Foi eleito Vereador em Curitiba-PR, em 1948, tendo se afastado do cargo para assumir funções administrativas de Secretário da Cultura do Estado do Paraná (naquela ocasião, criou a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná – DPHAC, em 1948). Exerceu cargo de Presidente da Associação Brasileira de Antropologia entre 1957 e 1959; fundou o Departamento de Antropologia da UFPR, em 1959; criou o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, em 1956; criou o Museu de Arqueologia e Artes Populares, em 1962 (atual Museu de Arqueologia e Etnologia, do qual foi diretor desde a fundação até 1976). Além da formação e movimentação em meio a intelectualidade Paranaense, atuou no exterior ampliando a sua formação acadêmica e participando de instituições de cunho intelectual.

[48] Constantino Comninos, foi Professor de Economia Política da PUCPR e na UFPR até 1992. Possui graduação em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (1958). Mestrado em Educação e Especialista em Gestão do Conhecimento. Atualmente é Professor da Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESP-PR). Exerceu o cargo de Vice-Cônsul Honorário da República Helênica (Grécia) em Curitiba (Jurisdição para os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), designado em 1990 e Cônsul Honorário da República Helênica (Grécia) em Curitiba (Jurisdição para os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), desde 2001. É Membro do Círculo de Estudos Bandeirantes – CEB, como Coordenador da Sessão Estudos Políticos, (posse em 1985) e desde 2004, Membro da Academia de Cultura de Curitiba (na função de Diretor Cultural desde 2005).

ao grupo católico. A narrativa sobre o embate entre o professor Loureiro Fernandes e o diretor Homero de Barros evidencia que, mesmo entre aliados ideológicos, não havia plena harmonia ou consenso. O pedido de Loureiro por um andar inteiro do novo prédio e a negativa de Barros, que concedeu apenas metade, não é apenas uma questão logística, mas um indicativo da luta por espaço simbólico e material no interior da instituição.

A fala do ex-aluno sugere que Loureiro operava dentro de uma lógica ofensiva e expansionista, não em benefício próprio, mas para fortalecer o ensino, o que, paradoxalmente, entrava em tensão com os limites impostos pela direção. Assim, o episódio ilustra como, mesmo dentro de um projeto comum (como o da afirmação de uma universidade católica e moralmente orientada), as relações são atravessadas por disputas de poder, *status* e influência, confirmando a leitura bourdieusiana de que o campo universitário é um espaço de constante concorrência, inclusive entre aqueles que compartilham visões de mundo semelhantes.

É revelador observar como as relações institucionais se organizam e se articulam a partir do princípio do poder. No episódio em que Fernandes reivindicou a totalidade do sexto andar do prédio da Universidade, ele já não ocupava mais a Direção da FFCL/UFPR, função então exercida por Barros. Este, por sua vez, demonstrou ser o agente legitimado a decidir sobre a distribuição dos espaços físicos da unidade, inclusive após a federalização da Universidade. Tal fato ilustra o funcionamento do campo educacional como um espaço de disputas, em que os diferentes agentes buscam impor suas visões e interesses específicos.

Conforme Bourdieu o campo é definido como um espaço social de embates, estruturado em torno do monopólio da “violência simbólica legítima” e da posse de capitais próprios a cada domínio, como o campo religioso, político, artístico ou educacional. Assim, a negativa frente à solicitação de Fernandes revela mais do que um conflito administrativo: evidencia a disputa por capital simbólico e por posições de poder dentro do campo universitário.

> As relações de força simbólicas que demarcam os limites de cada *campo* estão baseadas nas relações de força material entre grupos e/ou classes sociais, dominantes e dominados, mas de uma maneira tal que as dissimulam e as reforçam. Os campos têm diferentes graus de autonomização, isto é, graus com que o capital e as regras de

> disputa por sua posse estão definidas como próprios, não sendo redutíveis às dos demais. A autonomização dos campos não é uma necessidade intrínseca da sociedade, mas resulta das lutas em torno de interesses específicos de agentes e de instituições, tendo, sempre como base nas relações de força entre grupos ou classes (BOURDIEU, 1974, apud CUNHA, 2005, p. 139).

O comentário de Bourdieu, citado por Cunha (2005), oferece uma chave analítica fundamental para compreender a lógica de funcionamento dos diferentes campos sociais, inclusive o educacional. As relações simbólicas que operam nesses espaços (como as normas, valores e disputas por reconhecimento) não estão dissociadas das estruturas materiais de poder que as fundamentam. Ao contrário, elas refletem e ao mesmo tempo dissimulam as desigualdades entre grupos ou classes sociais, reproduzindo, de forma velada, a dominação. A noção de autonomização dos campos, nesse contexto, é particularmente importante: ela indica que cada campo tende, por meio das lutas internas entre seus agentes, a estabelecer regras próprias e formas específicas de capital distinguindo-se dos demais. No entanto, essa autonomia não é um dado natural, mas uma construção histórica e contingente, resultante de disputas reais por posições e legitimidades.

Em texto publicado na revista Arqueologia, com o título, “Relembrando José Loureiro Ascenção Fernandes: um semeador”, por Igor Chmyz, evidenciamos mais uma vez a inexistência de tranquilidade e concordância mútua no interior do *campo acadêmico*, cujas relações nem sempre se mostraram amistosas.

> A ocupação do prédio conhecido como da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pelos vários departamentos não foi tranquila, ocasionando atritos entre alguns dos catedráticos. O prof. Loureiro sempre se posicionou contra a verticalidade da estrutura, uma vez que a considerava contraindicado para uso escolar. Mesmo assim, pretendia assumir um andar do edifício; acabou instalando o seu departamento na ala norte do 6º andar. Assenhoreou-se, porém, de uma sala na ala sul, para o CEPA. Essa ala estava destinada para o Departamento de História. Acontece que o Centro, derivado da Seção de Arqueologia, continuava vinculado ao Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia; não pertencendo ao Departamento de Antropologia, essa ocupação, para ele, não caracterizava uma intrusão (ARQUEOLOGIA, 2005, p. 81).

O episódio narrado por Igor Chmyz, ao rememorar a trajetória Fernandes, revela os embates internos que atravessaram o campo acadêmico nas décadas de 1950 e 1960. Longe de ser um espaço de harmonia ou de

consensos estáveis, a FFCL/UFPR também era marcada por disputas de poder entre catedráticos, refletindo interesses divergentes quanto à ocupação simbólica e física do espaço universitário. A resistência de Loureiro à verticalidade do edifício, somada à sua insistência em ocupar determinadas áreas, indica tanto uma concepção pedagógica própria quanto uma tentativa de afirmação institucional de seu trabalho e de sua área de atuação. O conflito se acirra quando ele passa a utilizar, de forma unilateral, uma sala destinada a outro departamento, justificando a ação com base em vínculos institucionais anteriores (o que evidencia as complexas sobreposições entre capital simbólico, autoridade acadêmica e autonomia dos departamentos).

D maneira controversa, Loureiro apropriou-se de uma sala originalmente destinada ao Departamento de História para abrigar o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA). Nota-se a complexidade das relações acadêmicas, marcadas por interesses individuais, disputas institucionais e dinâmicas de poder que vão além das questões meramente físicas ou logísticas.

Conforme se vê na Figura 3, o dia 4 de janeiro de 1963, nas dependências do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA), foi realizada uma cerimônia em homenagem ao arqueólogo espanhol Pedro Bosch Gimpera. O evento contou com a presença de autoridades universitárias, professores, alunos e convidados. Dentre os participantes, destacavam-se o professor Loureiro Fernandes, o reitor da Universidade Federal do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda, e os professores Liguarú Espírito Santo, Homero Batista de Barros, Oldemar Blasi, Maria de Lourdes Lemos Muniz, Maria José Menezes e Igor Chmyz. Na imagem registrada da ocasião, Bosch Gimpera aparece à direita, ladeado pelos homenageantes e membros da comunidade acadêmica.

A imagem apresentada registra a homenagem prestada ao renomado arqueólogo espanhol Pedro Bosch Gimpera, em 1963. O evento contou com a presença de figuras centrais da universidade, como o reitor Flávio Suplicy de Lacerda e Homero de Barros, além de docentes e pesquisadores ligados ao CEPA. A cerimônia evidencia a projeção do centro como um espaço de articulação acadêmica e diplomática, consolidando sua importância na formação

do campo arqueológico no Paraná e sua relação com o debate científico internacional.

Figura 3 - Homero de Barros presente em Homenagem ao Professor ao arqueólogo espanhol Pedro Bosch Gimpera

Fonte: Arquivo do CEPA/UFPR.

A *Revista Arqueologia* publicou, também, em sua edição especial de 2005, depoimentos de Regina Maria de Campos Rocha, Bibliotecária aposentada pela UFPR, que atuou no Museu de Arqueologia e Artes Populares entre 1973 e 1978, com o título "Prof Loureiro Fernandes: os últimos tempos". Na passagem, notamos a definição de posições dentro do campo acadêmico, bem como aspectos das atividades cotidianas que denotam relações de poder.

> Meu contato profissional com o prof. Loureiro, aconteceu em 1967, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPR. Ele, o estimado, respeitado e temido diretor do Departamento de Antropologia e eu, ainda estudante de Biblioteconomia, auxiliar de biblioteca. **Era hábito do diretor da Faculdade, prof. Homero de Barros, solicitar funcionários da biblioteca para auxiliá-lo por uma ou duas horas nas tarefas burocráticas.** Em algumas ocasiões em que era eu a escalar, **presenciei a entrada intempestiva do prof. Loureiro no Gabinete da Direção, com processos na mão, cobrando do diretor** a "palavra empenhada", ou então levando soluções para questões burocráticas que comprometem o desenvolvimento das atividades de pesquisa ou a montagem do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá (MAAP) (ARQUEOLOGIA, 2005, p. 117).

O depoimento oferece uma rica perspectiva sobre as dinâmicas de poder e as disputas simbólicas no interior do campo acadêmico da UFPR durante as

décadas de 1960 e 1970. A narrativa expõe não apenas a delimitação de posições hierárquicas, como a do diretor do Departamento de Antropologia, professor Loureiro Fernandes, e do diretor da Faculdade, Homero de Barros, mas também a forma como essas posições se manifestavam na prática cotidiana, sobretudo por meio de gestos, rotinas administrativas e confrontos burocráticos.

A figura de Loureiro é apresentada como ambígua: ao mesmo tempo respeitada e temida, ele aparece como um agente dotado de capital simbólico suficiente para interpelar diretamente o diretor da Faculdade, exigindo o cumprimento de acordos e intervindo em decisões que afetavam a pesquisa e a implantação de projetos institucionais, como o MAAP. Tais episódios, aparentemente triviais, revelam a complexidade das disputas por legitimidade e influência no campo universitário, onde os agentes mobilizam recursos diversos (conhecimento técnico, autoridade institucional, prestígio pessoal) para ampliar ou consolidar seu espaço de ação. A partir da teoria dos *campos* de Bourdieu, pode-se compreender esses embates como expressões de uma luta contínua pela definição legítima da condução da vida acadêmica, atravessada por interesses divergentes, disputas por *capitais* específicos e *estratégias* de dominação ou resistência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo central analisar a trajetória de Homero de Barros no cenário político, educacional e cultural do Paraná, verificando seu papel como educador, intelectual católico e ideólogo. Buscou-se compreender de que maneira sua atuação esteve intrinsecamente ligada às estratégias da Igreja para consolidar um projeto educacional católico, bem como às disputas ideológicas que marcaram o campo educacional. Nesse sentido, a pesquisa se estruturou a partir de um recorte temporal que abrange os anos de 1930 a 1968, compreendendo desde a chegada de Barros ao CEB, um ano depois de sua fundação, até o último ano dele como diretor da FFCL/UFPR.

A relevância deste estudo, se evidencia ao contribuir para a historiografia sobre a presença católica no *campo* educacional, bem como para os estudos sobre intelectuais e seus papéis na formulação e disseminação de ideologias no Brasil do século XX. A análise permitiu identificar os mecanismos pelos quais Barros se consolidou como um agente expressivo na interseção entre educação, política e religião, destacando-se na conversação pública, na esfera acadêmica quanto nos debates sobre a formação da elite intelectual paranaense. Embora não tenhamos encontrado indícios de sua autoria, na elaboração do chamado de Projeto Católico, vimos que ele atuou em diferentes frentes como incentivador e difusor, utilizando de suas habilidades para a materialização e manutenção da ética Cristã a partir de uma crescente *rede de sociabilidades* que, paulatinamente garantiram a preponderância da ética cristã no contexto educacional / acadêmico paranaense.

A presente pesquisa permitiu evidenciar a complexidade da trajetória de Barros e sua centralidade na consolidação do projeto educacional católico no Paraná. Ao longo dos capítulos, demonstramos como sua atuação esteve diretamente ligada à presença da Igreja na educação superior, sendo ele uma peça-chave na articulação entre os campos educacional, político e religioso, especialmente no que se refere ao projeto católico voltado para o ensino superior e a formação de elites intelectuais e políticas.

Sua trajetória revelou não apenas o entrelaçamento entre esses espaços, mas também a forma como intelectuais católicos mobilizaram seus capitais para ocupar e manter posições estratégicas.

No primeiro capítulo, analisamos a sua formação intelectual e seu *habitus* familiar, destacando sua inserção na elite intelectual católica paranaense e sua adesão ao ideário da Igreja. Sua atuação como professor, advogado e intelectual consolidou-se em um contexto de disputas ideológicas, em que a Igreja Católica buscava reconfigurar o espaço educacional para assegurar sua influência sobre a formação acadêmica e moral da juventude.

No segundo capítulo, buscamos explorar as sociabilidades que sustentaram a sua ascensão e influência nos espaços de poder. A relação entre educação e imprensa evidenciou a relevância da articulação dos intelectuais católicos na construção de um pensamento alinhado ao humanismo integral. Seu papel dentro do CEB, ainda que posterior à fundação da instituição, foi fundamental para a difusão de um discurso cristão no meio acadêmico e cultural do Paraná.

O terceiro capítulo aprofundou os conflitos e embates institucionais, destacando as disputas entre o grupo católico e setores progressistas dentro da FFCL/UFPR. O caso da *Revista Anhembi* foi exemplar nesse sentido, demonstrando como a defesa da ortodoxia católica por Barros gerou atritos com intelectuais de viés mais laico e reformista. Sua presença como diretor, também reforçou a influência eclesiástica dentro da universidade, consolidando a Faculdade de Filosofia como um *lócus* de poder eclesiástico em um momento de disputas pela orientação ideológica da educação superior. Aprofundamos, também, a relação entre discurso acadêmico e controle do pensamento.

Ao longo da primeira metade do século XX, os diferentes níveis de ensino ocuparam posição central nas discussões promovidas pelas agremiações intelectuais da capital paranaense. A escola primária pública figurava como uma demanda constante das autoridades educacionais desde o final do século XIX, enquanto o ensino secundário de caráter propedêutico e os cursos profissionalizantes tornaram-se foco de valorização e debate. Nesse contexto, instituições como o Gymnasio Paranaense e a Escola Normal emergiram como arenas de disputa entre católicos e liberais, refletindo tensões mais amplas sobre

os rumos da educação no estado. No ensino superior, essas divergências se intensificaram, manifestando-se tanto no embate entre católicos e liberais quanto em diferenciações metodológicas entre os católicos. É nesse cenário que se insere Barros, cuja trajetória evidencia sua atuação estratégica nos espaços de formulação e consolidação do projeto educacional católico. Ele transitava por círculos privilegiados e desempenhava um papel ativo na produção de debates, na articulação de alianças e na elaboração de estratégias para fortalecer a presença da Igreja no ensino superior paranaense.

Ainda que o *campo* católico seja frequentemente percebido como um bloco homogêneo na defesa de seus interesses educacionais, cujo projeto no Paraná alcançou notável êxito, os acontecimentos revelaram uma realidade mais complexa, marcada por tensões, dissensões e episódios em que o capital simbólico e social de seus membros foi duramente posto à prova para assegurar o sucesso da empreitada. Este trabalho não se deteve em examinar em profundidade as fissuras no interior do grupo católico, embora tenhamos identificado divergências quanto aos meios e às estratégias adotadas para consolidar a influência da Igreja no ensino superior paranaense. Nesse contexto, Barros se destacou como um intelectual que transitava por distintas frentes do catolicismo, atuando junto a setores que defendiam uma presença forte e institucionalizada da Igreja na vida social e, especialmente, na educação superior.

Sua postura contrastava com a de outros intelectuais paranaenses que, embora também vinculados à Igreja, demonstravam maior flexibilidade diante da modernização educacional e da crescente valorização das ciências modernas em curso. Ainda que esta pesquisa não tenha se proposto a aprofundar tal comparação (o que indicamos como possibilidade para investigações futuras) é possível apontar figuras como Rosário Farani Mansur Guérios e José Loureiro Fernandes, que conciliaram sua formação religiosa com uma abertura ao método científico e às inovações pedagógicas em curso. Mesmo docentes como Flávio Suplicy de Lacerda, oriundos de uma tradição humanista, católica, aderiram à racionalização do ensino e à valorização das ciências exatas como parte do processo de modernização universitária. Barros, por sua vez, manteve-se mais

resistente a essas transformações, reafirmando a centralidade da ética cristã e da tradição filosófica católica como fundamentos do ensino superior.

Compreendê-lo como um articulador da influência católica no campo educacional não exclui sua atuação como um agente imerso em debates, tensões, heterogeneidades e contradições próprias do campo intelectual paranaense na primeira metade do século XX.

Sua trajetória insere-se em um esforço contínuo de ocupação de espaços estratégicos, destacando-se sua atuação no CEB, na FFCL e em outras instâncias de influência, como publicações periódicas, associações e círculos intelectuais frequentados pela elite letrada curitibana. Nesse contexto, consolidou-se como um agente que colaborou para o êxito e a manutenção do projeto intelectual católico no ensino superior paranaense, um empreendimento bem-sucedido que contou com a participação de diversos intelectuais, cada um contribuindo dentro de suas possibilidades. Assumiu o papel de guardião dos pressupostos cristãos, atuando como um difusor e defensor intransigente da manutenção do poder da Igreja no interior da Universidade do Paraná.

A atuação no CEB, já no início de suas atividades, contribuiu para a legitimação de seu papel como intelectual católico e para a consolidação do projeto formativo da Igreja. Se destacou como um membro ativo dentro do grupo, como incentivador do ideário católico na sociedade, na educação, na cultura e na política. Sua atuação naquela agremiação, fortaleceu suas conexões com outros intelectuais e agentes políticos, ampliando sua capacidade de ação e influência.

Empenhou-se em fazer com que os estudantes e a sociedade curitibana compreendessem e distinguissem claramente o conceito de “humanismo integral” daquele que se convencionou denominar “humanismo histórico”. Ao advertir que “os alunos não devem confundir com ‘humanismo histórico’, no sentido clássico de pré-renascimento” (BARROS, 1957, p. 105), ele rejeitava explicitamente a concepção de um humanismo centrado na exaltação autônoma do ser humano e na ruptura com a transcendência divina, tendência que, em sua leitura, teria se intensificado a partir do Iluminismo. Sua concepção de humanismo, portanto, não se alinhava às vertentes seculares do pensamento

moderno, mas vinculava-se a uma tradição cristã na qual Deus figurava como fundamento último do conhecimento, da moral e da experiência humana.

Esse era o cerne do projeto educacional da Igreja Católica no Paraná, que estava inserido em um contexto mais amplo de resistência ao avanço das ideias laicas e liberais sobre a educação. Fundamentado nos princípios da doutrina social da Igreja, esse projeto buscava consolidar uma formação intelectual e moral alicerçada nos valores cristãos, em oposição ao modelo estatal de ensino que excluía a influência religiosa. Nesse sentido, a atuação da Igreja não se restringia apenas à criação de instituições de ensino confessionais, mas também envolvia a participação ativa de leigos comprometidos com a defesa desse ideário.

A concretização desse projeto educacional contou com a participação de Barros em debates públicos, na formulação de currículos e na defesa de um modelo de ensino que articula formação técnica e humanística a uma sólida base moral e religiosa. Pode-se afirmar, assim, que sua contribuição foi ao mesmo tempo intelectual, ao sustentar a defesa de um ensino ancorado nos princípios cristãos, e prática, ao engajar-se diretamente na institucionalização desse modelo no Paraná. Embora não tenhamos aprofundado sua atuação como docente da disciplina de História da Antiguidade e da Idade Média, observamos, por meio de diários de classe e outros registros relativos às aulas do curso de “Geografia e História”, a recorrência de escolhas temáticas que valorizam a história da Igreja.

Barros consolidou sua influência nos espaços de poder por meio da acumulação e mobilização estratégica de diferentes formas de *capital* (cultural, social, político, educacional e simbólico) ao longo de sua trajetória intelectual. A análise de sua atuação permite identificar mecanismos pelos quais ele construiu e legitimou sua posição, ampliando sua *rede de sociabilidades* nos meios acadêmicos, religiosos, culturais, sociais e políticos do Paraná.

Ainda que não tenha ocupado cargos eletivos, foi candidato a deputado federal em diversas ocasiões, desempenhou funções executivas junto a distintos partidos políticos e circulou por instâncias decisórias relevantes, mantendo constante proximidade com grupos que defendiam um modelo educacional alinhado à doutrina social da Igreja e a concepções mais tradicionais de

sociedade. A partir dessa inserção política e institucional, utilizou sua posição para influenciar debates e encaminhamentos no campo educacional, articulando interesses do catolicismo com as políticas públicas de ensino, especialmente no nível superior.

A construção de uma imagem pública respeitável e de um *ethos* intelectual comprometido com valores morais e humanistas conferiu-lhe legitimidade simbólica junto aos círculos católicos e educacionais. Seu envolvimento constante em debates sobre a educação, fortaleceram sua autoridade como agente nesse campo. Sua inserção institucional revela a existência de estratégias de legitimação baseadas em redes de influência e na ocupação de cargos estratégicos, o que lhe proporcionou visibilidade e maior poder decisório.

Sua trajetória é marcada por embates significativos com setores laicos e liberais da educação, nos quais se utilizou de publicações, discursos, preleções e articulações institucionais para sustentar a presença da Igreja no ensino superior. Sua capacidade de argumentação e sua liderança o posicionaram como um defensor do modelo educacional confessional no Paraná. Nesse sentido, sua atuação evidencia sua presença em espaços estratégicos de poder, ao mesmo tempo em que revela como sua trajetória se insere em dinâmicas mais amplas da História da Educação no Brasil, sobretudo no confronto entre projetos de ensino laico e confessional que marcaram o século XX.

Os embates travados com agentes ou grupos vinculados ao pensamento laico e progressista, defensores de uma educação pública, gratuita e desvinculada de princípios confessionais, expressam a tensão existente diante de um movimento mais amplo, de caráter nacional, que buscava conter a influência da Igreja Católica sobre o ensino superior. Tal disputa se intensificou sobretudo após a Reforma Francisco Campos, de 1931, a qual, ao regulamentar o ensino superior no país, criou condições institucionais favoráveis à fundação e consolidação de faculdades católicas, ampliando o espaço de atuação do catolicismo no campo educacional brasileiro.

A polêmica entre a *Revista Anhembi*, dirigida por Paulo Duarte, e a FFCL/UFPR, é um exemplo concreto de seu envolvimento em disputas intelectuais. Enquanto a revista representava um pensamento crítico e

progressista, Barros defendia uma visão educacional alinhada à doutrina social da Igreja.

Pudemos compreender as estratégias e os desafios enfrentados pelos intelectuais católicos no Paraná e, em uma perspectiva mais ampla, no Brasil. Seu percurso evidencia tanto a capacidade de articulação do laicato católico quanto às tensões inerentes à disputa por hegemonia no campo educacional. Os embates travados com intelectuais laicos, liberais e progressistas revelam a complexidade desse cenário, em que a Igreja Católica buscava manter sua influência sobre a formação das elites intelectuais ao mesmo tempo em que enfrentava o avanço de concepções secularizadas de ensino e pesquisa.

Sua trajetória oferece uma chave de leitura fundamental para compreender a História da Educação Superior na Universidade do Paraná, especialmente no que tange à intersecção entre Educação, Religião e Política no contexto do ensino superior do estado. Sua atuação revela as dinâmicas de disputa em torno da formação acadêmica e intelectual, evidenciando como diferentes projetos educacionais coexistiram e se confrontaram no cenário paranaense do século XX.

Ainda que o projeto católico tenha alcançado importantes conquistas, sua consolidação não ocorreu sem resistências. No âmbito da FFCL, Barros se deparava constantemente com a crescente pluralização do pensamento acadêmico e com o fortalecimento de correntes filosóficas e pedagógicas que defendiam a autonomia da universidade frente às tradições religiosas, tensionando os limites da influência e da permanência do modelo confessional no campo educacional superior.

Diante de tudo o que foi analisado, torna-se necessário, neste momento final da pesquisa, assumir um posicionamento crítico acerca do embate intelectual entre Homero Batista de Barros e Paulo Duarte. Se, por um lado, reconhece-se a importância histórica do projeto católico de Barros, ancorado em uma tradição filosófica e religiosa de grande densidade, por outro, é preciso destacar os limites de um modelo educacional que restringe a pluralidade de ideias e compromete a autonomia científica e pedagógica da universidade.

A proposta defendida por Paulo Duarte, ao valorizar a liberdade acadêmica, a laicidade do ensino e a diversidade epistemológica, aponta para

um projeto de universidade mais aberto, democrático e condizente com os desafios contemporâneos da educação superior. Por isso, sem desconsiderar a relevância da trajetória de Barros e o contexto em que atuou, este trabalho se alinha à perspectiva de que a universidade deve preservar sua independência em relação a confissões religiosas, mantendo-se como um espaço de formação crítica e de produção de conhecimento voltado ao bem público. Essa é, afinal, uma das principais lições que se pode extrair da tensão histórica entre os projetos de Barros e Duarte: a necessidade de garantir que o ensino superior brasileiro permaneça plural, inclusivo e comprometido com a liberdade intelectual.

Dessa forma, sua trajetória permite compreender as dinâmicas dos intelectuais católicos na universidade, juntamente com os mecanismos pelos quais a Igreja Católica tentou manter sua influência sobre a formação das elites intelectuais do Paraná. Ao mesmo tempo, evidencia os limites dessa influência diante das transformações políticas e sociais que impactaram a universidade. Assim sendo, a análise de sua atuação traz à tona esclarecimentos à história da Universidade do Paraná; contribui para uma compreensão mais ampla das tensões que marcaram o ensino superior brasileiro no período; elucida as disputas mais amplas que atravessaram a história da educação no país e apresenta o modo como, como projetos distintos de sociedade foram debatidos, negociados e institucionalizados no espaço acadêmico.

Ao iluminar o embate entre distintos projetos de universidade, este estudo evidencia não apenas a força das convicções religiosas que moldaram parte da cultura acadêmica no Paraná, mas também a complexidade das disputas por legitimidade no campo educacional. Essas tensões não podem ser compreendidas apenas como reflexo de um contexto restrito, mas sim como expressão de dilemas estruturais mais amplos, que atravessaram o processo de modernização da educação superior no Brasil. É nesse entrecruzamento de ideias, forças institucionais e posicionamentos ideológicos que se revela a densidade histórica da trajetória de Barros.

Ao analisar esses processos a partir da atuação desse intelectual, contribuímos para a historiografia da educação ao demonstrar como sujeitos historicamente situados mobilizaram diferentes formas de capital para influenciar

estruturas de poder. Ademais, ao destacar a permanência e a ressignificação de certos conflitos educacionais ao longo do tempo, este estudo abre espaço para futuras investigações que aprofundem o papel dos intelectuais católicos na conformação do ensino superior brasileiro e ampliem o olhar sobre as dinâmicas que moldaram a institucionalização do conhecimento no país.

Apesar das contribuições deste estudo, alguns desafios metodológicos e limitações devem ser considerados. Um dos principais obstáculos foi a escassez de algumas fontes documentais, especialmente registros internos da FFCL que poderiam fornecer informações mais detalhadas sobre os processos decisórios de Barros enquanto Diretor, no espaço acadêmico. Além disso, embora a pesquisa tenha explorado extensivamente os jornais da época, a análise poderia ser aprofundada com um exame comparativo mais amplo entre diferentes veículos de imprensa que cobriram as tensões no ensino superior paranaense

Outro desdobramento relevante para investigações futuras diz respeito à análise das relações entre os próprios intelectuais católicos, a partir de uma comparação mais detida de suas trajetórias, discursos e interpretações, com o objetivo de identificar consonâncias, tensões e deslocamentos em torno de um mesmo projeto educacional ou de eventos compartilhados. Embora este estudo tenha privilegiado a trajetória de Barros, há indícios de que redes semelhantes de articulação católica operaram em outras instituições de ensino, contribuindo para a ampliação da presença da Igreja no espaço acadêmico. Nesse sentido, pesquisas futuras poderão verificar se esse modelo formativo se perpetuou ou foi reelaborado por diferentes gerações de intelectuais em outros espaços, bem como seus impactos na conformação do campo educacional nas décadas seguintes.

Este estudo contribui para um debate mais amplo sobre os mecanismos de influência da Igreja Católica na formação acadêmica e intelectual do Brasil. A partir dessa análise, reafirma-se a necessidade de continuar investigando as múltiplas dimensões da relação entre educação, religião e política, e seus impactos na produção e circulação do conhecimento no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, R. S. L. de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923).** 2012. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, SP.

_____. **História dos catolicismos no Brasil republicano**: agentes, instituições e ações pastorais. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Vozes, 2012.

ARAÚJO, J. C. S. **A Igreja Católica no Brasil: um estudo da mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986.

ARRUDA, J. J.; TENGARRINHA, J. M. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru (SP): EDUSC, 1999.

AZEVEDO, F. *at al*. **A reconstrução educacional do Brasil**: ao povo e ao governo. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932.

BALDIN, M. **O cardeal Leme e a construção da ordem política católica (1930-1942)**. 2014. 149 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2014.

BALHANA, A. P. **Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 11-19, 1983.

_____. **Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: Chain, 1991.

BALHANA, C. **Ideias em confronto**. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1980.

BALHANA, C. A. F. **Ideias em confronto**. Curitiba: Grafipar, 1981.

BARTZ, F. **O Partido Comunista do Brasil em 1919**: a trajetória inicial e as disputas internas. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BONTEMPI JR., B. **Laerte Ramos de Carvalho e a constituição da História e Filosofia da Educação como disciplina acadêmica**. Uberlândia: Edufu, 2015.

_____. **A cadeira de História e Filosofia da Educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa.** 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A Economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, Renato. (Org.). Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983

_____. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, J. FERREIRA, M. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183- 191.

_____. A Ilusão biográfica. In: **Razões práticas:** Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **Campo de Poder, Campo intelectual**. Editorial Montressor, Buenos Aires, 2002.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2.ed. Porto Alegre: Zouk,

_____. ***The genesis of the concept of habitus and field. Sociocriticism***, v.2, n.2, 1985.

_____. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2011.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre os fins do ensino universitário no Brasil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 abr. 1931. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 4 jan. 2025.

CAMARGO, K. G. F. **A cultura católica no Brasil: o projeto ultramontano e a formação das mulheres**. São Paulo: PUC-SP, 2020.

CAMPOS, N. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)**. Curitiba/PR: Editora da UFPR, 2008.

_____. **Laicato católico: o papel dos intelectuais no processo de organização do projeto formativo da igreja católica no Paraná: 1926-1938.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR. 2002.

_____. Intelectuais católicos e a educação no Paraná nas décadas de 1920 e 1930. In: VIEIRA, C. E. (Org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: UFPR, 2007.

_____. **Intelectuais e igreja católica no Paraná**. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

_____. **Wilson Martins:** entre a *intelligentsia* e a universidade (1951). Rev. bras. hist. educ., Campinas-SP, v. 12, n. 1 (28), p. 113-144, jan./abr. 2012

_____. Flávio Suplicy de Lacerda: cruzada pela federalização e expansão da Universidade do Paraná. In: OLIVEIRA, R. C. LEITE, R. L. (orgs). **Reflexões, UFPR 100 anos (1912-2012)**. Curitiba: Editora da UFPR, 2012.

_____. **Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba: Insígnia do Ensino Superior Católico Paranaense (1950)**. Revista Contrapontos - Eletrônica, Vol. 11 - n. 1 - p. 53 - 61 / jan-abr 2011

_____. **Intelectuais Católicos:** confidentes do criador, ministros do progresso e sacerdotes da verdade. Educação e Filosofia Uberlândia, v. 28, n. 55, p. 281-312, jan./jun. 2014

CAPELATO, M. H. M. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARTA PASTORAL de Dom José de Camargo Barros, Bispo de Corytiba, expondo a doutrina da Igreja sobre o caso da Paróquia da Palmeira. Corytiba: Typ. Impressora Paranaense, 1899.

CERTEAU, M. **A escrita da História**. Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, R. **A história hoje: dúvidas, desafios e propostas**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, 1994.

CIAVATTA, M. Trabalho e formação: a educação como processo de humanização. Campinas: Autores Associados, 2002.

CROCETTI, P. S. **Ciência, ensino e código: lentes, elites e o Direito Civil, nos albores da Faculdade de Direito do Paraná (1912-1945)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CUNHA, L. A. **A Universidade Temporã: o ensino superior da Colônia à Era de Vargas**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3ª. Edição. Editora da Unesp, São Paulo, 2007.

_____. **Autonomização do campo educacional:** efeitos do e no ensino religioso. Texto apresentado no Colóquio - *Éducation*, *Religion*, *Laïcité*, *Association Francophone d'Éducation Comparée* – AFEC, Sèvres, França, 2005.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira:** católicos e liberais. São Paulo: Cortez e Moraes, 1984.

DIAS, R. **Imagens da ordem:** a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1892-1933). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

FEIBER, C. G. **O Partido Comunista Brasileiro de 1922**: seus antecedentes e sua formação. Revista Latino-Americana de História, v. 1, n. 3, mar. 2012.

FERNANDES, J. L. **Discurso aos bacharéis de 1943**. Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, Curitiba, s.n., p. 65-75, 1943.

FERRARINI, S. **Círculo de Estudos Bandeirantes documentado**. Curitiba: Champagnat – PUC-PR, 2011.

_____. **Síntese histórica do Círculo de Estudos Bandeirantes**. Círculo de Estudos, n. 14, p. 113-128, ago. 2000.

FILHO, F. A. P. **A invenção da ordem**: intelectuais católicos no Brasil. Tempo Social, v. 19, n. 1, p. 33-49, 2007.

FARIA FILHO, L. M. **Espaços, tempos e práticas educativas: uma abordagem histórica**. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 33, p. 41-59, 2000.

FRESSATO, S. T. B. **Pela catolização da elite curitibana: o projeto intelectual do Círculo de Estudos "Bandeirantes" - CEB 1929-1945**. 2003. 90 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

FURTADO, M. R. **O Círculo de Estudos Bandeirantes e a formação acadêmica no Paraná.** Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, n. 14, ago. 2000, Curitiba.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLASER, N. Z. R. R. **Meio século de educação na UFPR**: uma crônica desde a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Instituto Superior de Educação Anexo. Curitiba: Fundação da UFPR, 1988.

GUÉRIOS, R. F. M. O Colégio Bom Jesus do meu tempo. In: **Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus**. Curitiba: 1980, p. 29-32.

_____. **A Revista Anhembi e os achincalhes a professores da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná**. Revista Letras, n. 9, 1958.

HANICZ, T. **Modernidade, religião e cultura**: o Círculo de Estudos Bandeirantes e a restauração do catolicismo em Curitiba (1929-1959). 2006.

Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

IGLESIAS, Francisco. **Estudo sobre o pensamento reacionário**: Jackson de Figueiredo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. II, n. 2, jul. 1962.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1903-1914: Pio X). ***Pascendi dominici gregis***: sobre as doutrinas modernistas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1952.

KARNAL, L. TATSCH, F. G. Documento e História. A memória evanescente. In: PINSKY, C. B. LUCA, T. R. (orgs.). **O historiador e suas fontes**. 1. ed., 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2011. p. 9-27.

LAHIRE, B. Campo (Verbete). In: CATANI, A. M. et al. **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LIMA, A. A. **Notas para a história do Centro Dom Vital**. Introdução e comentários de Riolando Azzi. Rio de Janeiro: Educam: Paulinas, 2001.

_____. **Pela ação católica**. Rio de Janeiro: Biblioteca Anchieta, 1935.

_____. **Reivindicações católicas**. *A Ordem*, Rio de Janeiro, v. 67, n. 1, jan. 1962.

_____. **O Centro Dom Vital nos tempos de Alceu Amoroso Lima (1928-1950).** *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, Ano X, n. 28, maio/set. 2017.

MACHADO, D. V. **O percurso intelectual de uma personalidade curitibana**: David Carneiro. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

MACHADO, V. F. **Diatribes viperinas e digressões quixotescas: debates intelectuais e projetos educacionais na década de 1950**. 2020. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, Curitiba-PR, 2009.

MARCHETTE, T. D. **A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia do Paraná no território acadêmico**: 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MARCHI, E. **Uma Igreja no Estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República**. História: Questões e Debates, v. 10, n. 18/19, jul./dez. 1989.

_____. **A Igreja e a questão social: o discurso e a práxis do catolicismo no Brasil (1850-1915)**. 1989. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

MARTINS, R. **O Paraná antigo e moderno**: esboço de um livro. Corytiba: Annibal, Rocha e Comp., 1900.

_____. **Bi-centenário de uma santa**. Curitiba: Mundial, 1922.

MARTINS, W. A revolta contra a inteligência e a missão da universidade. **Anuário da Universidade do Paraná**. Curitiba: UFPR, 1951. p. 67-84.

MAXIMO, A. C. **Os intelectuais e a educação das massas**. Campinas: Autores Associados, 2000.

MEDEIROS, C. C. C. **A teoria sociológica de Pierre Bourdieu na produção discente dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil (1965-2004).** 2007. 366 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

_____. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930**). 1985. 233 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

_____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, U. Q. **Pierre Bourdieu: campo, *habitus* e capital simbólico**. Um método de análise para as políticas públicas para a música popular e a produção musical em Curitiba (1971-1983). *Anais do V Fórum de Pesquisa Científica em Arte. Curitiba*: Escola de Música e Belas Artes do Paraná, 2006-2007.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições, 1889-1930**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. (História da Civilização Brasileira, vol. 9).

_____. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

_____. **Educação e sociedade no Brasil:** 1920-1929. Araraquara, 1966. 2 v.

NIROÁ, Z. R. R. G. **Meio século de educação na UFPR**: uma crônica desde a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Instituto de Educação anexo ao Setor de Educação. Curitiba: UFPR, 1988.

OLIVEIRA, P. A. R. A teoria do trabalho religioso em Pierre Bourdieu. In: TEIXEIRA, Faustino (org.). **Sociologia da religião**: enfoques teóricos. Petrópolis: Vozes, 2003.

ORY, P. SIRINELLI, J. ***Les intellectuels en France: de l'affaire Dreyfus à nos jours***. Paris: Armand Colin, 1992.

PILOTTO, O. **A imprensa no Paraná**. *Revista do CEB*, Curitiba, tomo I, n. 3, p. 212-221, set. 1936.

_____. **Universidade Federal do Paraná**: primórdios, modernização, vitórias. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1976.

PINTO, J. A. **A nova cristandade e a nova política: catolicismo, Estado e cultura política no Brasil contemporâneo**. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 14, n. 42, p. 545–570, 2021.

PONTES, Heloísa. **Destinos místicos**: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

REBLIN, I. A. **Poder & intrigas, uma novela teológica**: considerações acerca das disputas de poder no campo religioso à luz do pensamento de Pierre Bourdieu e de Rubem Alves. *Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo* (NEPP), v. 14, set.-dez. 2007.

ROIZ, D. S. **A escrita e o ofício da história no curso de geografia e história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná (1938-1948)**. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 19, 2019.

_____. **A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná (1938-1971).** Diálogos, v. 24, n. 3, 2020.

_____. **A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual": projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

RUSSEF, I. **Católicos e liberais agitam a Educação no Brasil**. Série-Estudos, Campo Grande, MS: UCDB, n. 11, p. 89-98, jun./jul. 2001.

SANTOS JÚNIOR, J. G. **Ultramontanismo e cultura política no Brasil: doutrina, ação e conflitos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

SARDICA, J. M. **O legado histórico de Leão XIII e da encíclica *Rerum Novarum***. Didaskalia, Lisboa, v. 34, n. 2, p. 3-55, 2004.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, I. B. **A Escola Americana de Curitiba (1891-1930)**: uma filial da Escola Americana de São Paulo. *Revista de História e Historiografia da Educação*, v. 2, n. 6, p. 50-79, 2019.

SILVA, R. **Educação, arte e política: a trajetória intelectual de Erasmo Pilotto**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SIRINELLI, J. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. ***Le hasard ou la nécessité? Une histoire en chantier: l'histoire des intellectuels***. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n. 9, janv.-mars, p. 97-108, 1986.

_____. A geração. In: FERREIRA, M. M. AMADO, J. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 131-138.

SOUZA, E. F. CAMPOS, N. **A mobilização dos intelectuais paranaenses no campo do poder em torno dos processos de criação, restauração e federalização da Universidade do Paraná (1912-1971)**. Diálogos, Maringá, v. 25, n. 1, p. 168-190, jan./abr. 2021.

_____. **Intelectuais, modernidade e discurso educativo no jornal Diário dos Campos (1907-1928**). 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.

_____. **Flávio Suplicy de Lacerda: relações de poder no campo acadêmico/político paranaense e o processo de federalização e modernização da Universidade do Paraná (1930-1971**). 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

SZWAKO, J. E. L. **Da Faculdade à Academia: Mecanismos de reprodução e estruturação burocrática do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR (1974-1986)**. 2005. 151 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Estatuto da Universidade do Paraná**. Curitiba, 1950.

VIEIRA, C. E. BONTEMPI B. OSINSKI, D. R. B. **História intelectual e educação**: imprensa e esfera pública. 1. ed. São Paulo: Paco, 2019.

_____. CAMPOS, N. Intelectuais e o processo de formação da Universidade Federal do Paraná (1912-1950). In: OLIVEIRA, R. C. LEITE, R. L. (orgs.). **Reflexões UFPR 100 anos (1912-2012)**. Curitiba: Editora da UFPR, 2012.

_____. **Intelectuais e educação**. *Pensar a Educação em Revista*, Curitiba/Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-21, abr./jun. 2015.

WESTPHALEN, C. M. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná – 50 anos**. Curitiba: SBPH, 1988.

_____. **Histórico da Universidade Federal do Paraná**. Catálogo, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 1985/1986.

WACHOWICZ, R. C. **A Universidade do Mate: história da UFPR**. Curitiba: APUFPR, 1985.

WACQUANT, L. *Bourdieu in America: notes on the transatlantic importation of social theory*. In: CALHOUN, C. LIPUMA, E. POSTONE, M. (orgs.). ***Bourdieu: critical perspectives***. Cambridge: Polity Press, 1993. p. 235-262.

FONTES CONSULTADAS

JORNAIS

A ESTRELA. Paraná. 2 v.

A REPÚBLICA: órgão do Partido Republicano (PR). 1888-1930. 20 v.

A TARDE. Paraná, 1930-1960. 13 v.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Paraná, 1980-1989. 10 v.

CORREIO DE NOTÍCIAS: a serviço do Paraná. 1990-1992. 3 v.

CORREIO DO PARANÁ: órgão do Partido Liberal Paranaense (PR). 1932-1965. 47 v.

DIÁRIO DO PARANÁ. Paraná, 1945-1947. 68 v.

DIÁRIO DO PARANÁ: órgão dos Diários Associados (PR). 1955-1983. 144 v.

ELECTRA: órgão da Liga Anticlerical Paranaense. 1901-1903. 6 v.

ESPHYNGE: Sciencia, Arte, Mysterio. 1899-1906. 3 v.

GAZETA DO POVO. Paraná, 1940-1960. 10 v.

GAZETA PARANAENSE: órgão do Partido Conservador do Paraná. 1982-1989. 2 v.

O DIA. Paraná, 1923-1961. 175 v.

O ESTADO. Paraná, 1936-1938. 3 v.

O ESTADO DO PARANÁ: Jornal da Manhã. 1925-1926. 1v.

PARANÁ ESPORTIVO. 1952-1963. 2 v.

REVISTAS

REVISTA A CRUZADA. Revista da Mocidade Católica Paranaense. Curitiba, 1926-1931.

REVISTA ANHEMBI. 1950-1962. 65 v.

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES (CEB). Curitiba, 1929-2000

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES. Curitiba, [s.n.], 1929–1959. Apêndice 2 – Quadro de reuniões semanais do CEB (1929–1959), p. 313.

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES. Curitiba, [s.n.], 1929–1959. Apêndice 3 – Quadro de reuniões extraordinárias do CEB (1929–1959), p. 338.

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES. Curitiba, [s.n.], 1929–1959. APÊNDICE 4. Quadro de reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Diretor do CEB (1929-1929), p. 341.

REVISTA HUMANITAS. *Revista da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba*. Curitiba, 1956-1960.

REVISTA LETRAS. *Revista da Universidade Federal do Paraná*'. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, 1953-1968

REVISTA JOAQUIM: em homenagem a todos os Joaquins do Brasil. 1946-1948. 5 v.

REVISTA VOZES. *Revista Católica de Cultura*. Petrópolis, a.52, n. 12, dez. 1958

REVISTA O LUZEIRO. Curitiba, 1937-1939. Confederação das Associações Católicas de Curitiba.

ATAS E ARQUIVOS

ATAS DE SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DO CEB. Curitiba, PR, 1929–1968. Livros manuscritos. Acervo do CEB.

ATA DA SOCIEDADE PARANAENSE DE CULTURA. Sessão de fundação realizada em 31 dez. 1950. Curitiba, PR, 1950. Livro 1, p. 1–3. Documento manuscrito. Acervo da Sociedade Paranaense de Cultura.

ATA DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE CURITIBA. Sessão de fundação realizada em 05 ago. 1950. Curitiba, PR, 1950. Livro 1, p. 1–2. Documento manuscrito. Acervo da FCFC.

ATA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO PARANÁ. Reunião realizada em 03 ago. 1939. Curitiba, PR, 1939. Livro de atas da Congregação da Faculdade, 1938–1946. Documento manuscrito. Acervo da FFCL/UP

ATA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES (CEB). Sessões ordinárias e extraordinárias realizadas entre 1929 e 1959, nas quais Homero Batista de Barros atuou como orador. Curitiba, PR, 1929–1959. Livro de atas do CEB, v. 2–5. Documento manuscrito. Acervo do CEB.

ARQUIVO PERMANENTE DA UFPR. Caderneta de frequência e matéria lecionada do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Curitiba, PR, 1941–1953. (Cx. s/n; 147 diários de classe). Documento arquivístico. Acervo da UFPR.

ANUÁRIOS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ (FFCL/UP). Curitiba, PR, 1940–1968.

ANUÁRIOS DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ (UP), Curitiba, PR, 1946 - 1948

ANUÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (FFCL/UFPR). Curitiba, PR, 1950–1968.

OBRAS, DISCURSOS E PRELEÇÕES

BARROS, H. B. **Influência do Christianismo na Evolução do Direito Romano.** Curitiba: Typographia d'A República, 1937.

_____. **Conceito sobre a Idade Média**. Preleção inaugural do início do ano letivo de 1938, realizada a 15 de março no Ginásio Paranaense.

_____. **A rescindibilidade dos julgados trabalhistas**. Curitiba: J. Haupt, 1942.

_____. **Discurso de Recepção**. Seção Magna do Centro de Letras do Paraná, 21 de novembro de 1944.

_____. **Formação humanística**: preleção inaugural do ano letivo de 1946, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. In: **Anuário da Universidade do Paraná**, Curitiba, s. n., 1946, p. 40-46.

_____. **Apresentação**. Revista Letras, v. 1, 1953.

_____. **Discurso de Paraninfo**. Pronunciado por ocasião da colação de grau dos licenciados de 1957, da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, aos 14 de dezembro, no anfiteatro do Colégio Estadual do Paraná.

APÊNDICE A – PARTICIPAÇÃO DE BARROS EM SESSÕES ORDINÁRIAS ENTRE 1933 E 1959

Tabela 28 - Sessões semanais ordinárias do CEB, entre 1933 e 1959

Orador	Tema	Ata	Sessão	Data	Livro	Folha
Dr. Homero de Barros	Nova orientação da Penalogia Brasileira	179	Ordinária	12 de outubro de 1933	2	124 v
Dr. Homero de Barros	O testemunho na prova judiciária	217	Ordinária	4 de abril de 1935	3	16 v
Dr. Homero de Barros	Uniformidade Ortográfica	221	Ordinária	09 de maio de 1935	3	19 v
Dr. Homero de Barros	A personalidade do Eminente Dr José de Sá Nunes e sua obra	244	Ordinária	21 de maio de 1936	3	49 v
Dr. Homero de Barros	João de Barros	314	Ordinária	20 de abril de 1939	3	142
Dr. Homero de Barros	O vulto central da nossa literatura, uma homenagem a Machado de Assiz	324	Ordinária	03 de agosto de 1939	3	152
Dr. Homero de Barros	A questão social em face do Estado Novo	363	Ordinária	31 de outubro de 1940	3	176
Dr. Homero de Barros	Silveira Neto	396	Ordinária	9 de janeiro de 1941	3	179 v
Dr. Homero de Barros	A transfiguração da honra presente e a necessidade da difusão do Catolicismo no Brasil	384	Ordinária	5 de junho de 1941	3	191
Dr. Homero de Barros	Influência, benefícios e prejuízos que o bacharelismo exerceu sobre a nossa terra	394	Ordinária	14 de agosto de 1941	3	197 v
Dr. Homero de Barros	O novo código penal brasileiro	403	Ordinária	4 de dezembro de 1941	4	4 v

Dr. Homero de Barros	O Estado	428	Ordinária	24 de setembro de 1942	4	26
Dr. Homero de Barros	Neologismos em nosso Idioma	446	Ordinária	22 de julho de 1943	4	39
Dr. Homero de Barros	O problema dos espaços vitais	451	Ordinária	28 de outubro de 1943	4	43 v
Dr Homero de Barros	A personalidade de José F. Mansur	454	Ordinária	13 de janeiro de 1944	4	45 v
Dr. Homero de Barros	Portuguesa ou Brasileira	515	Ordinária	13 de março de 1947	4	105
Dr. Homero de Barros	Rui Barbosa	545	Ordinária	3 de novembro de 1949	4	135
Dr José Loureiro Fernandes	Eleição da nova Diretoria	546	Ordinária	15 de Dezembro de 1949	4	135 v
Dr José Loureiro Fernandes	Convite aos Srs Bandeirantes a colaborarem nas comemorações do tricentenário e Paranaguá	533	Ordinária	10 de junho de 1948	4	125
Dr. Homero de Barros	Missão dos intelectuais na hora presente	538	Ordinária	17 de março de 1949	5	128
Dr. Homero de Barros	Rui Barbosa	545	Ordinária	03 de novembro de 1949	4	135
Dr Wilson Martins	Conceito de Democracia	556	Ordinária	3 de agosto de 1950	4	144 v
Dr. Homero de Barros	Recepção a Dom Manuel da Silveira D'Elboux	568	Extraordinária	30 de maio de 1951	4	150
Dr. Homero de Barros	Eleição da Diretoria para o período de 1952 – 1953	571	Ordinária	3 de janeiro de 1952	4	152 v

Fonte: Elaboração do autor

APÊNDICE B – PARTICIPAÇÃO DE BARROS EM SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS ENTRE 1930 E 1952

Tabela 29 - Sessões extraordinárias do CEB, de 1930 a 1952

Data	Evento	Orador	Organização	Local
s/d 1941	Homenagem ao poeta Silveira Neto	Dr. Homero Batista de Barros	CEB	CEB
04/02/1943	Em memória do Fundador Dr. José Farani Mansur Guérios	Dr. Homero Batista de Barros	CEB	CEB
03/11/1949	1 Centenário Natalício de Rui Barbosa	Dr. Homero Batista de Barros	CEB	CEB
12/09/1949	Comemorações do 20 aniversário do CEB	Dr Prof José Loureiro Fernandes Dr Prof Manuel Lacerda Pinto Dr. Homero Batista de Barros	CEB	CEB

Fonte: Elaboração do autor

ANEXO A – PTRESENÇA DE HOMERO DE BARROS NO LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DA SEDE PRÓPRIA DO CEB

Figura 4 - Lançamento da Pedra Fundamental da sede própria do CEB por ocasião do 250 º aniversário da Fundação da Vila de Curitiba, em 29 de março 1943

Da esquerda para a direita: Bento Munhoz da Rocha Netto (discursando), Joaquim de Matos Barreto, Roaldo Amundsen Koehler, Giocondo Villanova Artigas, Ir. Henrique Augusto, Ir. Mário Cristovão, João De Mio, Manoel Lacerda Pinto, Pedro Ribeiro Macedo da Costa, **Homero de Barros**, José Loureiro Ascenção Fernandes, Manoel Antônio de Barros Loureiro Fernandes, adolescente, filho de Loureiro Fernandes. Fonte: Arquivo do CEB

ANEXO B - HOMERO DE BARROS NA PRIMEIRA REUNIÃO REALIZADA DA SEDE PRÓPRIA DO CEB

Figura 5 - Primeira reunião realizada na sede própria do CEB Sessão do Conselho do Círculo de Estudos Bandeirantes, em 1º de julho de 1945.

Sentados, da esquerda para a direita: Des. Antônio Rodrigues de Paula, Dr. Arthur Martins Franco, Prof. Benedicto Nicolau dos Santos, Dr. Bento Munhoz da Rocha Netto, Dr. José Loureiro Ascenção Fernandes, Ir. Paulo Lúcio, Des. Manoel Lacerda Pinto, Dr. Joaquim de Matos Barreto, Prof. Liguaru Espírito Santo. Em pé, da esquerda para a direita: Dr. Homero Batista de Barros, Prof. Valdemiro Augusto Teixeira de Freitas e Dr. Raul Carvalho. Fonte: Arquivo do CEB

ANEXO C – INAUGURAÇÃO DA BIBLIOTECA DO CEB EM 1945

Figura 6 - Barros na inauguração da Biblioteca do CEB em 12 de setembro de 1945.

Da esquerda para a direita: Sr. Manoel Ribas (Interventor Federal do Paraná), Dom Attico Euzebio da Rocha (Arcebispo Metropolitano de Curitiba), Fernando Flores (secretário de Estado) e **Dr. Homero Batista de Barros**. Fonte: Arquivo do CEB

ANEXO D - HOMERO DE BARROS EM HOMENAGEM AO PE. LUIZ GONZAGA MIELE, EM 194

Figura 7 - Homero de Barros em homenagem ao Pe. Luiz Gonzaga Miele, em 1945

Homenagem realizada em 12 de setembro de 1945 ao Pe. Luiz Gonzaga Miele Inauguração da placa de bronze na Biblioteca do Círculo, homenageando o Fundador Revmo. Pe. Luiz Gonzaga Miele. Orador: Prof. Liguaru Espírito Santo. Nesta foto foram identificados: Des. Manoel Lacerda Pinto, Dr. José Loureiro Ascenção Fernandes, **Homero de Barros**. Fonte: Arquivo do CEB.

ANEXO E – HOMERO BATISTA DE BARROS

Figura 8 - Foto de Homero Batista de Barros

Homero Batista de Barros Fonte: Arquivo do CEB.